

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JAÍZA POLLYANNA DIAS DA CRUZ

**“Ou isto ou aquilo”: implicações entre maternidade e militância para mulheres  
que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**

Belo Horizonte  
2013

JAÍZA POLLYANNA DIAS DA CRUZ

**“Ou isto ou aquilo”: implicações entre maternidade e militância para mulheres  
que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Belo Horizonte  
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

150

C957i

2013

Cruz, Jaíza Pollyanna Dias da

“Ou isto ou aquilo” [manuscrito]: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985) / Jaíza Pollyanna Dias da Cruz. - 2013.

195 f.

Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Maternidade – Teses. 3. Brasil – História 1964-1985 – Teses. I. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria.do. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG  
PSICO  
LOGIA  
UFMG

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**“Ou Isto ou Aquilo”: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985).**

**JAIZA POLLYANNA DIAS DA CRUZ**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 20 de junho de 2013, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientador  
ufmg

  
Prof(a). Maria de Fátima de Souza Santos  
UFPE

  
Prof(a). Miguel Mahfoud  
ufmg

Belo Horizonte, 20 de junho de 2013.

A todas as mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil, e que mesmo grávidas ou com seus filhos ainda pequenos, conseguiram sobreviver e gerar vida num contexto de morte; defendendo seus ideais neste tempo de luta e resistência! “Que bom te ver viva!”

## AGRADECIMENTOS

A Deus, da forma como o entendo e sinto, sendo essencial em minha vida, com Quem falo e falei durante todo esse percurso, e sem o Qual compreendo que as coisas não seriam como são.

A todas as mulheres militantes entrevistadas, por compartilharem comigo momentos de dores e alegrias, de luta e de resistência, por me permitirem sentir-me herdeira de toda esta história. Agradeço por me receberem em suas casas, por doarem horas de seus dias a fim de relatarem suas memórias. Por me ensinarem tanto e me fazerem sentir tão próxima delas e de tudo!

À minha querida orientadora Professora Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Faltarão palavras para descrever o que foi e tem sido esta caminhada e para expressar meu carinho e reconhecimento. Para mim, ter sido sua orientanda foi um encontro! Um aprendizado constante. Com você aprendi muito mais do que fazer uma dissertação, que é produto de nossa caminhada. Obrigada por ser um exemplo, por me receber tão afetuosamente, por compreender o momento de pausa que me foi necessário, por me olhar com olhos humanos e com a alteridade, aquela que você me ensinou, de olhar o outro a partir do olhar do outro! Obrigada por me possibilitar a participação nas diversas pesquisas coordenadas por você, por nos tratar e considerar como par, incentivando nossa produção coletiva. Agradeço pela parceria, pela compreensão, pelas orientações, aconselhamentos, por me permitir compartilhar tantas coisas!

Ao Professor Dr. Adriano Roberto Afonso do Nascimento que me ensinou já na pós-graduação, o que é a pós-graduação. Que fez aquecer ainda mais, em mim, a chama da docência, do envolvimento com as questões acadêmicas e que em sua forma objetiva e pontual de ser, me ensinou tanto, dizendo tão pouco, às vezes, no silêncio, na simplicidade de ser. Você é um exemplo a ser seguido, um exemplo de professor/pesquisador/coordenador/pessoa! Obrigada por abrir as portas do grupo de pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais”, e do grupo de estudos, onde tenho aprendido tanto; pelas parcerias nos trabalhos orientados.

Acho que esse afeto e receptividade encontrada nos dois capixaba/mineiros (Ingrid e Adriano) têm raízes na UFES. Dali encontramos e conhecemos pessoas tão importantes e especiais para que nos aprofundássemos no estudo da Teoria das Representações Sociais e Identidade Social. Agradeço às professoras Mariana Bonomo e Sibelle Barros por

contribuírem com a preciosa avaliação do meu projeto de qualificação. Obrigada pelas sugestões e pela leitura atenta e criteriosa. À professora Zeide Araújo Trindade por mesmo de longe se fazer tão presente, nos textos, nas participações nos seminários, nas JIRS. Ao querido professor Lídio de Souza (*in memoriam*), por tantos ensinamentos deixados e compartilhados, pelo carinho com que sempre nos tratou e recebeu, e por me permitir compreender o que é solidariedade, não só pela contribuição teórica, mas por ser um ser humano solidário! Saudades, carinho e respeito eternos.

A todos os professores integrantes do Grupo de trabalho da ANPEPP “Memória, Identidade e Representações Sociais” que têm contribuído de maneira importante para o campo de pesquisa. Com vocês, a partir das pesquisas e material bibliográfico produzido, temos aprendido muito. Obrigada por participarem dos seminários propostos por nosso grupo de pesquisa e por nos tratarem de forma tão horizontal.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG, e aos professores deste PPG com os quais cursei disciplinas, conheci, compartilhei dúvidas e conhecimentos nesse processo. Pelas aulas tão produtivas e inquietantes. Com vocês aprendi a me posicionar, a argumentar, a ser docente.

Aos meus colegas da turma do mestrado, pela amizade, pelas trocas de conhecimento, pela construção de espaços coletivos na pós-graduação, a fim de discutirmos nosso PPG. Em especial, à Luana Carola, pela amizade, trocas e auxílio.

Agradeço às minhas amigas, e não apenas colegas de orientação, Flaviane Oliveira e Emilliane Mattos. A caminhada não teria sido tão alegre e leve sem a presença de vocês. Flaviane tenho que te agradecer de forma mais nominal, por sua amizade, solidariedade, cuidado e orientações que foram de suma importância para mim. Obrigada por me ouvir, por me acolher sempre.

Agradeço a todas/os as/os colegas do Grupo de Pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais”, em especial, Sara Angélica, Flávia Gotelip, Luciana Ribeiro. Especialmente à Thayna Santos, Janaína Campos e Priscila Praude: sem o auxílio de vocês na transcrição das entrevistas, a continuidade do meu trabalho não seria possível. Muito obrigada por tudo! Esse trabalho é nosso!

Minha gratidão também às Professoras Dra. Betânia Diniz Gonçalves, Izabela Saraiva Maria Mansur e ao professor Rubens Nascimento, da PUC Minas, Unidade São Gabriel, que desde a graduação me possibilitaram trilhar os caminhos da pesquisa, e que de forma tão cuidadosa me incentivaram a participar da seleção do mestrado na UFMG.

À Professora Dra. Maria de Fátima de Souza Santos e ao Professor Dr. Miguel Mahfoud por aceitarem o convite para a banca examinadora, pelas avaliações e contribuições.

Minha permanente gratidão aos meus pais, à minha irmã Bruna Cruz e ao meu marido Anderson Rocha, pelo apoio, confiança e incentivo, porque sonharam comigo, se alegraram com minhas alegrias e se entristeceram com minhas tristezas. Amo vocês, tão essenciais em minha vida! Divido com vocês esta conquista.

Não poderia deixar de registrar aqui meu agradecimento à minha analista Maria Emília Resende Costa e à Dra. Fernanda Moreira Monducci por me acompanharem e por cuidarem da minha saúde, me fazendo acreditar que os dias cinzentos poderiam voltar a ser coloridos!

Finalmente, e não menos importante, mas totalmente fundamental, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de mestrado que me permitiu dedicação exclusiva a este trabalho, e assim me possibilitou também um trânsito maior na universidade e nos eventos científicos. Espero com este e com outros trabalhos contribuir para com nossa sociedade.

## **Ou isto ou aquilo**

Ou se tem chuva e não se tem sol  
ou se tem sol e não se tem chuva!  
Ou se calça a luva e não se põe o anel,  
ou se põe o anel e não se calça a luva!

Quem sobe nos ares não fica no chão,  
quem fica no chão não sobe nos ares.  
É uma grande pena que não se possa  
estar ao mesmo tempo em dois lugares!

Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,  
ou compro o doce e gasto o dinheiro.  
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...  
e vivo escolhendo o dia inteiro!

Não sei se brinco, não sei se estudo,  
se saio correndo ou fico tranquilo.  
Mas não consegui entender ainda  
qual é melhor: se é isto ou aquilo.

*Cecília Meireles*

## RESUMO

Cruz, J. P. D. (2013). *“Ou isto ou aquilo”*: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A história de um país, ou de um povo, pode ser escrita e contada por diferentes versões. Há nesta forma de narrar ou escrever, uma peculiaridade construída socialmente que atravessa os espaços e relações micro e macrosociais: a hierarquia do que será mantido ou omitido, destacando uma versão oficial, legitimada como verdade. No Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) apresenta ainda certas obscuridades em relação às vivências de diferentes grupos sociais neste contexto de exceção. Em relação a este momento histórico, além das mudanças políticas, econômicas e sociais, as transformações nas relações de gênero devem ser observadas como importante marcador. As mulheres que militaram em oposição ao regime, ao romperem com os padrões tradicionais de casamento, maternidade e constituição familiar, favoreceram novos modelos e configurações sociais que contribuíram para a inserção da mulher em uma nova ordem social, diluindo as fronteiras entre a vida pública e privada. O presente trabalho objetiva compreender a experiência de maternidade de mulheres que militaram durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Foram realizadas quatro entrevistas individuais com mulheres que estiveram grávidas e conceberam ou tiveram interrupção da gravidez no período de militância, durante a semi-clandestinidade, clandestinidade, prisão, exílio e pós-soltura. Para a organização e interpretação dos dados, construímos narrativas individuais de perspectiva fenomenológica que visaram captar a experiência vivida por estas mulheres, a fim de compreender de forma mais geral a construção social da identidade feminina, com enfoque principal sobre a maternidade. Os resultados apontaram que o modelo de maternidade assumido pelas militantes, embora vivido em situação-limite e apresentando ambiguidades, transitou entre a continuidade e a ruptura sendo em alguns pontos aproximado ao modelo tradicional vigente na sociedade da época, e em outro modificado pelas condições decorrentes da trajetória de militância, assim como os modelos de conjugalidade no qual a maternidade se deu. Apesar de vivenciarem um contexto no qual a morte era um risco proeminente, a maternidade contribuiu para a preservação de suas vidas, não impedindo, porém, que estas mulheres, ainda que grávidas, sofressem torturas físicas, sexuais e psicológicas, além de ameaças tanto em relação à continuidade da gravidez, quanto à permanência de seus filhos junto a si. Após entrarem na militância, estas mulheres romperam com seus vínculos familiares e assumiram riscos sociais ao: engravidarem solteiras; serem presas e torturadas grávidas; sofrerem abortos; terem seus partos durante a prisão, clandestinidade, exílio e pós-soltura sem assistência médica pré e pós-parto; serem apartadas de seus bebês sem amamentá-los e sob a ameaça de não mais poderem tê-los nos braços. Tais situações-limites exigiram capacidades de resistência e superação frente ao adverso, principalmente no período pós-prisão, momento de reconstrução suas vidas e laços sociais, conjugando maternidade, conjugalidade, viuvez, carreira e sobrevivência em um amálgama pouco experienciado pelas mulheres de classe média daquele período histórico, ampliando a variedade de possibilidades de modelos para as mulheres até os dias de hoje, ligando as dimensões do gênero a da geração. Compreender essas experiências neste contexto de transformações torna-se também uma contribuição para o campo de estudos entorno dos aspectos psicossociais da memória, especificamente em relação à construção de uma memória histórica deste período, tendo em vista que a vivência dessas mulheres em um contexto de

ditadura marca de forma peculiar a trajetória de vida delas; dimensão pouco conhecida/revelada socialmente que guarda relações com as transformações de gênero experimentadas por mulheres das novas gerações.

Palavras-chave: Maternidade. Militância. Gênero. Ditadura Militar no Brasil.

## ABSTRACT

Cruz, J. P. D. (2013). *“This or that”: implications between motherhood and activism for women who campaigned in opposition to the military dictatorship in Brazil*. Dissertation, Graduate Program in Psychology, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

The history of a country or a people, can be written and told by different versions. There is this way of narrating or writing, a peculiarity that socially constructed through the spaces and micro and macro social relations: the hierarchy will be maintained or omitted, highlighting an official version, legitimated as truth. In Brazil, the period of the military dictatorship (1964-1985) also presents certain obscuritas regarding the experiences of different social groups in this context exception. Regarding this historical moment, beyond the political, economic and social transformations in gender relations should be seen as an important marker. Women who campaigned in opposition to the regime, to break with traditional patterns of marriage, parenthood and family constitution favored new models and social settings that contributed to the integration of women into a new social order, diluting the boundaries between public life and private. This paper aims to understand the experience of motherhood that women campaigned during the military dictatorship in Brazil. There were four interviews with women who have been pregnant and had conceived or termination of pregnancy during the period of militancy during the semi-underground, underground, prison, exile and post-release. For the organization and interpretation of data, we construct narratives of individual phenomenological perspective that aimed to capture the lived experience of these women in order to understand more generally the social construction of female identity, with primary focus on motherhood. The results showed that the model of maternity assumed by militants, although living in extreme situation and presenting ambiguities, moved between continuity and rupture in some points being approximated to the traditional model prevailing in society at the time, and modified by other conditions resulting from path of militancy, as well as models in which conjugal motherhood happened. Despite experiencing a context in which death was a prominent risk, motherhood contributed to the preservation of their lives, not stopping, however, that these women, though pregnant, suffer physical torture, sexual and psychological, as well as threats both relation to the maintenance of pregnancy, regarding the whereabouts of their children near him. After entering the militancy, these women broke with his family ties and social risks assumed by: getting pregnant unmarried; being arrested and tortured pregnant; undergo abortions; having their births during the arrest, hiding, exile and post-release without medical pre and post partum; apartadas be without their babies and breastfeed them under the threat of no longer being able to have them in my arms. Such situations limits required capabilities and overcoming resistance against adverse conditions, especially in the post-prison moment of rebuilding their lives and social ties, combining motherhood, marital, widowhood, career and survival in a little amalgam experienced by middle-class women that historical period, extending the range of design possibilities for women until the present day, linking the gender dimensions of the generation. Understanding these experiences within transformations also becomes a contribution to the field of study surrounding the psychosocial aspects of memory specifically in relation to the construction of a historical memory of this period, in order that the experience of these women in the context of dictatorship mark peculiar shape the trajectory of their lives; dimension little known / disclosed relationships with socially guarding the transformations experienced gender by women of the younger generations.

Keywords: Motherhood. Militancy. Gender. Military Dictatorship in Brazil.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Caracterização socioeconômica das entrevistadas.....	54
Quadro 2 – Caracterização de aspetos político das entrevistadas.....	55
Quadro 3 – Caracterização das entrevistas conforme a situação de gravidez/parto.....	55

## LISTA DE SIGLAS

AI - Ato Institucional

AIs - Atos Institucionais

AI-5 - Ato Institucional número 5

ALN - Ação Libertadora Nacional

AP- Ação Popular

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CIA - *Central Intelligence Agency*

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FAFI- Faculdade de Filosofia

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

IPMs - Inquéritos Policiais Militares

JEC- Juventude Estudantil Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

ME- Movimento Estudantil

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

OBAN - Operação Bandeirantes

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PC do B- Partido Comunista do Brasil

PE - Polícia do Exército

POLOP- Organização Revolucionária Marxista de Política Operária

PUCMG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

REDE – Rede Democrática

RU - Restaurante Universitário

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNE - União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1	Ditadura Militar no Brasil: breve histórico .....	20
1.2	Mulheres e Militância: ocupando novos lugares, vivendo na manutenção de outros.....	23
1.3	Maternidade e Militância: ou isto ou aquilo .....	28
1.4	Revivendo histórias e construindo memórias.....	32
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>37</b>
2.1	Objetivo Geral .....	37
2.2	Objetivos Específicos .....	37
<b>3</b>	<b>MÉTODO .....</b>	<b>38</b>
3.1	O Contexto de Pesquisa.....	38
3.2	Sujeitos Participantes.....	41
3.3	Procedimentos de coleta de dados .....	43
3.4	Instrumento de coleta de dados .....	47
3.5	Procedimentos de análise dos dados.....	49
<b>4</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
	MARIANA .....	56
	SÍLVIA .....	70
	SOFIA.....	88
	SUELY .....	106
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO .....</b>	<b>123</b>
5.1	Nos meandros da memória: vozes feminina ecoam dos porões do silêncio.....	123
5.2	Socialização feminina: do idealizado a militância .....	134
5.3	Maternidade e Militância: compreendendo tensões entre o individual e o coletivo ....	149
5.3.1.	Nascendo nos porões da ditadura: “gerando vida em um contexto de morte” ....	165
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>181</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>183</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>191</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>195</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Como é difícil acordar calado/Se na calada da noite eu me dano/Quero lançar um grito desumano/Que é uma maneira de ser escutado/Esse silêncio todo me atordoa/Atordoado eu permaneço atento/ Na arquibancada, prá a qualquer momento/Ver emergir o monstro da lagoa/Pai! Afasta de mim esse cáli-ce...”* (Cálice, Chico Buarque & Gilberto Gil).

A história de um país, ou de um povo, pode ser escrita e contada por diferentes versões. Há nesta forma de narrar ou escrever, uma peculiaridade construída socialmente que perpassa os espaços e relações micro e macrosociais: a hierarquia do que será mantido ou omitido, destacando uma versão oficial, legitimada como verdade. Isso pode ser visualizado na história das mulheres (Perrot, 2005; Goldenberg, 1997); na história da ciência (Santos, 1988); e não obstante, na história do Brasil (Carneiro, 1994) em que mulheres e escravos, são retratados quanto à sua subordinação aos demais, reflexo de que a construção da história está intimamente relacionada com a identidade social, carregada de elementos “históricos, culturais, religiosos e psicológicos” (Carneiro, 1994, p. 187).

Mulheres, Mães, Brasileiras, em um contexto específico na história do Brasil: o período da Ditadura Militar, entre os anos de 1964 a 1985 (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Almeida & Weis, 1997), momento histórico relatado didaticamente a partir da sucessão de governantes militares no Brasil, não exprime o que as mulheres que militaram em oposição ao Regime Militar, vivenciaram. Observa-se, portanto, a omissão de alguns aspectos em detrimento de outros, considerados mais relevantes, ou que omitem uma versão da história que possivelmente poderia mudar a imagem deste tempo.

Caleidoscópico, a história pode ser vista como um amálgama, composto por imagens diversas que se transformam conforme a posição em que é manuseado. Neste estudo, pretende-se que o caleidoscópico gire, propiciando imagens variadas, mas que carreguem semelhanças entre si, pois o objetivo não é ter um espectro dos fatos, mas da experiência vivida. É possível, então, que um acontecimento ou um período histórico só possa ser mais adequadamente recontado numa rede de discursos parciais, com seus atritos, pontos de contato e independências. Para que isso seja possível, no nosso entender, é necessário valorizar, cada vez mais, os depoimentos dos indivíduos cujas vozes foram silenciadas em períodos específicos de nossa história. Assim, pretendeu-se nesta pesquisa compreender como se deu a vivência da maternidade para mulheres que militaram durante o período da Ditadura Militar no Brasil, a partir do relato dessas, que fazem parte da história do país e que entre modificações e continuidades nos modos de vida e organização social, militaram em prol de

um país igualitário, tendo a vida atravessada pelo impacto dessa luta, inclusive no que tange ao exercício da maternidade.

Maternidade e Militância aparecem nesta proposta de pesquisa, como temas centrais a partir dos quais discutiremos aspectos teóricos de gênero relacionados à gravidez e ao parto. Por meio da pesquisa de campo, entrevistamos mulheres que estiveram grávidas e conceberam ou tiveram interrupção da gravidez no período de militância.

Esta escolha se justifica pelo fato de que, como dito acima, a história oficial deste momento histórico, não contempla de forma contundente, as experiências das (os) militantes, e familiares, de presos, mortos e desaparecidos em detrimento do Regime Militar. Assim, acredita-se que privilegiando a dimensão da vivência destas pessoas, a partir de suas narrativas, pode-se compor e potencializar acervos históricos que contemplem e reconstruam esta outra versão da história, contada pelos que viveram, na outra face, os impactos deste período, justificando de forma política, a execução deste trabalho.

Alguns estudos como de Ferreira (1996), Gianordoli-Nascimento (2006), buscaram remontar a participação de mulheres na militância de oposição ao Regime, durante a Ditadura no Brasil. Entretanto, percebe-se ainda uma lacuna quanto à experiência das militantes em ser mãe no período da militância. Embora, haja relatos nesses estudos que toquem na questão da maternidade, não houve aprofundamento na discussão por não ter sido este o objetivo central destas pesquisas.

Neste sentido, cabe mencionar a inserção da pesquisadora no grupo de pesquisas/CNPQ: Memórias, Representações e Práticas Sociais do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde participa de pesquisas sobre o período da ditadura militar no Brasil, em que se destaca o trabalho de pesquisa intitulado “Identidade, Geração e Gênero durante os ‘Anos de Chumbo’: a memória de mulheres militantes sobre os impactos de sua militância na trajetória de seus familiares durante a ditadura militar” (CNPq - Edital nº. 20/2010). Tal pesquisa suscitou os temas propostos nesta investigação, a partir de elementos que constam nos depoimentos das entrevistadas e que necessitam serem explorados e aprofundados a partir de novas entrevistas e análises.

Este trabalho destaca a percepção e a experiência de mulheres militantes referentes à gravidez, parto e exercício materno, em situações de privação relacionadas à prisão, tortura e militância, e os impactos destas nas relações familiares. Ao romperem com os padrões tradicionais de casamento, maternidade e constituição familiar, a atuação destas mulheres favoreceu novos modelos e configurações sociais que contribuíram para a inserção da mulher em uma nova ordem social, diluindo as fronteiras entre a vida pública e privada.

Estas dimensões podem ser percebidas nas trajetórias diversificadas dessas mulheres, que após entrarem na militância, romperam com seus vínculos familiares e assumiram riscos sociais ao: engravidarem solteiras; serem presas grávidas; sofrerem abortos sob tortura; terem seus partos durante a prisão, clandestinidade e exílio sem assistência médica pré e pós-parto; e serem apartadas de seus bebês sem amamentá-los e sob a ameaça de não mais poderem tê-los nos braços.

Tais situações limites exigiram dessas mulheres capacidades de resistência e superação frente ao adverso, principalmente no período pós-prisão quando tiveram que reconstruir suas vidas e laços sociais, conjugando maternidade, carreira e sobrevivência em um amálgama pouco experienciado pelas mulheres de classe média daquele período histórico, ampliando a variedade de possibilidades de modelos para as mulheres até os dias de hoje, ligando as dimensões do gênero a da geração.

Buscamos, portanto, uma análise mais aprofundada, no nível psicossocial, de questões vinculadas às relações de gênero, geração, maternidade e identidade em sua interconexão com o campo político na história recente do nosso país. Esse nos parece ser o caso da militância política de mulheres durante o regime de ditadura militar no Brasil, quando jovens assumiram um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de gênero, rompendo com os códigos de sua época, inclusive os familiares. Portanto, investigar a participação da mulher dentro desse contexto, dimensionando o lugar da maternidade e suas nuances nas trajetórias de militância, prisão-tortura e pós-prisão, pode oferecer importantes informações que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina, a partir de suas dimensões – maternidade, casamento e trabalho (Carson, 1995) – que, nessa época, passa por intensas transformações.

Acredita-se ainda, que por meio deste estudo instaurou-se espaço para que as mulheres entrevistadas, representantes de um número maior de militantes, rememorem e elaborem por meio de suas narrativas esta experiência de vida, que em alguns casos, pode estar silenciada. Como salienta Pollak (1989), existe uma memória do medo, do esquecimento, que provoca certos bloqueios, portanto, por mais que queiram contar, existem experiências nos ‘porões da intimidade’, que não serão compartilhadas.

Enfim conhecer essas vivências e trajetórias torna-se relevante para a construção de uma memória social deste período, em processo de (re)construção. Certo é que nossa função enquanto psicólogos sociais, não será de reconstruir a história geral, mas de compreender que estas vivências compõem a memória histórica de nosso país, de nossas vidas, podendo refletir

em nossas práticas cotidianas, em relação, por exemplo, aos aspectos da identidade feminina, neste contexto.

### **1.1 Ditadura Militar no Brasil: breve histórico**

Remontar o panorama da Ditadura Militar no Brasil não nos remete apenas para o ano de 1964, mas para um cenário que antecedia ao Golpe Militar. Conforme a descrição feita do período pela Arquidiocese de São Paulo (1985), o país passava por uma série de problemas sociais em suas estruturas básicas, como resultado, dentre outras coisas, da imposição de um Governo Militar, após a deposição do Presidente Getúlio Vargas em 1945 (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

O cenário mundial refletia o caos da Segunda Guerra, e no Brasil, o Golpe de Estado pelas Forças Armadas Militares que impugnaram os movimentos nacionalistas do país. Nesta dinâmica, o governo brasileiro tornou-se ainda mais “autoritário e antipopulista” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 56). Após a volta Getúlio ao poder no período de 1950 a 1954, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, passaram pela presidência brasileira, até que novamente, ocorreu outro Golpe Militar.

O Governo de João Goulart foi marcado por intensas lutas em prol das chamadas “Reformas de Base”, sendo um período de constituição e fortalecimento de movimentos sociais, envolvendo trabalhadores, estudantes, camponeses, artistas que se engajavam pela mudança da situação nacional (Arquidiocese de São Paulo, 1985). A conjuntura econômica do país era crítica devido ao endividamento internacional, e as altas taxas internas, o que provocou um período de exceção e arrocho salarial. Porém, os movimentos reformistas se fortaleciam abarcando várias camadas da sociedade.

Em 13 de Março de 1964, no Rio de Janeiro (Arquidiocese de São Paulo, 1985), João Goulart reuniu milhares de pessoas em um comício proclamando a ação pelas reformas, o que provocou em parte da sociedade, atingida pela mídia, militares, e oposição de direita, um sentimento de que as revoluções comunistas ao redor do mundo (Cuba, por exemplo) haviam chegado ao Brasil, causando a desordem social. Frente a estes efervescentes acontecimentos, no dia 1 de Abril de 1964, ocorreu, outro Golpe que inaugurou o período de Ditadura Militar no Brasil, com duração de mais de 20 anos, produzindo reflexos ainda na atualidade.

De acordo com Almeida e Weis (1997), o período de 1964 a 1985, foi marcado por intensas lutas entre militares, e a oposição ao Regime, formada por professores, estudantes secundaristas e universitários, sindicalistas, operários, parte da Igreja Católica, entre outros. A maior porção, porém, das pessoas envolvidas na oposição, pertenciam à classe média brasileira, formada por universitários, intelectuais, artistas, que se engajaram no movimento contra o Governo autoritário e repressor que se instituíra no país.

O período da Ditadura Militar no Brasil ocorreu em meio a mudanças e transformações dos costumes, em que as fronteiras entre público e privado se modificavam, devido, principalmente, ao processo de modernização e industrialização do país (Matos, 1995; Biasoli-Alves, 2000). Nesse sentido, homens e mulheres estavam unidos nas lutas, principalmente os estudantes, que começaram a ter contato com as obras Marxistas (Almeida & Weis, 1997) além de outros aportes teóricos que modificaram as concepções tradicionais com as quais foram socializados. Assim, conforme pontua Biasoli-Alves (2000), na modernidade, há uma convergência entre “novo” e “velho”, “tradições” e movimentos de contestação da ordem instituída. Entretanto, estas manifestações foram posteriormente cerceadas do espaço público, por meio de Atos Institucionais que enrijeceram ainda mais o Regime.

Os Atos Institucionais (AIs), foram sendo instituídos ao longo dos primeiros quatro anos. Inicialmente do “AI ao AI-5” como divide Almeida e Weis (1997), passou-se por ciclos de abertura e fechamento do espaço para os movimentos políticos e liberdades quanto ao espaço público e a vida individual. Formaram-se e fortaleceram-se nesse período, partidos políticos de esquerda, o movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), além de outras associações, que iam às ruas questionar a ordem estabelecida autoritariamente. Reuniam-se em assembleias, panfletavam, demonstrando a discordância com o Regime Militar (Almeida & Weis, 1997). Para estes autores, este foi um momento de ambiguidade entre fronteiras do proibido e o permitido, entre o público e privado. Antes da proclamação do Ato Institucional de número 5 (AI-5), havia ainda um clima de esperança, muito fortalecido pelos ideais socialistas revolucionários, que envolvia parte dos manifestantes, nessa altura, considerados como comunistas e perturbadores da ordem pública.

O AI-5, promulgado pelo General Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968 - o “Golpe dentro do Golpe” - fazia eclodir a insatisfação do Regime contra as manifestações, sendo para eles um modo de atingi-los. Fechou-se o Congresso Nacional, e aumentou a repressão e a proibição de certos comportamentos, por meio da censura. A mídia passou a ser coibida, bem como os manifestos, publicações, e qualquer outra atividade que fosse

considerada pelos censuradores como ofensivas ao Regime Militar; aconteceu a suspensão dos direitos políticos, além da violência extrema contra quem resistia (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Almeida & Weis, 1997). Os “anos de chumbo” no Brasil foram marcados por certas contradições (Ferreira, 1996; Almeida & Weis 1997); o país tornou-se extremamente autoritário, aconteceram inúmeras prisões de militantes opositores ao Regime Militar, as Forças Armadas além da prisão, torturavam e provocavam o desaparecimento de centenas de pessoas, que ainda hoje, continuam com o status de desaparecidas políticas. A imagem do país diante do mundo, porém, se contrastava entre crescimento econômico e denúncias sobre a violência extrema. Literalmente o Brasil era o país do “carro-zero” e “pau-de-arara” (Almeida & Weis,1997).

O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado ‘milagre econômico’ – .... A combinação entre o autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição da classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago (Almeida & Weis, 1997, pp. 332-333).

Neste período os partidos políticos de esquerda tiveram que agir clandestinamente dando surgimento as resistências armadas, com a participação de diversas e diversos estudantes, embora o número de mulheres nas guerrilhas e ações armadas fosse reduzido (Ridente, 1990; Ferreira, 1996). Nesse momento, o espaço privado tornou-se o ponto de encontro e luta dos vários movimentos. Com o aumento da repressão e invasão do espaço particular, além da proibição dos manifestos nos espaço públicos, brasileiros e brasileiras participantes desses movimentos/partidos, foram presos e passaram por períodos de tortura a fim de prestarem informações diversas sobre os movimentos. Algumas pessoas não resistiram à grande violência física e psicológica com que foram tratados. Ressalta-se que os familiares, bem como outras pessoas que não participavam ativamente da oposição foram atacadas pela repressão, por apresentarem mínima suspeita aos militares (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

O ideal de Segurança Nacional foi amplamente difundido (Gianordoli-Nascimento, 2012). Aquelas e aqueles que lutaram contra o regime, passaram a ser chamadas de “terroristas” procuradas (os) pela Polícia do Exército, Marinha e Aeronáutica, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) onde muitos prestaram depoimentos e foram violentamente torturados (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Almeida & Weis, 1997). Mortos, desaparecidos políticos, exilados em outros países. Pessoas que lutaram e perderam sua vida na luta contra a opressão.

Segundo a Arquidiocese de São Paulo (1985) e Abreu (2009), a partir de 1978, iniciou-se o processo de reabertura no Brasil, e muitas pessoas que estavam exiladas em

outros países durante anos, começaram a retornar. Esse processo ocorreu paulatinamente, e sentimentos como medo e estranhamento eram comuns a quem retornava (Abreu, 2009). Surgiram também os Comitês de Anistia, que ainda hoje lutam pelo perdão e reparação dos danos causados pelo Regime Militar aos presos políticos, fortalecendo o movimento de denúncia acerca das crueldades, mortes e desaparecimento de outras e outros militantes. Perdão e reparação são necessários, não apagam, porém, as marcas provocadas por esse tempo de luta, morte e resistência.

## **1.2 Mulheres e Militância: ocupando novos lugares, vivendo na manutenção de outros**

Marcadas pela participação na militância em oposição ao Regime Militar; marcadas pela condição de gênero; marcadas por rupturas e tradições nos padrões culturais.

Segundo Ferreira (1996), as mulheres, também estiveram presentes nas lutas estudantis, partidárias e inclusive na luta armada no período da Ditadura Militar, rompendo assim, com a ideia socialmente construída de que mulheres deveriam habitar apenas o espaço privado do lar (Badinter, 1985; Ferreira, 1996; Goldenberg 1997).

Como citado na introdução deste estudo, existe uma invisibilidade quanto às mulheres na história, do país, da ciência, enfim. Na militância política no período da Ditadura, isto não foi tão diferente. Como descreve Goldenberg (1997), os lugares ocupados pelas mulheres eram os movimentos estudantis, os partidos políticos. Algumas delas participaram inclusive da coordenação de partidos, mesmo que em um período de ausência do líder que poderia estar na clandestinidade ou no movimento armado (Ridenti, 1990; Ferreira, 1996). Mesmo ocupando e participando do espaço político, público, extrapolando a barreira do privado, as mulheres militantes, permanecem historicamente em segundo plano, ou na invisibilidade,

Utilizo a idéia de invisibilidade com o pressuposto de que as mulheres ocuparam uma posição percebida como secundária ou inferior no interior das organizações sendo “escondidas” com o rótulo de “mulher de”, “companheira de” ou “filha de”.... A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes “grandes homens” (Goldenberg, 1997, p. 352).

Entende-se desta forma que esta participação foi de alguma maneira mediada pelo envolvimento de algum homem da família ou do convívio social para as introduzirem neste espaço. Tomando o pressuposto de Rocha-Coutinho (1994), embora secundário, estas

mulheres exerciam poder, mesmo que “por trás dos panos”, pois o que viviam no micro espaço parece ser um reflexo do que acontecia no macrosocial. Conforme aponta Biasoli-Alves (2000), com o advento da modernidade, aconteceram rupturas inclusive em relação a ocupação do espaço público e privado, porém, há continuidades de tradições, ações e ideologias. Participar desses espaços por meio do ingresso na universidade, ou por influência de um homem, parece ter sido neste momento de transformação, o recurso possível. Conforme Goldenberg (1997), aos homens ainda cabia o mundo da política e das decisões, já que nos contextos em que eram necessárias deliberações “As mulheres aparecem como meras coadjuvantes” (p. 352).

O período de 1960/1970 em diante, foi balizado por algumas transformações nos costumes, quanto a socialização dessas(es) jovens que na época tinham entre 14 e 24 anos (Gianordoli-Nascimento, 2006), socializados a partir de uma tradição dois pais, que apresentavam como princípios (mesmo que em transformação) a educação as filhas em casa e a preparação destas para o casamento, sendo um pensamento típico dos “anos dourados” (Bassanezi, 2004).

Casamento, maternidade e trabalho; de acordo com Carson (1995), esses são três elementos organizadores da identidade de gênero das mulheres. Para o autor, bem como para Rocha-Coutinho (1994), Saffioti (2004), Vaitsman (1994) gênero é uma construção social acerca do feminino e masculino. Há, porém certas diferenciações sobre essa categoria, que para Scott (1992), se configura como categoria de análise histórica, devendo estar relacionada ao contexto em que é discutida. Para Saffioti (2004), há uma diferenciação entre gênero e patriarcado, pois essas construções sociais do masculino e feminino não são neutras, assim o patriarcado seria a dominação, exploração e opressão das mulheres, a partir de um modelo de organização em que o homem é hierarquicamente superior, e por essa condição têm privilégios e acessos diferenciados.

Para Rocha-Coutinho (1994), a compreensão da categoria gênero deve levar em conta os aspectos relacionais envolvidos na dinâmica entre masculino e feminino, na qual existe um jogo de poderes, porquanto “o poder é relacional” (p.18). Assim, Rocha-Coutinho (1994) ressalta que mesmo havendo uma desigualdade nessa relação, “em seu lugar de subordinação na sociedade, as mulheres sempre articularam ... formas de subsistir e resistir a esse poder socialmente reconhecido dos homens na sociedade” (p. 19).

Acredita-se que participar então de movimentos políticos, como a oposição à Ditadura Militar, em um cenário social em que a violência atingia a todos, independente de sexo (Ferreira, 1996), raça, classe social, foi um modo de resistir às imposições quanto ao lugar

social da mulher; bem como de contestar o poder vigente perpetrado pelo Regime Militar. Segundo Ferreira (1996) a participação de mulheres na militância política naquele período, configurava-se em uma contravenção em relação a dois pontos específicos: “... as militantes estavam desempenhando um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (p.152).

A partir de alguns relatos de militantes (Arquidiocese de São Paulo 1985; Ferreira 1996) foi possível compreender que as prisões, as torturas físicas e psicológicas, atingiam homens e mulheres, mas havia peculiaridades devido à condição feminina: ficar nua diante de outros homens; manter relações sexuais forçadas com os militares; “... os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de sua tara” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 46).

Elas estão sempre nas mãos de agentes do sexo masculino e sofrem todos os vexames sob o olhar de alguém que lhes é diferente. Acontecia, por exemplo, [de] menstruarem inesperadamente durante uma seção de tortura” (Ferreira 1996, p. 155).

A militância feminina foi também questionada e criticada inclusive por outras mulheres que não aderiram a este tipo de luta, e mantinham a tradição, reconhecendo “seu” lugar de mãe, esposa e dona-de-casa, apoiando e legitimando o Regime Militar, criando inclusive movimentos como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” (Ridenti, 1990, p. 3).

Goldenberg (1997) ressalta que entrar para a militância era introduzir-se em um mundo efetivamente masculino, em um momento em que ainda eram predominantes as concepções sobre o feminino que giravam em torno do casamento e da maternidade. Biasoli-Alves (2000), destaca que o século XX é marcado por grandes transformações nas concepções e tradições, pois, uma das características da modernidade era a busca pela novidade e o afastamento dos pressupostos antigos, tendo como tônica as dicotomias: público x privado, novo x antigo. De fato, a transformação das relações entre espaço público e privado, propiciado pela modernidade e avanço da industrialização, causou a divisão entre esses lugares, designando inclusive quem deveria ocupá-los. Assim, coube à mulher o ambiente doméstico e a reprodução, e ao homem, a produção, a rua, a política, o trabalho formal e o domínio do lar como “chefe de família” (Vaitsman, 1994; Roucha-Coutinho 1994, Matos, 1995).

Alguns movimentos de contestação aconteceram ao longo do século XX, oscilando entre modificações e permanência de valores e tradições. Nos “Anos Loucos”, final de 1920, início dos anos 30, artistas e intelectuais brasileiros, criticavam o casamento e lançavam questionamentos em relação ao divórcio, tendo ênfase nesse momento o anarquismo e as ideias de “uniões livres” ou “amor livre” (Del Priore, 2006, p. 259). Nos “Anos Dourados”, década de 50, no Brasil, há uma (re)valorização do casamento e da maternidade. A mulher era considerada como a “rainha do lar”, e sua felicidade estava condicionada a um “bom casamento” e à maternidade. Os estudos eram direcionados à educação dos comportamentos (Bassanezi, 2004). Certamente havia “moças” que não aceitavam tais princípios e se rebelavam em relação a eles, e conseqüentemente em relação à família.

A vontade e a coragem de transgredir iam de fumar, ler coisas proibidas, explorar a sensualidade de roupas e penteados, investir no futuro profissional, discordar dos pais, a contestar secreta ou abertamente a moral sexual, chegando a abrir mão da virgindade – e por vezes do casamento – para viver prazeres eróticos muito além dos limites permitidos .... De qualquer forma, seus questionamentos e contestações colocaram em perigo as normas de comportamento e contribuíam para a ampliação dos limites estabelecidos para o feminino (Bassanezi, 2004, p. 622).

Até mesmo a transgressão colocava limites, pois ainda rompendo com certos valores, o não cumprimento do que era esperado socialmente de uma mulher, causava repúdio e exclusão.

Os “Anos de Chumbo”, marcados pelo endurecimento do Regime Militar, foram balizados pelas proibições e punições quanto ao questionamento dos princípios vigentes. Vaitsman (1994) pontua que participação da juventude na política era um dos sinais da modernidade. Os estudantes que tomaram as ruas contestando em 1964 o sistema capitalista e o Governo Militar, vivenciaram um momento de revolução dos costumes, de tal modo, a ocupação de mulheres significava um rompimento com os códigos da época (Vaitsman, 1994; Gianordoli-Nascimento, 2006). Os questionamentos sobre casamento, classe social (burguesia x proletariado) estavam em pauta, mas nem todos aderiram à ideia de revolução. Vaitsman (1994) pontua que a luta neste momento não era para uma mudança dos costumes, mas contra o sistema político e econômico. Homens e mulheres engajaram-se nestes movimentos, o que sinaliza uma modificação quanto às relações de gênero. Porém, como assinala Ferreira (1996) a participação das mulheres na Ditadura não tinha relação direta com o movimento feminista, que no Brasil começa a se fortalecer na década de 1970. Desse modo, ainda não se fazia maciçamente reflexões sobre o lugar de subordinação, ou da situação de opressão e desigualdade entre homens e mulheres.

Ridenti (1990) ressalta que no exílio, em outros países, as mulheres começaram a problematizar as questões de gênero no tocante à situação social, identificando o machismo nas instituições partidárias e sociais. Algumas mulheres exiladas em Paris, na França, começaram a ter contato com o movimento feminista francês, articulando assim as vivências no Brasil (Abreu, 2009). Esse momento é de grande mudança ideológica na concepção dessas mulheres, contestando inclusive o capitalismo, a posição de classe e raça, que para Rocha-Coutinho (1994) está atrelada à questão de gênero. Estas mulheres participaram de alguns grupos feministas franceses até se reunirem e formarem o “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” (Abreu, 2009). De acordo com Abreu (1997) o grupo, tinha como pressuposto discutir teoricamente as vivências de participação na militância, bem como outros assuntos relacionados à condição feminina. Começaram a criar, posteriormente ligações com os movimentos feministas no Brasil, que datam da década de 1970, promovendo uma rede de denúncias quanto à Ditadura Militar, “ênfatizando a situação das presas políticas, a condição da mulher no Brasil ...” (Abreu, 2009, p. 76).

Sistematizar e trazer à tona a história dessas mulheres nos permite compreender a construção da identidade feminina por meio das vivências, marcadas por mudanças e continuidades. No entanto, se mudanças podem ser vistas no cenário público/político em relação à ação feminina, no que tange aos aspectos referentes ao privado, pouco temos investigado, e uma dessas dimensões é o exercício da maternidade em meio à militância.

Conforme aponta o estudo realizado por Veloso, Gianordoli-Nascimento e Ferreira (2010), sobre a representação social da maternidade entre mulheres militantes, percebe-se que ser mãe e ser militante, para a amostra investigada, apresentava certa ambivalência, pois, se contestavam de um lado os padrões vigentes, do outro, repetia-se o que era tradicional, configurando-se como conflito para as mulheres militantes, que precisavam decidir entre o exercício pleno da maternidade, ou pela continuidade da militância. Por outro lado, a condição da maternidade “...também representou para essas mulheres a possibilidade de reconstrução de suas vidas, motivo pelo qual precisavam enfrentar a realidade após o aniquilamento sofrido na tortura ...” (Veloso, Gianordoli-Nascimento & Ferreira, 2010, p.7). A estas mulheres se colocava, contudo, a escolha entre uma condição ou outra, e o contrabalanço entre os projetos individuais e coletivos.

### 1.3 Maternidade e Militância: ou isto ou aquilo

A identidade feminina como cita Carneiro (1994), é um processo histórico e cultural; bem como o processo da maternidade e embora envolvam processos biológicos, são frutos da construção de imagens da mulher.

Os sentimentos em relação às crianças, à gravidez e ao cuidado materno, foram também produzidos socialmente (Badinter, 1985; Scavone, 2004). No século XVII, por exemplo, a infância tinha um valor negativo, e as crianças eram consideradas como seres malignos. Havia neste momento a influência do pensamento de Santo Agostinho cuja concepção era de que as crianças simbolizavam o pecado e teriam uma maldade intrínseca. Estas noções guiavam o comportamento dos pais em relação aos filhos, considerados como um “fardo”, culminando em práticas de infanticídio e abandono, principalmente nas famílias mais pobres (Badinter, 1985).

As condições de higiene, e o cuidado precário com as crianças, geraram grande número de mortes no século XVIII, o que fortaleceu o distanciamento das mães em relação aos filhos, pelo medo de perdê-los (Badinter, 1985; Matos, 1995). Questiona-se então se esse medo não estaria relacionado ao amor, em relação ao bebê. Badinter (1985) ressalta que não há dúvidas sobre a existência de um sentimento entre pais e filhos, entretanto, não havia uma valorização “social e moral” deste amor “... em todos os tempos, houve mães amantes ... o amor materno não é uma criação ... do século XVIII ou do século XIX. Isso, porém, não prova de modo algum que tenha sido uma atitude universal” (p. 86). Amar incondicionalmente o filho, desejá-lo, cuidar com dedicação exclusiva do bebê, não era, e não é, um sentimento compartilhado por todas as mulheres.

Com o advento da modernidade, da industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, ocorreu uma mudança em relação ao papel social da mulher, que passou a viver no espaço doméstico exercendo exclusivamente as funções de mãe e esposa, uma vez que o trabalho com máquinas e nas fábricas não competia a elas (Rocha-Coutinho 1994). Surge assim a família nos moldes nucleares, na qual cabe ao homem o sustento e manutenção do lar, e da mulher o cuidado com a casa e os filhos. Isso modifica também a ocupação dos espaços público e privado. Rocha-Coutinho (1994) afirma que o imperativo para o lar passa ser o amor ao marido e aos filhos, o que condiciona à mulher ao cuidado e domínio do outro.

Pateman (1993) ressalta que o contrato estabelecido no casamento, não é apenas um contrato social, mas sexual, pois designa ao homem o direito sobre a mulher, e

conseqüentemente aos filhos, assim como no domínio da sociedade. Sobre a mulher colocou-se a responsabilidade da educação dos filhos, que segundo Rocha-Coutinho (1994) foram considerados o futuro da nação. Assim, o sentimento em relação à infância se transformou. O discurso de diferenciação biológica sustentou a noção de que mulheres e crianças são frágeis, logo, o lar seria o lugar de proteção.

O mito da infância encontra assim um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres como as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas, e portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitam de sua proteção (Rocha-Coutinho, 1994, p. 30).

O discurso científico em várias esferas, médica, higienista, jurídica, contribuiu para a definição do espaço secundário da mulher, que saíram progressivamente de cena no espaço público, pois ser “mãe” e “esposa” passou a ser característica socialmente valorizada. Se antes as mulheres entregavam os filhos para serem amamentados por amas-de-leite, pois o ato de amamentar não era bem visto na alta sociedade, não sendo valorizado, agora caberia a ela a maternagem. Se outrora eram educados por tutores e posteriormente enviados para internatos, passaram a ser educados pelas mães, que tiveram maior acesso a escolarização não apenas para se profissionalizarem, mas principalmente para o cuidado da prole e da família (Badinter 1985; Rocha-Coutinho, 1994; Matos, 1995).

O instinto, ou amor materno tornou-se então constitutivo da natureza feminina, sendo amplamente valorizado na sociedade moderna. As mulheres que não se encaixavam em tal perfil eram consideradas relapsas, “mães más”. Compreende-se assim, que o amor materno é um mito construído socialmente (Badinter, 1985).

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostra-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É “adicional” (p. 366).

A total entrega da mulher aos filhos provocou conflitos para ela e os homens, que são tolhidos do exercício da paternidade (Badinter, 1985; Trindade, 1998), uma vez que com a vida fora do âmbito doméstico, para cumprir sua função de produtor, tem um tempo reduzido para o contato e cuidado dos filhos. As concepções naturalizadas de que os homens não teriam habilidades suficientes para cuidar sustentavam essas concepções. Assim, maternidade e paternidade são também construções sociais (Trindade, 1998).

Trindade (1998) em seu trabalho sobre as concepções da maternidade e paternidade ressalta que há reflexos dessas construções ainda na atualidade, pois a valorização materna,

em detrimento da paternidade, continua sendo enaltecida a partir da relação mãe-bebê, excluindo o pai desta relação. Estas concepções, fortemente sustentadas pela ciência, que contribuiu para práticas de exclusão (Camino & Ismael, 2004; Trindade, 1998), e fortaleceu por meio destes discursos, determinadas ações e modos de relacionamento com os filhos, sendo a mulher a principal responsável pelo o que seria da criança.

As concepções de que a mulher só seria completa ao ser mãe, tão valorizada e idealizada no século XX, e no Brasil, por exemplo, estando em voga nos “Anos Dourados” (Bassanezi, 2004), ainda estão presentes na compreensão da identidade feminina atual, embora os movimentos feministas e estudos de gênero tenham colocado em questão a naturalização desses lugares.

No período da Ditadura Militar no Brasil, houve por parte do pensamento da esquerda uma reavaliação de ideais e algumas tentativas de rompimentos com o que era considerado comportamento burguês. Nesse contexto foi possível rever, ainda que não fosse o objetivo, algumas questões e lugares de gênero em relação: ao casamento; a constituição da família, além da entrada das mulheres em espaços construídos socialmente para homens; entretanto, pouco se rompeu em relação à maternidade. Em um momento de revolução dos códigos morais e políticos, ser mãe ainda incutia responsabilidades e culpa, caso esse papel não fosse cumprido como esperado socialmente.

Ser mulher e ser militante exigia das mulheres algumas escolhas que impunham renúncias dolorosas e com altos custos sociais quanto à relação com seus grupos de pertencas já que sua identidade social se construiu por meio do amálgama formado pelo pleno exercício da mulher-mãe. Implicações essas que não se colocavam para os homens, visto que suas identidades não se construíram socialmente relacionadas ao exercício da paternidade (Gianordoli-Nascimento, 2006).

Ter que escolher entre a militância e o exercício da maternidade, sinaliza que a mulher que militava estava no lugar impróprio, pois o lugar da mãe era no seio da família, e não nas ruas, seu lugar deveria ser o recôndito privado. Ser militante era sinônimo de ser transgressora, manchando assim a identidade da mulher: mãe-esposa (Ridenti, 1990).

Desse modo, ser mãe neste contexto, marca a trajetória de “Mulheres que não puderam ter filhos ou os tiveram na clandestinidade, na mais absoluta precariedade e solidão, mulheres que foram obrigadas a se separar de seus filhos” (Goldenberg, 1997, p. 361), e que até no presente, sofrem as vicissitudes dessa condição, como se pode ver na narrativa construída por Gianordoli-Nascimento (2006), a partir do relato de uma de suas entrevistadas:

[...] Seu bebê nasceu em maio de 1969, em um parto clandestino difícilíssimo. Após o nascimento, já era claro para o casal que eles teriam que sair do país e entrar no exílio. Silvia foi convencida pelo namorado que seria mais seguro deixar o bebê com os pais dele, no Brasil, até que estivessem instalados no estrangeiro, quando, então, providenciariam o seu reencontro. Muito a contragosto, concordou .... Com a vida sem perspectiva, completamente sem amparo e pensando recorrentemente em suicídio, ela buscou ajuda psiquiátrica. Silvia nunca mais teve a filha ao seu lado e poucas vezes recebeu sua visita. Somente aos seis anos a menina descobriu que era sua filha e mesmo nas vezes em que quis morar com a mãe, foi impedida pelos avós paternos. Há alguns anos, Silvia descobriu que ela havia sido registrada como filha dos avós, contrariando a certidão de nascimento que havia recebido quando nasceu (Gianordoli-Nascimento, 2006, pp.73-74).

Ser mulher, e ser militante, implicava em alguns tipos de escolhas: “ou isto ou aquilo”. Esta escolha ainda parece estar posta na atualidade, já que como pontua Biasoli-Alves (2000), há tradições e comportamentos que se mantêm. Com a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho a escolha entre “ou isto ou aquilo” volta a se fazer questão, pois conforme Rocha-Coutinho (2009), a maternidade ainda aparece como algo que completaria a mulher.

Assim, ocupar altos postos de trabalho, ter uma carreira, e dar continuidade a ela, embora contente a algumas, não preenche outras. Acredita-se que esta não é apenas uma escolha da mulher, entre ser mãe, ou ser militante, ser mãe ou dar continuidade à carreira, mas a expressão da força que o mito do amor materno e do ideal de ser mulher, mãe, esposa e trabalhadora, tem na constituição da identidade feminina (Carson, 1995). Rocha-Coutinho (2009) alerta ainda que as mulheres que não se dedicam exclusivamente à maternidade, abrindo mão da carreira, mesmo que por um período, sentem-se culpadas, já que a responsabilidade em relação à maternidade ainda impera sobre a mulher.

As militantes do período da Ditadura foram também questionadas em relação à maternidade, já que a sociedade, marcada pelo patriarcalismo, mantinha concepções tradicionais sobre “ser mãe”. Ferreira (1996) traz relatos de mulheres mães e que vivenciaram nos momentos de clandestinidade, prisão e tortura, a ameaça de ter a maternidade afetada: “*Terrorista não pode ter filho; quem tem filho agora agüente*” (Hercília, citada por Ferreira, 1996, p. 154) . O fato de ser mãe, ou de estarem grávidas, não impediu que fossem torturadas e humilhadas, pois pela dupla transgressão de ser mulher e militante (Goldenberg, 1995; Colling, 1997), sofriam, com requintes de crueldade, violências físicas e psicológicas.

A Arquidiocese de São Paulo (1985) e Ferreira (1996) discorrem sobre militantes que tiveram a gravidez interrompida devido às práticas de torturas perpetradas contra elas: “... *molharam seu corpo, aplicando conseqüentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram o aborto*”

(Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 50). Mulheres que carregam marcas que ainda hoje afetam sua identidade em relação ao “ser mãe”:

... é estuprada nas instalações da PE [Polícia do Exército] no Rio. Com isso, é duplamente torturada, pois, ao saber que está grávida, não suporta a idéia de ter a criança .... o fato não se consuma .... acaba perdendo a criança. Por outro lado, diz que “*o resultado daquela violência foi eu jamais ter tido coragem de ter filhos, mesmo adorando crianças* (Joana, citada por Ferreira, 1996, p. 153).

A vivência da maternidade neste período ou na atualidade estabelece contraditoriamente uma decisão para a mulher, por sua condição: ou será isto, ou aquilo.

#### **1.4 Revivendo histórias e construindo memórias**

O desconhecimento das diversas versões que compõem a ampla história de uma sociedade subtrai a possibilidade de compreender melhor os processos sociais nos quais os sujeitos e grupos se envolvem no presente, diminuindo a capacidade de escolha e de autodeterminação. Ferreira (1996) explica que, através dessa perspectiva, a amnésia social, insistentemente atribuída aos brasileiros ou ao Brasil, assume outra posição, o esquecimento (e também o desconhecimento, já que não podemos nos lembrar daquilo que não conhecemos) que é socialmente organizado através de um processo seletivo, controlado principalmente por esferas de poder tais como a do Estado, a das elites e a dos meios de comunicação que são espaços privilegiados de criação de memória social.

Neste sentido, o silogismo “*quem controla o presente controla o passado*” (Ferreira (1996, p.71), e vice-versa, revela a interação contínua entre presente e passado, demonstrando a força que o controle sobre seus conteúdos representa. A disputa pelo poder, ou seja, pela posse e interpretação da memória, está calcada no meio do conflito, do jogo de interesses e de valores culturais, sociais e políticos do momento presente e, justamente por estar imbricada nas práticas de vida social, freqüentemente é imperceptível ao senso comum.

Pollak (1989) aponta que os trabalhos atuais sobre a memória rompem com o discurso histórico que constrói a memória oficial e trazem para a historiografia as lembranças dos marginalizados e dos excluídos. Para o autor, a memória nacional uniformiza lembranças exercendo uma função opressora em relação às experiências lembradas pelas pessoas e grupos. As “memórias subterrâneas” trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e

as memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social. Portanto, a memória nacional foi construída com a finalidade de ser dita, propagandeada e imposta à população, sendo elaborada a partir do estabelecimento de um tempo progressivo, linear e finalista, um tempo, portanto, que é desconstruído por lembranças que são descontínuas de indivíduos e grupos, cujos interesses não coincidem necessariamente com os interesses do poder vigente (Pollak, 1989).

Corroborando o pensamento de Pollak (1989), D'Allesio (1998) diz que a uniformização da memória feita pelo poder tem, dentre outras, a função de construir e manter a identidade nacional.

... o significado da criação desse tipo de 'comunidade de destino' revela-se à medida que a nação torna-se a referência grupal fundamental de pessoas que vivem num mesmo território, sob a mesma organização social. No entanto, a fragmentação provocada pela emergência de memórias paralelas, desorganiza esse referencial maior criando novas identidades e questionando a estabilidade do poder estabelecido (D'Allesio, 1998, p. 277).

Nessa condição, podemos perceber que nos depoimentos de ex-presas políticas (Ferreira, 1996; Colling, 1997; Carvalho, 1998; Gianordoli-Nascimento, 2012) a relação entre memória e ideologia apresenta-se estreita e complexa. No caso dessas mulheres, elas são duplamente atingidas pelo fenômeno, sofrendo tanto os efeitos da hegemonia oficial como os da hegemonia de gênero. Portanto, a construção de sua memória individual e de grupo enfrenta, além da repressão de seu discurso político (como os dos companheiros de militância), a repressão de seu discurso, de um modo geral, em função da sua posição na hierarquia de gênero (Ferreira, 1996; Colling, 1997). Nesse sentido, trazer foco sobre as memórias desses grupos femininos pode levar a um resgate do papel que desempenharam, contribuindo para um novo modelo de gênero.

Considerando que tanto os regimes autoritários quanto as memórias são produtos de construções sociais (Rollemberg & Quadrat, 2010) objetivamos apontar alguns elementos relacionados à memória social do período da ditadura militar a partir das experiências, lembranças e narrativas das militantes em suas vivências relacionadas à maternidade. Nesse sentido, ressaltamos a importância de investigar essas memórias femininas, compreendendo como a psicologia social, por meio de uma abordagem psicossocial da memória (Sá, 2007, 2009), pode contribuir para que o tema seja entendido como peça importante para a construção de uma memória histórica desse grupo, acerca da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Conforme ressalta Sá (2007) o termo memória social, é um conceito abrangente que inclui diferentes tipos de memória, como por exemplo, as pessoais, comuns, históricas, entre outras, sendo a abordagem psicossocial da memória, um exercício de um grupo de psicólogos sociais em reunir perspectivas sociológicas e psicológicas, sem, contudo, dividi-las, buscando compreendê-las de forma integrada, a fim de propor uma análise “psico-social” da memória (Sá, 2007, 2009).

Nesse sentido, os diferentes tipos de memória devem ser compreendidos em sua construção, atualização e modificação, entendendo a dinâmica de como as pessoas se lembram e do que se lembram; visualizando assim a relação entre passado, realidade e cultura, tendo em vista que a partir da priorização cultural e social de alguns fatos é que as pessoas poderão se lembrar ou esquecer-se de determinados acontecimentos (Sá, 2007, 2009).

Dentre os diversos tipos de memórias citados por Sá (2007), destacaremos três: as pessoais, as comuns e a histórica. As memórias pessoais são aquelas relacionadas às experiências de vida da pessoa em determinado contexto e apesar de serem particulares, não são individuais, por serem por meio da linguagem, construídas socialmente. Já as memórias comuns, são aquelas relacionadas às experiências vivenciadas no mesmo período e contexto, que guardam entre si, semelhanças. A memória histórica por sua vez, é construída a partir de memórias documentais e orais, sendo uma memória da história (Sá, 2009).

Conforme Perrot (2005) nas narrativas históricas há uma omissão da presença das mulheres, o que não significa dizer que elas não estiveram presentes em importantes espaços públicos e lutas sociais. Neste trabalho, vamos salientar a importante participação das mulheres no contexto de militância política durante o regime militar no Brasil período de significativas mudanças sociais e nas relações de gênero.

Os anos de 1960/1970 foram marcados no Brasil por uma série de modificações, entre eles o avanço do ideário da modernidade, que possibilitou uma nova configuração em relação a ocupação dos espaços, público e privado, além da quebra de muitos códigos e valores tradicionais, já que a tônica do momento era romper com os ideais colocados. Além disso, o acesso a vagas de empregos nas mais diversas áreas assinalavam para um novo modelo de feminilidade, no qual as mulheres ocuparam outros lugares e papéis além do de esposas e mães. Como aponta Trigo (1994), com a possibilidade de continuidade e avanço da escolarização das mulheres e a progressiva entrada nas universidades, elas passaram a ter acesso a outros tipos de debates públicos sobre os quais antes, não eram convocadas a discutir. Os movimentos estudantis, sobretudo, foram uma das portas de entrada para as

mulheres no mundo da militância política, por meio do qual puderam elaborar críticas e questionar os valores vigentes.

Os anos de 1964 e os que se seguiram foram de suma importância na história não apenas da geração de mulheres que nele viveram, mas para as posteriores, já que conforme situa Vaitsman (1994), o contexto de militância no qual essas mulheres estavam envolvidas foi um dos primeiros movimentos de rupturas dos modelos vigentes até aquele momento. Um período de transição nas esferas, políticas, econômicas, sociais, e das relações de gênero, já que homens e mulheres passaram a transitar em espaços comuns, e atuar em conjunto. “... no âmbito das relações de gênero, expressou-se a constituição das mulheres como sujeitos, indivíduos, desafiando os discursos patriarcais” (Vaitsman, 1994, p. 70). Marca-se, entretanto que essas mudanças se deram principalmente em relação aos modelos de vida urbana da classe média brasileira.

Sarti (2004) considera que o movimento feminista que se fortalecia na Europa e América do Norte, teve solo fértil para se implantar paulatinamente no Brasil durante este período, uma vez que o clima era de inconformismo com normas e valores estabelecidos socialmente, que passaram a ser contestados pelas mulheres. Embora as militantes tenham tido um importante papel na transformação desses valores, sendo consideradas como “transgressoras” não apenas por enfrentar o regime militar, mas por ser a antítese das mulheres dos “Anos Dourados”, ou seja, do modelo feminino esperado (Goldenberg, 1997; Vaitsman 1994; Sarti, 2004), naquela conjuntura específica não existia uma consciência ou convicção feminista que balizassem as ações em torno do lugar social das mulheres.

Sem dúvida, a inserção das militantes em um contexto político, a entrada na universidade, a maior circulação no espaço público além do contato com leituras feministas, influenciaram a formação crítica e o posicionamento das militantes em relação ao modelo burguês de vida, contudo, não se percebe a existência de uma consciência de que ao agir diferente do modelo esperado estivessem modificando as relações de gênero, e a condição feminina, não apenas de sua geração, mas das gerações seguintes.

Remontar esse cenário político em que as mulheres também atuaram é de suma importância para o entendimento acerca deste importante contexto social que modificou as relações de gênero e o lugar social da mulher, e que contribui para compreensão do estado atual da condição feminina, masculina, das relações entre maternidade e paternidade, já que esta época se constituiu como um marco de reavaliação de papéis sociais. Nesse sentido, esta pesquisa visa investigar as dinâmicas da maternidade nesse conjuntura. Dessa forma, as memórias dessas mulheres são também memórias deste período. Reconhece-se assim, que o

relato oral das militantes entrevistadas se constitui como um valioso registro não apenas dessas vivências, nos permitindo compreender as particularidades deste período, principalmente em relação ao exercício da maternidade neste contexto de continuidades e rupturas (Biasoli-Alves, 2000).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Compreender a experiência da maternidade para mulheres que conjugaram militância política e maternidade durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Conhecer e analisar os reflexos da experiência da maternidade para a compreensão do lugar social da mulher militante no período.
- Conhecer e analisar a experiência da gravidez/maternidade e seus impactos nas relações sociais: familiares, companheiros afetivos, companheiros de militância e regime repressivo.
- Verificar e analisar a partir dos relatos, as possíveis continuidades e transformações nas concepções/práticas sobre maternidade de mulheres que, em alguma medida, romperam com o lugar social tradicional da mulher- mãe.
- Contribuir para a compreensão da construção social da dinâmica identitária de mulheres-mães inseridas no universo político do período.
- Contribuir para a compreensão da trajetória de militância política feminina em oposição ao Regime Militar no Brasil.

### 3 MÉTODO

#### 3.1 O Contexto de Pesquisa

Esta pesquisa deriva e complementa um conjunto mais amplo de pesquisas que investigam as dimensões sociais da memória e da identidade social, relacionados ao período da Ditadura militar no Brasil, desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais” (CNPq/Dep. Psicologia UFMG). A partir da inserção nestas pesquisas, surgiu o interesse em desenvolver este trabalho que objetiva a compreensão da vivência da maternidade para mulheres que militaram no período da Ditadura Militar no Brasil. Neste sentido, trata-se de pesquisa qualitativa de natureza exploratória, por sua pretensão em ampliar, a partir do relato de sujeitos, o foco de entendimento sobre temas como maternidade e militância feminina, em um contexto específico.

Ressalta-se que o trabalho de Gianordoli-Nascimento (2006) é base para o desenvolvimento das pesquisas acima mencionadas e do presente estudo. Por meio desses trabalhos captamos a necessidade de exploração do tema “maternidade e militância”, também mencionado em outros estudos sobre a temática da militância feminina, como por exemplo, os trabalhos de Colling (1997) e Ferreira (1996). Procuramos expandir a discussão em torno deste tópico, articulando-o especificamente a questões teóricas relacionadas à construção da identidade de gênero feminina (Carson, 1995) e da construção da memória social (Sá, 2007, 2009; Pollak, 1989, 1992; Nora, 1993; Motta, 2004; Perrot, 2005; Gondar, 2000) do período, a partir do relato dessas mulheres.

Os trabalhos desenvolvidos e descritos por Ferreira (1996), Colling (1997), Catela (2001) e Gianordoli-Nascimento (2006) e Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos (2012), foram importantes guias para o desenho de alguns aspectos metodológicos presentes neste estudo, bem como para o entendimento dos percalços experimentados na relação com este tema de investigação. Antes, porém, de explanar os procedimentos tomados para a realização desta pesquisa, seguirei o exemplo de Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos (2012), ao escrever em algumas ocasiões, utilizando a forma direta, em primeira pessoa do singular, a fim de compartilhar minha imersão no campo de pesquisa. Experiência esta não apenas de descrever, mas de inscrever-se no universo pesquisado (Geertz, 1989).

Realmente precisava mergulhar neste mundo desconhecido por mim, que por meio do ensino da história na vida escolar, havia aprendido que no Brasil ocorreu um período em que presidentes militares governaram o país, denominado “Regime ou Revolução Militar”. E isso era tudo que sabia!

Entretanto, neste novo momento na vida acadêmica, ao participar de um grupo de pesquisa sobre um período histórico do país e me deparar com o cotidiano vivido durante o período da Ditadura Militar, me encontrei com o desconhecido e desejei saber mais, e ouvir daquelas que viveram aquele e naquele tempo, uma versão que não somente eu desconhecia. Nesse sentido, enquanto psicóloga, identifiquei nesse encontro uma dimensão antropológica que me foi explicitado por Romanelli (1998) “... o entrevistado é um mediador entre o antropólogo e o desconhecido que ele procura decifrar” (p. 126).

A busca era por algo mais do que a história política do país. Relacionava-se às minhas inquietações iniciais de pesquisadora, em entender questões de gênero no tocante à ocupação de mulheres em espaços destinados sócio-historicamente para homens. Situava-se, entre outras questões, em como mulheres naquele contexto sócio-político, se constituíram militantes e mães em meio às atividades de militância. Tentar compreender o desconhecido não é tarefa fácil, mas parece estar no cerne da vida de um/a pesquisador/a!

Era uma estrangeira em terra desconhecida! Porém, “Essa exterioridade configurava-se como pressuposto de ordem metodológica fundamental para a manutenção do exercício do constante estranhamento.... deixando de lado.... prenoções [*sic*] ... valores ... posicionando-se de modo interrogativo diante da alteridade” (Romanelli, 1998, p. 121). A aproximação era necessária, mas o estranhamento não poderia faltar, pois nosso objetivo não era o esgotamento do assunto, mas a captação da vivência daquela experiência pelos sujeitos. Tratava-se de uma relação entre sujeitos.

Assim, foi necessário e fundamental entrar em um “túnel do tempo” e reportar-me aqueles tempos por meio de leituras de artigos e livros sobre o período, documentários e filmes que retratavam a trajetória de militantes e falavam sobre o país naquela conjuntura. Para tanto, vi inúmeras fotografias e pinturas de militantes mortos pela repressão, além das práticas e instrumentos de torturas. Tive acesso online a algumas revistas e jornais da época, escutei canções entoadas no período; li e reli depoimentos de militantes e militares, além das participações em eventos acadêmicos e sociais que discutiam a temática e me colocavam ao lado daqueles que partilhavam suas experiências.

Acerca do tema, possuía certo conhecimento, mas era preciso experimentar o espírito do tempo, a fim de minimizar o distanciamento existente entre mim e minhas possíveis

entrevistadas, aspectos que a literatura já me apontava devido inclusive ao fator geracional (Gianordoli-Nascimento, et al. 2012), referente à distância etária que me afasta por mais de 30 anos. Nunca vivenciei uma ditadura, não sou da “geração de 68”, nem tão pouco nasci durante o regime militar.

Ferreira (1996), Colling (1997) e Gianordoli-Nascimento (2006) relatam também em seus estudos, sobre a necessidade que sentiram de se aproximarem do contexto no qual as entrevistadas, isto é, as mulheres militantes, vivenciaram. Esta justaposição aparece como fator importante para que no contato com os sujeitos de pesquisa, este outro interpelado convidado a abrir as ‘caixinhas de si’, pudesse sentir que ali havia outro com quem era possível compartilhar. Por isso, concordamos que “a pesquisa é uma relação de troca e não um processo de apropriação do outro” (Romanelli, 1998, p. 127) e para o estabelecimento de partilhas, aproximar-se dos códigos culturais da época, comungar nomes, ter noção de lugares, ruas, acontecimentos políticos importantes, foi essencial neste contexto de pesquisa.

Triviños (2008) ressalta que o conhecimento do contexto do fenômeno investigado também é importante para a construção do roteiro de entrevistas, o que de fato contribuiu para estabelecer e complementar nosso instrumento de coleta de dados. Trindade, Menandro e Gianordoli-Nascimento (2007) dizem que “conhecer o universo mais amplo da experiência do sujeito possibilita as condições necessárias para que o sujeito participante se sinta compreendido ao mesmo tempo em que favorece a formulação de um conjunto de itens, como roteiro possível de uma entrevista” (p. 81).

Conforme aponta Minayo (2010), a pesquisa qualitativa propicia acesso ao universo simbólico, relacional, em que os sujeitos se articulam e constroem a realidade social. Sendo assim, compreendemos que a pesquisa de campo, começou antes da entrada em campo, propriamente, permitindo o descobrimento de elementos do universo estudado. Foi possível ainda, para mim, enquanto pesquisadora, e jovem-adulta de outra geração, construir uma memória de um tempo, que não possuía. De acordo com Sá (2007) a construção da memória histórica de um período, ocorre também por meio de material documental, além dos relatos orais e do compartilhamento de memórias pessoais e comuns. Assim, por meio do acesso a documentos, arquivos de depoimentos orais, documentários, filmes, entre outros materiais, foi possível certa familiarização com o contexto, tendo conhecido inúmeras expressões utilizadas por militantes; siglas de organizações políticas e departamentos policiais.

Por meio da participação em eventos estabeleci contato com ex- militantes e militantes ainda atuantes, pude também “viajar no tempo”, seja por meio dos relatos que escutei durante a inserção nas pesquisas anteriores a esta, das cenas recriadas nos relatos dos sujeitos que

pareciam vivas para mim; o que me possibilitou perceber/ter o sentimento de que também sou herdeira daquele tempo, compreendendo após estudos e reflexões atuais, que aquelas vivências têm total relação com o ser mulher/mãe/trabalhadora atual. Neste universo de pesquisa passado e o presente formam um amálgama, me permitindo perceber que os fatos “antigos” são atualizados, e que ontem não está descolado do hoje.

Fazer essa conexão foi importante para a compreensão de que investigar tal tema contribui, não somente para o entendimento do contexto histórico-social e das questões de gênero neste período, mas para o entendimento mais amplo de questões sociais atuais. Por isso, fazer esse retrospecto foi de suma importância para o entendimento de que este tema nos convoca não apenas por ser desconhecido ou acobertado, mas por ter gerado impactos e mudanças em nossa sociedade, sendo parte da realidade que vivemos.

### **3.2 Sujeitos Participantes**

A amostra deste estudo foi composta por quatro (04) entrevistas realizadas com mulheres que participaram de organizações políticas clandestinas e militaram politicamente em oposição ao regime ditatorial durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), e que nesta época, engravidaram, conceberam ou tiveram a gravidez interrompida, tendo elas, na atualidade, a média de 65 anos. As mulheres da amostra tiveram inserções políticas diversificadas, sendo que a idade de entrada na militância variou entre 15 e 20 anos. Todas passaram por experiência de clandestinidade, prisão e tortura, quando tinham entre 23 e 27 anos. Elas viveram períodos de clandestinidade antes e após as prisões, grávida ou com filhos pequenos. Seus partos foram realizados de forma clandestina em hospitais, ou durante a prisão, clandestinidade e o exílio. Viveram as perdas de seus bebês ou pelo afastamento obrigatório, ou pela morte prematura. Lutaram bravamente para que seus filhos se salvassem da morte, da exclusão ou da solidão. Mulheres que romperam com a ordem imposta ao seu gênero por viverem a maternidade descolada do matrimônio tradicional e apartadas de seus companheiros afetivos, não por escolha pessoal, mas por perseguições e desaparecimentos.

As entrevistas foram coletadas de forma individual: três (03) realizadas entre março e maio de 2012, tendo sido duas (02) coletadas no Estado de São Paulo e uma (01) em Minas Gerais; e uma (01) foi realizada em 2004 na cidade de Brasília. Cabe esclarecer que esta

entrevista se origina do banco de dados das pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa do CNPq “Memória, representações e práticas sociais”, que integram as temáticas relacionadas à trajetória de militância de ex- militantes e de familiares de ex-presos políticos, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil. Este banco atualmente é composto por um número total de 23 entrevistas realizadas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco e Distrito Federal. Sendo que cinco (05) destas entrevistas, são consideradas “mistas”, por serem de mulheres que iniciaram suas militâncias no período ditatorial brasileiro nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo e que também são/foram companheiras, filhas e irmãs de ex-presos (as) mortos ou desaparecidos políticos, e em seus relatos, fazem menção copiosa da militância de seus familiares e de suas próprias experiências como familiar de um desaparecido político. Assim, nos diferentes recortes de estudo, são identificadas ora como entrevistas de mulheres militantes, ora como de familiares de militantes.

Do montante de 23 entrevistas que conformam o banco de dados, selecionamos uma (01) de “mulher militante” que em sua trajetória relata aspectos relevantes sobre as experiências de militância e maternidade. A seleção desta entrevista específica deu-se após intensa leitura e identificação da presença abundante de elementos acerca do tema investigado neste trabalho. Embora outras também contemplassem tais aspectos, selecionamos aquela que no conjunto das entrevistas obtidas para esse trabalho trouxesse um aspecto diferencial, que neste caso é a maternidade no exílio. A partir do procedimento utilizado por Biasoli-Alves (2000) de utilização de entrevistas que compõem banco de dados de pesquisas anteriormente realizadas relacionadas à temática estudada, incorporamos o relato arquivado em nosso corpus de pesquisa, na íntegra.

As três “novas” entrevistas foram realizadas seguindo o mesmo critério norteador em relação à maternidade e militância, e no intuito de contribuir para constituição do material do banco de dados que originou a presente proposta de pesquisa, estas três entrevistas compõem as cinco consideradas mistas, como citado acima, e estão contabilizadas no número atual absoluto de entrevistas do banco ( $n = 23$ ). Desse modo, a amostra do presente estudo contém entrevistas de mulheres militantes que além de militantes foram familiares de militantes, característica fundamental para a compreensão de suas trajetórias de vida.

### 3.3 Procedimentos de coleta de dados

Este estudo contém entrevistas realizadas especificamente para a presente pesquisa e entrevista selecionada em um banco de dados. Apesar de termos feito o uso de apenas uma das entrevistas realizadas entre 2002 e 2012, estas outras entrevistas que compõem o banco de dados foram nosso ponto de partida e nos serviram de fonte para o desenvolvimento tanto do roteiro de entrevista como para os procedimentos de construção de unidades de significados para as narrativas. Ressalta-se que no banco de dados acessado existem outras entrevistas que tendo sido lidas e estudadas nos deram subsídios técnicos e teóricos para a realização da coleta. Foi de fundamental importância o contato com esses relatos para a preparação e ‘ambientação’ com o cenário e as experiências do período, além de ter sido um importante recurso didático para a aprendizagem técnica de condução e manejo de entrevistas como fonte de coleta de dados de pesquisa. Dessa forma, o corpus que compõe o banco de dados, contém vasto material que permite diferentes análises temáticas, assim como citado na experiência de Biasoli-Alves (2000), no uso de materiais armazenados em banco de dados.

Todos os detalhamentos em relação aos procedimentos de coletas de dados foram padronizados e se relacionam as entrevistas como um todo, já que foi seguido o mesmo procedimento metodológico. Para conseguirmos essa sintonia entre os dois momentos, os procedimentos de coleta de dados de Gianordoli-Nascimento (2012), foram profundamente estudados e seguidos como modelo metodológico, a fim de condensarmos aqui as experiências de coleta em períodos de tempo diferentes.

O contato com as entrevistadas foi mediado por outros militantes ou familiares de militantes que conhecemos em eventos que discutiam a temática e faziam parte da rede de contatos que possuíamos a partir do banco de dados do grupo de pesquisa. Dessa forma, os militantes que conhecemos durante os eventos, fizeram um primeiro contato com as militantes a serem entrevistadas, verificando possibilidade e anunciando nosso interesse em realizar presente pesquisa, criando assim condições de confiabilidade e aproximação necessária. O contato inicial com as entrevistadas ocorreu antes da entrevista propriamente dita, via telefone e por e-mail, momentos em que foram esclarecidos o objetivo da pesquisa e o agendamento dos encontros. Esta aceitação em falar incluía revelar aspectos de suas relações com os filhos (as) poucas vezes explicitados, acarretando reflexões sobre a relação entre suas trajetórias políticas e as consequências na vida de seus filhos, tal característica do processo de

participação foi encarada por elas como um aspecto positivo que colaborou para o consentimento em realizarmos este estudo. Todas concordaram em contribuir com sua participação considerando o tema a ser investigado algo ainda pouco explorado diante das inúmeras entrevistas e depoimentos que a maior parte delas, outrora fizeram.

Após estes contatos, e nos dias dos encontros propriamente ditos, criou-se um clima agradável de confiança e empatia, que facilitou nossa entrada em campo e criou as condições para que de fato a entrevista fosse um encontro entre pesquisador e pesquisado. Ainda que para Romanelli (1998), a empatia (criada anteriormente) não seja elemento essencial para uma pesquisa de qualidade, tendo em vista que a entrevista é um processo que ocorre entre sujeitos, “cujas posições sociais são construídas no momento e no decorrer da entrevista” (Romanelli, 1998, p. 129), para nós, o contato anterior ao momento da entrevista foi de suma importância, sendo a nosso ver o início dessa construção de um processo entre sujeitos. Aspecto salientado no processo de entrevista realizado por Gianordoli-Nascimento et al (2012) no período da realização da entrevista que compõem o banco de dados original.

O local de realização de todas as entrevistas foi definido pelas próprias mulheres, que escolheram como espaço, suas residências, tendo nos recebido em dia e horários definidos conforme a disponibilidade de cada uma. Algumas das mulheres entrevistadas tinham agendas com muitos compromissos marcados, porém, no dia de realização das entrevistas, seguindo a recomendação de horário proposto por elas, desmarcaram espontaneamente seus compromissos para dar continuidade ao relato que estavam nos prestando. Outras duas estiveram exiladas por longos anos em outros países, e nosso contato se deu próximo a chegada delas no Brasil. Assim, algumas guardavam o sotaque estrangeiro, o que não dificultou nosso entendimento, por ser apenas uma marca, em detrimento de expressões de reconstrução de vida e da identidade em um contexto que deixaram a contragosto. Outra entrevistada estava passando por recuperação de seu estado de saúde devido ao tratamento de um câncer, além de um forte resfriado, por isso, tomamos cuidados éticos e técnicos para que a entrevista fosse realizada até o ponto em que ela conseguisse ficar confortavelmente conosco. Esta foi a entrevista de menor duração em relação às outras, tendo seu conteúdo igual valor as das demais, sendo um relato de extrema importância na análise e construção deste estudo. Todas as entrevistadas foram informadas que a entrevista poderia ser interrompida a qualquer momento que desejassem, embora nenhuma tenha sido interrompida.

Após terem lido, concordado e consentido com a realização das entrevistas, mediante a disposição para explicação de dúvidas, as entrevistadas assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A). Todas as entrevistas foram gravadas, em fitas cassetes e em

formato digital MP3. Posteriormente foram transcritas e analisadas, preservando o sigilo das entrevistadas, conforme acordado no termo assinado pela entrevistadora e entrevistadas. Este material ficará armazenado no banco de dados do grupo de pesquisa “Memória, representações, e práticas sociais” sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG), conforme informado as entrevistadas, e serão utilizadas somente para fins de pesquisa, mantendo o anonimato dos sujeitos.

Ressalta-se que o cuidado em relação ao sigilo e não divulgação dos nomes reais faz parte de nosso recorte metodológico, que busca a experiência do vivido, tratando de dimensões não apenas concernentes à vida pública, mas da dimensão pessoal e íntima, com conteúdos talvez nunca antes abordados e por isso, extrapolam a necessidade de divulgação.

As entrevistas tiveram duração de três a sete horas, sendo que a entrevista coletada em 2004 teve duração de doze horas. Todas foram realizadas em um só dia de encontro, tendo sido acordado, que caso fosse preciso, outros encontros aconteceriam. Conforme Triviños (2008), não há um limite de tempo pré-estabelecido para a realização das entrevistas semiestruturadas, sendo este um critério flexível a depender do objetivo da pesquisa, do assunto a ser tratado e da disponibilidade do informante. A realização de mais de um encontro também é usual, “não só com o intuito de obter o máximo de informações, mas também para avaliar as variações das respostas....” (Triviños, 2008, p.146).

Como já indicado, a entrevista semiestruturada foi escolhida como método de coleta, pois consideramos que entre os diferentes modelos de entrevistas esta possibilita que o assunto tratado seja conduzido a partir do curso de fala e pensamento do entrevistado, mediado pelo foco apresentado pelo entrevistador (Triviños, 2008). Flick (2004) aponta alguns entraves que experimentamos na condução e mediação das entrevistas, como: dúvidas na realização de determinadas questões, e sobre a retomada do fio condutor da entrevista quando essa parece seguir assuntos mais distantes dos propostos. Entretanto, há detalhes difíceis de serem previstos, pois algumas questões e atitudes “somente podem ser tomadas na própria situação de entrevista, [exigindo] um alto grau de sensibilidade....” (Flick, 2004, p. 106). Dessa forma, a realização de entrevistas torna-se um aprendizado a cada nova condução.

A direção e realização dessas entrevistas têm caráter singular, pois se trata do contato com sujeitos que passaram por experiências de clandestinidade, tortura, prisão, que embora experimentada por outros militantes, é um tipo de vivência incomum em relação à maior parte da sociedade, tendo impactos diferenciados na vida dos que passaram por isso. A condução se

torna difícil tanto por tratar de assuntos velados, quanto pelas marcas causadas nas trajetórias individuais e coletivas do grupo que pertenceram durante a militância.

O modo de narrar também é peculiar, pois a rememoração deste passado para algumas ainda é tão vivo, cheio de lembranças, de dores, de questões não respondidas, de sentimentos que acalentam ou machucam. Romanelli (1998) pontua que o discurso construído na relação de entrevista resulta da interpretação que o entrevistado faz das questões que lhe são feitas, e embora haja um roteiro com perguntas disparadoras,

A fala é construída mediante um recorte de experiências do sujeito e aquilo que ele oferece ao pesquisador é uma faceta sintetizada de parte de sua biografia. Contudo, o discurso não é ordenado somente pelas perguntas do pesquisador. Essas constituem uma indicação, não um *comando*. O entrevistado utiliza a questão ou o tema apresentado e articula fatos e relações relevantes para ele.... (p. 131)

Nesta experiência de entrevistar – mesmo com um roteiro semiestruturado, que nos serviu como recurso e não como fim – foi possível compreender que quando a entrevista pressupõe relação sujeito-sujeito, choramos juntas, sorrimos juntas, viajamos no tempo juntas, e não partimos da mesma forma que entramos. De fato, nos impactamos com essas histórias, e o envolvimento não apenas com o tema, mas com o que aquelas experiências provocaram e provocam sentimentos diversos, em nós e no outro. “O encontro que ocorre na situação de entrevista é marcado por emoções e sentimentos que emergem no decorrer dessa relação.... É o momento em que os imponderáveis da cultura anunciam sua existência, dando carne e sangue ao relato” (Romanelli, 1998, p. 128).

Certamente compreendemos que a coleta de dados possui pressupostos que orientam o processo metodológico, por isso, este contexto de pesquisa é complexo, pois exige aproximação e distanciamento, recursos necessários, e que devem ser percebidos em momentos específicos pelo pesquisador. May (2004) demarca que na condução de entrevistas é necessária certa “distância” (p.153) e o “entendimento intersubjetivo” (p.153) entre entrevistado e entrevistado; um “engajamento completo” (p.153) e “uma análise desligada” (p.153), e apesar desses elementos parecerem antagônicos é preciso buscar harmonia entre eles.

Todos esses aspectos ficaram evidentes durante as entrevistas quando em alguns momentos as palavras me faltaram; em outros foi necessário a sensibilidade de perceber se deveria parar ou continuar, respeitando sempre os limites emocionais e físicos de cada uma. Em outros momentos experimentei a sensação de inadequação, tendo dúvidas, quanto à formulação de certas questões e se essas estavam condicionadas ao interesse de pesquisa ou a

mera curiosidade. Foi preciso também certo controle da atenção e das emoções quanto ao desconhecido, para que não me perdesse no relato, já que nossa proposta era compreender o sentido daquelas experiências para as entrevistadas.

Ao sair dos locais onde as coletas foram realizadas, misturaram-se os sentimentos de felicidade por ter conseguido realizar a entrevista e algumas vezes de insatisfação porque lembrara algo que deveria ter perguntado. No outro dia, o silêncio tomava conta de mim, e não conseguia falar, nem se quer pensar naquelas experiências. Era tudo muito intenso e marcante. Essa experiência do processo não era totalmente desconhecida, Gianordoli-Nascimento (2012) já havia descrito essas dimensões, mas só a experiência me mostrou que algo em mim havia mudado, o momento da entrevista de fato foi um encontro com o fenômeno estudado, experienciado por meio da história dessas mulheres que me ligaram, em termos geracionais, a tantas outras.

Ferreira (1996), Colling (1997) e Gianordoli-Nascimento (2012) também relatam experiências e sentimentos diversos durante a condução das entrevistas, e de terem sido modificadas com esta experiência. Salientam, entretanto, que é necessário o reconhecimento de que ali há um ser humano que desempenha a tarefa de pesquisador, e lida diretamente como outro humano, nesse sentido: “O conhecimento dessa condição permite que se busque construir e manter o distanciamento necessário na abordagem tanto no trabalho de campo com no da elaboração das conclusões sobre ele, para evitar resultados ‘impressionistas’ ou naturalizados” (Ferreira, 1996, p. 81).

### **3.4 Instrumento de coleta de dados**

Constitui-se de um roteiro semiestruturado (Apêndice B), organizado em duas partes. A primeira contendo informações acerca da identificação das entrevistadas, subdividido em: 1º) Informações dos dados atuais (idade, data de nascimento, estado civil, profissão, escolaridade, classe social à qual acredita pertencer, religião número de filhos, sexo e data de nascimento/falecimento) dos filhos e local de residência; e 2º) Identificação da entrevistada na época da militância: idade; estado civil; escolaridade (grau, curso, período; escola ou universidade em que estudava); naturalidade; local de moradia; religião (praticante ou não); grupo de militância ao qual pertencia; profissão dos pais; escolaridade dos pais; classe sócio-

econômica à qual acreditava pertencer, período de gestação (mês que engravidou e do parto), caso tenha acontecido aborto, data e motivo.

A segunda parte do roteiro foi composta por pontos norteadores que abrangiam temáticas relacionadas à vida antes, durante e depois da experiência de militância. As questões foram organizadas a partir de temas que abarcavam diferentes questões para a compreensão da trajetória de militância, relacionados ao tema “Período de Militância: trajetória e experiências” as questões concentraram-se na exploração acerca da vida familiar na infância/juventude; as motivações e causas que levaram ao ingresso na militância; trajetória individual e coletiva na militância; sobre as negociações e conflitos arrolados ao ser mulher e militante; aos períodos de clandestinidade, prisão, tortura e vida carcerária; além de sondar as ideologias e filosofias que sustentavam as práticas e a vida.

No item nomeado “Maternidade e Militância”, foram discutidos pontos sobre “ser militante e ser mãe (se tinham filhos antes do período, se engravidou durante o período, como foi o período de gravidez e articulação desse período com a militância, como foi a descoberta da gravidez, implicações com a vida familiar e com o companheiro, etc...); a gestação durante a militância (como aconteceu a gravidez, relação com o parceiro e familiares durante a gestação, caso tenha sido presa, com quem a criança ficou durante o período de prisão. Em caso de terem vivido na clandestinidade, saber se os (as) filhos (as) permaneceram juntos a ela, o pai ou companheiro, caso não, com quem ficaram e porque motivo ficaram etc...); a relação entre ela e os (as) outros (as) militantes; a vivência da maternidade em relação a clandestinidade, prisão e tortura (a relação dos torturadores para com elas, tipos de torturas perpetradas contra elas, diferenças em relação às mulheres não grávidas); a experiência da gestação neste período, a relação com o filho(a), companheiros, família ampla; referência a maternidade depois da prisão; modelo de maternidade que seguiu, dificuldades e conflitos pessoais e sociais; relação com a vida profissional; e os sentidos atribuídos a maternidade.

O item “Reflexos da Trajetória na vida atual”, constitui a parte final do roteiro, elencando questões ligadas ao significado e reflexos da militância em inserções nos grupos sociais: família, amigos, relações conjugais- na época da militância e atualmente.

### 3.5 Procedimentos de análise dos dados

A partir do pressuposto que as pesquisas qualitativas que buscam conhecer o fenômeno vivido e a experiência inspiram-se na fenomenologia devido à busca pela compreensão dos fenômenos tal como são experienciados pelos sujeitos (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007), utilizou-se para a organização e interpretação das entrevistas, o método de construção de narrativas, tomando como base a proposta organizada por Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento (2007). De acordo com as autoras, a transformação da “entrevista bruta” em uma narrativa permite a compreensão do fenômeno, traçando uma trajetória e conhecimento do universo amplo em que as experiências foram vivenciadas, sendo posteriormente articuladas ao tema investigado.

O método organizado por Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento (2007), tem base na proposta utilizada por Bullington & Karlsson (1984), que desenvolveram o uso de um método nas pesquisas em psicologia que parte do referencial fenomenológico. Dessa forma, trata-se de uma estratégia empírica, e não filosófica, da fenomenologia aplicada à pesquisa, não se tratando de uma análise fenomenológica. O uso de um método de inspiração fenomenológica não implica, necessariamente, no uso da fenomenologia como teoria de leitura dos dados, de maneira que “A conjugação de metodologia de base fenomenológica com diferentes aportes teóricos não é procedimento estranho que compromete a qualidade dos trabalhos que a realizam...” (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, p. 76, 2007).

Gomes (1997) e Queirós (2001) ressaltam que não há na fenomenologia um método específico, mas posturas frente ao fenômeno. Por isso, há neste método de organização e interpretação de entrevistas a adoção da perspectiva fenomenológica, de compreensão da experiência vivida, e não apenas de fatos, partindo da experiência tal como ela se apresenta (Bullington & Karlsson, 1984; Gomes, 1997; Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007).

O método fenomenológico aplicado a pesquisas em psicologia resulta da organização das entrevistas brutas para o formato de narrativas, denominadas “estruturas”, que segundo Gomes (1998) e Queirós (2001), constituem a estrutura do fenômeno investigado

O que se busca com os resultados, ou melhor, o tipo de resultado que os pesquisadores buscam através do método fenomenológico são os ‘significados psicológicos’ ou as ‘constituintes de significado’ ou seja, temas constituintes das descrições e reveladoras da ‘Estrutura’ do fenômeno vivido (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, p. 78, 2007).

Por isso, adotamos este método de análise, por valorizarmos a trajetória de vida e militância das mulheres entrevistadas, muito mais do que os fatos narrados, pois o que nos importa é a experiência do vivido.

Trindade, Menandro e Gianordoli-Nascimento (2007), adaptaram o modelo de uso do método feito por Bullington e Karlsson (1984) que propõem cinco passos para a transformação das entrevistas em estruturas. Assim, diferentemente de outros tipos de propostas que analisam o conteúdo, neste formato, não se tem a discriminação de elementos encontrados a partir das falas, mas constituintes, que são parte do próprio contexto pesquisado (Queirós, 2001). Como observado, este método possibilita de forma imbricada a organização do material coletado e a interpretação do fenômeno estudado.

A seguir apresentaremos em formato de fases, nossa experiência na utilização do método, assim como a descrição feita por Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento (2007) para a explicação dos procedimentos de análise com o uso do método de base fenomenológica.

Primeiramente realizamos a “Fase 1”, em que as entrevistas foram transcritas literalmente, evidenciando sentimentos, expressões, pausas. Neste processo, não houve nenhum corte ou omissão, pois importava o relato bruto da entrevista.

Terminado este primeiro passo, realizamos leituras exaustivas da transcrição literal da entrevista, buscando captar temas comuns às experiências vividas pelas entrevistadas. Para isso, utilizamos recursos de marcações dos trechos das entrevistas com cores variadas, criando uma legenda de cores/temas, que facilitou o processo de identificação de pontos comuns (Fase 2). A partir daí, entramos na terceira fase (Fase 3), construindo as “unidades de significados” Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento (2007).

Para cada entrevista, construímos unidades de significados comuns, a partir de pontos interconectados, observados na maior parte das entrevistas, e de temas específicos, peculiares a cada entrevista. As unidades de significado também foram articuladas aos temas do roteiro semiestruturado, uma vez que, a entrevista foi permeada pelas questões norteadoras que compõe o mesmo. É importante, porém, ressaltar, que o pesquisador não se prenda à construção de unidades de significados apenas pelo roteiro, mas atente-se para o que cada experiência de vida retrata. Este é um processo de grande valia na experiência de construção de narrativas, na qual a trajetória de vida, os próprios sujeitos e os sentidos e significados atribuídos a sua experiência e aquelas identificadas como compartilhadas por outros, são o foco; não nos interessa apenas o fato ou o dado histórico, em si.

Conforme aponta Queirós (2001) a construção das unidades de significados depende do olhar do pesquisador, que pode considerar que ali há um “exemplo do *fenômeno* em questão... as unidades de sentido não necessariamente existem no texto como tais, isto é, elas existem apenas em relação ao pesquisador” (pp. 12-13) e ao seu processo de organização e análise das experiências. Por isso, é necessário que o pesquisador conheça o fenômeno estudado para que possa identificar nos relatos puros, temas centrais.

Para a formação das unidades de significado, as falas brutas foram reunidas em cada unidade, independente da ordem em que foram relatadas na entrevista. Assim, as entrevistas passaram, nesta fase (Fase 3) a serem reorganizadas conforme as unidades, não havendo uma cronologia dos fatos, mas uma reorganização das falas de acordo com o tema da unidade de significado. Ressalta-se que uma mesma fala compôs diferentes unidades.

Após esta fase, definimos os conteúdos das falas que iriam compor cada unidade e padronizamos as falas brutas reunidas nas unidades de significados (Fase 4), colocando-as na terceira pessoa, aquela que narra os acontecimentos. Deste modo, reorganizamo-las de maneira que as repetições fossem suprimidas para que a construção desta primeira narrativa tivesse sentido.

Finalmente, transformamos as “narrativas iniciais”, produzidas a partir das unidades de significado, no que Trindade, Menandro e Gianordoli-Nascimento (2007), chamam de “estrutura”, formando um texto único, no qual os temas abordados foram articulados e organizados (Fase 5), respeitando também a cronologia dos acontecimentos para que pudéssemos compreender o momento em que foi vivido.

É interessante observar neste processo, que a construção final da narrativa é uma produção do pesquisador a partir da sua experiência com a entrevista realizada, que não está mais em seu formato inicial, já que se reconstruiu a partir de temas relatados na experiência vivida. Como ressalta Bullington e Karlsson (1984) não há uma invenção de temas, mas, a relação entre os constituintes analisados. Este é o resultado do encontro entre pesquisadora-pesquisada, pois a narrativa construída permite ao leitor uma aproximação à trajetória vivida pela pessoa entrevistada, tecida a partir das interconexões feitas pelo pesquisador.

O fruto final dessa organização é a estrutura, e nesse processo ocorre à análise, desde a leitura extensiva das entrevistas, à criação das unidades de significado e a construção da narrativa, isto é a estrutura, a serem apresentadas como resultados da pesquisa.

A partir da construção desta estrutura para cada entrevista, realizou-se a discussão entre essas vivências e elementos teóricos, elencados a partir da revisão bibliográfica e de outros temas pertinentes que surgiram ao longo da análise das narrativas (Trindade, Menandro

e Gianordoli-Nascimento, 2007). Embora haja foco nas experiências particulares no que tange cada narrativa, na discussão dos resultados elas são agrupadas e desse modo, a comparação entre os diferentes constituintes dos temas tratados são relevantes para interpretação dos fenômenos comuns (Bullington & Karlsson, 1984; Queirós, 2001, Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007).

Nesse sentido, a base para a leitura das narrativas foi realizada a partir de teorias de gênero, com enfoque relacional, privilegiando os aspectos acerca da maternidade, identidade feminina, e a construção do lugar social da mulher, observado, quando possível, a compreensão do fenômeno da memória social e histórica sobre o período.

## 4 RESULTADOS

Apresentaremos a seguir quatro estruturas textuais ou narrativas (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007) construídas a partir das entrevistas individuais realizadas, conforme explicitado nos itens 3.4 e 3.5 deste trabalho. As narrativas foram produzidas com o intuito de aproximar o máximo possível o leitor, dos sujeitos entrevistados, trazendo trechos de falas importantes que contemplassem e ilustrassem o que as mulheres queriam dizer, e que a nosso ver, seria impossível traduzir com nossas próprias palavras. Cabe destacar que algumas informações presentes nas narrativas foram complementadas com registros escritos existentes sobre a trajetória de algumas das entrevistadas, disponibilizados por elas, visto que os assuntos foram todos mencionados nas entrevistas, mas não tiveram condições de serem aprofundados em todas as suas dimensões devido ao impacto que ainda causam.

Consideramos importante salientar que cada mulher elencou, mesmo que de forma não proposital, acontecimentos considerados por elas como importantes ou que fossem relevantes para este trabalho. Tendo em vista a organização das narrativas, nem todos eles entraram nas estruturas de forma integral, lembrando que afetos diferenciados mobilizaram a citação de outros parentes, lembranças e acontecimentos, diante dos quais tentamos nos manter imparciais, sabendo que cada sujeito narra, a partir de suas memórias e à sua maneira, o que foi vivenciado. Ressaltamos ainda que as experiências narradas ganharam sentido para essas mulheres após reflexões subjetivas e coletivas, possibilitadas pelo distanciamento no tempo (Ferreira, 1996), tempo cronológico que ganha uma cadência diferente, apresentando elementos detalhados de acontecimentos que ocorreram em um curto espaço de tempo.

A fim de manter preservada a identidade das mulheres entrevistadas, bem como de seus filhos e companheiros afetivos, utilizamos nomes fictícios para todos. A escolha por nomes ao invés de números ou letras, ou termos como “entrevistadas”, foi realizada na tentativa de tornar o relato real e natural. Ressalta-se que os nomes não guardam nenhum tipo de semelhança com o nome real ou codinomes utilizados por essas mulheres durante a militância política no período ditatorial. Os nomes escolhidos iniciam-se com as letras que correspondem ao Estado no qual essas mulheres militaram, sendo a letra “M” (Mariana), usado para Minas Gerais e “S” (Sofia e Suely), utilizado para São Paulo. Somente Sílvia (que militou no estado do Espírito Santo), não teve seu nome fictício alterado porque pertence ao banco de dados de pesquisa a qual este trabalho está vinculado, e visando manter a organização do banco, mantivemos o nome dado anteriormente. Ferreira (1996) destaca que

embora utilizemos nomes não reais, a história de algumas dessas mulheres pode ser reconhecida por pessoas que trabalham com o tema, tendo em vista que poucas foram as mulheres que tiveram destaque em relação à militância política de oposição ao regime, principalmente no que tange às guerrilhas rurais e urbanas.

Todas as narrativas foram construídas seguindo as unidades de significados (Trindade, Menandro & Gianordoli-Nascimento, 2007) comuns para todas. Entretanto, cada uma segue com sua singularidade, variando assim o tamanho de cada estrutura. Durante a escrita e organização das narrativas, notamos certas semelhanças não só em relação à história de militância, mas a história de vida dessas mulheres, e por isso, optamos por apresentá-las sequenciadas como apareceram.

Em relação à origem, três das entrevistadas nasceram em cidades interioranas, e uma em uma capital. Quanto à classe social durante a ditadura, houve variação, sendo que duas eram de classe média e duas de classe baixa. Apesar desse destaque, estas não foram variáveis para critério de escolha dessas mulheres. O critério utilizado para seleção das entrevistadas era que no período da ditadura militar, isto é, no período de militância estivessem grávidas, ou tivessem concebido ou interrompido alguma gravidez. Nesse sentido, as quatro atendiam a este critério, sendo que duas tiveram mais que uma gravidez durante o período, variando a situação de militância na qual se encontravam. Quanto à gravidez, todas descobriram pelo menos a primeira gestação quando estavam vivendo na clandestinidade, com destaque de que duas delas estavam vivendo em guerrilhas, uma na urbana e a outra na rural. Em relação ao parto, duas tiveram filhos quando estavam presas, e as outras duas, em situação de clandestinidade, soltura, exílio (considerando outras gestações). Apenas uma das mulheres relatou ter interrompido uma gravidez.

Nos quadros abaixo será possível visualizar estas e outras informações sobre as mulheres entrevistadas:

<b>Nome Fictício</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Origem</b>	<b>Classe Social na época</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão de formação</b>
Mariana	1944	Interior – MG	Média	Superior Completo	Assistente Social
Sílvia	1945	Interior – ES	Média	Superior Completo/Mestrado*	Docente em IES
Sofia	1946	Interior – SP	Baixa	Superior Completo*	Enfermeira
Suely	1949	Capital – RG	Baixa	Superior Completo*	Pedagoga

Quadro 1 – Caracterização socioeconômica das entrevistadas.

\* Concluído no período pós-soltura/exílio.

<b>Nome Fictício</b>	<b>Idade de Entrada na militância organizada</b>	<b>Organização de Militância</b>	<b>Duração da Militância</b>	<b>Ano e Local de Prisão</b>	<b>Idade de prisão</b>	<b>Tempo de Prisão</b>
Mariana	20 anos	AP/PCdoB/PMDB	1964-1980	1969 – DOPS/BH – Penitenciária Feminina em Juiz de Fora/MG.	25 anos	1 ano e 3 meses
Sílvia	16 anos	PCB/PCBR	1961-1973	1972 - Presídio Comum no Uruguai.	27 anos	1º -24hs/ 2º - 1 seman.
Sofia	15 anos	PCB/PCdoB	1961-1979	1972 – OBAN/SP, DOI-CODI de Brasília/ Hospital de Guarnição do Exército de Brasília.	26 anos	5 meses
Suely	16 anos	MNR/VPR/REDE/ANL	1965-1973	1972 - DOPS/SP OBAN/SP, Hospital do Exército em SP.	23 anos	3 meses

Quadro 2 – Caracterização de aspectos políticos das entrevistadas.

<b>Nome Fictício</b>	<b>Idade que engravidou</b>	<b>Ano da 1ª gravidez</b>	<b>Total do Número de Filhos</b>	<b>Situação de militância na(s) gravidez(es)</b>	<b>Tipo de Parto(s)</b>	<b>Situação de militância no(s) parto(s)</b>	<b>Algum Aborto</b>
Mariana	24 anos	1968	02	1º Clandestinidade	Normal	1º Clandestinidade	Não
				2º Pós-Soltura-Clandestinidade	Normal	2º Pós-Soltura - Clandestinidade	
Sílvia	23 anos	1968	03 + (01 aborto)	1º Clandestinidade	1º Normal c/ Fórceps	1º Clandestinidade	Sim/ 1980
				2º Exílio/ Clandestinidade	2º Cesariana	2º Exílio/ Clandestinidade	
				3º Pós-Soltura	3º Cesariana	3º Pós-Soltura	
				4º Pós-Exílio	4º Aborto	4º Pós-Exílio	
Sofia	26 anos	1972	01	Clandestinidade na Guerrilha Rural	Normal	Presa	Não
Suely	23 anos	1970	01	Clandestinidade na Guerrilha Urbana	Cesariana	Presa	Não

Quadro 3 – Caracterização das entrevistadas conforme a situação de gravidez/parto.

Abaixo apresentamos as narrativas construídas a partir dos relatos das entrevistadas.

## MARIANA

“(...) E [diante] dessa escolha de uma coisa ou outra, eu falei: ‘Eu quero as duas coisas!’”

Mariana nasceu no ano de 1944 em uma cidade no interior de Minas Gerais. Terceira filha de um casal de comerciantes que tiveram onze filhos é a mais velha entre as mulheres. A família preservava valores culturais que foram repassados aos filhos “*família extremamente conservadora, religiosa*”. Nesta estrutura tradicional, a mãe sempre foi mediadora entre o contato dos filhos com o pai, principalmente em momentos de conflito. O pai de Mariana era “*extremamente patriarcal e machista (risos)... Aquele patriarcalismo... chegava a ser, religioso*”, havendo inclusive diferenças no tratamento e nas orientações dos comportamentos de homens e mulheres “*papai... queria que os filhos estudassem. Os filhos ele queria que fizessem universidade... As filhas, era pra fazer até o segundo grau e se tornar professora primária... e casar, evidentemente logo! Só enquanto esperava o marido*”. Entretanto, alguns ideais deveriam ser seguidos pelos filhos e filhas, como, por exemplo, o estudo, compreendido como uma das heranças que o pai poderia lhes deixar “*Isso porque meu pai era tradicional, mas ele dava MUITO valor ao estudo! E ele dizia pra gente o seguinte: ‘olha eu nunca vou deixar dinheiro pra vocês... eu quero garantir que vocês estudem... Porque nessa vida tem coisas mais importantes que o dinheiro... Primeiro, é valor do estudo, do conhecimento... Segundo, é o valor do trabalho... Terceiro, é integridade, a honestidade’*”.

Mariana sempre foi uma menina muito estudiosa e afeita à leitura. Desde os oito anos de idade, frequentava a biblioteca de um clube da cidade, embora os pais a proibissem a leitura de “*livros adultos*” e que permanecesse lendo durante a noite. Mariana não concordava com as regras e os valores impostos a ela, o que lhe faz refletir na atualidade como ponto que a diferenciou das demais mulheres de sua geração “*Eu era muito inquieta, eu queria expandir. Eu achava que a família era um espaço muito pequeno, a cidade era um espaço muito pequeno, o colégio era um espaço muito pequeno, tinha muito mais pra conhecer e pra descobrir, e pra fazer do que isso! E eu não me conformava com os limites dos espaços que eu tinha... nem na família, nem no colégio, nem na cidade do interior*.” Neste momento, o único recurso que disponibilizava para ir além do que era permitido era a leitura, que a tornou uma menina ainda mais questionadora, contribuindo em sua trajetória para uma formação sócio-cultural e política “*Meu gosto pela leitura, a minha vontade de expandir os espaços é uma coisa que eu sentia! (...) eu comecei a entrar em choque com meu pai muito cedo (risos)... porque depois que aprendi a ler, eu me apaixonei pela leitura! (...) com doze anos de idade tava lendo ‘O Amante de Lady Chatterley’, o ‘O Fio da Navalha’ de Somerset. Então, meu primeiro choque com meu pai foi em relação à obediência e a atitude das moças em relação a leitura, inclusive o quê que devia ler (...). E eu, arranjei estratégias passando por cima disso tudo, e li o que eu quis*”. O pai era extremamente religioso e disseminava também este princípio, mas para ela “*a religião do meu pai, cheeia de inferno, não me interessava!*”. Diante dessas e outras inquietações,

para concluir seus estudos segue para um colégio de freiras no interior de Minas Gerais, tendo em vista que em sua cidade não havia ginásio, *“Tinha ginásio pra homem... Pra mulher só tinha primário!...”*.

Com a conclusão do ginásio em 1959, Mariana passou a ter novos embates com o pai, pois queria ir para a capital mineira a fim de dar continuidade aos seus estudos. Por intermédio da avó paterna, vem a Belo Horizonte e passa no processo seletivo em um colégio público muito conceituado. Algum tempo depois, toda a família se mudou para a capital, para que os demais filhos pudessem continuar estudando. Mariana, já estava em Belo Horizonte, e na escola em que começou a estudar teve contato com a Juventude Estudantil Católica (JEC), que embora ligada à religião católica, contrastava com os ensinamentos paternos *“a religião da JEC, da juventude estudantil católica, com essa teoria libertaria de atuação no mundo daqui, e não de inferno, de esperar o mundo de lá... Nossa! Me encantei, entrei pra JEC. E nós criamos o grêmio estudantil do Instituto de Educação, e aquilo pra mim foi uma descoberta!”*. Durante esse período, Mariana encabeçou e participou de várias manifestações dentro e fora da escola, na luta pelos direitos dos estudantes e contra a desigualdade social. Diante de todo este contexto e das motivações que fortaleceram seus desejos de luta e igualdade social, Mariana decidiu fazer vestibular e estudar Serviço Social, *“eu queria uma profissão que me colocasse dentro e em contato com os problemas sociais e que a minha profissão me possibilitasse lutar pelos direitos sociais”*. Apenas em 1964, ainda a contragosto do pai, presta vestibular na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), *“[ele] disse que: ‘universidade não era lugar pra moça de família’. Era lugar pra homem e pra... moça mal falada!”*. Assim, Mariana decide fugir de casa - a primeira de suas fugas - para fazer o vestibular. *“Eu fugi, ele vinha atrás de mim e fazia promessa... Eu voltava, e quando começava a querer me segurar de novo, eu fugia de novo”*. Neste período, havia conseguido um emprego como professora, e trabalhava em diferentes turnos para pagar seus estudos.

Mesmo com a atitude contrária do pai, Mariana não hesitou, entrou na universidade onde continuou a luta no movimento estudantil e na JEC, em um momento em que os rumos da política no país se transformariam totalmente devido a ditadura militar que se instaurava naquele mesmo ano de 1964, *“com o golpe, eu decidi que só a ação católica não resolvia; que era preciso uma organização política pra enfrentar o golpe que tava sendo dado. No dia 1º de abril de 64, eu entrei pra Ação Popular, que acabava de ser tornada clandestina.”* Na universidade, suas ações se davam por meio da direção do diretório acadêmico do curso de serviço social, do qual foi presidente, estando à frente de passeatas e manifestações públicas. Foi também presidente do diretório central dos estudantes da universidade católica e da direção executiva nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), assim, se destacava não apenas por seu desejo de militar, mas porque *“eu era uma das poucas lideranças mulher das passeatas...”* A ocupação desse lugar causava certo estranhamento nos colegas e familiares, pois destoava do modelo de mulher esperado em nossa sociedade, *“Era um escândalo!!!”*

*(risos) Os meninos meus colegas morriam de medo de mim, (risos) falavam que eu era uma mulher muito esquisita!”.*

Embora as mulheres estivessem ocupando novos espaços no universo público, nem sempre suas ações ou participação era bem vistas. Se para a sociedade mais ampla e famílias tradicionais, as mulheres militantes eram “desviantes”, “subversivas”, para as organizações de esquerda apesar de serem “bem-vindas”, não participavam de todos os tipos de tarefas e ações havendo um direcionamento das atividades destinadas às mulheres, como a produção e distribuição de panfletos, feitura das atas de reuniões, etc. Mariana, porém, encabeçava e liderava muitas manifestações. As mulheres militantes eram marcadas socialmente pela atribuição de estereótipos masculinos, devido à prática de comportamentos considerados másculos; o que não condizia com o modelo feminino da época no qual as moças eram contidas, dedicadas ao espaço privado do lar e se preparavam para serem esposas e mães. Todavia, esse modelo de feminilidade não era esperado apenas pela sociedade em geral, continuavam presentes mesmo nas organizações revolucionárias, que apesar de criticarem e quebrarem códigos culturais e normativos da época, reproduziam os discursos e pensamentos tradicionais em relação à mulher *“O pessoal era machista (...) Lembro de quando eu era do DCE no palco das grandes manifestações eu dirigia a ação do movimento da Ação Popular [representando] todas. Eu me lembro que um companheiro [ao me observar] falava: ‘Eu fico pensando, você é o melhor companheiro de luta que eu podia ter. Você é o melhor companheiro de direção do DCE que eu podia ter, mas te digo uma coisa, você não é mulher! Porque se fosse a única mulher no mundo, eu tenho a certeza de que eu jamais me casaria com você! Como é que alguém casa com uma mulher como você? Você não é mulher.(...)”*. A concepção que este companheiro de militância tinha, refletia *“no fato de que eu [Mariana] enfrentava polícia, eu ia nas reuniões clandestinas até de madrugada, eu tinha atitudes, ações, posturas, que na época era considerados atributos unicamente masculinos! Não eram atributos femininos (...) mulher era pra ser mais tímida, a mulher era pra ser mais meiga, mais submissa, mais medrosa...”*

A posição marcada de Mariana em enfrentar a ditadura e ocupar diferentes espaços na luta, mesmo sendo mulher, deve-se, em alguma medida, a influência das literaturas de caráter feminista, com as quais teve contato desde os 16 anos, como, por exemplo, *“‘Mulher objeto de cama e mesa’, o livrinho... li, devorei, vendo como é a questão da dominação da mulher e da situação dela de submissão, proibição... Então achei que essa era uma luta que tinha que ser acoplada com as outras (...) [Nas manifestações] além de falar das reformas de base, reforma agrária, do direito à saúde, da reforma urbana, eu passei a acrescentar os direitos da mulher”,* acreditando assim que as questões relacionadas à condição feminina deveriam também ser discutidas no campo política.

Com sua participação cada vez mais intensa na militância política, os desentendimentos com o pai se intensificaram, uma vez que ela já havia quebrado várias regras e, além disso, um irmão e uma irmã também haviam entrado para a militância, causando conflitos entre pais e filhos *“(...) Participando de movimento estudantil, né?! (...) O choque com ele era permanente. (...) Minha mãe só*

*chorava, coitada! Ela intermediava, chorava, implorava pra ele, implorava pra mim... o papel dela era sempre esse (...)*”.

Por volta de 1965/1966, Mariana conhece um rapaz que tornar-se-ia companheiro de luta e também afetivo, um estudante de economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE), e ligado à Ação Popular (AP). Diante do envolvimento de ambos na luta de oposição ao regime, como lideranças no movimento estudantil e figuras importantes dentro da AP, em 1967, são informados pela organização de que estavam sendo procurados pela repressão e que a decisão mais acertada para aquele momento era que *“a gente já sumisse, e fosse pra clandestinidade, que a gente ia ser pego, torturado e talvez, morto”*. Para a própria proteção e dos demais companheiros, planejaram a saída da cidade, a fim de viver de forma clandestina. Neste mesmo ano de 1967, Mariana concluiu o curso de serviço social, mas não pôde ir a solenidade de formatura pelo medo de que pudessem prendê-la. Apesar de ter se graduado, em decorrência da vida integral na militância, Mariana nunca exerceu a profissão, apesar da formação ter sido de suma importância para sua atuação política.

Deixar a cidade, a família, e seguir para a vida clandestina junto com o companheiro afetivo, com apenas 23 anos, gerou mais uma vez conflitos entre ela e o pai, que recebeu a notícia juntamente com o restante da família, quando soube que a filha iria “sumir.” *“Aí claro! Meu pai e minha mãe ficaram horrorizados (...)”*. Nos modelos patriarcais e religiosos daquela família, era uma afronta uma mulher que estudasse em universidade, que estivesse nas ruas *“metida com política”* e que saísse de casa para morar amasiada com um homem. Por isso, este comunicado gerou grande decepção na vida dos pais de Mariana, que chegaram a adoecer com a notícia, pois aquilo significava perante a sociedade local e os familiares, uma decepção e sinal de que ela não havia sido bem educada. Entretanto, para o casal o casamento não era uma premissa, ao contrário era um dos princípios a serem contestados por estarem ligados a um ideal pequeno-burguês. Como os pais dele e dela não abriam mão da cerimônia religiosa, após longas negociações, dissensos e poucos consensos, Mariana decide cumprir alguns dos desejos do pai, que veria casar não apenas uma, mas duas filhas, já que a irmã de Mariana também decidiu casar-se nos mesmos moldes. As irmãs negociam com o pai as vestimentas da cerimônia que não seriam as tradicionais, *“Eu vou casar de minissaia vermelha! Eu vou pra igreja como você quer, mas de mini saia vermelha’ Aí minha irmã falou: ‘E eu de minissaia azul-piscina!’”*. Todavia, o pai se preocupava com as repercussões negativas de um casamento fora dos códigos tradicionais. Indignado com o posicionamento das filhas, relutava, *“‘Todo mundo vai pensar que vocês não são virgens’ [E Eu disse:] ‘mas eu não sou mesmo’ [o pai rebate:] ‘se você fala isso é capaz de alguém acreditar!’*. O casamento então acontece, seguindo as restrições feitas pelas filhas. Para Mariana e o companheiro, cumprir aquela norma, era a forma de conseguirem escapar e irem para a clandestinidade. Especialmente para ela, era ainda uma forma de não decepcionar o pai, com que já havia tido tantos embates. Logo após o casamento, ela e o marido, vão viver - não sem riscos - uma vida clandestina, tornando-se incommunicáveis.

No âmbito político o regime militar ganhava força, a manifestação dos estudantes era intensa “*E a ditadura tinha ódio e medo do movimento estudantil*”. As ações repressivas não eram apenas contra os militantes, considerados subversivos, mas se estendia aos familiares, principalmente os de Mariana, que tinham mais de um “comunista” na família. Os dois irmãos de Mariana que eram militantes também precisaram entrar para a clandestinidade. Dessa forma, a casa de seus pais passou a ser alvo de ataques, gerando grande sofrimento aos pais.

Em 1967, na clandestinidade, Mariana e o marido, passaram por diferentes experiências, já que vinham da classe média, na primeira fase clandestina tiveram que se adaptar a vida em um bairro de periferia, conseguir um emprego e assumir codinomes e identidades falsas. Para sobreviverem, Mariana torna-se operária em uma fábrica de tecidos, mas o objetivo ali também era “*organizar as operárias*”. Contudo, essa tática falhou, pois os militares descobriram a estratégia de ligação entre os movimentos de oposição de esquerda em mobilizar esses setores, “*começaram a ir pra porta das fábricas metalúrgica e de tecelagem com as fotos da gente... (...) Escrito: ‘procurados, terroristas’*”.

Com a segurança ameaçada, entre 1967 e 1968, decidem junto com a organização (AP), que o melhor a se fazer era sair de Belo Horizonte e ir para outra cidade ou estado. Indo para o interior do estado passam a disseminar discretamente os preceitos socialistas a fim de organizar também os moradores rurais: “*Pegamos uma terrinha pra plantar de parceria, de meia... fomos lá bater enxada, vivendo como os camponeses e ao mesmo tempo discutia a situação do país... foi uma experiência muito única*”. Além de unicidade das experiências políticas, no ano de 1968, em meio a um trabalho pesado e de preparação de militância no campo, e a uma atmosfera de recrudescimento do Regime Militar em que o casal estava entre fuga e rearranjo de vida, Mariana descobriu que estava grávida. Agora clandestinos, lutariam não apenas pela própria sobrevivência, mas pela proteção daquela criança.

### ***Militância e Maternidade: “ou isto, ou aquilo...”***

A trajetória de militância de Mariana foi marcada por diversos fatores: a perseguição das forças repressivas do Estado sobre ela e o companheiro; o casamento; e a saída da cidade natal para viver por mais de doze anos na clandestinidade. Não obstante, o exercício da maternidade/paternidade foi influenciado por um percurso atípico em relação ao modelo tradicional de família, impactando diretamente a relação de Mariana e o companheiro com a gravidez, e posteriormente a relação com os filhos. Nesta conjuntura estar grávida significava gerar vida em um contexto de ameaça de vida e eminência de morte, já que eram líderes procurados pela polícia.

No ano de 1968, vivendo em zona rural Mariana descobre a gravidez quando a “*menstruação parou*”. Ela estava se prevenindo com pílula anticoncepcional (que na época ainda estavam em teste), o que fez da notícia “*um susto, tremendo! (...) um susto enorme!*” já que naquele momento da vida não era algo planejado ou esperado pelo casal. Engravidar naquelas condições de restrições colocaria

em risco não apenas a vida da criança, mas da militante e dos demais companheiros, pois a situação de gravidez os deixaria em uma situação em que os cuidados deveriam ser redobrados “*A gente não imaginava [o que fazer]. Tava sendo perseguido, tava clandestino, não era planejado ter filho.*” Sem identidade, sem trabalho formal, sem acompanhamento médico e hospitalar, sem a presença de seus familiares e com o propósito de militar em oposição ao regime militar, surge um conflito para Mariana e seu companheiro “*(...) Aí veio aquela velha discussão... Interrompe, não interrompe, interrompe, não interrompe.*”. As decisões dos militantes, porém, não dependiam apenas deles, pois, eram representantes de outros militantes, e a segurança deles implicava na segurança dos demais; nesse sentido, a gravidez poderia ser um complicador, impedindo Mariana de seguir sua vida revolucionária. Assim, foi aconselhada por dirigentes da organização de esquerda ao qual eram vinculados, bem como por outros companheiros militantes, que diziam: “*É loucura! Interrompe.*” A decisão de Mariana não era livre de conseqüências para ela, para a criança e para os demais, após reflexões e mesmo frente à pressão da escolha entre a continuidade da gravidez e da vida na militância, chega a uma conclusão “*(...) Eu queria fazer as duas coisas!.. Eu queria!*”. O marido a apoiou, embora em um primeiro momento concordasse que o melhor a se fazer era a interrupção.

Ao decidir pela continuidade da gravidez pensando na segurança e garantia de vida do bebê, Mariana quebra a incomunicabilidade e telefona para aquela irmã que morava no Rio de Janeiro, e havia se casado no mesmo dia em que ela. No telefonema, não poderia dar muitas informações, mas seu principal objetivo foi contar que estava grávida e lhe fazer um pedido: “*Olha, eu vou ter uma criança, tô grávida! Eu não sei se eles me deixam ficar viva então quero pedir pra vocês, se eles me pegarem, vocês criam a minha filha, ou meu filho? E eles falaram: ‘a gente cuida!’*”.

Mariana passou parte da gravidez na cidade do interior para onde foram clandestinos desde quando se casaram. Lá, não tinham nenhum tipo de cuidado básico com a saúde. Relata que quando adoecia, ou se sentia mal, contava com a solidariedade dos vizinhos e com os chás de plantas medicinais “*(...) e nisso eu tava grávida, passei a gravidez, na roça, onde eu não tinha um médico!..*” O acompanhamento médico inclusive, embora necessário na situação de gravidez, ou de alguma enfermidade, representava um risco para os militantes, pois como eram procurados pela polícia, se apresentar mesmo com identidade falsa em um hospital, era sobremodo arriscado. Logo, a gravidez nessa conjuntura, não permitia acompanhamento pré-natal. Mariana ficou assim até o quinto mês de gestação, quando em decorrência da promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, ela e o marido retornam para Belo Horizonte para participarem de uma reunião de reorganização das ações do partido. A partir exatamente desta data, voltam a viver na capital mineira. Embora tivesse ocorrido um acirramento da repressão, ela, grávida, já não se expunha tanto nas ruas, já que precisava proteger a si mesma e ao bebê.

Em uma das reuniões do partido, ocorrida no dia 27 de fevereiro de 1969, subitamente ela começa a sentir-se mal, estava no sétimo mês de gestação “*(...) então, dois meses depois do AI-5, eu tava lá..., [num] barracãozinho... entrei em trabalho de parto!*” diante da situação urgente os

companheiros começam a se organizar para pensarem por quem e como seria feito aquele parto “*Aí foi aquela confusão desgraçada, eu era procurada, outros lá procurados também, não tinha um tostão no bolso, não tinha uma roupa de criança...*”. Ela e o marido então, num ato desesperado, decidem ir para o Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, onde disfarçadamente conseguem um atendimento de urgência e ela descobre então, o tempo correto da gestação (7 meses) e que estava entrando em trabalho de parto, pois a bolsa havia rompido, mas a surpresa e susto maior foi descobrir que “*eram gêmeas e tavam nascendo*”. Como não havia vagas para internação no hospital, não puderam permanecer ali. Assim, retornaram para o aparelho clandestino e lá, por meio da solidariedade dos companheiros e amigos do curso de economia e serviço social que também militavam, começaram algumas buscas: por alguém que fizesse o parto; por dinheiro e por um enxoval para o bebê. Felizmente na reunião, havia um militante estudante de medicina, que foi peça importante para que o parto fosse realizado da forma mais segura possível para ela e os bebês “*(...) ele saiu pra procurar um médico progressista, que fosse amigo da luta contra a ditadura, pra me arranjar um hospital onde eu não fosse presa e que tivesse um médico pra fazer meu parto.*” Mesmo em meio a uma correria frente ao nascimento inesperado para o momento, por meio dos laços solidários que ali se firmaram, Mariana conseguiu ser internada e concebeu em 27/02/1969, duas meninas, que nasceram prematuras, pelas quais desejava lutar para sobreviverem “*nasceram as meninas, muito fraquinhas (...) Muito pequeninhas, pesavam um quilo e duzentos, e... tavam bem mal, puseram na incubadora, com 15 dias uma morreu na incubadora, com um mês me entregaram a [Maria], mas me falando que era muito difícil dela sobreviver...*”. Esse foi um momento muito difícil para o casal, que embora tivesse perdido uma filha, estavam, por outro lado, confortados pela resistência da outra. Sabiam que agora seria uma luta para manter principalmente a sobrevivência da criança, que nasceu num clima político de intensa violência e perseguição.

O casal precisou contar nessas circunstâncias com a ajuda dos amigos, e dos companheiros de militância, pois embora estivessem na cidade em que as famílias moravam, não podiam contatá-los, porquanto viviam na mais absoluta clandestinidade; esta também seria uma atitude que colocaria em risco a segurança de seus entes. Assim, “*(...) a gente foi arranjando amigos aqui, ali, entende, que me escondessem com a minha menina pra tentar fazer ela sobreviver, e um pediatra, que cuidava dela, clandestinamente também. E... eu tava nessa luta pra ela sobreviver...*” Quando a criança completou quatro meses de nascida, já estava melhor, havia ganhado peso, motivo de felicidade para a mãe e para todos que acompanhavam sua recuperação e luta pela vida. Mariana havia voltado a participar de algumas ações, pois tinha o compromisso interno de ser mãe e militante, como havia afirmado a seus companheiros quando lhe sugeriram o aborto. No dia 17 de junho de 1969, quando estava junto com demais militantes da AP fazendo uma ação do partido nas ruas de Belo Horizonte, Mariana foi presa. Por mais que soubesse desse risco iminente, para ela foi algo inesperado “*(...) eu tava feliz que ela já tinha conseguido atingir três quilos com quatro meses, tava melhorando, né?! Aí eu fui presa! Felizmente, me pegaram na rua*”. Embora a prisão para ela nesse momento tenha sido algo terrível e

ameaçador, sentiu-se aliviada por não estar com a filha exatamente nesta ocasião. A menina estava na casa de uma amiga de Mariana, com quem havia cursado a graduação, e que recebera ela, o companheiro e a filha para morarem em sua casa, após o parto.

Considerada como “*perigosa*”, aos 25 anos de idade, Mariana foi mantida presa, enquanto outras pessoas que também haviam sido levadas pelos militares, foram liberadas. Na ocasião de sua prisão, por medida de segurança, o marido conseguiu fugir clandestinamente para São Paulo, não tendo sido apreendido. Ela permaneceu presa por mais de um ano, (Junho/1969 a Setembro de 1970), tendo ficado três meses em uma delegacia de Belo Horizonte e sendo posteriormente transferida para um presídio na cidade de Juiz de Fora/MG, onde ficou detida junto com presas comuns. Por essa circunstância, Mariana e o companheiro foram apartados do contato com a filha, que foi entregue pela amiga à irmã e ao cunhado de Mariana, os quais foram informados pela mesma amiga, da prisão da militante. Assim, a criança foi levada para ser criada no Rio de Janeiro, atendendo a um pedido de Mariana, que sentia que em família, em outro estado, a filha estaria protegida.

Na prisão, a condição de maternidade foi um dos fatores utilizados para torturá-la psicologicamente “*eles sabiam que eu tinha tido criança, sabiam!*”. Além de passar por brutais torturas físicas, a condição feminina também foi usada como forma de desestruturá-la, usando a nudez como um desses artifícios. Durante as sessões de tortura sua roupa era arrancada, e seu corpo virava alvo de manejo, sobretudo, as partes íntimas, ao som e injúrias e depravações. Foi torturada com diferentes técnicas e instrumentos. Havia um rodízio entre os torturadores que apostavam entre si para saber quem conseguiria tirar informações nos interrogatórios feitos com Mariana, mas ela ainda assim resistia, passando pelo “pau de arara”, por choques elétricos (inclusive nas partes íntimas), teve cigarros apagados em seus mamilos e espancamentos, num misto de humilhação entre torturas físicas e sexuais. Chegou a ficar presa em uma solitária por mais de três meses, saindo apenas para os interrogatórios e sessões de torturas. Um dia, ao ser retirada de lá, foi levada para um local ermo, onde foi espancada das 19:00 às 05:00 horas da manhã. Com o corpo já dilacerado pela violência física e psicológica perpetrada contra ela, foi violentamente estuprada por um Sargento da Polícia Militar, chamado Léo<sup>1</sup>. Ele mesmo já havia em uma sessão de tortura no pau de arara a sevicidado com manejos em suas partes íntimas, observando cicatrizes recentes da cirurgia pós-parto que serviram de ponto para humilhá-la e desmoralizá-la em sua condição de mãe e mulher, dizendo sarcasticamente que estava diante de uma autêntica “*puta - que - pariu*”<sup>2</sup>. Tendo em vista a resistência de Mariana, frente

<sup>1</sup> Conforme relato presente nas seguintes referências que serviram de apoio na produção desta narrativa:

- Joffily, O. R. (2005). *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Merlino, T.& Ojeda, I. (Orgs.). (2010). *Luta, substantivo feminino: histórias de mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos.

Ressalta-se que os policiais também utilizavam codinomes para manterem suas identidades preservadas, a fim de não serem reconhecidos pelos militantes.

<sup>2</sup> Trecho retirado do relato de Mariana transcrito e citado por: Joffily, O. R. (2005). *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

às torturas físicas, sexuais e psicológicas, resolveram utilizar a condição materna, especificamente a ameaça de tortura da filha como estratégia para fazê-la sucumbir. Para ela, todas as dores e medos pelos quais tinha passado, não foram maiores do que as ameaças em relação à filha. “(...) Às vezes era a noite inteira só de tortura psicológica... Eles ficavam me descrevendo, dizendo que eles tavam revistando a casa de todas as minhas colegas do serviço social, e que eles iam pegar minha menina. Ficavam me descrevendo as torturas que iam fazer com ela. Era um negócio terrível! Nossa senhora! Aquilo pra mim era muito mais pesado do que todas as torturas físicas, do que pau de arara, do que choque elétrico, do que estupro, do que tudo isso(...) – Era eles ficarem descrevendo o que iam fazer, com minha filha na minha frente”. As torturas psicológicas em relação à filha não pararam por aí, se intensificaram, de modo que a militante chegou a pensar que “(...) ia enlouquecer! [Dizia:] *Eu quero enlouquecer rápido, porque eu não vou aguentar ver isso! Era a única coisa que eu queria, que se eles trouxessem ela, se eles pegassem, que eu enlouquecesse rápido.*” Dessa forma, o objetivo de desestruturá-la psicologicamente, resultava efeitos, tendo chegado a desejar inclusive a morte como saída pra esse sofrimento, caso visse a filha sendo torturada. Além do medo intenso e estresse diante destas ameaças ainda suscitavam o sentimento de culpa, pois ao descreverem detalhada e cruelmente o que fariam com a filha sob tortura, depositavam nela a responsabilidade por não ter sido uma mãe como as outras: “*Era uma coisa, terrível! E eles me diziam: ‘não vamos matar ela não! E nem você... Nós vamos quebrar todos os ossinhos dela, vamos derreter, ou torrar os miolos dela, e ela vai virar um monstrinho! E aí sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos botar ela no seu braço pra você passar o resto da vida sabendo, que você é a culpada dela ter ficado desse jeito pelo fato de você ser uma mãe comunista, desnaturada, que a culpa é sua!’.* Então era, é um negócio terrível!”. Os torturadores descreviam pormenorizadamente os instrumentos a serem empregados e as reações que a criança teria ao ser torturada, utilizando dessa maneira a condição da relação entre mãe e filha para massacrá-la ainda mais: “*Chegaram a simular que tinham pego ela. Me botaram algemada numa cadeira diante de uma mamadeira, uma banheira com pedras de gelo, um cavalete de pau de arara, da maquineta de choque e dos instrumentos de tortura... [Diziam:] ‘pegamos ela e ela já esta chegando, e aí nós vamos ver como reage uma criança de três meses, porque nós estamos muito acostumados a trabalhar com adulto, mas com criança bem pequenininha... quando colocarmos ela nessa banheira ela vai vira um picolé... será que se a gente der choque pra dentro dos ouvidos dela, será que o cérebro dela vai derreter ou torrar?’ e por aí afora... Era uma coisa, terrível! E eles me diziam que eles... “não vamo matar ela não!”.* Esses episódios de torturas psicológicas duraram por dias e durante horas, até que Mariana desconfiou que não estavam verdadeiramente com a criança, aquilo se tratava de um “*blefe!*”. Enfurecida com a situação pela qual tinha passado, recobrando suas forças reagiu contra os torturadores dizendo ter feito uma “*profecia*” que veio a se cumprir anos mais tarde: “(...) *vocês não pegaram a [Maria] coisa nenhuma!*”, *‘Pegamos, pegamos sim’*, [Ela revida:] *‘pegaram coisa nenhuma... Não pegaram, não vão pegar, vocês podem me matar eu não tô nem aí, mais espera quinze anos... minha filha vai continuar minha luta!’*”. Diante desse ato, interpretado

pelos militares como uma afronta, foi espancada novamente “(...) *me socaram, derrubaram a cadeira, rasgaram minha blusa, me chutaram, porque não tinha funcionado o blefe...*”.

Ainda durante a prisão, Mariana teve notícias da filha por meio de uma edição do Jornal Brasil, de 1970, que depois de muita luta das presas políticas no presídio comum, tinha sido permitido chegar ao presídio. Nele havia publicações de tirinha feitas pelo cartunista, cunhado dela, com quem a filha estava morando. Um dia, inusitadamente viu uma tirinha que a deixou esperançosa e alegre, tendo este episódio mudado sua vida no cárcere: “*Quando a gente conseguiu botar a mão num jornal, eu vi isso. Ele botava o recado de forma disfarçada de que ela tava bem. Ele botava o Fradinho, baixinho e uma bonequinha de cabelo encaracolado, e o Fradinho falando: ‘Oi [Maria], chega de comer tanto morango com sorvete que você vai ter uma caganeira!’ Eu ficava quase doida!*”. Isso foi para ela um anúncio, uma notícia de que a filha estava protegida e bem.

Esta, no entanto, não foi a única vez que soube da filha enquanto esteve presa. Mariana foi processada quatro vezes e em um de seus julgamentos, próximo à sua soltura, viu a filha. Naquele momento Mariana desejou pegar a filha em seu colo. Após algumas negociações com o juiz da sessão, foi permitido o contato entre mãe e filha, mas com a condição de que a criança conseguisse engatinhar e chegar até o colo da Mariana, o que felizmente aconteceu, sendo um momento de grande alegria, pois há quase um ano estava separada da filha. Nesta ocasião, estavam presentes também a mãe, a irmã e o cunhado de Mariana. Ela relembra com emoção o momento de euforia e extrema felicidade ao rever os parentes e a filha, dia que ficou marcado em sua memória, pois ali, sentiu-se segura e viu que tudo estava bem com seus entes queridos e com sua filha.

Embora Mariana não soubesse, sua família estava lutando pela soltura dela e dos outros dois irmãos que também estavam presos. A mãe que antes tinha uma postura mais secundária de mediar à relação dos filhos com o marido, assume a luta para resgatar os filhos ‘das garras’ do regime militar. Deixando “*apenas de chorar*”, juntou-se a outras mães numa busca de informações, o que tempos depois permitiu que Mariana refletisse sobre o drama vivido também por seus pais e irmãos enquanto esteve presa: “(...) *Na minha casa eram três clandestinos, três presos. Então aquela situação das famílias era muito barra pesada! Minha mãe ficava correndo por esse Brasil à fora*”. O pai de Mariana extremamente patriarca e duro em suas ações, embora não tenha encarado a situação da mesma forma que a esposa, não ficou inerte, lutando à sua maneira pelos filhos: “*Papai nunca teve coragem de ir [aos julgamentos]... ele não aguentava! Ele comprou uma arma e disse que ia matar esses caras que tavam me torturando. A reação dele era essa: matar os caras que tavam me torturando*”.

Ainda durante este julgamento, a irmã de Mariana que estava cuidando da criança recebe a proposta de um importante militar que sugere que a menina fosse entregue a ele para que pudesse ser cuidada por sua esposa, que não podia ter filhos. Como troca, Mariana poderia ter a filha perto de si, a qual ele levaria periodicamente para vê-la, facilitando o contato entre as duas. Enfurecida a irmã da

militante revidou: *‘Eu tenho outra proposta pro senhor. Solta minha irmã que ela vai cuidar da filha dela’*”.

Após um ano e três meses de prisão, em 1970, aos 26 anos, Mariana foi absolvida dos processos, e por meio da ajuda de seus advogados houve o pedido de soltura. Como a permanência em Minas Gerais poderia ocasionar em outras prisões e até mesmo morte, foi orientada por seus advogados a ir para São Paulo, cidade na qual poderia reencontrar o esposo que havia fugido clandestinamente para lá, conforme informações obtidas pelos advogados que trabalhavam especificamente na soltura de presos políticos.

Mariana segue para São Paulo, onde depois de mais de um ano separada pôde reencontrar seu companheiro, de quem havia se separado em decorrência da trajetória de militância de ambos. Para eles, este foi um momento de extrema felicidade e celebração da vida, pois embora estivessem sendo perseguidos, estavam vivos! Como a situação era de insegurança: *“nós nos juntamos na nossa clandestinidade”* passando a viverem juntos novamente, moraram em periferias da cidade, na tentativa de reconstruírem a vida, mesmo que na ilegalidade. O casal agora queria receber a filha e viverem juntos, como uma família. Esta seria a primeira vez que a filha conviveria com o pai e a mãe biológicos, que por consequência da trajetória de clandestinidade, prisão e fuga, não puderam conviver com ela, embora esse fosse o desejo de ambos. Mariana, porém, queria ao menos organizar um espaço para receber a criança. Assim, no fim dos anos 1970 alugaram um barracão e contataram a irmã e o cunhado de Mariana para trazerem a criança do Rio de Janeiro para São Paulo. Ao reencontrar com a filha emocionaram-se muito, e para surpresa deles, logo aprendeu a chamá-los de *“pai e mãe”*. A irmã de Mariana passou 15 dias com eles, para que a menina se acostumasse à nova vida, que era bem diferente: *“(...)... A transição foi barra, porque lá... Além de ter outros pais, eles tinham condição de classe média. E ela foi entregue num barracão de pobre. E pra dois desconhecidos. Mas ela acostumou, não teve problema não!”*. Neste período de adaptação e retomada da vida, Mariana descobre que estava grávida novamente! De novo foi um susto para ambos: *“Aí é o tal negócio, eu reencontrei o [meu companheiro] e num minuto eu estava grávida de novo! Foi a conta! Não adiantava pílula!”*. Não foram somente essas questões tão coincidentes que se repetiram, mas o conflito em dar continuidade ou interromper a gravidez por causa da vida na militância, pois ao chegarem em São Paulo, a vida na militância começou a ser reorganizada, tendo em vista que o companheiro de Mariana já estava lá há um ano. Novamente o discurso que justificava o posicionamento da organização em favor da interrupção da gravidez, girava em torno do perigo que corriam na vida clandestina e em como a gravidez colocava não apenas Mariana, mas todos em uma situação de fragilidade.

Foi preciso novamente negociações e a resistência e enfrentamento de Mariana frente à direção do partido, reafirmando sua decisão e seu compromisso pessoal em prosseguir com a gravidez e com a militância política. A decisão de manter a gravidez implicaria outra vez em uma série de rearranjos *“Eu me lembro que eu conversei com um companheiro que era da direção nacional de AP*

que falou comigo que, eu tinha que escolher: ‘ou a luta, ou o filho’ - E aí eu falei com ele o seguinte: ‘Eu vou ter! E eu quero lhe dizer uma coisa, no dia que eu falhar como revolucionária, no dia que eu deixar de cumprir minhas tarefas, ou que eu colocar a luta em risco, você tem o direito de falar alguma coisa. Mas enquanto eu não colocar ninguém em risco, não falhar, não deixar de cumprir, não abandonar a luta, você não tem o direito de falar nada! Porque é o meu filho, tá no meu corpo, e no meu corpo quem manda sou eu’ (...) E não é fácil essa escolha!... E eu enfrentei mesmo”. A decisão de Mariana de enfrentar junto como companheiro esse “desafio” e decidir mais uma vez, dar continuidade a gravidez e prosseguir sua militância política, representava a concepção de que era possível conciliar maternidade e militância, “(...) E [diante] dessa escolha de uma coisa ou outra, eu falei: ‘Eu quero as duas coisas!’”. Mariana reflete que não deixaria de ser mãe considerando que, embora não tivesse planejado para aquele momento uma segunda gravidez, era algo a ser pensado futuramente pelo casal, pois ela desejava vivenciar a maternidade novamente, talvez de um modo diferente, pois agora não estaria mais encarcerada, embora esse fosse um risco iminente. Por isso, decidiu manter “(...) eu não abriria mão de ser mãe, de jeito nenhum! Mesmo correndo aquele risco todo... Sabe?! (...) Porque a primeira gravidez aconteceu assim, não, não foi planejada, né? Nem a segunda (...) eu tinha uma [filha], que eu tava acabando de receber. E aí na minha cabeça eu falei: ‘Mas eu ... eu quero um segundo. Filho único vai ficar muito sozinho, eu quero, quero ser mãe outra vez!’ E acabei decidindo que ia ter, com o apoio do meu companheiro.” O companheiro, aliás, apoiou Mariana em suas decisões nas duas gestações, fossem elas de abortar ou manter a gravidez, ponderando sempre os riscos que corriam.

A nova filha nasceu em 1971, também na clandestinidade dos pais. Ela recebeu o nome da tia que cuidou de sua irmãzinha enquanto a mãe esteve presa. Mariana e o marido haviam decidido que seria uma homenagem a irmã e ao cunhado, e independente do significado real dos nomes, esse seria um agradecimento à solidariedade do casal em um momento tão difícil, significando “(...) muito obrigada por terem salvado a [Maria].” O parto aconteceu em um hospital em São Paulo, novamente com a ajuda e solidariedade de um médico que era afeito as ideias de esquerda que, além disso, fez a cirurgia de laqueadura de trompas da militante, procedimento que a colocou frente a um conflito para ela mesma “(...) eu não podia continuar tendo filho, pílula não resolvia... (...) aí, eu decidi que ia querer que desligasse as trompas.” Ter mais filhos naquelas condições era sobremodo arriscado, o que a fez tomar tal decisão.

Mariana e o companheiro viveram de 1970 a 1979 na clandestinidade com as filhas. Para ela, a presença do companheiro na criação das filhas foi muito importante “(...) Ele foi um companheiro e um pai, assim, maravilhoso! (...) Um pai ótimo, maravilhoso, amoroso.” Porém, o exercício materno em meio as atividades políticas não foi algo fácil e aceitável junto aos outros companheiros de militância. Mariana teve suas tarefas políticas alteradas pela dinâmica do cuidado materno. Para ela o papel do homem e da mulher no cuidado com os filhos tinham pesos diferentes “por causa de filho, quem abandonaria [a militância] era a mulher...”. Para ela essas negociações entre trabalho,

maternidade e casamento, têm sempre uma carga maior que recai sobre a mulher, figura socialmente responsável principalmente pelos filhos e a casa, sendo que a maternidade e a maternagem atingem profundamente a vida da mulher, modificando seus comportamentos e decisões “(...)mesmo hoje, [em que não estamos vivendo] *na ditadura, se você tem filho, por mais cabeça aberta que seja o teu marido a responsabilidade da criança é dez mil vezes mais sua do que dele! Entendeu? Vai afetar dez mil vezes mais a sua vida do que a dele... Então você tem que ter muito mais força e descobrir formas [para conciliar diferentes atividades], muito mais do que os homens, na situação de ter filhos*”.

Em São Paulo, viveram de 1971 a 1975, tendo passado neste período por muitas privações, inclusive financeira, pois conseguir um emprego sem documentos legais era muito difícil e na condição de perseguidos e ameaçados pelo regime, não podiam se expor. Em São Paulo desvincularam-se da AP e organizaram-se politicamente no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A repressão era cada vez mais intensa sobre este partido clandestino. O casal vivia com identidades falsas, as quais Mariana passou a prover para todo o partido, já que havia se especializado por meio de literatura internacional em desenvolver códigos clandestinos e identidades ilegais. As filhas também foram ensinadas a viver nesta dinâmica, recebendo novos codinomes cada vez que mudavam de casa ou bairro, já que não permaneciam por muito tempo na mesma residência. Mariana as ensinava a escrever e decorar repetidamente os nomes, dizendo que precisavam de novos nomes porque “*corriam perigo*”. Deixava sempre o telefone da irmã, em um sapatinho de lã vermelha, explicando que caso ela e o marido não chegassem até a noite, deveriam ligar para a tia para que as buscassem. Quando se mudavam, queimavam documentos e fotos. Inclusive as filhas não possuem nenhum registro fotográfico da infância e adolescência, apenas uns monóculos que recentemente foram encontrados por Mariana, mas de momentos que as filhas não sabem ou lembram. Mariana conta que elas lhe dizem: “(...), mãe! *A gente só lembra, que você falava com a gente que esquecesse, que ninguém podia saber, que a gente esquecesse. A gente só lembra que cê mandava esquecer... Mudou de nome esquece o outro.... Esquece, que a gente passa perigo...*” A militante considera que esta pode ter um sido uma das conseqüências da militância na vida das filhas, que não puderam guardar lembranças e recordações da vida infantil durante o período em que viveram em São Paulo, onde medidas de segurança para se protegerem da intensa repressão, eram necessárias “*Elas bloquearam mesmo a memória!*”.

Em 1975, diante do perigo que corriam por terem sido denunciados para a polícia por um militante que havia sido preso, seguiram para o Ceará, por orientação do partido, já que a militância política lá precisava ser reorganizada. Naquela cidade, muitas foram as negociações que a militante precisou fazer para conciliar a vida na militância com a maternidade. Por diversas vezes teve que levar as filhas para as reuniões de partido e em caso de adoecimento das crianças, faltar as reuniões e negociar para que alguém pudesse fazer as tarefas que seriam designadas para ela naquele dia “(...) *Eu achava que ao mesmo tempo, eu tinha que garantir a luta e ao mesmo tempo garantir minhas filhas.*” Considerando assim que essas situações e negociações não diminuía seu envolvimento com a luta

política, *“Diminuiu nada!”* A implicação da militante com a vida política e a maternidade, era exemplo de resistência contra o machismo dentro das organizações, pois mantinha em absoluto funcionamento suas atividades. O irmão de Mariana que era militante, admirado com a coragem da irmã em não ter escolhido entre a maternidade ou a militância, disse em um de seus encontros clandestinos *“(...)‘Olha, eu tenho muita admiração por você, porque você nunca abandonou a luta por causa das suas filhas e você nunca abandonou suas filhas por causa da luta’”*.

Essa escolha, porém, gerou conseqüências na vida de Mariana, companheiro e filhas, que só assumiram seus nomes e identidades reais no período em que foi decretada a lei da anistia política em 1979, quando os pais retornaram para a capital mineira, e as trouxeram quando tinham entre 10 e 8 anos respectivamente. Nessa ocasião, puderam conhecer os avós paternos e maternos, ainda que a filha mais velha fosse conhecida deles enquanto bebê. Esse foi para as filhas um momento de grande choque, pois além de conhecerem a família mais ampla, tiveram pela primeira vez documentos de identidade. Nessa época receberam documentos verdadeiros, assumindo os sobrenomes das famílias. Como sobrenome da família materna era muito difícil e estavam acostumadas a trocar de nome, não queriam aceitar o nome real, já que não entendiam porque era necessário mudá-lo, o que afetava diretamente a identidade delas, marcadas por tantas experiências diferentes em tão pouco tempo de vida *“(...) A coisa mais difícil, pra elas entenderem é que identidade é uma coisa, que cê tem o direito. Desde que se nasce, você tem uma identidade. Pra elas, identidade, é uma coisa que cê troca sempre que algum perigo te ameaça!... (...) a realidade que elas foram criadas foi essa! Então, foi um custo pra elas entenderem, né, que ia mudar tudo de novo”*. Nesta época, puderam voltar à vida legal e reconstruir a vida de outros modos. Mariana e as filhas voltaram para o Nordeste, onde Mariana permaneceu até 1991. Após a legalização dos nomes e posteriormente do partido, Mariana e seu companheiro decidiram pela separação *“(...) quando a gente já tinha vinte anos de casado, já tava na legalidade e tudo, o casamento deixou de ser legal. Aí a gente separou, mas a gente continuou sendo companheiro de luta”*. Apesar do término do relacionamento, ambos continuam residindo na região nordeste do Brasil. Mariana ainda hoje é militante e luta principalmente em prol das causas das mulheres, tendo no ano de 1985 fundado no Ceará a frente feminina do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o PMDB Mulher. Atualmente é assessora política de uma parlamentar mineira.

Apesar da trajetória de vida permeada por situações difíceis, as filhas dos militantes seguiram os passos dos pais. Desde o momento em que começaram a ter contato com os movimentos estudantis, se envolveram com a militância política, e com a política partidária, realizando a *“profecia”* que Mariana havia feito aos torturadores em sua prisão *“[Quando vi minhas filhas liderando uma grande passeata do movimento estudantil] Eu vi um filminho na minha frente! Eu, dizendo pro torturador. ‘Espera quinze anos que ela vai continuar minha luta, ela vai continuar minha luta... E não foi só uma, eram duas!’”*. As duas filhas também se casaram com militantes políticos, e hoje apesar de não residirem no mesmo estado que a mãe - que após 30 anos vivendo em

outras regiões voltou para a capital mineira - continuam acompanhando as ações políticas e se orgulham de ter vivido esta história. Hoje a filha mais nova é mãe de duas filhas e a mais velha está grávida. Mariana diz que tem prazer em contar sua história para as netinhas e orgulha-se de, mesmo em meio a luta contra o regime militar ter possibilitado estudo, proteção e formação de caráter às filhas.

Refletindo atualmente sobre a maternidade considera que como a mãe dela lutou pelos filhos na militância, e ela, na militância, lutou pelas filhas, muitas outras mães passaram por experiências semelhantes e até “piores” durante a Ditadura Militar. Assim considera que o Brasil precisa valorizar a trajetória das mães militantes e das mães de militantes, “(...) *porque não foram apenas as ‘Mães da Praça de Maio’ na Argentina que tiveram destaques (...) Eu acho que se falou muito pouco das mães do Brasil. Porque as mães aqui [também] faziam manifestação, passeata, enfrentavam general, [sofriam] tortura psicológica, ameaças de prisão sobre elas... E elas tavam lá, em nossa defesa!*”

A militante reflete também que apesar de tudo o que sofreu, sua história não traz só marcas e tristezas “*Eu, eu costumo dizer que eu me sinto uma pessoa feliz e realizada!*”, não apenas por ter lutado contra uma ditadura e hoje ver frutos de uma democracia que vem se constituindo, mas por ter conseguido vencer junto com o companheiro, em uma história em que “*Éramos amantes e companheiros de luta!...*” enfrentando juntos muitas barreiras na lida pela sobrevivência. A maternidade e a paternidade foi um marco na vida deles, tendo fortalecido o desejo de lutarem em prol de um país democrático e igualitário, pensando no futuro das filhas. Para ela uma grande vitória em relação a maternidade foi “(...) *o prazer de ter minhas filhas, de defender minhas filhas, de educar minhas filhas e de ver elas crescerem, de protegê-las da repressão e de falar assim: ‘Esses caras não vão acabar com elas, podem até me pegar, mas elas... nós não vamos deixar acabar com elas!...’ Aquela coisa assim de, de protegê-las acima de tudo e de curti-las acima de tudo...*” sendo algo que se tornou um objetivo para ela e o companheiro, que mesmo depois da separação, continuou e continua acompanhando as filhas, que são orgulho para o casal por serem marca dessa história de luta e resistência.

### SÍLVIA

*“(...) de repente eu tava com 24 anos; com uma filha que tinha ficado no Brasil; exilada; sem comunicação com a minha família (...) num país frio, sem trabalho, numa situação completamente nova... foi tudo muito de repente...”*

Sílvia nasceu no ano de 1945. Filha de um casal de classe média que teve seis filhos é a caçula entre eles, tendo três irmãos homens e três mulheres. Nascida e criada no interior do Espírito Santo, pertencia a uma família de destaque na pequena cidade em que morava. O pai era um comerciante

bem-sucedido, que ao longo de seu trabalho adquiriu bens de consumo que nem toda população desfrutava. Em sua casa, eram recorrentes discussões que abordavam temas sócio-políticos “*papai falava muito de política, da Alemanha, da Segunda Guerra Mundial... Nós tínhamos rádio e escutávamos ...*”, além de receberem visitas de importantes políticos da cidade e seu entorno. A mãe, embora fosse a responsável pelo cuidado dos filhos e da casa “*era uma pessoa muito ligada nas coisas, ela se envolvia em política, ela votava, ela discutia*”. Sílvia acredita que esse ambiente tenha contribuído para sua formação sócio-política, e para sua compreensão da diversidade do mundo, fortalecendo mais tarde seu desejo de expandir e ir além dos limites colocados.

Mesmo sendo alguém influente e com posses, o pai de Sílvia faliu em seus negócios, endividando-se e perdendo o que tinha devido ao vício em jogos de azar. O fato causou grande impacto e reajustes na família, que precisou reduzir os gastos e se readaptar a nova realidade “*(...) papai a partir da falência fica alheio do mundo (...) ele entra em depressão*”.

As irmãs de Sílvia se casaram ainda quando ela era criança. Como era caçula e mulher, recebia um tratamento diferenciado dos irmãos, que mantinham sobre ela uma vigília constante, regulando seus comportamentos e amizades. A mãe, embora fosse a responsável pela educação de todos, não conseguia conter e questionar “*a pressão dos homens da família sobre as possibilidades de corrupção da mulher*”, mantendo o lugar de obediência em relação a decisão dos homens, tendo educado Sílvia como uma moça conforme os moldes tradicionais da época, ensinando-lhe também os preceitos da religião católica, na qual a matriarca tinha grande fervor.

O estudo era um princípio muito valorizado pela mãe de Sílvia, embora os irmãos homens não tenham sido obrigados a estudar, empregando-se em diferentes setores desde muito cedo para manter o sustento da casa e posteriormente de suas próprias famílias. Para Sílvia, porém, o estudo seria a chave para conhecer novos horizontes “*agradeço à mamãe, que sempre defendeu esse meu direito... [ela] dava suporte para o meu desejo de estudar*”.

A fim de concluir o ensino básico - até a quarta-série - no ano 1955, Sílvia precisou morar por um tempo na residência de sua professora, já que devido às condições financeiras, a família precisou se mudar para uma cidade vizinha quando ela tinha por volta de 10 anos de idade “*esta foi minha primeira separação da família.*” Como na cidade em que moravam não havia possibilidade de continuar seus estudos, para cursar o ginásio foi preciso migrar para capital capixaba. Com a conclusão do ensino básico, a mãe de Sílvia se esforçou para pagar uma escola particular de orientação católica dirigido por freiras, para que a filha estudasse em um colégio de moças, evitando assim que fosse matriculada em “*escolas mistas*”. Para manter a filha na escola, ela abastecia o colégio com frutas e verduras. Contudo, Sílvia se sentia inadequada naquele ambiente. Ela já adolescente, percebia que suas roupas e calçados estavam em desuso em relação aos das outras moças que estudavam ali “*(...) a mamãe tinha insistido em pagar o colégio onde eu me sentia muito desajustada, porque nós estávamos já num estado de pobreza enorme, e mamãe fazendo um enorme sacrifício pra pagar aquele colégio caro, eu circulando no meio da elite, onde eu me sentia um peixe fora d’água*”.

Enquanto ainda era criança, o controle dos irmãos tinha força sobre ela, mas na adolescência, o interesse em namorar colocaria em xeque as prescrições que lhe eram feitas. Todavia, não conseguiu facilmente se livrar do excesso de cuidado sobre ela. A medida que foi crescendo, sentia-se cada vez mais sufocada, e como o pai já não tinha mais “*pulso firme*”, os irmãos se empenharam na tarefa de cuidar de sua “*honra*.” Assim, Sílvia ansiava por independência. Com o término do ginásio viu a possibilidade de livrar-se desta situação, decidindo que iria trabalhar e se manter, estudando em uma escola pública para cursar o ensino médio científico e posteriormente tentar o vestibular para medicina “*Eu queria sair de Vitória. A minha meta era ganhar o mundo. Eu queria conhecer o mundo, queria viver outras coisas.*” Em 1961, aos 16 anos sai definitivamente de casa, porém, sob a justificativa do estudo, não rompendo totalmente os laços com sua família, a quem visitava periodicamente. Nesse mesmo ano conhece um rapaz dez anos mais velho que ela, a quem começa a namorar. A notícia não foi bem recebida pela família “*ai foi ditame, né, ‘ou namora ou estuda!’ Não tem escolha. E eu fiquei numa angústia terrível!*”. As condições de gênero eram muito bem definidas na família e Sílvia já havia destoadado de certa forma do modelo tradicional, já que todas as irmãs se casaram cedo e nem todas deram continuidade aos estudos. Para ela, porém, as regras deveriam ser questionadas, se rebelando contra essa imposição.

Sílvia continuou a estudar e namorar. Este namorado teve grande importância em sua formação sócio-cultural tendo em vista que a introduziu no universo da leitura de literaturas clássicas européias, russas e de caráter político “*Com 15/16 anos eu lia Kant, eu lia Schopenhauer, li Espinosa, eu li um pedaço de Hegel... eu acho que não entendia muito não, mas eu fazia um esforço para entender*”. Muito afeita à leitura, desde a infância foi limitada a ler apenas livros religiosos “*o excesso de rigor da mamãe me proibia, não aceitava que eu lesse qualquer coisa*”, tendo modificado sua visão acerca de Deus e da religião a partir das novas leituras consideradas pela mãe como “*pagãs*”. Por meio da influência deste namorado, mudou sua ideia de estudar medicina para cursar história, já que ele percebera o interesse dela pelo conhecimento de fatos políticossociais. Também por meio dele, conhece o Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual iniciou sua vida na política organizada.

Sílvia era uma moça muito a frente de seu tempo, sempre contestando normas e imposições de valores, tendo para alguns uma postura transgressora. Aos 16 anos já não morava mais com a família; namorava um rapaz dez anos mais velho que ela; começou a fumar, a trabalhar e tornou-se militante comunista “*(...) eu era assim o anti-cristo, eu virei o anti-cristo! Não só da família mas da cidade.*” Os irmãos já não podiam exercer mais sobre ela o controle que tinham antes, mas ainda assim, questionavam os rumos que ela havia tomando na vida “*Quer dizer, eu era a ovelha negra mesmo, né?! Mas eles já não tinham poder nenhum. Também tinham um discurso muito anticomunista.*” Não foi apenas na família que Sílvia enfrentou preconceitos relacionados a condição de gênero, já que tinha comportamentos contrários ao modelo de feminilidade da época, com os quais havia sido socializada. No partido político ela era a única mulher a participar das reuniões. Porém, as discussões em torno

questão da mulher e a condição feminina, não eram pontos de questionamento, embora algumas literaturas feministas estivessem chegando ao Brasil, sendo Sílvia inspirada por alguma delas. Na organização de esquerda, ela percebia diferenças na atuação e distribuição de tarefas para homens e mulheres, notando que a reprodução dos papéis masculinos e femininos eram arraigados mesmo num partido de comunista. Nesse sentido, reparava que as atividades destinadas às mulheres eram mais internas e se resumiam em pichações, panfletagem, produções de jornais, etc. Além disso, a relação com os companheiros do sexo masculino tinha caráter “*paternalista*”, principalmente pela diferença de idade entre ela e os principais líderes que eram mais velhos. Não apenas dentro do partido, mas durante as ações junto a outros movimentos sociais, notava o lugar de subalternidade e o preconceito dirigido à mulher, sentindo que “*a figura da mulher era menor*”. Sílvia diz que ela e outras militantes eram chamadas pelos operários e sindicalistas que atuavam com os militantes de “*(...) burguesinhas e nos questionavam ‘ah, que comunista nada, que de esquerda nada, vocês têm mais é que casar!’ Sempre essa história...*”

Embora Sílvia tenha críticas e questionamentos mais amplos sobre a condição feminina na atualidade, na época diz se lembrar da indignação e espanto que sentia frente tais atitudes. Ainda durante o namoro, que durou de 1961 a 1964, Sílvia foi incentivada por um líder do PCB e pela própria mãe a se casar com o namorado, pois na cidade corria o boato de que eram amantes e a melhor forma de se resguardar seria com o matrimônio. Assim, percebe que os valores tradicionais estavam presentes também nos partidos de esquerda, “*aquilo me chocou tanto, porque, pra mim, o comunista, o comunismo era a doutrina da liberação*”. Nesta época Sílvia se sentia totalmente modificada pelas concepções de “*amor-livre*” e liberdade, influenciada pelas obras de Sartre e Simone de Beauvoir, modelos para sua concepção sobre o casamento e estilo de vida. Embora os pais, as irmãs e os irmãos fossem casados e o ideal de casamento tivesse grande valor na família, ela o criticava, rejeitando-o da forma como era concebido, sendo parte da “*estrutura burguesa*” que deveria ser rompida. Apesar de considerar seu posicionamento importante para aquele momento, reflete atualmente que nessa época suas ideias eram “*muito radicais*”. Nesta fase da vida, no entanto, seu foco era o estudo e a militância política, tendo rompido o namoro em 1964, já que também não suportava mais a dependência de drogas sintéticas que o rapaz tinha.

O ano de 1964 foi regado de muitas mudanças na vida de Sílvia. O Brasil foi tomado por um Golpe Militar que alterou completamente os direitos políticos e civis. Neste mesmo ano Sílvia passa no processo seletivo entra para a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) se afastando do Partido Comunista Brasileiro, no qual militava há três anos. A desvinculação da organização se deu por ter considerado “*insuficiente e decepcionante*” a atuação do partido em não criar e organizar no Espírito Santo uma resistência sólida frente a ditadura militar. Desiludida com o partido, encontra outras formas de se manifestar, “*continuava sendo de esquerda*”, produzia o jornal da Faculdade de Filosofia (FAFI), além de participar grupo de teatro da universidade, onde haviam outras três mulheres, era considerado um “*grupo de comunistas*.” Sua qualificação como comunista, somava-se a

outros adjetivos negativos, atribuídos a ela. Na cidade e também na universidade havia se criado um mito entorno da figura de Sílvia, suas idéias e atitudes.

Desde os 19 anos de idade Sílvia trabalhava e estudava, pois, precisava se manter, já que morou de favor na casa de diferentes amigas desde quando saiu de casa aos 16 anos “(...) *não lembro de muitas colegas que trabalhassem. Eu trabalhava, eu estudava, eu estudava francês...*” Refletindo atualmente, se sente muito diferente do modelo de mulher estabelecido na época, “*talvez a marca maior da minha figura tenha se associado a uma questão de ruptura comportamental de cânones sociais fortemente associada a uma ideologia política (...)... sou uma espécie de bicho raro*”. Além disso, a fantasia criada sobre ela envolvia sua conduta afetiva; tendo sido acusada de namorar vários homens “*na verdade eu tive três [namorados]*”. Tal postura da sociedade local marcava o posicionamento moral da associação da imagem de uma mulher diferente do modelo tradicional como alguém que possivelmente levava uma vida promíscua.

Ainda que tenha sido muito criticada e alvo de maledicências, para ela a juventude foi uma das melhores fases de sua vida, por poder gozar da liberdade de sair com os amigos, beber, comprar livros... “*eu me dei o direito de viver o que eu pensava que eu tinha o direito de viver*”, não se furtando de experiências novas, nem temendo “*fossem preconceitos sociais, fosse piadinha, fosse a minha família.*”

O acirramento da ditadura militar em 1968 contribuiu para o medo instaurado já que com o aumento da repressão, os comunistas foram considerados o principal alvo das ações militares. Em todo o mundo aconteciam ações engajadas no campo da política e cultura, liderada por jovens, em sua maioria estudantes e de classe média. Este “espírito do tempo” fez com que Sílvia, ainda na universidade, agora cursando uma pós-graduação, se engajasse novamente em uma militância organizada, se uniu ao movimento estudantil sendo sua participação não apenas como membro, tendo encabeçado a organização de passeatas, manifestos, produção de panfletos e etc. Nesta época, na UFES se fortaleciam as greves no restaurante universitário (RU) num clima de movimentação intensa dos estudantes que eram temidos e reprimidos pelos militares. Em uma destas manifestações, por meio de uma conversa ali no RU com uma importante membro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no Espírito Santo, percebeu o clima de instabilidade e violência no qual o país estava imerso e aceitou então o convite desta militante para participar das reuniões do PCBR, se filiando a este partido em 1968, mesmo que discordasse do foco armado o qual a organização defendia.

Ainda em 1968, aos 23 anos, começa a namorar um importante líder do movimento estudantil universitário, Sérgio, um estudante de medicina e candidato à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFES. Sérgio não estava filiado a nenhum partido político, tendo sido convidado por ela a participar das reuniões e se integrar posteriormente ao PCBR. Assim, formaram um par afetivo e de lideranças, ambos envolvido na militância “*ele já era líder de massa. Eu era líder, digamos, cultural.*” Se sozinhos provocavam e combatiam o regime militar, juntos, tornaram-se alvo

intenso de perseguição e ameaças por parte da repressão. Além da perseguição política, Sílvia tinha que lidar com o desafeto que a família de seu namorado sentia por ela, pois a consideravam culpada por ter encaminhado o filho para o movimento comunista.

A perseguição à militante se intensificou quando em uma passeata ao ser reprimida por militares, lançou a bolsa no rosto de um importante militar, causando-lhe profundo desejo de destruí-la. Nos meios de comunicação como rádios e jornais de Vitória/ES, o militar passou a divulgar que a população não correria riscos com “*aquela subversiva*”, porque logo seria presa, momento que Sílvia considera ter sido de grande sofrimento para a família “*youê imagina a mamãe, o que ela deve ter sentido, e os meus irmãos, porque quem era procurado pela polícia era ladrão, assassino, prostituta, aquele negócio todo.*”.

Também em 1968, Sérgio organiza o movimento estudantil no Espírito Santo para a participação no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que aconteceria no interior de São Paulo. Lá, junto com os demais estudantes foi preso, mas por ser uma importante liderança, foi mantido encarcerado por mais tempo. Ele já havia sido detido várias vezes, mas rapidamente liberado. Porém, desta vez ficou preso por três meses no Presídio Carandiru em São Paulo, junto a presos comuns. Neste momento, companheiros do partido consideraram importante a saída de Sílvia do Estado, pois estava correndo o risco de ser presa, colocando em situação de insegurança o partido e demais militantes. Nesta altura, ela já havia perdido contato com sua família de origem e não queria colocá-los sob perigo, aceitando assim a condição de ir para a casa dos pais do namorado no interior do Rio de Janeiro, onde sabia que não era bem-vinda.

Em Vitória o paradeiro de Sílvia diante da polícia era dado como desconhecido, mas estava no Rio de Janeiro de onde foi levada pela família de Sérgio para São Paulo, ficando na capital paulista de outubro a dezembro de 1968, a fim de que acompanhasse o processo de prisão e soltura do namorado. Como os pais dele não podiam seguir de perto os trâmites da prisão do filho, e por considerarem Sílvia a principal responsável pela situação, a mãe de Sérgio a leva para São Paulo “*para eu fazer as visitas semanais*”. Sílvia relembra com pavor a experiência passada em um das revistas para a entrada no presídio “*eu tava com um vestidinho curtinho cor de laranja, um tubinho... a mulher passou a mão na minha barra da saia e rasgou... Ela metia a mão por dentro da calça, aquele negócio, a revista horrorosa*”. Embora a mãe do militante não pudesse estar sempre na cidade, também lutou pela soltura do filho, já que era de uma família que tinha influências. O irmão de Sérgio também era um militante, assim, a mãe tinha que lidar com ambas as situações: um filho preso e o outro clandestino em uma guerrilha no campo.

Como Sílvia não conhecia ninguém em São Paulo, foi acolhida por um militante indicado por Sérgio. Na casa desse militante, ela ficou por três meses, trabalhando no comércio da família como forma de contribuir para com as despesas. O restante da jornada diária de Sílvia estava relacionada ao acompanhamento da situação do companheiro e a continuidade de sua militância política, tendo em São Paulo se integrado junto com a mãe do namorado ao “*Comitê de mães e noivas de presos*

*políticos*”, que congregava muitas mulheres “*a gente ia pras auditorias, entende, ia fazer as visitas, ia falar com os jornalistas*”. Além disso, ela alimentava o companheiro com leituras políticas que eram proibidas. No presídio ela passou por meio de carta “*‘O Estado e a Revolução’, aquele livro do Lênin, todo manuscrito. Eu fazia cartas quilométricas para o César e lá pela metade da carta eu começava a copiar os capítulos. Porque eu via que os caras só liam o início...*” Na luta por meio do comitê e diretamente junto com a mãe de Sérgio conseguiu com que ele e demais militantes foram transferidos de presídio e reconhecidos como presos políticos, não deixando, porém de serem torturados.

Sílvia, lutando para viver na clandestinidade sem o companheiro afetivo, segue para a casa de outra família de militantes que a recebeu solidariamente, ainda no estado de São Paulo. A residência ficava mais próxima do novo presídio. Esta situação de depender e viver na casa de desconhecidos era sobremodo difícil e desagradável, mas era a única saída para não ficar desprotegida nas ruas, uma vez que também corria o risco de ser presa. Em dezembro de 1968, aos 23 anos, vivendo nesta conjuntura, Sílvia descobriu que estava grávida, situação que modificou de forma profunda sua vida e sua relação com a militância política.

#### ***Militância e Maternidade: “ou isto, ou aquilo...”***

A possibilidade de ter filhos em meio à vida de militância havia sido discutida pelo casal, antes mesmo de entrarem para a clandestinidade em 1968, ocasião em que o namorado e Sílvia pensavam em integrar-se a guerrilha no campo, o que não se concretizou devido a prisão de Sérgio “*ao mesmo tempo que a gente tava fazendo essa planificação para sair, para nos incorporarmos a algum foco rural, ele falava em ter filhos. Eu dizia ‘(...) não tem sentido! Como é que nós vamos fazer uma vida de luta armada, de clandestinidade e ter filhos?’ ele dizia ‘a gente dá um jeito!’. E foi uma loucura...*”. Embora Sílvia tenha rompido com padrões, alguns valores foram preservados, especificamente em relação aos modelos tradicionais de maternidade em que ter uma “*vida certinha*” era pré-condição para se ter um filho. A descoberta da gravidez ocorreu em dezembro de 1968, quando ela estava com 4 meses de gestação “*Eu não me tocava, eu nem me lembrava de menstruação, nem nada! Eu só vim a perceber [porque] começou a sair leite.*”

A soltura do companheiro de Sílvia ocorreu um dia antes da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, quando ele veio saber da gravidez. Como a situação para ambos era arriscada, juntos seguiram para a fazenda dos pais dele no interior do Rio de Janeiro. A vida de militância mesmo que afastados dos demais companheiros, continuava. Ela, grávida chegou a fazer treinamentos, pois ainda tinha-se esperança de que pudessem entrar em alguma ação de foco rural. “*o [Sérgio] efetivamente começou a me fazer treinamento com arma, foi a primeira vez que eu peguei numa arma.*” Contudo, as atividades relacionadas ao partido não eram as mesmas, pelo menos para Sílvia. Os membros do partido clandestino (PCBR) se organizavam em pequenos grupos denominados “*células*”. Com a gravidez, Sílvia passa a não participar presencialmente das reuniões,

passando seu companheiro a ser o mediador entre ela e as questões resolvidas nas reuniões da organização da qual ela também era membro. Sílvia passa a perceber certa distinção nas tarefas e orientações dadas a ela, pelo fato de estar grávida. A condição de gravidez configurava um risco não apenas para ela e a criança, mas para os demais militantes, pois nessa condição, tornava-se alvo ainda mais fácil para a repressão, “(...) *eu tinha vontade de fazer as coisas e ele [o marido] me dizia que não.*” Apesar disso, conseguiu ainda participar de algumas ações em que a condição de materna foi utilizada estrategicamente nas ações “(...) *o máximo assim que eu cheguei a fazer clandestina, no Rio de Janeiro, aliás era uma coisa bastante perigosa, mas que pra eles não revestia tanto perigo; era fazer observação do movimento de determinados agentes das Forças Armadas. Fazia observação. Porque eu já tava grávida, né, barrigona e tudo, então ninguém desconfiava de mim.*”

Em decorrência da reorganização da vida na militância na casa dos parentes de Sérgio, além de lidar com as questões do partido, que de certa forma a incomodavam, Sílvia ainda tinha que conviver com algumas atitudes ambíguas da mãe de Sérgio. Eles começam a ser novamente perseguidos pela polícia, pois haviam sido denunciados de estarem treinando para guerrilha em um sítio. Em decorrência disso a mãe de Sérgio propõe levá-los para casa dela “*quando ela disse isso, que ela ia me levar de volta pra Campos, eu disse: ‘ah!... ela não tava brincando quando ela falou [a sogra havia insinuado ficar com o bebê]. É ruim que ela vai me levar de volta!’*”. A condição materna fez com que Sílvia pensasse mais em proteger a filha do que a si mesma. Desesperada se negou a seguir com o companheiro para a casa de seus pais, e procurou contato com um dos tios dela, um militar que morava no Rio de Janeiro, sem sucesso. Lembrou-se de uma apoiadora de militantes do PCBR que morava no Rio de Janeiro, que apesar de não conhecer, foi quem se solidarizou com a situação ao saber o que Sílvia estava passando “[Eu disse:] *‘olha, tá acontecendo isso, assim, assim e assim (...)e eu acho que ela vai pegar o neném e vai me entregar pra polícia!’*” Assim, novamente Sílvia passa pela situação de ser hóspede na casa de desconhecidos.

Contudo, foi muito bem acolhida, a partir do contato com um médico que compartilhava politicamente dos mesmos ideais que elas conseguiram uma consulta médica para Sílvia, próximo ao final da gravidez, “(...) *ela me levou a um ginecologista-obstetra, amigo dela, do partido, pra me fazer um exame, eu tava inchando muito...*” O diagnóstico médico sugeriu hipertensão que poderia ter origem no estresse passado durante a gestação, o que causou “*muitos fatores de risco, [além de deixá-la] muito nervosa*”. Para que o parto não acontecesse de forma inesperada e arriscada, o médico sugeriu que Sílvia fosse urgentemente levada para um lugar tranquilo, para repousar até momento do parto que ele mesmo se disponibilizou em fazer. Assim, após o reencontro com seu companheiro afetivo, Sílvia e o mesmo, foram levados pela apoiadora para uma casa em Petrópolis.

Como a gestação não foi planejada e descoberta aconteceu tardiamente, Sílvia “*não tinha certeza da data provável do parto, porque eu não lembrava quando tinha sido a minha última menstruação.*” Ela só sentiu que o bebê estava nascendo durante a madrugada do dia 22 de maio de 1969, quando a bolsa rompeu, conforme o combinado com o médico. Na ocasião, o presidente dos

Estados Unidos estava de visita ao Brasil, no Rio de Janeiro, o que provocou o aumento da agitação por parte dos órgãos repressores. Nessas condições de insegurança, foi levada para uma maternidade. Como a situação de estresse e hipertensão foi constante durante a gestação, influenciou também no momento do parto demorado e sofrido *“Inclusive me machucou muito, porque o médico sentou na minha barriga. O parto foi induzido, com a ajuda de fórceps.”*. Após o parto de uma menina, permaneceu com a filha apenas um dia no hospital. Depois do nascimento da menina chamada Sara, Sílvia passou por algumas dificuldades em relação ao cuidado com o bebê e a amamentação, *“eu não tinha experiência nenhuma pra dar de mamar, entende?! E ela teve problema de ouvido, porque um ouvido ficava encostado no braço; eu tive problema de mastite...”*

Neste período pós-parto ela e o companheiro já haviam percebido que o cerco estava se fechando para eles, e cada vez mais a iminência de serem presos, torturados e até mortos, se intensificava, por isso, naquele momento a saída que viam era exilarem-se em outro país, como única forma de protegerem-se da repressão. Sílvia e Sérgio conversavam também sobre o destino da criança, até mesmo antes de seu nascimento. Sílvia sempre se mostrou desfavorável em deixar a criança, considerando que deveriam enfrentar a situação da ditadura e ficar com a filha, posicionamento que contemplava a possibilidade concomitante de exercer a maternidade e a militância *“(...)Eu era muito doida, menina! Eu dizia: ‘não, nós temos que ficar no Brasil’”*. Na verdade, permanecer no Brasil significava para ela continuar também com a filha, visto que para a mãe de Sérgio, a saída deles seria a possibilidade de cuidar da criança. Sérgio também tinha sua posição marcada em relação a saída do país e a condição da criança *“E ele já dizia: ‘não, nós vamos, você vai, nós vamos deixar nossa filha, depois que a gente se instalar no exterior...meus pais levam a criança. A gente vai sair do país por um tempo até as coisas serenarem, depois voltamos, nós não vamos deixar a luta.’”*

Como a passagem do ano de 1968 para 1969, a quantidade de prisão de companheiros de militância do casal só aumentava, decidiram-se assim que de fato sairiam do Brasil para o Uruguai. Neste ínterim, a filha deles já estava com dois meses de idade, e ninguém da família de Sílvia a conhecia, pois estava clandestina e fora de seu Estado de origem. Por meio da solidariedade de um amigo com quem Sílvia fez contato em Vitória, o encontro com sua mãe pode acontecer. Através deste telefonema soube do falecimento de seu pai, notícia que a abalou profundamente, principalmente por saber que no sepultamento *“A polícia esteve presente. Foi um vexame pra família, foi muito constrangedor”*, tendo em vista que todos sabiam que estavam à procura dela. Apesar da má notícia, pôde rever a mãe, a quem o amigo levou de carro até o Rio de Janeiro, *“a gente teve um encontro lindo!”* Apesar de rápido e sem muitos detalhes de informações, conseguiram se despedir, tendo ela avisado a mãe sobre a situação que estava enfrentando em relação a perseguição militar, e por isso, a decisão de se exilarem num outro país. Sílvia, porém, sentiu muita vontade de pedir a mãe que ficasse com a filha, pois sabia que diante da conjuntura não poderia partir com a criança. Entretanto, isso se configuraria como rapto, podendo prejudicar seus familiares, e causar conflitos entre as famílias, já que a mãe de Sérgio estava convicta de que a neta ficaria com ela.

Embora não aceitasse a ideia de sair do país deixando a filha, um bebê de dois meses; refletiu muito sobre os perigos que a menina correria, e não tendo mais possibilidades de ficar, nem de levar consigo a criança, em agosto de 1969 ela e o companheiro seguem para o exílio no Uruguai. Antes de partirem não conseguiram ao menos registrar a filha, situação que poderia levar a prisão dos dois, assim Sara fica sob os cuidados dos avôs paternos, que vieram mais tarde a registrá-la como filha dos pais de Sérgio, *“ela [a mãe de Sérgio] me deu uma certidão da [Sara], eu tenho aí, mas que se vê que é uma gambiarra... Ela de fato foi registrada como filha deles.”*

A separação forçada e circunstancial da filha causou grandes impactos psicológicos e na vida de Sílvia de forma ampla, pois embora estivesse longe do Brasil e da menina, pensava nela constantemente, gerando-lhe sentimentos de culpa e de impotência.

A chegada a Montevideu no ano de 1969 foi cercada de desconhecimento e apreensão, pois não conheciam e nem possuíam contato com ninguém daquele país. Entretanto, a atmosfera sentida por ela e seu companheiro era de liberdade, algo muito diferente do que vivenciaram no Brasil. No Uruguai, residiram em uma pensão, uma espécie de cortiço onde moravam outras pessoas exiladas e trabalhadores imigrados de outros países. Passado algum tempo que estavam ali, o dinheiro que levaram acabou, e passaram por muitas privações *“A gente passava fome, mesmo. Eu lembro que eu via os frangos assados nas petcerias e aquilo: ai, meu Deus! Mas a gente era alimentado por outros sonhos. Então amenizava muito mais, né?!”* O pedido e recebimento da documentação verdadeira deles lhes deram novas perspectivas, pois, ele consegue retomar o curso superior em medicina que havia interrompido desde que fora preso no Brasil em 1968. Além de ingressar novamente em uma faculdade e foi contemplado com uma bolsa de estudos, meio pelo qual puderam sobreviver. E ela inicialmente, dava aulas de história aos vizinhos, e posteriormente, retorna para a universidade no Uruguai, no curso de pós-graduação *lato sensu*, obtendo também uma bolsa de estudos.

Nessa época, a relação entre os dois se tornou muito conflituosa, tanto por causa da questão da filha ter ficado no Brasil com os pais deles, quanto por divergências políticas que passaram a ter. Na pensão em que moravam conheceram outros militantes, com quem se uniram para de alguma forma continuar discutindo e militando. Criaram inclusive em parceria com os trabalhadores que também estavam hospedados ali, cursos de eletricidade, hidráulica, porque acreditavam que assim estavam se preparando para ações na vida clandestina.

Embora o casal tivesse muitas brigas, atritos e *“reconciliações apaixonadas”*, junto com os companheiros de militância que também estavam exilados, consideravam que as experiências passadas ali, eram uma forma *“(...) de preparação, porque a gente tinha a convicção de que ia voltar... Até brincávamos, né, ‘os mais otimistas voltavam no natal, os mais pessimistas, no carnaval’ (Risos) Nas celebrações, os brindes eram: ‘Que o próximo seja lá!’. Aquilo alimentava a gente...”* Ainda que os momentos de alegria existissem, principalmente quando estavam ligados a esperança de retornarem para o Brasil, a história de ter deixado a filha atormentava a vida de Sílvia, que desejava pedir aos pais de Sérgio que os entregassem a criança, mas sabia que as condições em que estavam vivendo não eram

propícias para criar a menina, entendendo os argumentos do marido em deixá-la ainda com seus pais “*eu realmente me tocava, a gente tava morando numa pensão, tinha apenas um quarto, sofria...*” Em seus momentos de solidão no exílio, refletia sobre o destino de sua vida entremeada de acontecimentos pessoais-políticos o que lhe causava conflitos internos “*(...)de repente eu tava com 24 anos; com uma filha que tinha ficado no Brasil; exilada; sem comunicação com a minha família nem com ninguém de Vitória; perdida num país frio, sem trabalho, numa situação completamente nova... foi tudo muito de repente.*” Era preciso lidar com o que havia ficado para trás e o novo, desconhecido e inseguro. Assim, dois meses depois que estavam em Montevidéu, ainda se instalando, Sílvia descobre que estava grávida, “*(...) tivemos a infelicidade que, eu chegando no Uruguai, fiquei grávida de novo. Nós chegamos lá em agosto, em outubro eu já fiquei grávida.*” A descoberta causou sentimentos adversos, pois novamente não era algo planejado “*(...) foi uma gravidez, digamos, com muita dificuldades.*” Apesar disso, conforme suas próprias avaliações, Sílvia considera que dessa vez pôde se dedicar a gravidez do filho e experimentar questões ligadas a maternidade, como a sensação de esperar por uma criança “*eu lembro com que amor, com que carinho, eu enfeitei meu quarto pro nascimento do [Silas], com pôsteres de colagem...*”

Nesta época, intensificam-se as divergências que tinha em relação ao partido político, do qual já queria se desprender, e no período dessa segunda gravidez, decide então se desligar organicamente do partido, tendo Sérgio, seu companheiro continuado, não se desvinculando da organização. Todavia, ela não se furtava as discussões políticas com os companheiros de militância.

A vida pessoal de Sílvia e seu companheiro sempre foi emaranhada pela política, seja devido a participação deles enquanto militantes de oposição aos regimes ditatoriais, quanto a acontecimentos políticos importantes neste contexto, ponto que serve de reflexão para Sílvia “*É engraçado como a minha história pessoal tá recheada de coisas, de acontecimentos pesados, fortes, em termos pessoais, e relacionados com a história política.*” E é exatamente em uma atmosfera relacionada à política que o segundo filho do casal nasceu, no dia 31 de julho de 1970, quando o grupo de ação armada Tupamaros<sup>3</sup> seqüestrou em Montevidéu um cônsul brasileiro e um espião da *Central Intelligence Agency (CIA)* responsável pelo ensino de técnicas de tortura no Uruguai. A cidade estava num clima tenso, de guerra, cercada por diferentes grupos de oposição e forças armadas, quando ela e seu companheiro saíram para a maternidade. O parto aconteceu no mesmo dia, “*era um menino bonito, lindo, uma gracinha, sadio.*” Assim que a Silas nasceu os pais de Sérgio foram avisados, tendo a mãe dele visitado o casal, sem, contudo levar a filha deles a quem não viam desde que saíram do país, isto é, há mais de um ano. Ao contrário, a mãe do companheiro “*levou um bilhete escrito pelo [marido dela] pra gente mandar o [Silas] para eles criarem.*”. A proposta foi rebatida por Sílvia que viu

---

<sup>3</sup> Uma das principais organizações de foco guerrilheiro no Uruguai, denominada Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, criada em 1962 e derrotada pelas forças policiais uruguaias em 1973, durante a primeira fase da Ditadura Militar deste país, conforme: Cabral, J. P. C. (2007, dezembro). Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros –1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos PUCRS*, 33(2), 156-171.

novamente sua possibilidade de exercer a maternidade ser ameaçada, negando assim o pedido do pai de Sérgio, já que havia deixado a filha com eles apenas a contragosto e por motivos de segurança da vida da própria menina.

Sílvia estava feliz com o filho que já estava com seis meses de idade, porém, neste período a criança foi acometida de uma doença grave no aparelho urinário, ocasionando sua morte no dia 31 de janeiro de 1971. A morte da criança abalou profundamente a vida do casal. Os dois chegaram a ser “internados” em uma clínica de repouso, pois não conseguiam dormir, nem se alimentar, tendo sido esta uma perda que lhes causaram marcas e dores profundas. Ela ficou em estado catatônico sem andar e falar “*tive um impacto emocional enorme sobre mim... enorme, enorme, eu não me lembro de quase nada*” e Sérgio “*ficou numa paranóia só, achando que esse vírus tinha sido inoculado no [filho] por algum inimigo, que tinha sido a CIA e não sei o quê, e ao mesmo tempo ele só lia os livros de medicina que dissessem respeito ao funcionamento do sistema renal e toda essa coisa.*”

Apesar do abalo que a morte do segundo filho do casal havia causado, Sílvia experimenta um sentimento diferente “*eu sei que a partir daí eu comecei a querer ter outro filho.*” Porém, após inúmeras tentativas ela não conseguiu engravidar apesar dos exames e análises feitas apresentarem normalidade. A relação entre ela e Sérgio se agravou muito após a morte da criança, eles já não eram mais os mesmos. As brigas e discussões tornaram-se constantes, principalmente porque ela queria agora, mais do nunca, estar perto da filha “*eu cobrava dele que ele não fazia nada pra levá-la, e ele argumentava que se ele fizesse isso ele não ia poder continuar a carreira de medicina e tal (...) eu pensei que naquele momento... eles tinham que me dar a [Sara] de volta e que ele tinha que me apoiar naquilo.*” Embora não tenha conseguido que a filha fosse morar com ela, os pais de Sérgio passaram a fazer visitas anuais levando a filha do casal para o Uruguai. Ao observar no cotidiano o relacionamento da sogra com a filha, Sílvia considerava que o modelo de feminilidade e de cuidados era muito diferente daquele que ela gostaria de ter ensinado a filha “*(...) além [disso, tem] o sentimento de mãe, você quer ter o seu filho, sua cria ao seu lado, educá-lo com seus valores, aconchegá-lo. Eu tinha muito claro o seguinte: o que me preocupava mais dela ficar com os avôs era o que eu via da desestruturação emocional daquela família, os valores... aquilo me perturbava muito (...) ela não aceitava o menor direcionamento de disciplina pra [menina].*” A filha de Sílvia foi ensinada desde pequena que os pais biológicos eram seus tios, e que os avôs eram seus pais, o que teve efeitos duradouros que mexeram com o sentimento materno de Sílvia “*(...) ela não me chama de mãe.*” Sílvia, ao sair do Brasil e nos contatos telefônicos que realizava, sempre fazia um pedido a mãe de Sérgio “*‘a única coisa que eu te peço é que não divida os sentimentos dessa menina’ e foi exatamente o que ela fez.*” A menina só veio saber que Sílvia e Sérgio eram seus verdadeiros pais em 1975, quando tinha 6 anos de idade. A história contada pelos avôs paternos para justificar a separação dos pais biológicos foi que a Sílvia a rejeitou ao nascer, fato que causou sérias conseqüências na vida e na relação mãe e filha. Foram recorrentes às vezes em que Sílvia pensou em seqüestrar a filha no Brasil, mas a situação de trazer a filha como turista e permanecer com ela, poderia culminar em sua

prisão, colocando a vida da criança em risco. Procurou também advogados que a orientaram a não tomar tal atitude porque a polícia internacional a procuraria, e estando na condição de exilada a situação dela no país se agravaria “*Então eu tenho certeza de que se vivêssemos num estado de direito eu tinha conseguido me defender.*” A família de Sérgio também era muito influente no meio social e político, sendo essa estratégia facilmente falida.

Desgastada com as brigas e conflitos com seu companheiro afetivo e sua família, em 1973 decidiram se separar. Ele, pouco tempo depois da separação passou a morar com uma mulher uruguaia com quem teve três filhos, além de ficar com os outros dois filhos que a nova companheira tinha. Segundo Sílvia, as cinco crianças foram entregues aos pais dele para que os criassem no Brasil. Esse ato foi para ela confirmador de certa estranheza que sentia tanto em relação ao então ex-marido, quanto ao modelo de paternidade por ele seguido “*(...) o pensamento do [Sérgio] não era assim, de ficar com os filhos. Queria fazer filho, mas não era aquele negócio de criar, cuidar, ele era muito, muito irresponsável, essa é a palavra.*”

A separação do casal não ocorreu sem danos, principalmente para Sílvia que vivenciou nesse período, grande solidão, lidando com a recente morte do filho; e a ausência da filha. Neste mesmo ano (1973), ocorreu o segundo Golpe Militar no Uruguai, havendo uma intensificação das forças repressivas ditatoriais, atingindo inclusive a área da educação “*(...) 1973 foi o golpe definitivo. Então eles intervieram na universidade onde eu tinha uma bolsa de estudo.*” Padecendo necessidades básicas, sem auxílio financeiro e vivendo novamente em um contexto de ditadura, Sílvia vê na morte a única saída para dar fim a todo este sofrimento “*nessa época foi muito recorrente em mim a idéia de suicídio, eu não encontrava sentido em minha vida! Um dia fechei a casa inteira, abri o gás, quando tive o primeiro choque eu olhei o retrato da [minha filha], eu tinha um pôster dela com umas 8 carinhas, ela era muito bonita, e eu disse ‘eu não posso fazer isso’. Aí eu fechei o gás, abri a casa, e aí eu fui, literalmente, bater na porta de um psiquiatra.*” A procura por um profissional da saúde mental foi de suma importância para a garantia da integridade física e psicológica de Sílvia, que diante das experiências traumáticas pelas quais havia passado, precisava se reencontrar e traçar novos projetos de vida, remontando sua identidade, tão atravessada pelas questões maternas, familiares e políticas, sendo a maternidade, neste contexto, algo que ainda lhe mantinha ligada à vida.

Para sobreviver, voltou a dar aulas para os vizinhos da pensão. Nesse mesmo período começou a se relacionar com um rapaz quase dez anos mais novo que ela, a quem conheceu por meio de contato com um grupo de artesãos. A família de Samuel, o novo namorado, num primeiro momento assustou-se com a ideia de ele namorar e posteriormente morar com “*‘uma veterana, brasileira, exilada política.’*” – como ele mesmo havia comunicado. Mas foi apenas na primeira impressão, logo passaram a se relacionar muito bem com Sílvia. Esta aproximação com os familiares de Samuel foi importante para que Sílvia reconstruísse uma vida amistosa em família. A sogra passa ser uma de suas companheiras e conselheiras.

Embora não quisesse envolver o companheiro afetivo e seus familiares com suas questões relacionadas à filha que morava no Brasil, foi inevitável que soubessem. Samuel inclusive a ajudou ao longo do tempo a tentar contatos mais próximos com a filha, que passou a ligar muito freqüentemente para mãe, solicitando sua visita ao Brasil. Ela insistia em lutar pela filha “(...) *eu tentava recuperar minha filha e eu não conseguia, porque essa família [a família do ex-companheiro] se amparava num esquema de me denunciar como mulher de má vida; mulher de fama duvidosa.*”. Assim, no fim de 1974 para 1975 Sílvia e Samuel se organizaram para vir ao Brasil, onde ela teve a oportunidade de rever e ele de conhecer a filha dela, bem como a família de Sílvia no Espírito Santo. Como Sílvia não sabia qual era sua situação política no país, Samuel na estadia no Brasil aproveitou para recolher informações sobre ela, a fim de posteriormente solicitar documentos para o pedido de anistia, lei, que neste período, se esboçava no país. Voltando para o Uruguai, Samuel sugere a Sílvia que a melhor forma de poder ajudá-la em relação a recuperação da filha e também de protegê-la da ditadura uruguaia e brasileira, seriam se casando legalmente, para que ela passasse a ter outro status social. Mesmo que Sílvia fosse contrária a ideia de casamento “*A gente se casou, eu não era favorável. Eu aceitei o casamento como uma condição de necessidade,*” tendo em vista a força que a Ditadura no Uruguai tomava e o temor que sentia de a qualquer momento ser abordada pela polícia estrangeira que poderia retomar seu histórico de militância política. Ela continuava lutando desesperadamente pela filha, tendo inclusive enviado uma carta para os avôs paternos da garota pedindo a guarda da criança; atitude que gerou conseqüências para sua vida.

No ano de 1976, no período de verão em Montevidéu, quando Sílvia e o esposo curtiam um dia na casa de praia da mãe de Samuel “*Apareceu a polícia em casa pra me prender. (...) Com uma ordem, um pedido do Brasil*”. O policial que coordenava a operação a interpelou sobre a existência de inimigos dela no Brasil. Apesar de afirmar a possibilidade de alguma inimizade, pensando nas forças repressivas brasileiras, e na relação conflituosa que tinha com a mãe do ex-companheiro, ficou em dúvida sobre qual “inimigo” estavam se tratando. “*Ele disse: ‘Pois se prepare pra uma viagem longa’ (Pausa)*”. Esta foi a primeira prisão de Sílvia, em um momento onde estava completamente desvinculada de qualquer organização política desde 1973. Refletindo sobre sua história considera que a prisão se tratou de uma “*perseguição familiar*”, aguçada pela carta a eles enviada. Nesta prisão, diz não ter sido torturada, nem interrogada “*não fizeram nada... me botaram na cela dos presos comuns...eu não consegui dormir, conversei muito com as mulheres, a minha sogra foi lá de noite, não me viu, mas ela deixou frutas e eles levaram pra mim.*” Sílvia ficou presa durante 24 horas e considera que sua situação de “*casada com um nacional*” facilitou sua saída da prisão, já que não havia acusações contundentes contra ela. Neste mesmo ano (1976), pouco tempo depois deste ocorrido, Sílvia é presa pela segunda vez, agora também foi preso seu marido, sendo ambos abordados em casa pela polícia política, que lhe acusava de ser mediadora entre Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Uruguaio, o que veio a confundi-la sobre as causas dos aprisionamentos. De fato, essa segunda prisão teve um caráter diferenciado. Ao serem presos a polícia fez uma revista em toda a casa

em que moravam, tendo encontrado muitos livros marxistas, o que foi justificado pela profissão de Sílvia como professora de história. Na prisão, ela e o marido permaneceram juntos após o primeiro interrogatório, passando 24 horas na mesma cela, onde foram expostos durante toda a noite a *“uma luz enorme, um holofote em cima da gente”*. Após outros longos interrogatórios pela qual ela passou, sendo interpelada acerca de questões de cunho familiar e pessoal, foi levada para uma sessão de tortura *“(...) me levaram pra tortura, né. Me botaram um capuz na cabeça... Vestida e de salto alto eu tinha que ficar em pé, com os braços levantados, eu desmaiei várias vezes, não podia comer, e me bateram, me bateram com toalhas molhadas, [passei por] Vexame sexual... O cara vem, te toca toda... Eu fui torturada, escutei a tortura dos outros e me fizeram crer que tavam torturando o [Samuel] também”*. Tudo isso aconteceu ao longo de uma semana em que ficaram presos. Embora durante a tortura psicológica tivessem dito a ela, com o intuito de desestabilizá-la, que o marido estava sendo torturado, soube em conversa posterior com ele que isso não aconteceu.

Sílvia se sentia injustiçada porque para ela não havia mais motivos para se sentir perseguida politicamente, pois não estava mais vinculada a nenhum partido desde seu desligamento há três anos, fortalecendo assim sua tese de que nesse período o que estava sofrendo não se tratava de uma perseguição política, por ter sido militante e refugiada; mas sim passava por uma perseguição familiar subsidiada pela estrutura repressiva de duas ditaduras militares *“Nem era a política, eram as ditaduras.”*

O clima de tensão e abalo emocional pós-soltura foi contínuo, ao sair da prisão Sílvia se abrigou aproximadamente cinco meses no Departamento de Imigração no Uruguai, a fim de se proteger e tentar se naturalizar no país *“Eu tinha a certeza de que eu cada vez me afastava mais do Brasil. Eu não via o caminho de volta.”*

Após sua saída do Departamento de Imigração, ela e o marido decidem no fim de 1976 ir para o México, a fim de reconstruírem suas vidas. Nessa época diz ter aumentado muito seu desejo de ser mãe novamente. Com o novo companheiro conversava sobre a ideia de terem um bebê, mas esse não era um projeto no qual ele pensava *“(...) o [Samuel] não queria ter filhos, porque o [Samuel] ele ama a pessoa... é muito responsável. Uma pessoa, assim, disciplinada, mas que tem profundo pessimismo quanto à condição humana. E ele me dizia: ‘eu não tô maduro pra ter filho.’”* Sílvia não desistiu, já estava com mais de trinta anos *“não me conformava de não ter filhos”* e discutia isso junto ao companheiro que acabou *“cedendo”* diante do desejo dela. Assim, em 1978, Sílvia descobre-se grávida, porém, pontua que esta terceira gravidez havia sido planejada e desejada, diferentemente das outras, sendo considerada *“uma gravidez tranqüila, [apesar] das maluquices da minha cabeça [porque] Eu tava muito grilada... tinha a história da Sara [1ª filha de quem foi apartada] (...) do Silas [2º filho, que morreu], tinha todos aqueles traumas, né, e... eu acho que faz parte da história das mulheres grávidas. Eu tinha muito medo que meu filho nascesse mongoloide”*. Isso de fato a preocupava muito, mas com a ajuda de um médico ginecologista-obstetra com quem pode

compartilhar seus temores e angústias. Depois de algum tempo sentiu-se mais tranqüila, quebrando alguns mitos que havia construído em torno daquela terceira gestação.

O nascimento desta criança também ocorreu em um contexto e de maneira bem distinta dos outros que aconteceram de forma clandestina, sob ameaça, na conjuntura de duas ditaduras militares em países diferentes. Nesta gestação não apenas o pré-parto, como o momento de dar a luz foi vivido de forma agradável *“quando eu comecei a sentir as contrações, nossa, o [Samuel] acendeu todas as luzes da casa, botou música!...”* No hospital, foi recebida de forma muito receptiva e tranqüilizante, o que propiciou um ambiente de confiança, porque a qualidade do serviço oferecido também era muito superior diante do que já havia passado *“Eu tive um acompanhamento maravilhoso, eu fiquei encantada com o sistema de medicina do México, (...) o hospital era muito bem aparelhado e tudo...”* O nascimento do filho “Sávio” aconteceu no dia 05/05/1978, trazendo muita felicidade ao casal, que ficou encantado com o bebê, *“o nascimento do Sávio foi uma grande alegria.(...) ele não era gordo, era magrelo, compridão, tinha 52 cm, e pesava 2,950Kg.”* Durante o parto tudo correu muito bem, seguindo os procedimentos médicos adequados para aquela gestação. Para Sílvia este parto *“(...) foi ótimo, foi um parto muito legal, muito bom”*. Nas outras experiências de parto, um na clandestinidade e outro no exílio e semi-clandestinidade, os procedimentos foram feitos por médicos que eram apoiadores dos partidos comunistas e dos militantes, e certamente trabalhavam na mais absoluta pressão, com a parturiente que também sentia-se pressionada, o que modifica a relação com o parto, dores, pós-parto. O acompanhamento médico realizado durante todo o período da gestação foi de suma importância na vida de Sílvia e de seu filho, que ao nascer no dia cinco de maio de 1978, exatamente no *“dia do aniversário de Karl Marx”*, - como ela bem gosta de pontuar - recebeu o primeiro nome que foi escolhido pelo pai e o segundo nome foi uma homenagem, um ato de agradecimento que ela fez ao médico que a acompanhou e realizou o parto *“O nome dele é Sávio Otávio. Otávio Era o nome do meu ginecologista-obstetra. Ele me dava uma segurança!...”*.

Assim, além da realização do desejo de tornar-se mãe novamente, Sílvia pôde exercer a maternidade e construir junto com o companheiro, que se sentia inseguro, um lugar de paternidade. Ela também relata como a maternidade neste período específico da vida, e da forma como aconteceu, modificou sua condição feminina, inclusive pelas modificações advindas desta gestação relacionada ao corpo, fazendo com que ela se sentisse mais feminina *“Eu tinha engordado 20 quilos (...) Eu tava feliz da vida, eu nunca tinha sido gorda, eu desejava, assim, ser gorda, eu disse: ‘agora, sim, agora eu vou ter meu filho, eu vou ser grande, gorda’, com uns peitões, assim...”*

Até esta altura, Sílvia tinha tido três filhos (Sara, Silas e Sávio). Em 1979 com a promulgação da lei da anistia no Brasil, aumentou seu desejo em voltar para seu país de origem a fim de resgatar sua filha. Ela estava trabalhando, e recebeu orientações de seu patrão e do marido que temiam que algo lhe acontecesse *“Todo mundo me aconselhava, eu não ouvia ninguém. Eu tinha botado na minha cabeça: eu volto, eu volto, eu volto... eu quero voltar esse ano, porque eu queria a [Sara]! (...)”*. Samuel permaneceu no México, pois decidiu primeiro concluir seu último período no curso de

graduação, sendo que posteriormente viria ao Brasil ao encontro da esposa. Assim, em dezembro de 1979, mesmo insegura, Sílvia voltou para o Brasil com o filho de apenas um ano. Alugou um apartamento no Rio de Janeiro onde passou uma temporada, com os filhos por três meses. Neste período Sávio, seu filho, passou por um choque muito grande, o que Sílvia atribui à falta do pai. O menino que estava aprendendo a falar as primeiras palavras ficou mudo, perdendo totalmente a fala; *“Ele voltou a falar no dia que o pai dele chegou. Foi uma coisa tão impressionante. [Samuel] chegou em março...de 1980 e ele(...) voltou a falar”*. A sogra de Sílvia também veio para o Brasil e ficaram com eles durante um ano. Sua presença foi essencial, pois Sílvia precisava conciliar trabalho, maternidade e o casamento. Assim, com a sogra dividia o cuidado com a casa e com o filho, *“Ela foi uma figura singular na minha vida. Muito companheira, muito amiga, muito bondosa.”*

Ao vir para o Brasil, Sílvia fica sabendo da possibilidade de trabalhar como docente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 1980, depois da chegada do marido ao Brasil, ela, ele, o filho pequeno e a sogra vão para o Nordeste do Brasil, onde o casal passa em um concurso para professores e começam a lecionar. Nessa época Sílvia aproveita uma greve na universidade para visitar sua família em Vitória, onde os parentes puderam conhecer seu filho. De retorno a Paraíba, um atentado de cunho xenófobo acontece em sua residência gerando medo, instabilidade e desconfiança, ao pensarem que o fato também poderia estar relacionado a trajetória de militância de Sílvia. Diante disso, o casal decide voltar para o México, mas Sílvia é surpreendida por uma gravidez inesperada *“nessa história toda, a gente não podia voltar pro México com outro filho, ainda mais com a gente nessa situação... aí eu decidi abortar.”* Sílvia considera que o momento em que estavam vivendo era conflituoso e cercado de indecisões; estavam sem rumo, sem saber que direção seguir e por isso, a decisão de prosseguir com uma gravidez inesperada seria mais um complicador. Assim, por meio de procedimentos médicos, feito com a ginecologista que já a atendia, fez o procedimento de interrupção da gravidez, o que colocou sua vida em risco *“você pode acreditar que ela deixou restos?!...Fui internada, quase morri! Tive que tomar transfusão de sangue...”*

Sílvia não ficou no Brasil após o aborto. A relação entre ela e o marido tornou-se conflituosa e decidiram se separar. Em 1981/82 vai para o Uruguai, conseguindo emprego em uma universidade, onde passou por condições precárias de trabalho devido a sua condição de estrangeira. Em 1983 ela inicia um Mestrado em Economia Política. Neste momento, o trabalho torna-se um foco importante em sua vida a fim de manter a sobrevivência e educação do filho.

Sílvia reflete que as idas e vindas de um país para o outro, de uma cidade para outra, geraram ônus e um desgaste terrível, principalmente para o filho *“O Sávio nos dez primeiros anos de vida dele, passou por dez escolas em dois países. Claro que isso foi legal, porque você termina fazendo do limão, limonada, mas não é tão legal assim, porque a criança fica com aquele sentimento de perda permanente, ela tem medo, às vezes até de fazer amigos. (...) a pergunta mais freqüente dele quando que a gente ia embora era: pra onde que nós vamos?”* O que a fazia Sílvia se sentir culpada.

Em 1989 conseguiu que a filha fosse morar com ela em Montevideu. Sara estava com 20 anos, tendo “aos 15 anos passado por três abortos, no mesmo ano! Ninguém tinha controle sobre ela.” Além disso, sofreu várias internações psiquiátricas, recebendo o diagnóstico de esquizofrenia, estando submetida ao uso de muitos medicamentos fortes já que passava por episódios em que atacava violentamente as pessoas. “Ela chegou em Montevideu gordíssima, com quase cem quilos, uma pessoa dopada mesmo”. Inconformada com a situação da filha, Sílvia a matriculou em aulas de pintura, teatro, além de levá-la para um acompanhamento psicanalítico, “Em menos de três meses ela já tinha emagrecido 25 quilos”. Esses foram momentos muito felizes onde elas puderam conviver. Sílvia a ensinou os valores que achava importante, até que a avó paterna começa novamente a requerer a presença da neta, ligando e dizendo que a menina deveria voltar para o Brasil “E assim, foi. Então duas vezes ela chegou a ir pra Montevideu, pra minha casa, se reestruturava e depois ela voltava... E isso me impactava muito”.

A questão de ter sido apartada por diversas vezes da filha gerou uma série de conflitos e dificuldades “foi um acontecimento muito brutal na minha vida que me impactou...” e não apenas a ela e a filha, mas a seu companheiro e filho, que acompanharam essa trajetória durante muito tempo “O [Samuel] me dizia: “você tem que se convencer que a [Sara] é sua filha biológica, mas não é a filha que criou (...) A primeira vez que ele disse isso, eu queria morrer, eu queria ir embora, ‘você é doido, você é cruel’...e ele insistia na idéia. Depois o Sávio me colocou a mesma coisa, me disse: ‘mãe, ou é ela ou é eu’. (Pausa) Mas eu levei anos pra aceitar isso, e eu não ouvia os argumentos deles, eu não aceitava, eu insistia”. Sílvia se sentia “devedora” em relação a filha, por tê-la deixado com os avôs “a verdade é que a [Sara] foi a principal vítima de toda essa história”. Diante das frustrações em que os reencontros e tentativas de ficarem juntas eram sempre atravessadas por tantos fatores, “eu fui vendo que essa história tava afundando a minha vida e a vida da minha família.”. Sílvia diz que teve a filha como meta em sua vida, até o ano de 1997, quando decidiu então que não iria mais procurá-la, deixando que ela vivesse a própria vida. Neste mesmo período entra em um quadro de depressão grave, perdendo a vontade de viver e de se relacionar com as pessoas. Ainda assim, sentia amor pela filha, pois não aceitava a ideia do corte já que considerava que a vida que a menina levava com a avó era “um inferno”, do qual era sua responsabilidade livrá-la, tendo criado oportunidades para que isso acontecesse “Lamentavelmente, coitada, ela...ela não pôde [se decidir]... Porque desde o começo ela foi dividida. E depois eu termino me convencendo de que realmente eu tinha que me salvar primeiro, porque se eu não me salvasse, eu não poderia fazer nada por ela.”

Próximo dos anos 2000 Sílvia começa a pensar na volta definitiva para o Brasil “foi tudo muito difícil pra eu incorporar essa idéia de que eu... teria que voltar pro Brasil, porque eu precisava reconstruir minha vida, mas que eu não poderia buscar mais contato [com minha filha].” Assim em 2001, retorna ao seu estado e país de origem visando reconstruir sua história aqui, mesmo que fosse difícil retomar os laços com sua família, amigos “(...) eu saí de Vitória pensando que eu voltava em 15

*dias... eu voltei 33 anos depois! (...) eu pensei que era uma coisa assim, pra [esperar a ditadura] esfriar.”*

Mesmo tendo prometido que não buscaria contato com a filha, sentiu muita vontade, mas hesitou um reencontro. Desde 1997, nunca mais se falaram, nem se viram. Considera que hoje tem uma consciência tranqüila em relação a tudo que fez pela filha, tendo o sentimento de culpa diminuído. Na verdade, diz que com o tempo, e principalmente no período da depressão, passou a se sentir culpada em relação ao filho, refletindo que deveria redirecionar a atenção e cuidado a ele “*O que eu continuava fazendo era em função do meu filho. Eu dizia: ‘o Sávio não merece que eu o deixe tão abandonado’, e eu tinha um sentimento de responsabilidade, chamemos assim, com respeito a ele. Inclusive eu acho que se não tivesse tido o Sávio, eu não sei o que teria sido, porque ele me manteve conectada minimamente à vida.*”

Hoje sua primeira filha tem 44 anos, vive no Rio de Janeiro, é casada e tem um filho, vivendo próximo da avó paterna. O filho de Sílvia veio com ela para o Brasil, deu continuidade aos seus estudos. Sílvia, a jovem revolucionária, considera a importância dos partidos políticos, mas nunca mais se vinculou a eles, não consegue mais se “*submeter.*” Quanto à sua reflexão em torno de sua trajetória como mulher, militante e mãe, relata que os trajetos tomaram rumos desgovernados por ela, “*na verdade... as possibilidades de escolha que eu tive na vida, foram poucas.*” Sua história pessoal tem total conexão e foi atravessada por conjunturas políticas no Brasil e no Uruguai, mesmo que sua história seja marcada de perdas, dores, e rompimentos, Sílvia diz que “*O que mais que fica é a certeza de que eu sempre fui uma pessoa revolucionária.*”

## SOFIA

*“(...) quando tava tendo meu filho eu falei assim, ‘que coisa, né? Aqui, nesse lugar de morte surge a vida!’ E ninguém fica preso eternamente...”*

Sofia nasceu em 1946, na cidade de Santos, São Paulo. Filha mais nova de um casal que teve somente duas filhas. Os pais de Sofia desde que se casaram moravam em Belo Horizonte e cidades da região metropolitana, onde alguns parentes também residiam. Porém, em busca de trabalho, o casal passa a viver em Santos/SP até 1950. Em decorrência de grave problema de saúde da avó paterna de Sofia, ocorre a fixação de domicílio da família em Contagem/MG nos anos de 1950, já que o patriarca conseguiu uma boa oportunidade de trabalho. Ele, que antes havia trabalhado como estivador, tornou-se um ferroviário tendo importante implicação política no sindicato dos ferroviários e na cidade em que moravam, um pólo industrial considerável, na região metropolitana de Belo Horizonte, território político dominado por famílias tradicionais mineiras “*‘Ali é Cem anos de solidão’ (...)* tudo casado

*um com o outro (...) Tudo de extrema-direita, latifundiário*". Em relação à indústria, a cidade se desenvolvia, mas os bairros operários no entorno eram esquecidos. Antes mesmo de ter saído com a família para São Paulo, em 1940 o pai de Sofia se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o conhecido "Partidão", tendo nos anos anteriores e principalmente posteriores ao seu retorno a Minas Gerais em 1950, se tornado um militante ativo, que participava de greves, passeatas e outros movimentos.

A mãe de Sofia, mineira, nascida em Juiz de Fora, embora não tivesse uma militância partidária pessoal, se "*solidarizava*" com as causas defendidas pelo marido, dando suporte e apoio tendo o acompanhado em sua vida de militância.

As filhas foram criadas de um modo diferente da tradicional cultura familiar mineira, o que as distanciavam das demais meninas e moças, ao desfrutarem de uma liberdade da qual as outras eram privadas. Para ela o pai era diferente dos demais daquele período, permitindo coisas que quebravam certos padrões da época. "*Eu não cresci uma menina presa nos moldes das famílias mineiras. Eu não! Eu andava de bicicleta, a gente fez time de vôlei na cidade, vôlei de várzea... e campo de várzea não é cercado nem nada, e a gente ficava de shortinho, jogando e as pessoas punham a mão [coloca a mão no rosto em sinal de espanto] [Achavam] um horror! As pessoas diziam que não podia.*"

Desse modo, a família de Sofia era "*mal-vista*" pelos demais, principalmente o pai, por ser um comunista. Como moravam próximos à igreja matriz da cidade, as filhas iam às missas, e sempre que estavam presentes escutavam o padre indicar aos fiéis que deveriam proteger os filhos dos comunistas, "*Ele falava: 'não deixa os seus filhos, as suas filhas brincarem com as filhas do comunista'*" e ainda assim, diante da rejeição dos moradores, continuavam inventando brincadeiras, mesmo que fossem apenas entre ela e a irmã.

O estudo tinha um valor importante, mas na época as escolas do município possibilitavam unicamente o ensino primário, até a quarta série. Assim, elas, como outras crianças e adolescentes da região metropolitana, iam para Belo Horizonte a fim de continuar os estudos. Em 1957, Sofia com 11 anos e a irmã com 13, foram estudar em duas das melhores escolas públicas da capital mineira. Para se deslocarem, iam de trem para Belo Horizonte, num percurso de aproximadamente uma hora. Para ela, a irmã e outras colegas, o trem tornou-se um espaço público interessante no qual aconteciam intensos debates sócio-políticos, além de ecoarem nas conversas, o que acontecia na cidade e no mundo "*Interessante que a minha infância, adolescência foi com muito debate político, era o pós-guerra... então tinha brigas, assim, no trem, nas discussões... 'os fascistas, os anti-fascistas,' sabe?! Tinha de tudo no trem, e eu ficava ouvindo...*" Além disso, a casa da família era freqüentada por outros militantes, amigos de seu pai, onde o tema da política e o socialismo eram amplamente discutidos.

Sofia gostava muito de ler, e de escutar todas aquelas conversas, o que lhe deu a ideia de fazer "*o jornal do trem*". Ela, a irmã e uma colega compraram um caderninho onde começaram a escrever notícias não só da cidade, mas "*do mundo*", anúncios de vendas que faziam o caderno circular dentro do trem, "*(...) a gente alugava o caderno, eu acho que era cinquenta centavos, vinte centavos.*"

*Alugava hoje e amanhã quando ela ia pra aula ou ia pro trabalho, devolvia... (...) a gente juntava dinheiro para comprar outro caderno, a gente começava outro jornal (...) entrava tudo, no jornal, entrava política, eventos...”* Para ela, tanto o gosto pela leitura, o interesse pelos assuntos sociais e políticos, quanto a importância de compartilhar, contribuíram para sua formação sócio-política.

Na escola, muitas foram às manifestações as quais ela e a irmã encabeçaram, na luta pelo direito a educação e ensino público de qualidade. Em 1961, indignadas com uma ação do ministério da educação de descartar os livros didáticos usados a cada ano, fizeram um movimento de resistência para que os livros fossem reaproveitados. Com 15/17 anos de idade criaram a *“barraca do livro”*, uma forma de lutar contra a implementação dessa ideia de *“livro descartável”*. Esta iniciativa consistia na troca de livros usados em um ano pelo outro a ser adotado na próxima série. A ideia deu certo e teve apoio de estudantes universitários e professores que faziam doações de livros; período no qual passaram quase a ter uma biblioteca pública ambulante em uma avenida do centro da cidade de Belo Horizonte. Depois que saíam da aula, ela e a irmã passavam o dia inteiro ali, para onde levavam até a marmita de alimento. Além disso, faziam passeatas dentro da escola e participavam de outras lutas relacionadas ao uso do espaço escolar contestando as normas escolares, qualidade da educação... *“no ginásio a gente era muito presa, entrava e só podia sair depois do fim da aula.”* O diretor da escola não concordava com a atitude de Sofia e do grupo que se ajuntava para brigar por seus direitos *“o diretor começou a dizer que a gente era comunista”*, o que os motivou a lutar fora do espaço escolar, porque perceberam que a luta interna não teria o efeito esperado, já que eram repreendidos e não escutados. Frente às atitudes do diretor, ela decide procurar um *“jornalzinho de esquerda, mais anti-governista, de escracho...”* para denunciar o que estava acontecendo na escola.

Em 1962, com 16 para 17 anos, Sofia começa a frequentar a chamada *“Universidade Popular”*, uma espécie de curso básico de algumas disciplinas, oferecido aos sábados, gratuitamente pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eram ministradas aulas de física, matemática, história, filosofia, antropologia, sociologia e outras disciplinas, na sede da Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas da UFMG. Nesse ambiente estabeleceu contato com professores *“Era uns professores, assim... era a fina-flor”* e com alunos universitários e secundaristas que participavam do movimento estudantil. Com esta idade ela e a irmã já estavam filiadas ao PCB onde participavam das reuniões e algumas tarefas como pichações e panfletagem. Ainda no período de 1963/1964 se desvincularam partidariamente do PCB, devido a divergências com a estrutura pensada para enfrentar uma possível ditadura, e se filiam ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde articulam a militância organizada junto com a participação no movimento estudantil.

O ano de 1964 teve certa intensidade na vida das estudantes e de sua família. No início do Golpe Militar de 1964, logo nos primeiros dias, o pai de Sofia foi detido, exatamente no dia 03 de abril tendo sido levado para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte. Sua prisão se deu mediante a acusação de pertencer ao *“Grupo dos 11, do Brizola”*, além disso, como era um militante que denunciava os problemas sociais, defendendo a democracia, *“era um cara que fazia*

*discurso na rua, (...) e falava dos golpistas*”, certamente, era um dos alvos dos repressores em Minas Gerais, tendo sido nesta repartição militar “(...) *muito torturado... (breve pausa)*.” Ele foi processado, mas liberado depois de alguns dias.

No país, a atmosfera era de tensão e perseguição aos denominados comunistas, subversivos perturbadores da ordem pública. Ela, a irmã e o companheiro da irmã estavam também sendo procuradas pela polícia, já que tinham assim como o pai, envolvimento com organizações de esquerda, o que gerou para o pai e as filhas, pouco tempo antes da instauração do Golpe Militar de 1964, inquéritos policiais militares (IPMs) a serem respondidos. Especificamente o inquérito de Sofia se relacionava ao contato que tinha com estudantes do movimento estudantil “*eu fui acusada de organizar o movimento subversivo universitário na Faculdade de Filosofia. Eu nem era universitária!...*” Como era menor de idade, não foi processada, mas o clima de insegurança e instabilidade cooperou para que no ano de 1965, os pais, ela, a irmã e o cunhado entrassem para a vida de clandestinidade, e passassem a viver em outra cidade.

Nesta ocasião, Sofia aos 19 anos, tinha passado no vestibular para química na UFMG, mas não pôde entrar no curso, devido à situação de perseguição em que estavam vivendo. O pai de Sofia foi julgado e condenado, mas não poderia esperar que algo pior lhe acontecesse, assim a família se mudou ilegalmente para o Rio de Janeiro, passando a viver na Baixada Fluminense. A saída de Minas Gerais, embora tenha acontecido de forma repentina em decorrência do envolvimento de pais e filhas na política, foi apoiada pela mãe de Sofia, que não militava “(...) *Minha mãe... era só mãe (...)* Ela foi pra clandestinidade junto...”. Conforme a reflexão atual de Sofia, a matriarca sofreu muito com a trajetória de militância das duas filhas, já que o marido permaneceu na clandestinidade até a anistia política em 1979.

Como a vida na clandestinidade, Sofia permaneceu com os pais no Rio de Janeiro. Sua vida girava em torno da militância política e da busca por emprego, mas como nem todos os seus documentos eram legais e não poderia dar muitas informações sobre sua trajetória, não conseguia se empregar. As condições para dar prosseguimento aos estudos também eram difíceis, e na verdade, a busca por um curso de graduação não se vinculava à necessidade de escolarização de nível superior “(...) *eu não tava a fim de estudar, eu tava a fim de aprender alguma coisa... Meu interesse era na militância.*”

Dentre as profissões que mais lhe pareciam úteis para acoplar a militância política, havia escolhido a enfermagem. Em 1966, aos 20 anos, tentou entrar em um curso de “*atendente de enfermagem*”, mas foi orientada pela recepcionista de uma escola técnica que avaliar seu histórico escolar, sugeriu que seria melhor para Sofia, se inscrever no vestibular ao invés de fazer o curso técnico. Como a condição pela qual passava de desemprego era desesperadora, decidiu que a única alternativa seria mesmo fazer o vestibular, pois poderia conseguir um estágio, moradia, etc., dando menos gastos aos pais, que lutavam para reorganizar a vida naquela cidade. Como era muito estudiosa, em 1967 passou nos primeiros lugares no processo seletivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

o que lhe garantiu uma bolsa de estudos, além do direito de viver na moradia da universidade. Residindo nesta espécie de internato, mantinha contato clandestino com os pais e continuava suas ações de militância, participando de ações nas ruas, como pichações e panfletagem, que eram tarefas designadas na maior parte das vezes para mulheres. Sofia ressalta que no partido e nas organizações de esquerda em geral, havia poucas mulheres militantes, ainda mais naquelas voltadas para a luta armada, como era o caso do PCdoB. *“Olha, meus companheiros de militância lá no Rio eram todos homens, tá certo?!”*. As mulheres que entraram para a vida de militância quebraram de certa forma, os padrões e prescrições estabelecidos na época sobre como deveria se comportar uma mulher. A escola de enfermagem em que Sofia estudava era regida por freiras e só estudavam mulheres, o que dificultava sua saída e justificativas para atuar no mundo da militância. Sofia, não podia se expor, pois era diferente das demais moças, sua socialização libertária e sócio-política, tinha feito dela uma mulher que tinha pensamentos e atitudes à frente de seu tempo. Ela encontrava algumas dificuldades principalmente quando precisava sair pelas madrugadas para as ações da organização junto com outros militantes. Saía escondida da moradia e sentia medo, pois permanecia sozinha em algum ponto da cidade, no horário de três a quatro horas da manhã, até a chegada dos colegas, exigindo deles uma postura de proteção, pois se sentia ameaçada. Frente a esta atitude, era questionada *“mas você não é uma mulher emancipada?”*, enfurecida respondia *“eu sou! Mas o mundo não é. E eu tô no mundo... tá certo?! Não adianta! Vocês num são homens emancipados? Fala com a mãe de vocês que sua amiga vai ficar na sua casa com você até duas horas da manhã!...”*. Temor e insegurança não eram sentimentos que um militante poderia ter, pois a situação em que viviam exigia dureza e outros atributos considerados masculinos, por isso, a presença feminina era tão questionada. Muitas foram as vezes em que Sofia teve que se vestir como homem, assumindo inclusive comportamentos másculos, como forma de se resguardar nos locais em que marcavam pontos de encontro, como ela e a família saíram clandestinos de Belo Horizonte, e eram procurados, ela temia ser presa nas ruas.

A militância política de Sofia não se deu apenas nas ruas, durante a noite e madrugadas, mas na escola de enfermagem, onde suas ações estudantis em prol da melhoria de condições para alunos de seu curso eram articuladas aos seus ideais de esquerda. Assim, promovia ações e espaços junto a outros estudantes a fim de disseminar os preceitos socialistas. Na escola as ações de militância política contra o regime militar eram encobertas em atividades aparentemente não políticas. Dois exemplos importantes dessas ações no período de 1967/1968 foram *“o concurso de xadrez”* e o *“curso de oratória”*, momentos nos quais junto com outros estudantes, puderam articular a participação no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), que aconteceria de forma clandestina em Ibiúna, interior de São Paulo, no ano de 1968. Neste congresso, Sofia foi presa pela primeira vez, assim como os demais estudantes participantes. Ela foi liberada no dia seguinte, tendo, porém ficado marcada como alvo da repressão. *“Aí veio o AI-5 e eu não voltei mais pra Escola. Acabou meu curso de enfermagem! (...) Não dava pra voltar, tá certo?!”* Com o recrudescimento do regime militar, e a intensa repressão que se estabeleceu, em 1969, aos 23 anos, frente ao temor da perseguição e desejo de

continuar militando, Sofia decide viver na clandestinidade absoluta, perdendo inclusive o contato com os pais.

Como o PCdoB, organização ao qual era filiada se organizava para uma guerrilha no campo, na região do Araguaia, “(..) *pedi pra ir, pro campo*”, pois não via mais razão em continuar na cidade, onde sua permanência colocava em risco não apenas sua segurança, mas a dos demais militantes e familiares. “*Eu falei assim: ‘Ó, não dá mais pra ficar, eu tentei, fiz o milagre de aguentar quatro anos de ditadura aqui, fazendo as coisas... não dá mais!’*” *Aí eu fui pro Araguaia.*” Ao chegar ao local foi preciso aprender com os nativos os modos de sobrevivência, sendo toda essa mudança uma “(...) *experiência extremamente diferente de tudo (...)* eu não sabia nada! tá certo?! *Eu tinha sido criada na cidade, então eu não sabia nada, (...) eu não sabia nada como plantava uma roça, como caçava um bicho, como dar tiro, como... não sabia nada! Era urbana (Risos) e de repente tô na selva! (...) Lá todo mundo teve que aprender.*”

A guerrilha do Araguaia, propriamente dita, enquanto combate entre militantes e militares, só teve início em 1972 quando os militares descobrem a organização dos militantes naquela região. Os militantes já estavam lá desde 1969, explorando a mata e se ambientando. O grupo que ali estava foi organizado em três diferentes destacamentos onde dormiam e cozinhavam, funcionavam como “células”. Em diferentes pontos estudados na mata, armazenaram alimentos e remédios, além de treinarem os militantes para a sobrevivência na selva e para a guerrilha. Para Sofia, neste contexto, o estudo da enfermagem foi de grande valia, pois pôde auxiliar militantes e a população local com seus saberes sobre o cuidado, ensinando-lhes algumas práticas relacionadas à saúde preventiva, preparação de soros, além de ter realizado desde curativos até partos, “(...) *lá não tinha posto de saúde, né, lá não tinha nada..., lá não tinha escola, não tinha nada. Nada, nada, nada! Então, eu comecei a atender as pessoas. Isso também me ajudou muito.*”

No contato com a população local era necessário ter muito respeito e cuidado, porque os moradores não sabiam quem eram os militantes e quais eram os seus propósitos, por isso, as conversas sobre política e socialismo, eram “(...) *muito reservadas, a gente... só falava assim das desgraças que era a falta de escola, a falta de... mas essa discussão política a gente não tinha com a população*”. Este tipo de conversa configurava-se como um risco para os militantes e também para os moradores, já que a guerrilha era uma estratégia que estava sendo construída clandestinamente. Todos os militantes usavam codinomes, e os locais em que treinavam tiro, sobrevivência na selva e estocavam mantimentos medicamentos, eram longínquos e secretos.

Embora tenha se adaptado a este tipo de exílio dentro do próprio país - no meio da selva - a ida de Sofia para a guerrilha foi questionada por muitos militantes, sendo atualmente uma das poucas sobreviventes desta experiência na região do Araguaia. Ela não era nenhum tipo de liderança, e sua participação como mulher poderia colocar em risco a organização. Outras mulheres foram impedidas

de seguir para o Araguaia, pois exigia-se preparação e desprendimento<sup>4</sup>. Sofia, porém foi levada por João Amazonas, um dos mais memoráveis líderes do PCdoB. Ela foi a segunda mulher a ir para a Guerrilha do Araguaia, e a primeira mulher jovem, pois além dela, havia uma dirigente do partido, mais velha, que estava no local. Esta condição de primeira mulher jovem da organização a ir e participar da guerrilha no Araguaia, lhe colocou num lugar de destaque. Todos concordavam que a trajetória dela ali seria influência para outras mulheres militantes que poderiam ir para o Araguaia ou não. “(...) o dirigente que me levou falou assim: ‘olha, vai depender muito do seu comportamento a vinda de mulheres pra cá porque, senão nós não vamos trazer mulher.’ Eu fui a primeira!” Essa colocação a indignou profundamente, pois não esperava deles, revolucionários um posicionamento tão tradicional e preconceituoso, de que o fato de ser mulher e estar em um guerrilha, dependeria de suas atitudes, que poderia inclusive impedir a participação de outras mulheres, “eu falei assim: ‘Você fez essa recomendação aos homens? Porque é o seguinte, a proposta é uma guerra popular, vai ter homem e mulher. Agora, se eu vou dar certo ou não, aí é um problema pessoal. Se a proposta é de uma guerra popular, é com homem com mulher, eu não posso definir o destino da mulherada!’”. ]

Essa responsabilidade inculcada sobre ela gerou medo e insegurança, pois naquele contexto, saber se comportar como esperado era algo difícil e imprevisível “(...) você tá indo prum lugar que não sabe muito bem aonde é... Tá certo?! É lá no inferno, no fim do mundo e depois diz: ‘se você não der certo, não vai ter mulher!’. ‘não vem me impor pra mim, esse compromisso’” Sofia conta que da população geral de militantes que foram para o Araguaia, 20% eram mulheres, que tiveram que enfrentar os preconceitos, os próprios limites e os questionamentos “sempre tinha umas cobranças, viu?!”. Num primeiro momento Sofia percebeu que em seu destacamento a militante mais velha, queria que ela assumisse: o cuidado com o local em que dormiam; a alimentação e os serviços da cozinha, reproduzindo assim ideários tradicionais dos papéis esperados de homens e mulheres. Assim, o embate entre elas era freqüente. A partir de suas contestações, as tarefas passaram a ser distribuídas igualmente entre homens e mulheres. Havia também cobranças por parte de companheiros do sexo masculino e até comparações relacionadas a “força física”, “‘Ai, mas você não consegue carregar isso, como que ser guerrilheira’, sabe? Eu falei assim ‘eu não consigo carregar, eu não tenho força pra carregar sessenta quilos, mas você pode deixar esse saco aí que eu cuido dele.’” Para Sofia, muitas foram às atitudes em que as mulheres foram subalternizadas quanto a capacidade de exercer ações e de finalizarem tarefas “(...) tinha essa coisa machista.” Diante dessa e de outras situações, ela e outras mulheres tiveram que criar estratégias para a realização das tarefas que exigiam força, muitas vezes dividindo a carga e levando de pouco em pouco “Mas com o tempo isso foi se desfazendo, por

---

<sup>4</sup> Algumas mulheres no Estado do Espírito Santo, por exemplo, se organizaram para participar da Guerrilha do Araguaia junto com seus companheiros afetivos que também eram militantes e haviam sido convocados, como pode ser visto em: Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z.A.; Santos, S. M. F. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

*duas razões: primeiro, porque as mulheres se mostraram capazes, e tinham uns companheiros que eram piores que a gente, porque também você vai adquirindo experiência”.*

Foi no Araguaia, no ano de 1972, perto do início da guerrilha, aos 26 anos de idade, que Sofia conheceu o companheiro afetivo. Ele era um militante, filho de um importante dirigente do partido que liderava um dos destacamentos. Convivendo juntos por algum tempo, se apaixonaram e decidiram viver juntos, naquela condição. Para eles não era necessário uma cerimônia, ritual ou procedimento para oficializar a união, sendo o modelo de conjugalidade diferente do padrão tradicional daquele tempo *“Olha, comunista, guerrilheiro, não tem muito protocolo não, tá certo? Está a fim? Está. Então vamos. Está a fim de separar, então separa. Esse negócio de namoro, noivado e casamento com festa é coisa urbana e isso não estava no programa.”* Porém, algumas formalidades eram necessárias; a decisão de morarem no mesmo destacamento, era algo que deveria ser comunicado à toda direção, pois as decisões eram tomadas a partir das orientações institucionais, devendo ser coletivizadas para que os riscos fossem avaliados.

Sofia só soube que um dos líderes era pai de seu companheiro porque em uma situação de adoecimento do líder, ela passou a se aproximar mais, já que era a responsável por cuidar da saúde dele. Ela percebeu certa semelhança entre ele e o companheiro, observando também quão triste e preocupado seu companheiro ficou diante da enfermidade *“Eu falei assim pra ele, ‘você está assim porque ele é seu pai né?’”* ele confirmou, apesar de não ter entrado em detalhes. Sofia lembra-se apenas de que o pai de seu companheiro disse ao iniciar a guerrilha que tinha muito apreço por ela e que gostava da ideia de ela ser sua *“nora”*, o que foi um ponto de aproximação afetiva com parte desta família de quem ela nada sabia *“na clandestinidade as informações são fragmentadas, não há espaço para falar em intimidade, o tempo lá era muito limitado”*.

Independente de ser filho de um líder do destacamento, todos eram encarados como guerrilheiros, não havia proteção em decorrência de parentesco. Desse modo, o relacionamento entre eles foi algo questionado pelos dirigentes da cúpula principal – da qual o pai dele não fazia parte. De Sofia partiu a decisão de fazer o comunicado, pois temia que algo imprevisto lhes acontecesse, como por exemplo, uma gravidez inesperada, e não tivesse apoio do grupo *“(…)“Eu fui falar com ela [a dirigente mulher] que me disse assim: ‘ai que pena! Perdemos uma companheira’. [eu disse] ‘uai, não perderam um companheiro, não?! Foi só a companheira que se perdeu?’ (….) Quer dizer, eles, os velhos [militantes] diziam o seguinte o seguinte, ‘Nós não podíamos ter peias’ [isto é, nada que nos prenda], e você ter um companheiro, era peia [empecilho/impedimento] Eu falei assim: ‘Depende do valor que você dá a cada coisa que você tá fazendo’, né!?”*. Novamente as questões de gênero aparecem como balizadoras dos pontos relacionados ao lugar da mulher na sociedade, já que ter filhos ou um relacionamento, significaria o afastamento das demais atividades, pois as responsabilidades femininas mudariam. A dirigente mulher, expressa em seu posicionamento este tipo de pensamento, tendo desaprovado a união do casal, considerando um equívoco relações amorosas naquela conjuntura, já que estavam ali como o propósito de militar. Apesar disso, o casal se justificou, pois entendiam que

o relacionamento não lhes prenderia ou os impediria de realizarem suas tarefas, treinamentos e futuramente, participar da guerrilha. Diante dos demais dirigentes o relacionamento foi aceito, mas estavam sob observação.

Com o início da Guerrilha em 1972, o cerco se fechou para os militantes, já que a região passou a ser vigiada e invadida por militares. A repressão havia aumentado, e muitos camponeses começaram a ser perseguidos e até mortos. Entretanto, o contato com alguns deles se fazia necessário, pois eram uma ponte para o acesso à medicamentos e até alimentação. O clima de insegurança tornou-se intenso, pois além da perseguição aos militantes e nativos, haviam perdido o contato com os partidos de outras regiões. Estavam afastados do mundo, incomunicáveis. Porém, mesmo naquela situação de absoluta clandestinidade Sofia diz ter aumentado seu desejo de lutar pela sociedade e principalmente por aquela população. Apesar de não terem planejado a vida futura para além da guerrilha, o casal vivia naquele cenário um grande amor atrelado a luta pela sobrevivência. Nesta conjuntura, Sofia descobriu que está grávida; condição que modifica totalmente sua vida e sua trajetória de militância.

#### ***Militância e Maternidade: “ou isto, ou aquilo...”***

A descoberta da gravidez de Sofia em 1972 foi regada de conflitos, temores e dúvidas, já que estavam prontos para iniciarem a guerrilha e mais uma vez deveriam acionar a cúpula do partido para que uma direção institucional fosse pensada para o casal que já havia sido avisado sobre os impedimentos que a relação afetiva poderia causar. A gravidez ocorreu de forma inesperada, já que estavam juntos a poucos meses. Como Sofia temia que algo desse tipo pudesse acontecer, sempre se preveniram usando preservativos “(...) *Camisinha acaba, tá certo?! Eu já estava na guerrilha. (risos) Não tinha conforto, não.*” Sofia só percebeu que estava grávida devido ao “*atraso de menstruação*”. A descoberta lhe causou tremendo impacto, pois o objetivo maior que lhe fazia estar naquele lugar era o desejo de militância. Para além do incomodo em como dar a notícia e saber a forma como seria recebida, outro conflito interno lhe passou a perturbar e confundir, pois se via diante de uma situação que exigia escolhas, sobre as quais se sentia responsável: ou daria continuidade ou interromperia a gravidez; decisão que estava intimamente ligada a escolha entre a vivência plena da maternidade ou o seguimento da vida de militância. Angustiada com tantas questões compartilhou com o companheiro a notícia percebendo então que homens e mulheres reagiam de formas diferentes diante do informe de uma gravidez não esperada, causando impactos distintos em um e outro. A reação imediata dele foi pensar em um nome para criança, atitude que foi para ela a chave para perceber tal diferença “(...) *Porque pra um homem é tranquilo, até arranjou um nome para ele. Ele tem o nome que o pai escolheu (...) pra ele era mais tranquilo, tipo: ‘não, você tem o filho, não é problema’ Agora para mim, eu ficava assim, ‘Não, se eu tiver o filho, eu fico presa com o filho.’ (Pequena pausa)... ‘um filho vai me prender...’ Tanto que eu vim para cá, tive o filho e ele ficou lá, né?!*”

Além dos impactos, a decisão de ter um filho gera também conseqüências distintas para homens e mulheres, sendo socialmente a figura feminina, a principal responsável pela criança; cabe aos demais, primar pelo cuidado com a gestante. Quanto a isso, Sofia diz ter enfrentado uma série de questões, pois não poderia permanecer grávida naquele contexto de guerra e escassez de recursos. Quando a notícia da gravidez foi comunicada à cúpula do partido, a orientação recebida direcionava para a reflexão sobre a interrupção da gravidez, já que em tal conjuntura, seria impossível e arriscado nascer e viver uma criança. Além dos riscos para os demais militantes, que deveriam criar esquemas diferentes para manter a segurança do grupo ao qual ela estava vinculada. Diante de tal situação, como haviam perdido totalmente o contato com o partido no restante do Brasil, a direção geral ao avaliar a condição de ter uma mulher grávida naquela conjuntura, decidiu que enviaria Sofia para São Paulo, para que ela tentasse retomar o contato com a organização. Assim, ela poderia continuar militando, e teria um tempo para que pensasse sobre como procederia em relação à gravidez.

Sofia não hesitou em dizer que diante do conflito colocado e da situação em que estava, que pensou em fazer um aborto, mas todos os seus pensamentos ali eram muito confusos. Ela e o companheiro ao saberem da decisão do partido em retirá-la do Araguaia ficaram muito temerosos, apesar de não poderem questionar *“A direção achou que eu devia ir pra São Paulo. A decisão de vir foi deles (...) E você tinha que fazer... porque uma gravidez lá ia ser uma coisa muito difícil no meio da guerrilha. Eu vinha pra cá, fazia o aborto ou tinha o filho e aí via as condições, e fazia o contato.”* Sofia diz que sentiu, porém, que *“Voltar para São Paulo era uma condição de quase morte.”* Porque também correria nesse percurso, o risco de morrer.

Aos 26 anos, grávida de poucos meses, foi preciso se desvincular de seu companheiro e do grupo de guerrilheiros e seguir para uma nova missão *“Quando eu saí o tom entre nós dois foi de despedida”*, ainda assim, Sofia diz que o companheiro era *“otimista”* em relação ao filho, dizendo a ela que tudo ficaria bem e que ele gostaria que se o bebê fosse menino, que se chamasse *“João Carlos”*, em homenagem a um companheiro ferido no início daquela guerrilha. A saída da região do Araguaia não foi nada fácil. Sofia precisou atravessar um rio a nado, passando por perigos na estrada, tendo sido acompanhada até certo trecho por um militante, seguindo sozinha depois, até que chegou a salvo em São Paulo.

Em 1972, na cidade de São Paulo, sua tarefa era refazer o contato com o partido. Tudo deveria ser feito com muita cautela já que estava clandestina. As três tentativas de refazer o contato foram frustradas. Diante disso, a única pessoa que poderia acessar em São Paulo era o cunhado e sua irmã, a quem inesperadamente reencontrou por meio de um encontro clandestino. Sofia passa então a viver na casa da irmã por alguns poucos meses. Mesmo vivendo na clandestinidade, ela aproveitou para retomar o contato com os pais, a quem não via a mais de três anos, desde de 1969, quando saiu do Rio de Janeiro para o Araguaia. Assim, foi ao Rio de Janeiro visitá-los, mesmo que de forma rápida e sem muitos detalhes de informações. Depois de algum tempo em São Paulo conseguiu refazer o contato com a organização de esquerda, tendo levado informações, dinheiro, e suprimentos até as fronteiras da

região do Araguaia, onde não mais voltou, desde sua saída em 1972, sendo esta ocasião a última vez em que viu o companheiro afetivo *“Num ia lá na área mesmo eu encontrava fora de lá. (...) Encontrava com pessoas, com ele eu não encontrei mais!”*

Com o avanço da gravidez, as tarefas na militância já não eram constantes. Diferente do contexto do Araguaia, em São Paulo Sofia pôde receber atendimento médico, já que desde sua chegada estava se sentindo muito mal. Como ela tinha conhecimentos relacionados à saúde, percebeu que estava com todos os sintomas da malária, o que não poderia ser comunicado ao médico, pois seria uma pista de que ela estava no norte do país e para os militantes, limitar-se a dar informações era essencial para se protegerem. Nessa época a descoberta da doença lhe fez passar por outros conflitos relacionados a gravidez *“Então, era, era um negócio contraditório, o tempo todo!(...) eu não queria a gravidez porque eu sabia, que as condições... imagina?Né?! Clandestinidade, guerrilha, não sei o quê... não são condições pra você ter filho. Mas, por outro lado, já que estava ali..., não vou poder abortar”*. Com a enfermidade, a vida dela estava em risco, pois a doença poderia se agravar, mas a condição materna foi decisiva para que ela optasse por formas alternativas do tratamento da doença *“Eu não consegui fazer o aborto. Não tomava o remédio pra malária, porque o remédio pra malária se não provocar o aborto, provoca lesão no feto, né?! Isso eu não queria fazer! E segurei até o sexto mês... eu fiquei tendo malária.”* Com este mesmo médico consultado, Sofia pôde fazer o acompanhamento de parte de seu pré-natal, quando descobriu também que estava anêmica, o que lhe causava fraqueza, cansaço. Contudo, o bebê estava saudável e Sofia considera que *“(...) a gravidez foi tranqüila (...) Estava tudo bem, eu só tinha anemia (...) e não curava a anemia porque eu estava com malária.”*

Em São Paulo a irmã e o cunhado além da participação política de militância no PCdoB, trabalhavam enquanto Sofia cuidava de seus filhos. Em dezembro de 1972 Sofia estava com quase sete meses de gravidez, quando após as comemorações de natal, no fim da tarde do dia 28/12/1972, a irmã e o cunhado foram presos pela Operação Bandeirantes (OBAN)<sup>5</sup>. Ela soube da prisão, mas permaneceu trancada em casa, junto com os sobrinhos, crianças entre 4 e 6 anos. No dia seguinte, porém, os militares invadiram a residência da irmã e prenderam Sofia e seus sobrinhos, que na prisão assistiram sessões de tortura contra os pais, até serem encaminhados para a casa de familiares do pai em Minas Gerais.

Sofia considera que nunca foi presa, mas *“seqüestrada”*, pois contra ela não havia ou houve nenhum tipo de processo, já que *“para o Exército não houve guerrilha”*. Sofia foi encarcerada na OBAN de São Paulo e *“Pela OBAN ninguém passava sem ser torturado.”* Assim, sua condição de

---

<sup>5</sup> A prisão de seus familiares se deu pela denuncia de “Zé” um dirigente do PCdoB no Espírito Santo, que ao ser preso, denuncia todas as lideranças nacionais e outros líderes dentro do partido que acabam sendo presos. Essa denuncia causou uma destituição do PCdoB em todo o país, gerando a prisão inclusive de outras mulheres militantes também no Espírito Santo e outros estados. Mais informações sobre este acontecimento pode ser consultado em Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z.A.; Santos, S. M. F. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

grávida apesar de protegê-la de alguns tipos de torturas, não impediu que fosse seviciada tendo passado por torturas psicológicas em relação ao filho, logo nos primeiros dias em que chegou ali, sob a direção do “*Major Brilhante Ustra*” que levou para ela na noite da virada do ano de 31/12/1972 para 01/01/1973, “*panetone e castanhas*”, para que “*comemorassem o ano novo,*” o que em sua reflexão atual, não passou de uma grande tortura, pois não havia para ela e os familiares presos ali, o que comemorar.

Em relação às torturas, percebeu que não recebia o mesmo tipo de torturas perpetradas contra mulheres não grávidas, como por exemplo, “*choque na vagina*”, mas outras formas de sevícias foram cruelmente aplicadas, “*choque elétrico nos pés e nas mãos eles davam. Era muito espancamento, principalmente com palmatória nas mãos e nas sola dos pés. E... no rosto, né?! Soco, tapa, murro na cabeça, sabe?!... E ameaça de morte, né, eles ameaçavam de matar o bebê, ameaçavam de... de me matar... ameaçavam... E isso era o tempo todo! Eles descreviam como que eu ia morrer...*” Além de mexerem com a condição materna ao ameaçar a vida do filho, a condição feminina, especificamente a nudez, também foi utilizada como forma de desestruturá-la. Durante os extensos interrogatórios suas roupas eram retiradas, fazendo com que ela permanecesse nua até o fim das interpelações. Esses momentos também geravam um grande desgaste físico e psicológico, pois não era apenas uma forma de obter informação, mas de torturá-la. “*Me interrogaram, a noite inteira, o dia inteiro, a outra noite inteira, (...) E eu fiquei um dia inteiro... a outra noite e parte do dia quase que dois dias seguidos, sem dormir, sem sair daquela cadeira lá do interrogatório*” Para não sucumbir e nem entregar informações, Sofia havia criado estratégias de produzir estórias sobre sua vida que eram incansavelmente repetidas durante os interrogatórios, a fim de driblar as investidas dos militares na busca de informações sobre sua trajetória e de seus companheiros. Sofia foi ameaçada várias vezes de ter que presenciar a morte da irmã e do cunhado, que seria feita dentro do carro deles, lançado em um precipício, com todos eles juntos “*eu [cheguei a passar] a noite toda lá, com carro ligado e eu amarrada lá nos bancos*”.

A vida na prisão, ainda mais estando grávida, foi muito difícil. Além das torturas sofridas, a militante diz que se alimentava muito mal, já que a comida era em pouca quantidade e de má qualidade. Sofia diz ter sentido muita fome e por isso, quando a comida chegava, não recusava comer “*Era arroz, feijão, um legume e uma vértebra de boi, que todo dia na hora de passar na grade, a vértebra caía. Eu falava assim: ‘pega’ e comia, né... a minha comida era essa.*”.

Além dos maus tratos, durante quase trinta dias em que passou pela OBAN, vivenciou dilemas relacionados à maternidade, principalmente porque se culpava por agora fazer o filho passar por tal situação “*quando eu fui presa, aí também foi um conflito. ‘Poxa! E agora?! Meu filho vai nascer preso, o quê que vai ser dele? Devia ter abortado. Mas como?’ Sabe?... Aquele negócio... ‘Mas que então pelo menos que ele nasça vivo, então como eu prolongo a minha vida para que ele nasça?’ Porque para mim estava certo que eu seria morta... [eu pensava] ‘eu tenho que me aguentar aqui um tempo...’ Então eles perguntavam as coisas e eu dizia: ‘Não, eu não posso falar porque eu tenho que*

*preservar a vida do meu filho’*”. Essa foi uma estratégia e um compromisso feito por ela e mais tarde repassado aos militares, de que ela só falaria algo se garantissem que o filho dela estaria seguro. Entretanto, em uma situação instável como a colocada pela ditadura, em que os direitos não eram respeitados, nada se podia esperar. Assim, os conflitos e ambigüidades em relação à maternidade continuaram a afligir a vida de Sofia dentro da prisão, que projetava o futuro da criança como filho de uma militante, caso ela sobrevivesse; no caso contrário, pensava o que seria dele sem a mãe “*Então você fica naquela, ‘mas será que meu filho vai... quê que ele vai achar dessa vida, ele não vai ter mãe... como vai ser, hein?!’*” Isso para ela também era uma tortura, além das outras praticadas contra ela “*Tudo roda na sua cabeça, tudo te tortura. É uma tortura o tempo todo. Quando você não está sendo torturado, essas idéias estão te torturando.*”

Em São Paulo, na OBAN, Sofia ficou presa durante um mês, até janeiro de 1973, quando foi encaminhada para o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI) de Brasília, onde permaneceu até o momento do parto. Durante a prisão, já no oitavo mês de gestação diversas vezes sentiu-se mal, com os sintomas da gravidez, como não tinha o que fazer para diminuir os incômodos, reclamava “*(...) vocês que prenderam uma mulher grávida, o problema é de vocês, não é meu.*”. Em Brasília, as torturas sofridas por ela foram o isolamento, os longos e ininterruptos interrogatórios, em que ficava sem poder comer, beber ou dormir. Sofia acredita que a condição de gravidez, a protegeu de certa forma “*(...) a gravidez, ela te dá... de um lado, ela pode incomodar o torturador, porque limita ele, (...) porque a barriga ia crescendo muito, então acho que, nem nas mãos, nem nos pés eles num se animavam (...) você também é mais vulnerável... num é?! Eu acho que até hormonalmente a gravidez protege a gente, e eu acho que muita da tranquilidade que eu tive [decorreu disso.]*”. Embora nesse fim da gravidez tenha sentido certa “*tranqüilidade*”, durante esse período de prisão em Brasília ela passou por uma “*amnésia das palavras*”, o que de acordo com sua reflexão, tem relação com a pressão em ter que esquecer informações e evitar fornecê-las, fragmentando assim sua memória. Ela recuperou isso aos poucos, lendo e repetindo as palavras.

Para a prisão em que foi levada, ela era a única mulher presa política, ficando em cela separada, lá percebeu que a condição feminina, isto é, ser mulher e ser militante causava aversão nos militares, porque aquele não era um comportamento esperado para mulheres, por estarem quebrando as tradições sociais em relação aos papéis femininos, “*Eu era do exército inimigo, vamos dizer, então eu era um soldado como eles. Tá certo?! E quando eles me viam como igual, ou como mulher grávida, eu acho que eles se sentiam assim, bem diminuídos, porque eles tinham tanto ódio, mais tanto ódio! A fala era de ódio, sabe?! Aliás, o que eles tinham, assim, de ódio de mulher era um negócio impressionante!*”.

No início do mês de fevereiro de 1973, por volta das 22:00 horas, Sofia começou a sentir fortes dores, percebendo que sua bolsa havia rompido. Entretanto, apesar de clamar por socorro e pedir que a levassem para o hospital, permaneceu até a madrugada na cela, onde baratas começara a caminhar sobre o seu corpo “*Eram milhares de baratas, então elas ficaram assanhadíssimas com o*

*líquido [amniótico], elas subiam na minha perna, querendo entrar na minha xoxota [vagina]. E eu ficava tentando espremer, para as baratas não vir”. Sofia chegou a ser levada para o Hospital de Guarnição do Exército, em Brasília, mas o médico de plantão se negou a realizar o parto de uma militante “‘eu não quero aquela presa política aqui... pode levar pra enfermaria’”. Diante de tal circunstância, Sofia passou por um grande sofrimento, pois sentia que o filho estava para nascer, e corria risco de morte, caso o parto não fosse realizado. Como o médico disse que o parto não seria naquela noite, voltaram com ela para a cela do DOI-CODI. Nesse retorno aprendeu com um dos policiais preso ali, que a única forma de mobilizar os militares seria chorando. A estratégia teve eficácia, tendo sido retirada da cela e levada novamente para o hospital. Porém não havia obstetra que pudesse fazer o parto e ela não aceitava que nenhuma medicação lhe fosse administrada porque temia que fosse algo para lhe fazer perder o bebê. Aguardando o médico, ficou em um quarto do hospital, cercada por militares “ficava lá o carinho com metralhadora”. Ao chegar, outro médico também se negou a fazer o parto de uma militante política, embora Sofia tenha lhe implorado “esse era um médico torturador... eu falei assim: ‘mas meu filho não vai sobreviver’, ele falou assim: ‘ah, não tem importância é um comunista a menos!’” Novamente nesses momentos que antecediam o parto, Sofia passou por outros conflitos concernentes a maternidade, pois ali um importante militar havia dito que se o filho dela fosse homem, branco e saudável, ficaria com ele “Aí [veio] essa questão de novo, a contradição... eu queria ter meu filho, sabia que eu tinha que ter, mas falei assim: ‘A hora que me separar dele, vai ser pra sempre, os caras vão levar ele’. Então, isso, me deu muita dor, porque eu tinha contração e eu fazia força pra sair e fazia força pra voltar, eu fazia tudo, entende?! E tinha consciência que eu tava fazendo tudo isso. Pra mim tava claro, o que me passava... ‘Olha cê tá separando do seu filho’ e eu falei assim: ‘Não! Mas ele tem o direito de viver,’ sabe?! Aí fazia força pra ele nascer. Aí, tinha aquele negócio: ‘não vai ser um comunista a menos, vai nascer! O que vai ser não importa, mas vai nascer’... mas ao mesmo tempo, puxava pra dentro, empurrava pra fora.”*

Sofia ficou 27 horas em trabalho de parto até a criança nascer no dia 07 de fevereiro de 1973, em um parto normal, que lhe causou posteriormente, no momento da cirurgia pós-parto, grande sofrimento, pois os mecanismos minuciosos de tortura se fizeram valer ali. Além do procedimento de episiotomia<sup>6</sup> ser feito sem anestesia, os pontos da sutura foram feitos com um fio de aço impróprio para tal procedimento “Eu sentia a agulha entrando na minha vagina (ashsss), assim... sabe?! Ponto por ponto, aí eu comecei a chocar de dor. A entrar em estado de choque. Comecei a tremer, tremer, tremer, a pressão a cair..”

---

<sup>6</sup> Segundo Souza São Bento e Santos (2006) “A episiotomia é uma incisão cirúrgica realizada no períneo da mulher no momento da expulsão – segundo período do parto. Pode ser feita com tesoura ou bisturi .... A sua sutura é feita com fio cirúrgico absorvível pelo organismo. Toda a técnica é feita com utilização de anestésico” (p.553). Souza São Bento, P.A.S & Santos, R.S. (2006, dezembro). Realização da episiotomia nos dias atuais à luz da produção científica: uma revisão. *Escola Ana Nery Revista de Enfermagem*, 10(3), 552-559. Recuperado em 03 de janeiro de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/eav/v10n3/v10n3a27.pdf>

A condição materna continuou sendo utilizada como forma de desestruturar a militante. Após o parto Sofia não viu o filho, pois no mesmo dia foi interrogada, não tendo, porém condições de falar devido ao forte medicamento administrado para diminuir a dor. Só pode ter o filho em seus braços, no outro dia, durante a tarde. *“Era um menino branco, saudável e de olhos azuis, muito magrinho.”* Também foi impedida de amamentar, descobrindo que o filho não chorava de fome porque estavam lhe administrando tranqüilizantes a fim de aquietá-lo, pois o bebê chorava muito. A alimentação do recém-nascido era à base de soro fisiológico. Ela e o bebê permaneceram no hospital por 52 dias de muito sofrimento, tiravam *“ele de mim, diziam que era pra levar para a FEBEM e depois me devolviam. Meu filho com um mês estava pesando dois quilos e setecentas, meu filho nasceu com três quilos cento e cinquenta!...”*

Mesmo em meio a tanto padecimento Sofia pôde experimentar um sentimento que até então não havia provado e foi essencial para apaziguar as angústias vivenciadas ao longo da gestação, dando-lhe esperança em relação à perspectiva de vida *“(...) quando tava tendo meu filho eu falei assim, ‘que coisa, né? Aqui, nesse lugar de morte surge a vida!’ E ninguém fica preso eternamente, meu filho tava no útero... sabe?! Eu acho que a hora que a gente sai do útero, a gente fala ‘liberdade!’ E você quer andar, você quer ver, você quer a liberdade... Eu acho que a liberdade é o sentimento do ser vivo! A vida exige liberdade.”*

Embora tenha sido ameaçada de ser apartada do filho, que poderia ser levado para alguma instituição ou pelo militar que ameaçou levá-lo, Sofia conseguiu que o filho fosse entregue a uma de suas tias paternas, que morava em Minas Gerais, de quem ainda tinha o contato telefônico. Isso só foi possível porque ela, como uma importante fonte de informações, prometeu falar apenas se lhe garantissem a segurança do filho. Para ela segurança incluía o registro de nascimento da criança em seu nome. O nome do pai não foi inserido no documento porque seria uma forma de denunciá-lo à repressão. Esta foi uma medida de segurança tomada por Sofia, que só conseguiu o reconhecimento da paternidade do filho em certidão, no ano de 1988, quando o filho tinha 15 anos de idade.

Totalizado cinco meses de prisão, entre São Paulo e Brasília, o caso de Sofia foi denunciado por ela, por meio de uma carta enviada a imprensa nacional e internacional, e pela solidariedade de um advogado que denunciou o caso dela e do filho a Anistia Internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, foi libertada em abril de 1973, seguindo para Minas Gerais a fim de reencontrar o filho, regularizar sua documentação e procurar notícias de sua família. A reconstrução da vida após tantos anos na clandestinidade não foi nada fácil. Não tinha amigos, não conseguia emprego e não podia contar a ninguém sua história. Em Minas Gerais, Sofia resgatou primeiro os sobrinhos, pois os pais das crianças ainda estavam presos. Este foi um momento de grandes dificuldades *“Eu que não tinha sido mãe de nenhum tava com três e três com problemas, porque essas crianças não passaram por [tudo] isso sem lesões.”* Em 1973 Sofia seguiu para a casa de seus pais no Rio de Janeiro, levando os sobrinhos e recebendo depois de três meses o filho.

Ao reencontrar os pais, no Rio de Janeiro onde ainda residiam, Sofia pôde retomar um pouco de sua trajetória. Nesta época, o trabalho passou a ser o alvo mais importante na vida de Sofia, que precisava garantir o mínimo ao filho e aos demais parentes. Tentou inúmeras vezes se fixar em um emprego, mas não conseguia, pois continuava sendo perseguida pela repressão. Passou então a depender e também a ajudar os pais que vendiam pastéis “*Era disso que eles viviam e eu fui morar lá com as crianças*”. Quando conseguia um trabalho, tentava conciliar maternidade e trabalho e junto com a mãe se dividiam nos cuidados com a casa e as crianças.

Sofia havia se afastado de sua vida de militância, sua luta agora era pela sobrevivência. Em 1974 descobriu bruscamente por meio de uma notícia de uma rádio internacional que o companheiro afetivo havia morrido em combate na guerrilha do Araguaia, o que lhe causou grande dor. A morte havia acontecido em outubro de 1973, ela não sabe até os dias de hoje se ao menos ele soube do nascimento do filho, a quem desde a idade tenra, soube da história dos pais sabendo inclusive que o pai chamava “André”. Com estas atitudes, Sofia mesmo sem saber, tentava construir com o filho, o lugar paterno, mesmo com a ausência física do mesmo.

Sofia foi tentando aos poucos reconstruir sua vida, tendo ficado no Rio de Janeiro até 1976, onde trabalhou por um tempo como atendente de enfermagem. Sua vinculação à militância só aconteceu mais diretamente em 1976, quando voltou para São Paulo, a fim de retomar seus estudos, abandonados em 1969 em decorrência da perseguição que sofria. Na Universidade Paulista se vinculou ao movimento estudantil. Em 1977, devido a uma ótima oportunidade de emprego, foi junto com seu filho para a Paraíba, onde concluiu seu curso de graduação em enfermagem. Durante todo este período teve que articular os diferentes papéis de mãe, estudante, militante e trabalhadora, conjugação nada fácil “*É muito pesado! A militância é pesada, a maternidade é pesada, né? Nas condições em que ... quer dizer, você militar numa ditadura, a maternidade num Estado que não dá nenhuma proteção nem à mulher, nem ao filho, nessa sociedade que discrimina a mulher, discrimina a criança, tá certo? Então a maternidade é muito pesada numa sociedade dessas, porque nem a mulher tem nenhum tipo de proteção nem a criança. Então quem vai ter que proteger essa criança é essa mulher que tem que trabalhar com salário baixo, com, muitas vezes sem marido, tá certo?! E na militância muitas perderam os companheiros... Quer dizer, então, o ter filhos ter filhos é... é mais, é um fardo a mais pra qualquer mulher! E se ela é militante, aí já é mais complicado, porque a militante também trabalha. (risos) Não é só a militância! Então... E também tem a casa pra cuidar, então as jornadas já não são mais duplas, nem triplas, é... Vai aumentando, tá certo? Então tem essa... Olha, pra toda mulher tudo, não é só militante não! A militância é, é um pouco mais... E você tem que ajustar, né, acertar a sua militância... porque você tem que diminuir o seu tempo de reunião, diminuir... É tudo muito pesado, então tem... tem mulher que não aguenta... Fala assim: ‘Agora eu vou fazer esse, depois eu faço aquele...’ Né?! Eu não sei como as mulheres aguentam, tá certo?! eu fico pensando, quer dizer, hoje eu tô mais velha, mas... nossa, como eu tinha pique, como eu fazia tudo! Consegui!...*”

Na Paraíba suas atividades de militância estavam ligadas aos movimentos da Pastoral da Saúde. Mas ainda assim, no início participou de alguns encontros com militantes organizados, percebendo que a questão de ser mãe e ser militante não era tarefa fácil *“Então quando você faz opção pela militância e tem filho, você sabe que vai ter que... porque tem companheiro que te cobra, como se você não tivesse filho. Porque ele também tem filho, mas fica com a mulher, né... tá certo?! Isso, isso eu vivi!... tá certo?!(...) ! É o que uma mãe passa né?! (suspiros) tá certo?! Mãe... mas eu não deixei minha militância não, eu trabalhava na pastoral da saúde, briguei muito com o Governo (...) Militei no movimento de mulheres e na questão dos desaparecidos, da anistia, nunca deixei, tá certo?! Ia com meu filho e as vezes ele incomodava, porque imagina criança em reunião, enchia o saco! [Ainda em São Paulo] eu me lembro de uma vez que reclamaram de mim por causa do meu filho! Um companheiro dirigente do PCdoB... eu tinha passado um dia todo em reunião, era um sábado, e meu filho ali, rodando em volta enchendo o saco, né? Aí ele me deu uma tarefa pra eu fazer à noite, aí eu falei: ‘Ah, não dá pô! ‘não, eu tenho meu filho... eu vou ficar com o meu filho, não dá!...’ [e ele disse:] ‘Companheira, isso é desvio! A revolução em primeiro lugar...’ Eu falei assim: ‘Não, pensando bem você tem razão, você leva o meu filho pra sua casa que eu vou fazer o que você mandou.’ Ele: ‘Não, mais...’ Falei: ‘Não você tem, você tá coberto de razão’. Mesmo indignada com a atitude do dirigente do partido, que parecia não compreender que além da militância ela cuidava sozinha do filho, já que seu companheiro havia morrido e não podia *“dividir com ele”* as tarefas, foi para esta ação e deixou propositalmente o filho passar a noite e o dia na casa desse dirigente que foi imediatamente devolver a criança no outro dia *“Aí o cara bate na porta, ‘Você não foi buscar o Joca, tá aqui!’ Aí eu falei: ‘Ô, mas eu tava aqui adiantando o meu “servicinho” sabe, pra não deixar a revolução em falta, né?’ (risos) ‘Mas já que você trouxe!’ Nunca mais esse cara falou comigo um negócio, uma coisa dessas!...”**

Somente com a promulgação da lei da anistia em 1979, é que ela e o filho com 06 anos de idade, retornam para São Paulo. Neste período por meio da Comissão da Anistia o contato entre a família do companheiro afetivo com Sofia e seu filho foi estabelecido. Para ela esse encontro foi de suma importância para o filho que ao ouvir que era filho do “André” *“(...) ele falou assim, ‘eu sabia que meu pai chamava André!’ Eu disse: ‘olha, eu te contei mas te pedi pra você guardar segredo’, ele falou assim: ‘eu sempre gostei tanto desse nome!..’.* ‘A hora que falaram que meu pai era o André eu tinha a impressão que eu conhecia esse nome!’ ” Sofia diz que reconstruir uma imagem paterna foi muito difícil, *“ele tinha muita pouca representação do pai”*, já que não havia fotografias, pois para a própria segurança a família havia queimado tudo, deixando apenas as fotos de quando o pai dele era criança. Apenas em 1992, quando o filho de Sofia tinha 19 anos de idade, por meio da abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo pôde pela primeira vez ver outras imagens do pai, a quem tinha visto apenas em uma foto de criança. Nos documentos resgatados ali, viu uma foto em que o pai tinha aproximadamente a mesma idade que ele (18/19 anos). Sofia relembra que este foi um momento emocionante para ela e seu filho, tendo grande importante

para construção da identidade do pai e dele mesmo “(...) *ele falou assim.: ‘É, é a primeira vez que eu vejo o meu pai como um adulto’. Porque a imagem que ele tinha era a do pai criança, né? (...) quer dizer é um negócio difícil de ser elaborado, é muito sofrido...*”

Todas as experiências passadas durante a trajetória de militância e principalmente em relação à gravidez e parto na prisão, afetou a opção de Sofia em relação à maternidade, já que decidiu que “*filhos nunca mais*”. Hoje, seu então único filho tem quase 40 anos, é analista de sistemas e programador, casado, ainda não tem filhos. Embora não tenha uma militância partidária, tem uma postura democrática e crítica. Ele apóia a mãe nos trabalhos da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, dirigida por eles. Sofia tem hoje 66 anos, e milita junto aos familiares de mortos e desaparecidos por memória, justiça e verdade no país, presidindo a Comissão de Familiares de mortos e desaparecidos no Brasil, tendo junto com a irmã, uma busca permanente por arquivos, documentos, e reconhecimento de desaparecimentos e mortes sob torturas na época. As duas são militantes reconhecidas nacional e internacionalmente nessa luta, que garantiu inclusive em 1995, o reconhecimento da justiça brasileira de que seu companheiro afetivo foi morto pelo regime militar. Até então ele era tido como desaparecido, assim como muitos de seus companheiros de militância durante a guerrilha do Araguaia. Passado mais de 15 anos, Sofia voltou a região araguaiana algumas vezes e conta que teve sentimentos ambíguos como saudades e tristeza “*É uma região que, que num é, foi!... Deixou de existir, as pessoas deixaram de existir!... (...) todos os meus conhecidos, meus amigos... são desaparecidos, desaparecidos... Então é um negócio, muito... muito meu só, sabe?*”

Sofia acredita, porém, que a luta que travaram, valeu a pena “(...) *a minha geração rompeu com muita coisa, e não foi só no Brasil, foi no mundo*”. Para ela, o sentimento de liberdade foi importante porque no nascimento do filho significou a possibilidade de celebração da vida além de ter sido um dos sentimentos motivadores que levaram ela e outras(os) militantes a romper com os códigos morais da época, “(...) *foi uma geração inteira que lutou pela liberdade não foi só o Brasil, mas América Latina, ela foi violentamente reprimida nesse seu ideal de liberdade. Eu acho que a ditadura impediu que esse conceito de liberdade fosse social. Então a gente... paga! A sociedade paga o preço pela violência que o Estado cometeu contra aquela geração.*”

Sofia considera que esse apagamento das experiências vividas durante o regime militar causou prejuízos à sociedade, inclusive para a memória das gerações, o que considera um dos danos da ditadura “(...) *esta ditadura, ela destruiu, massacrou três gerações (...) são quase cem anos! (...) No mínimo são três gerações, se é que três gerações é tempo bastante pra isso!*” Ainda assim pondera que embora tenham tentado encobrir e silenciar as histórias e memórias, alguns resquícios ficaram. Para ela, o filho e os sobrinhos, assim como ela, a irmã e o cunhado, são sinais vivos e atuantes que não deixam silenciados esse tempo de batalhas e resistências.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Em 2009 a família de Sofia (ela, a irmã e os sobrinhos) ganhou uma ação cível que pedia o reconhecimento judicial de que o Coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, foi um militar torturador durante o regime militar de 1964-1985. Embora o militar aposentado tenda recorrido, perdeu a causa, tendo que reparar de forma

## SUELY

*“O meu medo, o medo que eu vivi dentro daquele hospital, foi o medo de me separar dela (...) esse é o maior drama duma mãe! É você tá parindo um filho e ter medo que desapareçam com teu filho.”*

Suely é a segunda filha de um casal de militantes políticos que tiveram três filhos, um homem e duas mulheres. Suely e os irmãos nasceram em um contexto em que a política era o foco na vida dos pais. *“A minha história é muito complicada! A minha família é uma família de militantes de velhos tempos...”* O pai ex-sargento do Exército, envolveu-se com a política de esquerda, vinculando-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), tornando-se militante desde o Estado Novo<sup>8</sup> (1937-1945). Devido a sua intensa participação nos movimentos políticos, durante a ditadura instalada no Brasil nesta época, chegou a ser preso. Em 1946, com a tentativa de reorganização do Congresso Nacional, foi convocado para compor a Constituinte, sendo um dos deputados mais votados no Estado de São Paulo, representando assim, o PCB na Constituinte de 1946. Com o fim da Constituinte em 1947, o PCB foi cassado e os deputados constituídos além de perderem seus mandatos, passaram a sofrer perseguições, e seguem para uma vida na clandestinidade.

A mãe de Suely também era uma militante de esquerda, de origem espanhola, veio para o Brasil imigrada, não há relatos sobre a vida afetiva de ambos, mas uma marca forte, é que ela se uniu a ele na luta socialista, por compartilhar dos mesmos ideais. Também filiada ao partido político PCB, durante a clandestinidade, por medida de segurança, nem sempre acompanhava o marido em suas ações políticas no partido em outros estados, mas continuava a atuar politicamente com tarefas no partido local a depender da cidade em que estavam. Quando o primeiro filho tinha apenas nove meses de idade, ela descobriu que estava grávida novamente, desta vez, de Suely. A mãe acredita que engravidou em um dos reencontros com o esposo, que viajava pelo partido, mas sempre que podia estava com a família. Suely nasceu em 1949, no Rio Grande do Sul, estado para qual haviam migrado *“Eu nasci clandestina já (...) fiquei até quatro anos sem registro de nascimento. Meu pai não podia me registrar... nem meu pai, nem minha mãe.”*

Registrar a própria filha seria para o pai de Suely a assinatura de sua sentença de prisão ou morte, devido a sua situação de clandestino. *“Eu fui registrada no Rio... tudo deu errado... o nome de nascimento, data do nascimento é errada, o nome do meu pai escrito com a ortografia antiga”,* mas de uma coisa se orgulha, com toda essa confusão ela é a única filha que carrega em seu nome o sobrenome da mãe e da avó *“eu sou muito honrada por isso... eu tenho uma marca feminina muito*

---

indenizatória os danos morais causados a esta família, pela violação dos direitos humanos com os atos bárbaros de tortura. Essa não foi uma conquista apenas para a família, mas para toda a geração de militantes presos, mortos, torturados e desaparecidos durante o regime militar no Brasil. Mais informações sobre este fato podem ser encontrados nos autos do processo de nº 0347718-08.2009.8.26.0000 disponível em: [http://idejust.files.wordpress.com/2012/08/ustra-doc\\_6138936.pdf](http://idejust.files.wordpress.com/2012/08/ustra-doc_6138936.pdf)

<sup>8</sup> Nome dado à Ditadura Militar instaurada no Brasil durante o período dominado pelo autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas (1937-1945).

*forte, na tradição dos filhos... eu sou muito orgulhosa de ter o nome daquela mulher que veio imigrada da Espanha naqueles anos.”*

A infância e adolescência de Suely e de seus irmãos, se passou na vida de clandestinidade, em São Paulo, onde tinham contato com outros militantes e filhos de militantes, amigos de seus pais. Viveram em periferias, em bairros extremamente pobres em São Paulo, *“sabe a solidariedade entre os pobres é muito maior! Ninguém vai indagar quem é você, qual a tua exata identidade, como teu nome tá escrito (...) num documento.”* Mesmo em meio à situação de instabilidade financeira, identitária, territorial, ela e os dois irmãos estudaram, tendo sido alfabetizados em um grupo escolar de uma vila em São Paulo. Para ela esta foi uma época importante da infância, onde puderam ter uma vida próxima a das outras pessoas não militantes *“Foi um período inclusive até interessante da infância da gente, porque meu pai não era bem clandestino era semi-clandestino, então a gente tinha inscrição na escola, e tudo mais”* o que significava também ter uma identidade.

As diversas casas pelas quais passaram serviram como aparelhos e gráficas clandestinas, pontos de encontro e base para as reuniões do partido. Conviveram mais com esses militantes do que com familiares. *“É claro que era a família né?! Então eles eram tios pra gente (...) Alguns eram mesmo irmãos pra gente... a gente convivia... [era] uma escola de vida daquelas... eu convivia mais com os companheiros ligados ao meu pai do que com minha própria família!...”* Esse convívio com pessoas que enfrentavam as mesmas dificuldades diminuía a sensação de isolamento da realidade.

Os pais usavam codinomes e identidades falsas. Em 1964, como um novo Golpe Militar no Brasil, o pai de Suely torna-se figura extremamente perseguida, situação que já ocorria antes, mas que se agravara. A casa em que moravam foi invadida por militares, tornando-se intenso o enalço em capturá-lo. Nesse período o pai de Suely buscou abrigo e proteção na Embaixada do México, e posteriormente, com o cerco fechado, foi necessário deixar a família no país, exilando-se no México.

Nesta época, Suely tinha apenas 15 anos. Ela, a mãe e os irmãos permanecem no Brasil e diante desta situação, ainda adolescentes, precisaram procurar emprego a fim de conseguirem sustentar a família. O partido político ao qual o pai havia sido filiado não auxiliava mais financeiramente a família, já que ele havia rompido com a organização *“as solidariedades eram difíceis na época (...) Eu não fiz a universidade no Brasil... Não tive o tempo de fazer... Porque meu pai foi exilado muito, muito cedo, e nós fomos trabalhar muito cedo.”* Apesar de conseguirem apoio de alguns amigos do pai, pela importância do nome dele dentro do cenário político da época, *“a gente não tinha uma estrutura que garantisse a nossa sobrevivência.”* A mãe de Suely, embora precisasse transitar entre a vida na clandestinidade e semi-clandestinidade, teve desde sempre sua carteira de trabalho assinada em uma fábrica de tecelagem, com o nome verdadeiro, mas como usava apenas o codinome, ninguém nunca soube seu nome real *“era a Dona Maria.”* A atuação na fábrica, não era somente para manter a sobrevivência dela e dos filhos, tinha vistas a organizar cautelosamente o movimento operário, pois sua atuação de militância não havia se paralisado. Ela era a ponte de ligação entre o marido exilado no México e os militantes brasileiros, tendo se vinculado após a saída do PCB às organizações

clandestinas de foco armado, como a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), organizações as quais o marido, mesmo fora do país ajudou a organizar, tendo enviado por volta de 1967, dois emissários, amigos de militância, para auxiliarem a esposa e demais companheiros na formação de novas organizações de esquerda.

A inserção de Suely na militância política foi acontecendo naturalmente, de maneira que para ela a militância pessoal era uma continuidade da própria história. “*A minha família é uma família de militantes (...) meu pai era um militante (...) minha mãe era militante (...) depois é... eu vivi a minha, pessoal militância, (...) Eu tinha convivido com meu pai e com minha mãe, eu sabia como era.*” Até 1967, quando Suely tinha 18 anos e o irmão 19 anos, o contato que tinham com as organizações de esquerda eram aqueles os quais os pais também tinham. Dessa forma, junto com a mãe, participaram da concepção e reuniões na POLOP e MNR. Suely conta que antes de sua entrada total em outra organização de esquerda, se afastou por um pequeno período dos partidos, sem motivos específicos, mas continuou seus debates políticos com um grupo de artista do Teatro “*Ruth Escobar*”, em São Paulo.

Suely sinaliza que sua militância pessoal deu-se junto com a inserção do irmão, aproximadamente no fim de 1967 para 1968, com a entrada na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) nova organização de esquerda, dissidências da POLOP e MNR, as quais sua família havia auxiliado a constituir. Ela e o irmão tinham entre si um vínculo muito forte e embora a família tivesse passado por duros momentos de perseguição e privações diversas, estavam sempre unidos, inclusive na luta política. A mãe de Suely também se vincula à VPR, e o irmão, torna-se um importante membro na organização. Durante o ano de 1968, Suely viveu entre a clandestinidade e semi-clandestinidade.

Entre o fim de 1968 e início de 1969, quase aos 20 anos, Suely foi morar sozinha, tendo alugado um quarto na região central de São Paulo, onde passou a viver. Essa era também uma medida de segurança, pois residindo junto com os demais familiares, corriam maior risco de serem todos presos juntos. Ela, porém, mantinha contato e recebia visita do irmão que estava totalmente clandestino. Nesses encontros discutiam assuntos relacionados à militância, e ele, apresentava argumentos para que ela entrasse integralmente para a vida clandestina, dado a intensificação das ações das forças repressivas. Ela e toda a família eram militantes conhecidos pelos órgãos de repressão, e manter-se na semi-clandestinidade, embora fosse uma saída para continuar trabalhando, era também um risco. Nessa circunstância, ela trabalhava com artesanatos, confeccionando adereços em couro.

Novas organizações de esquerda vão surgindo, com o intuito de se pulverizarem em várias células de atuação, evitando assim, uma derrocada geral dos movimentos de esquerda. Ainda na VPR, em 1969, Suely é apresentada a um militante, a quem chamamos de Sandro. Nascido em 1945 no interior de Minas Gerais, durante seu período de serviço militar, conheceu um soldado que o introduziu na vida política, por meio de discussões sobre a situação do Brasil. Conscientizando-se

politicamente, em 1966 entra para a POLOP, tendo em vista que neste mesmo período finalizava sua prestação de serviço ao exército. A entrada nesta organização de esquerda marcou o início de sua militância organizada em um partido, com a idade de 21 anos<sup>9</sup>. Tendo um grande engajamento político, Sandro logo se tornou um dos importantes líderes nas organizações de esquerda, o que gerou conseqüências não apenas para sua própria vida como na dos familiares.

O irmão de Suely era um grande amigo de Sandro e juntos participaram de diferentes ações de guerrilha urbana. As conversas entre ela e o militante transitavam entre o pessoal e o político. Por medida de segurança não podiam trocar muitas informações, Sandro desconhecia a origem de Suely, apesar de ter sido muito próximo e conhecer a trajetória de militância dessa família. A aproximação entre eles começou a se intensificar e mesmo correndo perigo de serem presos, quebrando regras de segurança das organizações esquerdistas, passam a se encontrar. Assim, laços mais estreitos se formaram, reunindo amor e luta numa mesma composição.

Sandro, junto com outros militantes, divergindo das opiniões e ações empregadas pela VPR, estruturou uma nova organização de esquerda também de foco armado, a Resistência Democrática (REDE), a qual Suely também passa integrar “[foi] *onde eu praticamente militei junto com o [Sandro].*” Neste período passam a namorar. Ele temia que sua trajetória pessoal de militância pudesse trazer conseqüências para a vida de Suely, já que desconhecia sua história de vida. Ele residia em um apartamento, e ela em um quarto de pensão. Devido às tarefas as quais Suely desempenhava na organização, passou a ir mais frequentemente à casa de Sandro, porque ali era o local onde produziam o material de panfletagem para a atuação junto aos operários. Mesmo namorando, eles tinham suas histórias pessoais “clandestinas” um para com o outro, embora naquele momento, ele já desconfiasse que ela era da “*famosa*” família de militantes, pois o irmão dela, atuava na mesma organização que eles.

Suely ressalta que muitas coisas que sabia sobre a vida clandestina, de militância, havia aprendido com seus pais, e que as organizações e militantes que faziam a luta armada, tomaram conhecimento de muitas estratégias a partir da trajetória e legado de antigos militantes, como o pai e a mãe “*Quem ensinou a fazer os aparelhos foram os partidos, a grande escola de militância foram essas! Que a gente teve... Num é que quando a gente foi pra luta armada a gente inventou os aparelhos, os esconderijos, e tudo mais! Quer dizer, o pessoal que militava nos partidos tradicionais, que viveram todas as clandestinidades, todas as épocas de repressão, de opressão no Brasil, faziam escolas... e os filhos históricos desses militantes históricos, faziam, aprendiam.*” Inclusive, nessas novas organizações de esquerda, dissidências de partidos antigos, parte dos líderes eram filhos ou parentes de antigos militantes.

---

<sup>9</sup> Outras informações sobre a trajetória de militância de Sandro, bem como de seu envolvimento com Suely e seus parentes, e sua história de vida e morte podem ser consultadas em: Gonçalves, V. (2011). *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial. (Este material serviu de complemento para algumas informações na construção desta narrativa.)

Para os padrões da família da época, a de Suely era uma desviante do modelo tradicional, em que as moças eram preparadas para o casamento e a estrutura patriarcal imperava no modo de organização da família. Embora as questões de gênero não estivessem amplamente sendo problematizadas no país e nos partidos, acontecia naquela conjuntura uma mudança na participação das mulheres no espaço público e político. Nas diferentes organizações de esquerda em que se envolveu até integrar a REDE, e especialmente nesta última, Suely era uma das poucas mulheres que participavam das ações armadas de caráter urbano, indo às ruas, e participado de inúmeras ações como sequestros, assaltos a bancos, cuidado e produção em gráfica clandestina, panfletagem entre outras atividades.

Para a militante, na luta armada não havia diferenças de gênero entre os militantes homens e mulheres, todos aprendiam a manusear armas *“não tinha essa discriminação, absolutamente não. Eu, pelo menos não vivi”*. Além dela, havia outras mulheres militantes; inclusive com uma delas iniciou suas ações armadas *“(…) as primeiras placas de carro que a gente roubou, foi eu com ela! (pausa grande) E como ela, tinha tantas outras...”*

Considera atualmente que a escolha pela luta armada naquela conjuntura, foi a forma encontrada para enfrentar a ditadura militar *“É certo que tinha uma guerra, de fato nós dizemos que tinha uma resistência. Nós éramos, nós participávamos de uma resistência, todas as resistências no mundo foram resistências armadas, terminaram em resistências armadas. Claro! De frente o inimigo, daquele que se impôs pela força, pelas armas, que que você faz?! Você vai resistir como?! Aqueles que não resistiram com as armas morreram do mesmo jeito, eles mataram do mesmo jeito (voz de choro) Liquidaram todos! Toda oposição, armada e não[armada], liquidaram toda oposição. Seletivamente! Cientificamente! Com sadismo, com a crueldade, com a monstruosidade de dizer: ‘Você vai morrer, todos os dias um pouco, aqui na nossa mão!’”*

Em 1969, o namorado de Suely, considerava que a vida semi-clandestina que ela estava levando a deixava exposta, pois com o acirramento das forças repressivas, ela seria alvo fácil para captura. Muitos companheiros também começaram a ser presos, e a vida na clandestinidade total era o recurso para se manterem vivos. Nessa época ela foi diversas vezes convocada pela Polícia Federal para prestar informações sobre contatos e paradeiro do pai e sua situação de insegurança só aumentava. Deste modo, o companheiro afetivo de Suely e outros dirigentes da organização ao qual participavam, colocam a condição de que deveriam viver absolutamente clandestinos *“E era um perigo pra ele também, então, eu tive que abandonar o meu trabalho porque eu não podia mais continuar. A organização disse: ‘ou dentro ou fora!’ Não pode mais ficar... e ele inclusive [também disse]. Ele tava correndo o risco de ser preso a qualquer momento, porque eu tava vulnerável né?”* Ambos eram alvos muito procurados pela polícia, e por isso, mantinham-se escondidos, evitando aparições públicas, apesar de ainda assim, participarem de algumas ações nas ruas, *“(…) a gente tava naquela.... como se a gente tivesse desaparecido um pouco do mapa. A gente não se evidenciava em nenhuma lugar, de nenhuma forma”*.

Na época estavam acontecendo várias ações de sequestro lideradas por militantes das organizações armadas, e em decorrência do sequestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969, a situação dos militantes em São Paulo e restante do país, se agravou. Assim, Suely e Sandro, estrategicamente alugaram uma casa em outro local. A nova casa tornou-se não apenas o lar do casal, mas uma fachada de aparelho. Juntos, viveram ali momentos de amor e dor. A relação de amor e afeto entre eles era veemente “(...) *era o homem da minha vida. O [Sandro] era uma pessoa que eu amava muito... eu amava muito!*”. O amor entre eles era alimentado por seus ideias comuns, juntos desejavam formar uma família ampla, porém, alguns projetos individuais, não se concretizaram como planejado, já que a vida na militância política era integral e permeada de consequências ligadas a atuação política.

Contudo, nesse período algo muito importante acontece na vida do casal, trazendo alegria naquele momento tão conturbado. Suely descobriu que estava grávida; o que trouxe intensas modificações em sua vida e trajetória.

### ***Militância e Maternidade: “ou isto, ou aquilo...”***

O desejo de ter um filho era projeto que já estava sendo discutido pelo casal desde que passaram a morar juntos. Este era um sonho e desejo de ambos. Ele tinha o desejo formar uma família grande, embora soubessem que naquelas circunstâncias não seria possível ter tantos filhos como ele queria, sendo então um projeto para o futuro assim que terminassem a missão contra o regime militar brasileiro “[Sandro dizia:] *‘Agora a gente não pode pensar em ter outro filho, porque só pode ser esse de filho... mas quando acabar tudo, quando a gente terminar a nossa tarefa... a gente vai... eu quero um outro filho! (risos) Eu sou mineiro! Eu quero muito filho! A gente vai ter muito filho, ter família grande, tem que ser grande!’ (pausa) E... e Era o sonho dele ter família grande.*” Suely relembra com intensa emoção a descoberta da gravidez. *“Foi querido, quer dizer, foi inconsciente, porque, a escolha de ter um filho naquelas circunstâncias num foi acidental, foi procurado, eu quis e ele quis também. É (pausa longa) e... fiquei grávida, foi uma felicidade muito grande pra gente, pra ele.”*

A descoberta da gravidez se deu ainda quando estava bem no início, quando desconfiados, Suely e Sandro vão a um laboratório e ela se submete a um exame de sangue, recebendo o resultado positivo. Os outros companheiros que frequentavam a casa ficaram sabendo, bem como alguns outros militantes mais próximos da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de esquerda a qual estavam participando articulada à REDE, organização que paulatinamente foi se desintegrando. Não há relatos de objeção da gravidez por parte das organizações de esquerda que participavam. Entretanto a condição de maternidade alterou a dinâmica da vida de militância de Suely, que estava vivendo em clandestinidade total junto com o companheiro, mas que exercia ainda tarefas designadas pela organização. Inclusive a condição de gravidez a tornava uma pessoa de quem não se podia desconfiar. Entretanto, com o desenvolvimento da gravidez “(...) *Se ponderou o fato de que eu não ia mais*

*participar de nenhuma ação. Porque eu não podia me expor. Eu estava responsável por uma outra vida.(...) Você participar de uma ação militar, que era uma ação militar armada, de qualquer maneira era correr o risco direto [de colocar em perigo] tua vida e a vida de quem está com você. Então você não pode expor uma criança, vamos dizer assim, um ser humano que está dentro de você.”*

Apesar disso, não deixou de participar de ações importantes. A casa em que residiam eram também um aparelho clandestino, onde realizavam diversas tarefas como a produção de materiais gráficos, reuniões, além de abrigar muitos companheiros de ações que viviam na mais absoluta clandestinidade. A residência foi também cenário de um acontecimento marcante na história desse período. Em março de 1970, em uma ação da ALN que visava a libertação de presos políticos, ocorreu o sequestro de um importante cônsul japonês “Nobuo Okushi” que estava no Brasil, que seria usado como moeda de troca na negociação entre militantes e militares a fim de libertarem presos políticos. Na ocasião, Suely, grávida de poucos meses, participou da perigosa ação, mas de forma mais interna, sendo a responsável por cuidar e vigiar o aparelho.

Após alguns dias deste evento, com muita cautela, passaram a buscar um novo local em que pudessem viver e receber a criança que nasceria ainda naquele ano 1970. Com a gravidez, Suely passou, por decisão da organização e cuidado do marido, a não exercer atividades no espaço público. Esta condição lhe garantiu certa proteção. Suas tarefas seriam dentro do aparelho, de forma a expô-la o mínimo possível. Porém, isso não garantia segurança total, pois na situação em que viviam, e com a história do sequestro do cônsul japonês, passaram a ser ainda mais odiados e procurados pelas forças repressivas. Assim, mesmo cercada de cuidados, Suely foi capturada pelas forças repressivas do estado, tendo sido presa em julho de 1970, aos 21 anos de idade.

A prisão de Suely aconteceu em uma ocasião inesperada. Ela, grávida de 6 meses “*com uma barriga visível*” foi surpreendida por quatro agentes da repressão que se lançaram brutalmente sobre ela, quando voltava da casa de uma vizinha. A saída de Suely de casa aconteceu atipicamente, porque ela não mais saía de dentro do aparelho do qual cuidava, mas para manter a fachada de recém casada, de alguém que levava uma vida normal, ela mantinha contatos esporádicos com os vizinhos. A prisão de Suely causou grande sofrimento na vida do companheiro que inusitadamente assistiu de longe, dentro de um carro, junto com outros militantes que voltavam de uma ação, toda a prisão e nada pôde fazer, pois colocaria a vida dela, da criança, dele e demais companheiros em risco, caso tivesse alguma atitude naquela circunstância. Como parecia algo surreal, dos quais sabiam que corriam risco, mas jamais pensavam que aconteceria, ele temia muito a prisão de Suely, com quem tinha muito cuidado. Diante do ocorrido, aflito, Sandro liga para os vizinhos para confirmar realmente o que tinha visto. Assim, começou uma luta desesperada para tentar libertar Suely, tendo telefonado para o local em que ela foi levada, denunciando aos militares que sabia da prisão da companheira. Nessas ligações também ameaçou os militares de contra-atacar caso algo fosse feito contra a companheira afetiva.

Separados em decorrência da prisão de Suely, com quem tinha convivido até o sexto mês de gestação, poucos foram os momentos em que juntos puderam compartilhar a alegria proporcionada por

meio da gravidez, mesmo vivida em meio à tensão do contexto da ditadura “*A cabeça da gente estava cheia de preocupação, você não tinha grandes momentos de amores, assim. Porque o momento era difícil, muito difícil mesmo. Mas aquela condição para a maternidade de certa maneira, [permitiu] buscar essa sensação de [alguma] coisa que era nossa que estava ali...*”

Suely diz que no momento da prisão os sentimentos dela eram confusos, não só por ter sido presa grávida e afastada do companheiro em um momento tão importante da vida deles, mas porque temia a prisão do companheiro e demais companheiros, importantes líderes do movimento de esquerda, que eram cartas marcadas nos órgãos repressivos. Na condição de militante, filha de militantes e companheira de um líder deles, ela correria sérios riscos na prisão.

Suely foi levada primeiramente para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, por onde ficou durante 24 horas, passando por extensos interrogatórios, até ser comunicada de que seria transferida para Operação Bandeirantes (OBAN) onde ficou presa por quase 15 dias, até ser levada para uma auditoria militar, novamente no DOPS. Compara que entre os dois lugares, o segundo era mais perspicaz em relação às técnicas e métodos de tortura física e psicológica. Ressalta, porém, que no DOPS a atmosfera era de morte, um ambiente que provocava sentimentos confusos, num clima de medo e pavor “*Eu não fui espancada no DOPS, eles não levantaram a mão. Agora, a... a... todas as barbaridades que eles fizeram comigo, dadas as condições que eu estava [isto é, grávida de seis meses] foi na Operação Bandeirantes... obviamente que de barbaridades eles fizeram muito piores do que eles fizeram comigo. Ali no DOPS tinham uma espécie de... de... de... situação... é... não sei como te explicar, sabe... funesta, como se eu tivesse na ante-sala da morte, não sei, sabe!? Tinha uma atmosfera, estranha. De incógnita, que você não sabia o que eles iam fazer com você. O que era uma sensação muito, muito pesada.*” Na OBAN “*a primeira noite que eu cheguei lá, eu não me dei conta. Eu fui interrogada a noite inteira, foi uma coisa terrível!(...) Eu não dormi.*” Suely passou por longos interrogatórios, pois para eles era um alvo importante que detinha muitas informações.

No mesmo período em que foi presa, o quadro das organizações de esquerda tiveram uma baixa devido a prisão de muitos militantes. Com o acirramento da repressão com o AI-5, nos fins de 1969, a situação havia se agravado em termos de prisões e refinamento de torturas. Também em 1970, a mãe e o irmão de Suely foram presos, o pai continuava exilado. Ela já havia perdido o contato com eles muito antes de ser presa, mas ainda assim, foi interrogada a fim de prestar informações sobre os familiares. A irmã dela que não militava, soube de sua prisão por meios de amigos do Teatro Ruth Escobar, a qual Suely havia por um tempo frequentado. Lá orientaram a irmã a se proteger e sair da região porque poderia sofrer perseguições por causa da situação de seus entes.

Na prisão, Suely, mesmo grávida, passou por inúmeras e brutais sessões de torturas físicas e psicológicas, não se ponderando a condição de gravidez avançada a qual se encontrava. Na chegada, foi recebida por um capitão militar chamado “*Albernadz*”, a quem ela soube tempos depois, que havia sido também o torturador da mãe dela, quando esta tinha sido presa “*é um monstro repugnante de indivíduo ... é... muito bem conhecido entre todos nós, ele foi o que espancou minha mãe também na*

*cadeia.*” Ele a recebeu na prisão citando seu codinome e com “(...)uma bofetada na cara(...) Pau! Me deu uma bofetada que me lançou quase do outro lado.” Para ela seu martírio começou a partir daí “*Aí pra frente foi um inferno!*” Entre espancamentos e interrogatórios com mais de dez horas de duração, no qual, grávida de seis meses permanecia em pé, sob alto grau de estresse e tensão.

Em um desses primeiros interrogatórios, recebeu uma notícia que a abalou completamente. De forma sarcástica durante o interrogatório, soube por meio de militares, que o irmão, a quem tanto amava, tinha sido morto. Para Suely, mesmo com tantas torturas, medo e tensões, saber da morte do irmão foi o que mais lhe doeu e feriu durante o tempo em que ficou encarcerada, “*Teve uma... uma... uma coisa que me... me colocou acima de tudo... foi saber da morte do meu irmão. Aquilo, de um ponto de vista psicológico, me... me... me criou uma... uma... uma couraça mesmo, aonde eu estava disposta, naquele momento, a morrer. Que eu acho [que naquela situação] muita gente está disposta a morrer, o problema é como morrer. E o tempo que você leva pra morrer é o tempo que você leva com sofrimento... (pausa)*” Além disso, outras questões pesavam sobre os ombros dela, uma jovem de 21 anos: “*Minha mãe tava presa! Meu pai tava no exílio, minha irmã tava fugida por aí,*” tinha recebido a notícia da morte do irmão, o companheiro estava sendo ameaçado de morte, e ela grávida de uma filha, fruto deste relacionamento. Essa miscelânea de situações-limite num ambiente aterrorizador foi determinante para a ideia dela de tirar a própria vida e “*acabar com aquele inferno*”, ansiando a morte “*eu desejei morrer! (fala entre choro).*”

Depois de três dias que já estava na OBAN, sem poder ao menos usar o banheiro, decidem permitir que o utilizasse. Esta foi a saída para tentar um suicídio. Ao chegar no banheiro, sentiu-se mal e vomitou sangue, ainda assim, “*tentei pegar a lâmpada de cima, que estourou na minha mão, e não consegui, e não conseguia rasgar meus pulsos! Eu esfregava a lâmpada e não me cortava! Foi impressionante, eu nunca, nunca, pensei que fosse tão difícil cortar os pulsos...*” Tendo ouvido o barulho do estouro da lâmpada, os militares “*(...) deram um chute na porta, jogaram a porta contra de mim e eu não consegui! E me pegaram assim, [falando] ‘sua louca!...*” Diante da situação foi levada para um hospital em que o médico lhe recebeu de forma hostil, usando a condição de maternidade para repreendê-la “*O médico, me tirou a pressão, não sei o quê... e disse pra mim (pausa breve): ‘porque que a senhora foi se enfiar nessa?... Grávida de uma criança foi se enfiar nessa?!’ Como se fosse dizendo pra mim: ‘A senhora é uma irresponsável, a senhora foi fazer militância, pra depois se enfiar numa dessas.’*”

Fora da prisão, o companheiro afetivo de Suely tentava de todas as formas libertá-la, ameaçando inclusive os líderes militares da OBAN de lançar bombas no local, de matá-los e colocar a família deles em risco. Como sabiam que ele era um dos líderes da organização de esquerda, era de certa forma, temido pelos militares que mesmo ameaçados, insistiam em obrigar Suely em ligar ou ir até o ponto que achavam que tinha com ele, a fim de capturá-lo. Diante dessas investidas ela tentava negociar dizendo que ele facilmente perceberia pela voz dela que ela não estava bem, mas ao mesmo tempo sentia muito medo de que a matassem, porque queriam por meio dela, prendê-lo ou até matá-lo.

Mesmo tentando proteger o marido, pai de sua filha, também se sentia diante do perigo “já tinha levado uma bofetada. Eu sabia o que me esperava dali pra frente (...) uma bofetada do Albernadz jogava no chão. Então eu sabia o que ia me vir”. Ainda assim, se negou a ligar e disse que caso fizesse, diria ao companheiro que estava presa. Esta atitude aumentou a hostilidade e as torturas se intensificaram de forma violenta e sutil. Foi obrigada a descer e subir escadas em meio a espancamentos. Além de práticas como choques, ameaças de morte, além variadas formas de torturas psicológicas. “Eles me puseram... me sentaram na cadeira do dragão, me puseram os fios nos dedos, mas não ligaram. Eles não ligaram o choque.” Como não conseguiam tirar dela o que queriam, além de terem a intenção de desestruturá-la, levaram-na a um precipício durante uma madrugada “ (...)me punham lá de joelho e me empurravam pra ponta, dizendo pra mim que eles iam me jogar lá se eu não dissesse onde eu tinha um ponto com o Sandro”. Como não existia mesmo nenhum ponto, já que todos tinham sido descobertos, ela não tinha mais nada a revelar.

Entre o sexto e sétimo mês de gestação, sentia muitas dores nas pernas, como era continuamente interrogada, durante esses momentos era obrigada a ficar de pé por muitas horas, sem se alimentar, sem ir ao banheiro, sendo torturada psicologicamente, utilizando inclusive a condição materna “(...) faziam dez horas de interrogatório numa mulher grávida, não importa em que condições, (...) submetida naquela concentração. Nervosa, lá naquela condição por dez horas. Isso por si mesmo já é um crime! Eles me deixavam em pé pelo castigo de ter um filho do Bacuri<sup>10</sup> na minha barriga. (...) Eles falavam pra mim, ‘nós vamos acabar com todos bacurizinho... com todos bacuri.’.(Pausa) E não podia sentar naquela hora e nem podia cair. Exercício de segurar a barriga, ‘segura a barriga se não o bacurizinho cai’! Isso que eles me diziam pra mim. (Pausa) E as veias me lastravam nas pernas... (Pausa) com as pancadas que eu recebia entre perna e costa e tudo mais! Não dá gente! Cinco, seis homens tratam uma mulher na prisão dessa maneira, grávida!”.

Além disso, durante este período teve uma infecção dentária, passando dias sentido dores absurdas, até ter dois dos dentes arrancados sem anestesia, apesar de apenas um estar infeccionado. Outras torturas mais refinadas e até desconhecidas foram usadas contra ela. Durante uma madrugada foi levada para um zoológico onde a colocavam e tiravam de uma jaula em que estava um tigre, ameaçando de lançá-la para ser comida pela fera; “Naquele momento eu não tinha medo! Te posso assegurar que eu não tinha medo não. Eu tava pronta pra ser comida por uma fera. Por que eu tava esperando meu fim! Eu queria morrer! Eu queria que terminasse... Aquilo era um inferno!... Você não espera outra coisa quando você tá naquela situação.” Ainda na prisão, Suely permaneceu muitos dias sem poder tomar banho, sem fazer as necessidades fisiológicas, e quando era permitido ir ao banheiro, deveria usá-lo com porta aberta, onde ficava um militar armado, a vigiando.

Para Suely ter passado pela situação de prisão, em meio a torturas físicas e psicológicas foi algo muito difícil e peculiar, porque não se sabia como agir, por mais que fosse uma realidade pela

---

<sup>10</sup> Bacuri era o principal codinome do companheiro afetivo de Suely, a quem ela se refere durante a entrevista pelo nome e não pelo codinome. Por isso, optamos por usar o nome fictício “Sandro.”

qual os militantes poderiam passar, e precisavam inclusive se preparar para estas situações, as reações eram imprevisíveis. Reflete que passar por essa experiência colocou em xeque algumas prescrições ensinadas dentro das organizações, pois cada um vivencia de maneira peculiar os momentos na prisão e tortura, que desestabilizam, confundem e provocam sensações ambíguas e variadas, visto que o limite de suportar as torturas físicas e psicológicas, e a tensão imposta por todo o contexto, depende de cada pessoa, de cada situação. Considera hoje que resistir as torturas era ingenuidade, mas também questão de convicção, e que não se sabia, embora se discutisse nas organizações quem conseguiria ou não resistir “(...)  *você não tem um manual de comportamento, de jeito nenhum! E ninguém poderá dizer a você, como é que você deverá se comportar (choro), você só sabe que o que você fala, pode depender a vida de outras pessoas. (Choro)... a única coisa que você sabe... (...) (Choro)... o resto você não sabe nada! Você não sabe até onde eles vão te torcer, você não sabe até onde você vai resistir, você não sabe até onde você vai (suspiro) pedir pra morrer, (choram...)... (fala entre choro) porque chega um momento que você pede pra morrer! Você pede: “Meu Deus, porque que eu não morro, porque que eu resisto?!” (fala entre choro) Você deseja morrer!... tem um momento que você deseja, porque as tuas força estão chegando no limite... então você tem medo do depois.. (pausa) (...).*

Como descrito, a militante relata que o sentimento de que a qualquer momento poderia morrer, era constante, inclusive no caso dela e do companheiro, considerando que eram cartas marcadas em uma lista de militantes a serem exterminados pela repressão “(...)  *E eu tenho certeza absoluta que eu era uma dessas pessoas, junto com o Sandro. Não só pela minha história pessoal, de família, que eles odiavam minha família, mas também, por ser a companheira dele. Eles não tinham nenhum escrúpulo de, de, de, matar, os dois juntos.*”

Depois de ter passado quase 15 dias na OBAN, Suely foi levada para o DOPS, onde viveu mais uma situação chocante. A prisão dela havia se dado em julho de 1970, e a dele ocorrera em agosto, após intensas buscas dos militares contra ele, um dos alvos da esquerda mais odiados pela repressão. Depois de sentir que sua situação estava instável em São Paulo, após a prisão de Suely, ele juntamente com a organização do partido decidiu que era melhor seguir para o Rio de Janeiro, onde tentaria também pensar algumas ações para libertar a companheira afetiva. Porém, pouco tempo depois de chegar à capital carioca foi preso por um dos mais temidos órgãos repressivos, o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Depois de ser impetuosamente torturado em muitas casas de tortura, e passar pelas mãos de truculentos torturadores militares, foi levado pelo delegado da polícia civil, Sérgio Fleury, para São Paulo, onde ficou na delegacia em que este policial chefiava. Suely não tinha nenhuma notícia do companheiro, até ser informada de que seria levada para um interrogatório.

Passado três dias, no DOPS a levaram de carro, de olhos vendados para um local, onde lembra ter subido e descido escadas, além de fazerem movimentos de rotação com o corpo dela, até que de repente “(...)  *eles me tiraram a venda. De frente pra mim tinha um homem gigantesco... era o Fleury. E disse pra mim, se eu sabia quem era ele. (...) Eu não [o conhecia pessoalmente], não tinha tido a desgraça de encontrar ele antes. Aí ele disse pra mim: ‘Eu sou o famoso Fleury!’*” O local para

o qual foi levada era uma delegacia da Polícia Civil de São Paulo. Ali estava preso Sandro, seu companheiro, que mesmo preso e sendo brutalmente torturado, enfrentava os militares, tendo exigido o direito de ver a companheira e saber notícias sobre o bebê, dizendo que dessa forma, forneceria as informações que lhe eram pedidas. Contudo, como forma de tortura a ambos, embora tivesse permitido tal encontro, o delegado colocou algumas condições: “*‘O teu marido tá lá...’ e apontou uma porta. ‘Ele quer ver você, ele [disse que] não fala mais se ele não ver você. Ele quer saber se você ainda tem a barriga aí, que não aconteceu nada com você.’ Aí ele... disse: ‘Você vai entrar, você vai ter um minuto para falar com ele, pra ele ver que não aconteceu nada com você.’*”

O delegado Fleury permitiu a entrada dela, e ficou do lado de fora da porta junto com outros militares, reforçando que teriam apenas um minuto para se falar. A porta permaneceu aberta. Para Suely, essa cena é emblemática, como um filme em sua mente. Sandro, seu companheiro afetivo, estava sentando atrás de uma mesa, e ela sentou-se na cadeira que estava do outro lado da espécie de “*escrivania*”, momento que jamais se esquecerá dada a intensidade de sentimentos e emoções, tão fortes e ambíguos: “*(...) a gente se olhou, as lágrimas dele caíam, as minhas caíam. E... a gente ficou aquele momento assim. (...) Ele perguntou se eu tinha... se eu estava bem, eu falei que sim. Quê que eu ia dizer para ele? Que estava mal?! (suspiro) E... ele tava com.. com hematoma em todos os braços, nos dois braços, estava algemado [com os braços] em cima dessa mesa, tava com o rosto muito sofrido mesmo. (...) E ele pediu, ‘eu posso tocar’... ‘deixa eu tocar a barriga’, aí eu levantei para me aproximar dele. Depois de um tempo, o Fleury disse assim: ‘Não!’ E, foi lá, e mandou... mandou me pegar e... falou assim ‘já passou um minuto!’ e me tirou.*” Suely diz que Sandro estava com marcas visíveis de que havia sido torturado, os olhos que eram azuis, muito expressivos, estavam abatidos e rajados de sangue. Quando retiraram a militante da sala ele reagiu “*(...) bateu a mão com força em cima da mesa, e se jogou com a cabeça em cima da mão. (Pausa longa).*” Esta foi a única vez depois de presa que esteve com ele “*E... eu não vi mais ele. Foi a última vez que eu vi ele vivo.*”

Antes de ser preso, Sandro havia conseguido, após inúmeras ameaças de atentado contra os militares, que libertassem Suely em uma rendição pública, o que ela desconhecia. Por isso as torturas perpetradas contra ela foram variadas e até certo ponto específicas, porque não tinham a intenção de deixar cicatrizes visíveis, já que haviam firmado o acordo com ele de que ela seria apresentada publicamente no momento de sua soltura. Suely ficou presa entre o DOPS e a OBAN aproximadamente 18 dias. Em certa medida, a condição de grávida a protegeu, pelo menos quanto ao fato de não ser atingida, por exemplo, na barriga, mais ainda assim, a gravidez, não a poupou das nefastas violências físicas e psicológicas.

Para ela, a postura de Sandro em exigir sua soltura de forma pública, foi um ato salvador, pois além do companheiro ter colocado a própria vida em risco, enfrentando os militares mesmo sendo alvo deles; também garantiu a sobrevivência dela e da filha, pois conseguiu após dias de prisão e intensas torturas, sair viva daquele local “*(...) com isso ele salvou minha vida! Naquele momento ele salvou minha vida!*” Os militares, porém, não fizeram sem um requinte de sarcasmo e afronta, a rendição foi

uma estratégia, para apresentá-la socialmente como uma comunista, alguém que não poderia ficar solta, pois ameaçava a sociedade. Usaram ainda sua condição familiar: *“chamaram a imprensa e tudo mais... como eu tinha participado do sequestro do cônsul japonês, ele tinha ficado na nossa casa, e... e eles chamaram a imprensa e me renderam público... dizendo que tinha ali uma terrorista perigosa, mulher desse terrorista terrível, que... como eles eram muito bons, ela ia ser transferida, prum, prum hospital, porque a família era de comunista, de terríveis comunistas, eu não tinha ninguém eu, era uma indigente, (...), o juiz tinha dado, decretado a minha liberdade, mas eu não podia ficar livre porque... eu... ... não tinha pra onde ir...”* Assim, após a “soltura” foi encaminhada em meados de agosto de 1970 para uma hospital militar, onde ficaria até o momento do parto.

Passar parte da gravidez em uma prisão, certamente foi algo muito penoso para Suely, que estava afastada de seu companheiro afetivo, sem os familiares, passando por situações de violência extrema, sem nenhum tipo de acompanhamento de sua gravidez. Ela não foi submetida a exames de pré-natal e após o encaminhamento de Suely para o hospital militar, não houve melhoras em seu tratamento, além de não ter o mínimo de condições de higiene *“Uma vez a cada quinze dias que eu escovava dentes... eles não deixavam eu fazer nada.”* Cada vez mais era vigiada pelos militares, novamente passou por vexames sexuais, mesmo estando grávida, isso não os impressionava.

Embora tenha continuado a passar por momentos de infortúnios, Suely relembra que durante a permanência neste hospital seu contato e relação com a gravidez mudou, pois até então não havia tido a sensação de estar grávida. Considera que com a diminuição da tensão que tinha passado na OBAN e DOPS, pôde experimentar, ali, sozinha, o sentimento de ser mãe e provar as sensações da gravidez, porque o sofrimento sob o qual estava colocada continuamente dentro do presídio, num amálgama de dor, medo, pressão, não permitiram que ela vivenciasse esse momento, era confuso fazer uma divisão entre o corpo dela e vida que gerava dentro de si, *“(...) depois, quando eu fui para aquele hospital, [que] eu não era mais interrogada, não tinha mais essa coisa... então a minha... a minha cabeça se concentrou naquela barriga, nas sensações que eu tinha dentro. Eu comecei pelas primeiras vezes a provar a sensação que eu não tinha provado antes, que era ligado ao movimento da criança e tudo. Antes era mecânico. Tudo pra mim era mecânico... Eu não provava sensação, não tinha o tempo, não tinha o tempo psicológico, o tempo material, para provar aquele sentimento... sensações ligadas à maternidade.”*

Enquanto Suely esteve no hospital (do fim de agosto a meados de outubro de 1970), recebeu a visita da mãe, de quem não tinha notícias há tempos. A partir de uma autorização militar a mãe de Suely conseguiu sair do presídio Tiradentes em São Paulo, onde estava detida, para visitar a filha. Este foi um momento de grande emoção! Embora estivessem sendo vigiadas puderam se reencontrar e conversar algumas coisas, sem muitos detalhes. A criança, porém ainda não havia nascido. A mãe de Suely levou um pequeno enxoval preparado pelas presas políticas que estavam no mesmo presídio que ela, um ato de solidariedade que representava uma relação de celebração da vida em um ambiente de morte.

Embora tenha sido possível experimentar sensações e criar um vínculo com o bebê, Suely passou por momentos de grandes conflitos e insegurança, porque já não sabia se a filha estaria mais segura em seu ventre, ou nascendo. Diante dessa situação de intenso medo e pavor, fez uma greve de fome de 10 dias, antes de conceber *“Eu tinha medo que eles me dessem alguma coisa para abortar, para antecipar o parto, entendeu? Pra me tirar à criança...”* Durante o pré-parto, passou 24 horas tendo contrações, mas não conseguia ter dilatação, tendo em vista o ambiente estressor e a tensão a qual estava submetida, tendo sido o parto uma cesariana.

A reflexão que tem sobre esse momento é que não ter tido um parto normal foi uma proteção da natureza, isto é, do *“instinto animal”*, uma a salvação para ela e a filha, pois diante do arsenal que a vigiava, sentia que ela e a criança corriam risco *“se eu tivesse tido no parto normal, eu imediatamente poderia ter sido separada dela. O meu medo, o medo que eu vivi dentro daquele hospital, foi o medo de me separar dela (...) esse é o maior drama duma mãe! É você tá parindo um filho e ter medo que desapareçam com teu filho.”* Esse medo mexeu com os sentimentos relacionados à sobrevivência da criança, a qual sentia necessidade de proteger e manter junto a si. Suely teve uma menina, e após o nascimento, a criança permaneceu junto a ela, que a amamentou por pouco tempo, pois não produziu leite materno.

Como não tinha experiência em relação à maternagem, a ajuda de uma enfermeira que a acompanhou antes e após o parto foi essencial naquele momento. Com sua aproximação e trato diferenciado, possibilitou que a militante tivesse um sentimento de identificação com alguém que era semelhante, algo que não havia experimentado durante o período de prisão, já que as condições de violência as quais era submetida, a desumanizava *“(...) certamente não era uma policial, e se fosse, ela tinha uma sensibilidade maior. Então, ela era... uma mulher. Então ela... me dizimou em minha condição [de medo] e... foi... compartilhando comigo... me deu uma certa... sensação de ser um pouco protegida por um ser humano similar a mim, entendeu?! Quer dizer... Que fosse próximo de mim, que os outros eram distantes.”* A identificação entre elas foi importante para que uma rede de solidariedade fosse criada naquele contexto. Assim, além de propiciar esse sentimento, a enfermeira foi o canal para que Suely se comunicasse novamente com Sandro, seu companheiro afetivo, com quem tinha tido até o momento, apenas aquele trágico encontro. Como a enfermeira se dispôs a ajudá-la no que fosse preciso, Suely pediu a enfermeira que encontrasse um meio de chegar até a delegacia onde o marido estava preso, duas latas de leite condensado porque ele gostava muito (e a enfermeira mesmo providenciou), e em um sapatinho de lã, da filha, com um bilhete dentro, dizendo que o bebê havia nascido, era uma menina e estava bem. A enfermeira conseguiu fazer o que a militante havia lhe pedido. Suely acredita, que isso possibilitou um momento de partilha entre os dois, *“(...) ele teve esse bilhetinho na mão [porque que depois de soltos alguns companheiros de cela de Sandro a contava que], ele gritava para os companheiros: ‘ela nasceu, é uma menina, nasceu! Ela vai chamar agora*

*Sandra.*<sup>11</sup> A filha recebeu o nome escolhido pelo pai, porém, nunca o conheceu. Ela nasceu no dia 11 de outubro de 1970.

A saída de Suely do hospital se deu pouco tempo depois do parto, mediante o acompanhamento dos pais de Sandro, a quem ela pouco conhecia, mas naquele momento eram as únicas pessoas que poderiam a acolher. O relacionamento de Suely com o pai de Sandro, era permeado de conflitos uma vez que, assim que a menina nasceu ele foi ao hospital e sugeriu que Suely a entregasse para que ele e a esposa criassem a neta. A ameaça de retirada da filha e da condição materna de poder criá-la, foi impactante, trazendo novamente o sentimento de medo vivenciado no nascimento da criança. Ainda assim, ao sair do hospital foi levada juntamente com a filha para a casa deles, onde pouco tempo depois ficou sabendo da morte do companheiro.

Suely, o pai e a irmã de Sandro foram chamados pela polícia para o reconhecimento do corpo do militante que estava dilacerado, após sofrer e resistir 109 dias de intensas torturas, até sua morte em dezembro de 1970, quando a filha tinha apenas 2 meses de vida. Embora 20 anos depois os detalhes e a verdadeira causa da morte de Sandro tenha sido descoberta com a abertura dos arquivos do DOPS de Pernambuco<sup>12</sup>, na época a causa da morte foi documentada pelos militares como sendo uma troca de tiros com a polícia, ao ser abordado, já que noticiaram na imprensa que ele havia fugido da prisão. O corpo de Sandro foi entregue a família que o sepultou. A morte do marido na condição violenta e nefasta como ocorreu, teve um peso irreparável, que provocou profundas marcas em sua identidade e na vida da filha, que não pode ao menos conhecê-lo. Ela, jovem e viúva e com uma filha, teria que enfrentar situações muito adversas. Considera que naquele momento as pessoas que perderam os maridos ou um parente por meio da tortura ou da violência do regime militar eram “(...) *uma incógnita! (risos nervosos) Nem morto, nem vivo! Então uma viúva de uma pessoa assim, ela não tinha nem a possibilidade de reconstruir a vida dela, porque ela não era nem viúva! Você imagina uma mulher daquela época, com vinte ou trinta anos, que ficou... que assassinaram o marido... essa mulher não podia voltar, se casar outra vez, a ter outra família tranquilamente*”.

O período pós-morte do companheiro foi sobremaneira difícil. Viver na casa dos pais dele passando por constrangimentos foi um impasse e incomodo para a militante, que teve inúmeros conflitos com o pai do companheiro. Além disso, temia que pudesse ser perseguida e presa novamente, pois o clima de insegurança eram intensos. Assim em 1971, seguiu para Fortaleza a procura dos familiares de seu pai. Lá permaneceu por pouco tempo, tendo nessa ocasião reencontrado a irmã, que vivia em clima de constante medo. O processo judicial de Suely ainda não havia saído, e no Nordeste sentia ainda temor de que a repressão a encontrasse junto com a filha, por isso, seguiu para Brasília,

---

<sup>11</sup> Em anexo (Anexo 1) encontra-se a reprodução digitada de uma carta que Sandro escreveu dentro da prisão, dias antes da filha nascer e que chegou as mãos de Suely, por meio de um ato solidário de um carcereiro, que entregou a carta a Suely que pôde perceber a preocupação do companheiro com ela e com a filha, na esperança de vê-las em breve. A carta foi retirada do livro de Gonçalves, V. (2011). *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial (p. 165).

<sup>12</sup> Gonçalves, V. (2011). *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial (p. 173)

onde um parente influente na política conseguiu levá-la para a Embaixada Chilena, onde ela e a filha entraram na condição de exiladas políticas dentro do próprio país. Ali ficaram abrigadas por 11 meses, vivendo com a mãe numa espécie de biblioteca. De lá elas não podiam sair, apenas depois de três meses, quando o embaixador chileno conseguiu uma autorização para *“tirar [minha filha] lá de dentro pra poder tomar sol.”*

Como o salvo de conduta de Suely não saía, decidiu não esperar mais tempo para se exilar em outro país, pois cada vez mais sentia que a qualquer momento poderia ser presa novamente, e não resistiria se separar da filha. Em 1972 ela consegue se exilar no Chile. Reencontrou naquele país sua mãe, que havia sido banida do Brasil em 1971. Lá pôde conhecer a neta e ajudou de certa forma em seu cuidado. Um ano depois, aconteceu em 1973 o Golpe Militar no Chile. A casa em que a mãe de Suely morava foi invadida por militares que tinham uma carta enviada pelo Brasil, à procura de Suely. Nessa perseguição a mãe de Suely acabou sendo presa; a militante não estava mais ali. Diante de tal situação, Suely procurou novamente abrigo em uma embaixada. Esta foi outra situação-limite, já que não suportava mais viver naquele clima de tensão, sentimento de perseguição e ameaça de morte. Assim seguiu com a filha para a Itália *“chegou lá na Itália eu falei assim, ‘olha se tiver outro golpe eu me entrego, num aguento mais!’”* Neste país ela e a filha viveram por 39 anos, de 1973 até a atualidade, tendo ela retornado definitivamente para o Brasil em 2012.

Na Itália lutou para se profissionalizar e educar a filha, na tentativa de reconstruir sua vida, mesmo que solitária, em um país distante, sem nenhum familiar ou amigo. Para ela as reconstruções nos diversos âmbitos da vida foram acontecendo paulatinamente, mas permeada por suas angústias e conflitos, pois embora estivesse em outro país, a história de sua vida, jamais seria apagada *“(...) Olha, o ser humano tem uma capacidade de qualquer maneira, de reconstruir a própria existência entendeu?! O problema é que é como você reconstrói, você reconstrói uma parte e outra parte fica lesionada. Você fica dupla, uma pessoa dupla... de fato era o que eu vivia.”* Isso, porém não impediu que aos poucos ela se restabelecesse e pudesse, mesmo que sem compartilhar com outras pessoas, viver uma vida diferente. Neste país pôde estudar e fazer um curso superior em pedagogia, além de construir uma vida profissional e aos poucos sua vida afetiva.

Para ela uma grande dificuldade foi construir com a filha a imagem do pai, de quem a menina nada sabia, pois Suely não conseguia falar sobre sua trajetória de militância e sobre o companheiro. Era dolorido por demais remexer nestas memórias marcadas pela dor. Suely conta que a filha foi quem devolveu a ela, a imagem de Sandro vivo, pois em aparência e atitudes se parecia muito com ele. Embora a filha questionasse sobre quem era seu pai, durante sua adolescência, foi impossível ocultar a história que estava encoberta, certamente para a proteção psíquica de ambas. *“Tive grande dificuldade com a Sandra... a gente se chocou diretamente com a história foi um choque na adolescência dela...”* Neste período da vida de Sandra, ela e a mãe tinham muitas brigas, porque queria saber quem era o pai. Essa descoberta, porém, aconteceu *“(...) de uma forma um pouco violenta, dura. (...) De repente lá contei a situação dela, tirei pra fora o documento da morte do pai*

*dela, tinha um jornal de 1980, eu tirei pra fora pra mostrar pra ela. Foi um negócio bem traumático! Ela diz que não lembra... Ela removeu esse pedaço... ela não lembra.”* Depois, novamente, ela teve contato de forma traumática com um documento que detalhava como havia sido a morte do pai. Para Suely, tudo isso gerava um sofrimento muito grande nela mesma e também na filha, talvez por isso, quisesse protegê-la de tudo isso, pois, considera que desde o ventre a filha já havia passado por experiências muito hostis “(...) *Eu tenho certeza absoluta que a minha filha... sofreu antes e depois dela ter nascido*” e esse depois, prolongou-se, trazendo marcas na vida de uma e outra. Reconstruir essa história foi algo difícil para ambas, pois trazem a tona experiências de dor e saudade, de um passado que não ficou no Brasil, mas faz parte da existência, gerando consequências nas diversas esferas da vida. Sandra, por exemplo, só pode ser registrada oficialmente em um cartório, aos 40 anos de idade, pois ao nascer os militares negaram que ela e Sandro registrassem a filha, já que estavam presos.

Em 2009, por meio da Comissão da Anistia Brasileira através da Lei 10.559/2002, Suely anexou junto ao seu pedido de anistia a solicitação do reconhecimento da paternidade de Sandro no registro de sua filha, tendo sido agregado oficialmente ao nome da filha, o sobrenome do pai. Este não foi apenas um ato de reparação. Para Suely, este foi um feito muito importante, pois garantiu para outros filhos de militantes que perderam seus pais durante a ditadura militar no Brasil, o direito de terem a paternidade/maternidade reconhecida mesmo que o pai ou a mãe estivessem mortos, já que nesta ocasião foi pioneira no pedido deste tipo reconhecimento, o que representa de certa maneira, uma luta continuada contra as forças da ditadura militar. Embora o marido tenha reconhecido publicamente que a filha nascera, quando gritou na prisão ao receber o sapatinho da filha, não foi feito o certificado do nascimento da criança, que por isso, foi impedida em muitas questões em seus direitos. Documentar em um registro a paternidade, as origens paternas, contribuiu diretamente para a construção da identidade da filha e para a revisão da história dessa família. No ano de 2010 a filha Suely também foi anistiada, dizendo em discurso que considera ter nascido de novo. A luta de Suely pelo registro de nascimento da filha relaciona-se também a luta de sua mãe pelo seu registro de nascimento ainda em 1949, marcando um fator geracional de três mulheres que passaram por inúmeras consequências balizadas pela existência de uma ditadura militar. Após 39 anos vivendo na Itália, a busca por seus documentos oficiais, que representa a busca da própria história e de sua identidade, fez com que desejasse voltar para o Brasil em 2012 “*Quando você começa a remexer você começa a retrabalhar as coisas, a querer recuperar a tua identidade.*”

## 5 DISCUSSÃO

### 5.1 Nos meandros da memória: vozes femininas ecoam dos porões do silêncio.

Conforme pesquisas antropológicas e sociológicas consultadas por Perrot (2005), o registro oral é uma das principais formas de registro pelas quais as mulheres puderam guardar suas memórias. O conjunto de entrevistas nos revela não apenas memórias pessoais, mas comuns e geracionais, que podem contribuir para a construção de uma memória histórica sobre o período.

Para Sá (2007) as memórias pessoais são aquelas relacionadas às experiências de vida da pessoa em determinado contexto e apesar de serem particulares, não são individuais, por serem por meio da linguagem, construídas socialmente. Percebe-se através dos relatos a presença de memórias pessoais e de memórias comuns, relacionadas a experiências vivenciadas no mesmo período pelas diferentes entrevistadas, e que guardam entre si, semelhanças. Essas memórias - tanto as pessoais quanto as comuns - podem ser uma contribuição ao campo de estudo da memória social sobre o período da ditadura militar, na medida em que revelam não apenas experiências das militantes, mas a relação dessas experiências nesse contexto específico, podendo ser assim uma memória da história (Sá, 2007).

Partindo de uma perspectiva da psicologia social, nosso foco não se concentra nos fatos, nem na veracidade deles, mas na experiência vivida e relatada por essas mulheres, compreendendo que os relatos dos acontecimentos são versões elaboradas a partir de lembranças, pensamentos e afetos que são mobilizadas a partir da necessidade em reconstruir o passado “em função das necessidades e interesses do presente” (Sá, 2007, p. 291). Nesse sentido, as narrativas das militantes bem como suas análises do período são referências construídas ao longo de muitos anos. Ao compartilharem conosco relatos de suas trajetórias, por meio de elementos da memória, as militantes revisitam e interpretam o passado por meio do presente. Por isso, ao analisar os relatos é preciso pensar em versões, que se modificam conforme a situação, embora alguns elementos da memória estejam solidificados e, por isso, são constantemente repetidos (Gondar, 2000).

Esta solidificação de alguns elementos ou lembranças pode se dar, por exemplo, porque os fatos foram muito marcantes na experiência dessas mulheres e por isso, nos discursos percebe-se a repetição de certos trechos como se remontassem uma cena. Este é o caso de Suely e Mariana que não apenas nesta entrevista concedida, mas em outros depoimentos repetem experiências relacionadas à maternidade e a vida na prisão. Suely rememora emocionadamente seu encontro com o marido, quando estavam presos e o delegado que torturava a ambos deu-lhes um minuto para se falarem. O esposo ao tentar tocar a barriga da companheira, grávida de 7 meses, foi impedido. Mariana também traz em seu depoimento a dolorosa lembrança das descrições de torturas que os militares diziam fazer com sua filha, ainda bebê. Ela remonta inclusive a fala dos agentes da repressão, assim como Suely.

Em relação a estas experiências solidificadas, percebe-se que têm relação direta com fatos presentes e com a identidade dessas mulheres e suas filhas. Suely relata, por exemplo, que este seria o último contato que o marido teria com a filha ainda na barriga. Como ele foi morto pelo regime militar, nunca a conheceu. Mariana rememora que anos depois, ao ver a filha, em um manifesto político do movimento estudantil, lembrou esta sessão de tortura quando disse ao torturador que a filha não morreria, mas continuaria sua luta contra a ditadura. Essas são memórias vivas, não estanques que têm força ainda hoje, porque sinalizam a luta permanente contra os efeitos da ditadura.

Essas cenas emblemáticas são carregadas de afeto, emoções e se tornaram sólidas na memória delas, enquanto outros fatos também tão marcantes foram esquecidos, para a própria proteção psíquica dessas mulheres. Elas dizem hoje sobre o que se foi, (ou ainda é), o que não ocorre sem dor, sofrimento, nostalgia; são memórias de uma situação-limite (Catela, 2001; Gondar, 2000), que permanecem subterrâneas por trazerem muita dor e talvez ainda não terem sido elaboradas.

Assim como há elementos sólidos que compõem as memórias, há elementos flutuantes (Gondar, 2000; Nora, 1993), que podem ser agregados às memórias, tanto pelo que se ouviu ou leu, ou pelo contato com pessoas que também viveram no mesmo contexto e com experiências semelhantes, e por isso, na constituição da memória pessoal, esses episódios são identificados como se tivessem de fato sido vividos, são os acontecimentos “vividos por tabela” (Pollak, 1992, p. 201).

Conforme Sá (2007) as memórias são compostas pelo que se sabe sobre elas e pelas lembranças. As lembranças são carregadas de sentimentos e afetos e na construção da memória, são elementos presentes que afetam o conteúdo das memórias, pois ao se lembrarem, as mulheres entrevistadas não apenas remontam suas memórias, mas as constroem

e as atualizam, de acordo com aquilo que as mobilizam para dizer acerca da experiência vivida. “... a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (Nora, 1993, p.9). O convite para abrir as “caixinhas de si”, talvez já empoeiradas e escondidas, só é possível pelo distanciamento produzido pelo tempo (Ferreira, 1996), que possibilita reflexões, supressões e novas elaborações. Mexer nessas caixinhas é mexer em si próprio, pois a reconstrução da memória é também a reconstrução da identidade.

Mulheres que viveram longos anos exiladas em outros países, como Suely e Silvia, revelam por meio de suas experiências a relação entre memória e identidade quando falam sobre o desejo de voltar ao Brasil, “(...)eu acho que o que me fez de certa maneira [querer voltar para o Brasil]... foi ...remexer... voltar a remexer em toda a história. Quando você começa a remexer, aí você começa a retrabalhar as coisas, você começa a querer recuperar a tua identidade... era o que me faltava. É claro que me faltava... a identidade brasileira!” De fato, para Suely, o retorno ao país depois de quase 40 anos vivendo na Europa significava a busca não apenas por peças para compor suas memórias, mas o fortalecimento de uma identidade nacional, o sentimento de pertencer a este país, mesmo que estivesse (e esteja) reavendo ao poucos, sua relação com a história vivida devido a conjuntura histórica do país. Silvia, que também viveu mais de 30 anos fora do país, sentiu a necessidade de retomar sua história no Brasil, mesmo tendo por muito tempo se sentido “*apátrida*”, contudo a volta exigiria mudanças em si mesma, o que a fez refletir muito antes de retornar “(...)Foi tudo muito difícil pra, pra eu incorporar essa idéia de que eu teria que voltar pro Brasil, porque eu precisava reconstruir minha vida. Primeiro, eu tinha a convicção correta [que eu precisava voltar] pro Brasil [para] fuçar os meus documentos, os meus arquivos, pra reconstruir minha história... Até que...eu comecei a repensar minha história, a minha relação com a [minha filha] e tudo, eu disse: ‘não, eu tenho que voltar pro Espírito Santo, que é o meu lugar. Eu tenho que reconquistar o meu lugar lá...’ ”. Em ambos os casos, o retorno ao Brasil se mostra como uma necessidade, pois precisavam recuperar documentos pessoais, relacionados à pedidos de Anistia Política, entre outros, que as ajudariam não apenas na retomada da cidadania brasileira, mas a recompôr suas memórias, já que recuperar os documentos foi também uma forma de resgatar suas memórias e identidades.

Reviver e remontar alguns episódios talvez ainda confusos e não resolvidos, aparece como algo doloroso, já que estamos falando de desconstruções e construções de memórias e

identidades; Silvia em seu relato nos permite compreender a dificuldade em elaborar, narrar e rememorar, “[eu tinha] muita dificuldade pra falar da minha história. Muita dificuldade ... eu tentei fazer análise e eu não conseguia verbalizar, porque eu começava a me atropelar, me atropelar, terminava chorando. Inclusive eu cheguei a ir a um analista que eu levei os meus diários, os meus cadernos, porque eu sempre fui de anotar coisas. Aí eu botei em cima da mesa e disse: ‘olha, eu não posso falar, eu não quero falar’. Eu não conseguia buscar o fio condutor na minha história, entende? Porque tinha um começo político, sem dúvida alguma, mas depois era uma questão pessoal, familiar, pela, pela história da minha filha... e isso só pôde acontecer tal como aconteceu porque havia uma ditadura.”

Para Suely rever sua história foi e é por vezes ainda, algo doloroso e incompleto, pois acredita que o Brasil ainda precisa rever esta história que oficialmente privilegia uma versão que omite, na visão dela e das outras militantes, suas vivências pessoais e coletivas “É difícil apaziguar, é difícil você... você... você... é... você (pausa longa) você se destacar. Você não destaca das pessoas, da história. E, ainda por cima, na situação do Brasil, da nossa militância e tudo mais. Tem o fato de que não foi apurada a história, os fatos da história. A verdade histórica, entendeu?! Tem versões que foram feitas. Versões!”

A reflexão de Suely quanto à construção de versões sobre o período da ditadura militar no Brasil, nos permite compreender o que historiadores chamam de “batalha no campo das memórias” (Pollak, 1989, p.4). Essas disputas pela solidificação de uma versão única e verdadeira se relacionam a uma dinâmica grupal em que nota-se a interconexão entre memória e identidade, já que os grupos opostos, neste caso, regime militar *versus* militantes de esquerda, constroem diferentes versões, por meio de suas experiências.

Na perspectiva teórica de identidade social proposta por Tajfel (1983), compreendemos que nas relações intergrupos, existe a tendência de uma valorização do grupo de pertença (*ingroup*/ grupo de dentro) em relação ao outro grupo (*outgroup*/ grupo de fora) essa valorização endogrupal além de fortalecer positivamente o grupo e distingui-lo entre os demais, garante coesão para os membros e conseqüentemente fortalecimento da identidade social. Nesse sentido manter a memória oficial de um grupo é manter coesa sua identidade. Embora a história registrada pelo Estado brasileiro em relação ao regime militar tenha tomado caráter “oficial”, considerado como “verdade”, conforme aponta Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012), outras versões vem sendo sistematicamente incorporadas a esta, o que não acontece sem tensões e conflitos, tendo em vista que o que é lembrado ou esquecido pelos grupos, é determinado socialmente e está nesse campo de batalhas (Sá, 2007). Portanto, manter uma versão significa manter a coerência entre os fatos e a coerência das identidades,

construídas a partir daquelas verdades “... a própria sociedade deseja ocultar tudo aquilo que pode revelar seus paradoxos, suas falhas, enfim, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem – a ficção – que ela pretende fornecer sobre si mesma” (Gondar, 2000, p. 38).

Pollak (1992), Gonzalo Sanchez (2009) e Gondar (2000) ressaltam que memória e esquecimento têm um caráter político, revelado nesta disputa sutil entre os grupos. "Não podemos falar de memória, articulando à identidade, sem inseri-la num afrontamento de forças e sem levarmos em conta que a memória é, antes de mais nada, um instrumento de poder" (Gondar, 2000, p.37).

A dinâmica da memória nos remete a dinâmica dos processos grupais, já que ao privilegiar a lembrança de algo, há a exclusão de outras lembranças. Por isso, existem versões diferentes para os mesmos acontecimentos. Consideramos assim, que os relatos são versões de memórias pessoais e comuns sobre os acontecimentos vividos, versões que contribuem sumariamente para a construção da memória histórica deste período, sendo uma contribuição para as gerações.

Em uma reflexão atual sobre as conseqüências da ditadura militar, Sofia reflete que manter uma única versão sobre os fatos, prejudicou não apenas sua geração que viveu “*na pele*” experiências de violência extrema, emaranhadas em um contexto político que produziu, como pontua Gondar (2000), uma forma de contar que faz esquecer alguns elementos denunciadores de fatos que foram enterrados nos porões da ditadura e que para Sofia, precisam ser lembrados pelas gerações “*A gente fala da coisa, mas num... não tem nada que apague! (...) esta ditadura, ela destruiu, massacrou três gerações... três gerações são quase cem anos! Porque o seguinte: a geração dos meus pais, porque se não militaram, eles procuraram os filhos. A minha geração... percebe? e a geração dos nossos filhos... No mínimo são três gerações, se é que três gerações é tempo bastante pra isso! A gente vê o seguinte, que com atraso, com desinformação, com toda a impressão que houve, quando eu vejo esses meninos na rua, gritando: ‘a gente não esquece a ditadura, não sei quê, não sei quê’, eu digo ‘ó, a lá’... percebe? Num apaga, por mais que... porque sempre vai ter alguém lembrando de alguma coisa... Quer dizer, como que uma sociedade vai se conformar em não se conhecer? Nem todas as pessoas, enfrentaram a ditadura, mas todas se incomodaram... Se incomodaram, se acomodaram, e se locupletaram... quando nada, quem era muito alienado fala ‘mas naquele tempo a gente não podia falar, a gente não discutia’... tá certo? ”*

Esse desejo expresso por Sofia e por outros militantes de que as gerações se lembrem dessa história a partir de outros prismas, além do oficial, ensinado didaticamente nas escolas

como um período de sucessão de presidentes militares, pode nos sinalizar um desejo de memória (Sá, 2007), isto é, certa mobilização de grupos que lutam para acessar documentos, erigir monumentos, e desvelar o que está encoberto. Para isso, entretanto, é preciso que os grupos tenham um desejo de memória, sintam a necessidade de lembrar. Se as gerações, isto é, os diferentes grupos etários (Motta, 2004) se sintam representantes dessa história, poderão acessar esses documentos, registros outros, transformando documentos, museus, acervos orais e escritos, de lugares de história em lugares de memória (Nora, 1993; Sá 2007).

Os familiares de mortos e desaparecidos durante o regime militar, como relata Sofia, presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos no Brasil, lutaram juntos para recuperar a memória de seus entes, o que teve e tem impacto direto na identidade pessoal e familiar. Sofia e sua irmã foram duas importantes militantes no Estado de São Paulo na luta pela reconstrução e procura de documentos relacionados aos militantes mortos e desaparecidos não apenas em São Paulo e Araguaia, mas também do restante do Brasil, formando uma Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos durante a Ditadura Militar no Brasil. Segundo Sofia, esta comissão tem como principal compromisso a luta por justiça e verdade em relação aos militantes presos, torturados, mortos e desaparecidos. Ela e a irmã, inclusive, juntos com outros movimentos sociais e familiares desses militantes foram peticionárias junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) no pedido de que o Brasil reconheça os torturadores desse período e abra os documentos sigilosos ainda sob o poder do Exército e do Estado Brasileiro, já que a geração que viveu nesta conjuntura, a geração anterior e as gerações atuais e futuras têm direito a estas memórias.

Sofia e sua irmã mantiveram desde 1979, em suas casas, um arquivo com todo o tipo de material: jornais, documentos, fotos, formando um acervo de memória documental mobilizado por familiares de mortos e desaparecidos, militantes e até pesquisadores. Esse material ajudou a Suely em sua busca pela memória da morte do irmão, a quem nunca mais viu desde sua juventude, antes de ser presa “[Sofia e sua irmã] me ajudaram a reconstruir. Por que elas tinham a documentação que elas tinham recuperado [sobre a morte do meu irmão] E eu tomei conhecimento na casa delas, daquilo que eu não... não tinha a menor ideia do que fosse. Que eu tinha vivido e não lembrava mais, num sabia. Ei vi fotografias do meu irmão morto!”

A abertura dos arquivos ainda sigilosos sobre o período da Ditadura militar é importante não apenas para Suely e Sofia que tiveram familiares mortos e desaparecidos, ou para a geração de militantes ou de familiares de militantes ainda engajados nessa luta, mas

para as gerações atuais, que ao se mobilizarem em torno desses documentos, experiências, e relatos, podem se sentirem herdeiras dessa história. Para Sá (2007) esses arquivos passaram ao status de documentos por serem partes do quebra-cabeça dessa história, que pode ser construída por inúmeras versões “...os arquivos da ditadura militar brasileira que se constituíram como documentos ao longo de vinte anos (1964-1985), estão passando hoje, na iminência e na polêmica de sua abertura, à condição de memória” (p. 293).

Como já dissemos, a construção das memórias se dá num campo de disputas. Pensemos então que para compor as diferentes versões, documentos e registros orais são de suma importância para ambos os grupos, embora alguns visam o esquecimento, e outros lutam por lembrar. Novamente entra em jogo a dinâmica política entre lembrança, memória e esquecimento. Nossa compreensão é de que existem diferentes memórias sobre determinados acontecimentos, e que juntas compõem um mosaico de determinado tempo.

Por mais que as gerações atuais não tenham dimensão do que de fato tenha sido o período da ditadura, a denúncia de sua existência pode mobilizar o desejo de saber mais sobre. Se no período da ditadura a atmosfera de insegurança e medo colocada pelo embate entre militantes e militares fez com que ambas as partes reservassem suas memórias e não trouxessem à tona experiências únicas, o que se tem visto atualmente é certa inversão em relação ao silêncio. Para Pollak (1989) o silêncio pode ser uma resistência de determinados grupos em relação ao excesso de versões oficiais, porém, o que temos visto, é uma mobilização de grupos de pesquisadores, entidades e de militantes em publicar trajetórias e biografias sobre as experiências vividas (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Branca, 1987; Ferreira, 1996; Colling, 1997; Merlino & Ojeda, 2010; Gianordoli-Nascimento e colaboradoras, 2012) entre outros; além da publicação de documentários sobre a época.

Salienta-se também a importância da criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012 que trouxe a partir dessa institucionalização, a reativação do assunto, até então pouco explorado na malha social.

Embora as militantes tenham participado da luta contra o regime militar, sendo pioneiras na quebra de tradições e ocupação de novos espaços, Ridenti (1990) e Goldenberg (1997) salientam que na história da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) pouco se escutou falar sobre a atuação das mulheres na militância política de oposição ao regime, embora estivessem em grande número em diferentes movimentos sociais, em organizações de esquerda, nas guerrilhas urbanas e armadas. Perrot (2005) salienta que por não ocuparem o espaço público ou nele não serem consideradas importantes, as mulheres possuem um registro

de suas memórias ligadas a esfera do privado, onde os diários, peças de roupas ou objetos, foram revestidos de significados que guardaram lembranças de experiências de vida.

Sofia, conta sua experiência em registrar em um pequeno diário fornecido por um militar, o fim do período de gestação e a vida do bebê que permaneceu com ela durante 52 dias. No hospital no qual estava sob a condição de presa política, temia que o filho pudesse ser apartado dela, e mesmo amedrontada ao receber o presente do militar que a ameaçara de lhe retirar o filho, decide escrever ali, a história do bebê. No período ditatorial, porém, as informações deveriam ser contidas, já que se colocava em risco a vida das pessoas, assim mesmo que de forma fragmentada, registrou alguns dados do bebê, retendo a divulgação de nomes, locais, já que o pequeno diário poderia ser uma armadilha *“Era a forma que eu tinha para contar a história na época. Então ela vai ser cheia de... de três pontinhos... Eu não falava do pai [do meu filho], é claro! Talvez eles, eles me deram [o diário] para eu falar, não era não?”*(Sofia). Seguindo a mesma linha da escrita da esfera do privado, Suely relata que sua mãe, também militante, presa política torturada e banida do Brasil, reuniu em um diário, ainda a ser publicado, tanto suas memórias em relação à sua militância quanto a do marido e filhos, (Suely e o irmão). Esses diários são registros escritos, que se mobilizados e consultados pela sociedade e grupos específicos podem se tornar documentos que compõem também a memória histórica deste período, já que para Sá, a memória histórica é composta por registros orais e documentais (Sá, 2007).

O contexto de instabilidade e segurança gerado pelas forças repressivas do Estado, durante a ditadura militar, fizeram com que muitas formas de registros e a própria comunicação entre os militantes e seus entes ou companheiros de militância fosse modificada. A situação de clandestinidade total exigia poucas trocas de informações e até mesmo o silêncio, já que as informações sobre a organização, ações e outros militantes deveriam ser sigilosas. A vida na clandestinidade também contribuiu de forma significativa para que muitas memórias se tornassem subterrâneas, ou mesmo se apagassem. Falar da clandestinidade, bem como as experiências em situações limite, como a prisão e exílio, segundo Pietrocolla (1996), é se remeter a uma experiência de “viver entre parênteses” (p.120). É como se o sujeito estivesse vivendo em um mundo paralelo, como aponta Gianordoli-Nascimento (2012), em que a vida nessas condições adversas figura-se como uma camada abaixo da realidade social, tendo um funcionamento próprio que exige mudanças de comportamentos; segredos, discrição e poucas informações, atributos importantes para viver nesse “sub-mundo”.

A intensa repressão e temor causados pela ditadura militar, principalmente com o acirramento do regime pós a promulgação do AI-5, instituiu uma situação de instabilidade, e a

medida de segurança encontrada e ensinada pelas organizações de esquerda, foi a preservação da informação, o sigilo, a fim de se protegerem da perseguição dos agentes repressivos do regime autoritário. Entre os companheiros de militância devia-se saber o mínimo possível “a informação, depois da própria vida [era] o bem mais precioso que um revolucionário [tinha]” (Seixas, 2002). Não procurar saber e esquecer-se do que se viu ou ouviu eram atitudes importantes na vida clandestina, uma forma de preservar a si mesmo, a organização e aos companheiros de militância. As militantes que foram mãe e/ou viveram com seus filhos na clandestinidade, precisaram ensiná-los a viverem nesta lógica, instruindo-os a esquecerem de fatos, lugares e até de seus verdadeiros nomes, pois também corriam perigo, como pode-se observar na fala de Mariana: *“As meninas não tinham a mínima ideia da nossa atividade política... Nenhuma!... Sabia que tinha perigo e que nós não concordávamos que tivesse gente que não tinha escola, não tinha comida, não tinha roupa, entendeu? E que, por isso, que a gente passava perigo... a gente explicava pra elas, que tinha uns homens ruins que ameaçavam a gente, então que elas não podiam contar nada pra ninguém e que quando elas vissem alguém de farda ou alguém de terno ou de óculos escuro, que elas saíssem fora. Então elas sabiam, elas nunca abriram o bico pra contar nada!... Quando elas eram pequenininhas a gente ia mudar de identidade a gente repetia, sentava elas e fazia repetir vezes e vezes até decorar: ‘Qual é seu nome? Nome do seu pai? Nome da sua mãe? Entende? Em que cidade que você nasceu?’ Até elas decorarem... Quando elas aprenderam a ler e escrever, eu comprava um caderno de caligrafia, e botava pra copiar, até decorar a identidade... né?! Elas nunca deram um fora! Nunca!”*

Assim como na experiência de Mariana em ensinar às filhas a dinâmica da vida clandestina, cercada de segredos e esquecimentos, Sofia relata como foi difícil construir com o filho a história sobre o pai, a quem não conheceu por ter morrido em combate com militares, na guerrilha do Araguaia. Embora neste momento já estivesse vivendo em um período pós-soltura, a experiência de clandestinidade tinha continuidade, pois o sentimento de ameaça de perseguição era contínuo e embora considerasse essencial contar ao filho a própria história, algumas memórias eram preservadas. Seu filho, assim como de demais militantes, passou pela ambiguidade de ter que saber e ao mesmo tempo esquecer-se de sua história, permeada de cenas fragmentadas e incompletas, que prejudicaram, de certa forma, a construção da representação paterna e da própria identidade da criança.

Sofia, uma experiente militante, ainda sentia a força que a ditadura tinha de sutilmente amordaçar e ameaçar *“quanto mais você sabe, [caso for] preso e torturado você pode falar né?! Então eu não contava, mas pro meu filho eu achava que devia contar, entende, e assim,*

*contar dentro do que dava pra ele entender, inclusive eu falei, expliquei porque que ele não podia falar do pai dele, porque a polícia procurava o pai dele, e isso ia dar problema, que eu tinha sido presa, né?! Eu só fui contar para as pessoas [sobre quem era o pai da criança] quando veio a anistia, fim de 1979 ele já ia fazer sete anos.. E ele falou assim, ‘eu sabia que meu pai chamava André!’.* Eu disse: ‘olha, eu te contei mas te pedi pra você guardar segredo’, ele falou assim: ‘é que eu sempre gostei tanto desse nome! A hora que falaram que era o nome do meu pai eu tinha a impressão que eu conhecia esse nome!...’ E ele veio perguntar se eu tinha falado pra ele. Eu falei assim, ‘Olha veio lá do fundo, porque Memória ela se apaga, e é pra te proteger né?’” Para uma criança saber do nome do pai e de sua história e não tê-lo presente, sem compreender, de fato, o motivo pelo qual se ausentava, geraria grande dor e sofrimento não apenas para ele, mas para Sofia, confrontada tantas vezes com esta história de perdas a qual rememorava em partes, já que ela mesma só veio saber da morte do companheiro afetivo, com quem conviveu menos de um ano, por meio de uma rádio internacional, em 1974, um ano depois do acontecido.

Conforme Gondar (2000), o esquecimento tem uma função importante de proteção do psiquismo, por isso, propõe que é preciso desnaturalizar o esquecimento, pois assim como a lembrança, é parte constituinte da memória e não tem apenas o aspecto negativo de encobrir ou omitir algo, já que seve para a proteção psíquica do sujeito. Entretanto, lembrança e esquecimento estão permeados pela disputa dos grupos sobre o que será lembrado e o que será esquecido, o que segundo Sá (2007) é definido socialmente.

Na conjuntura instaurada pela ditadura militar, as militantes, seus filhos, parentes e companheiro de militância, viviam em uma situação de vazio de informação, pois não poderiam deixar pistas de suas trajetórias em determinado local e tempo. A forma de se comunicar, comportar e até mesmos os encontros, eram clandestinos. Fatos comuns, e corriqueiros, como se apresentar pelo próprio nome, ou dizer aos outros como se chama seu pai ou mãe, hábitos tão comum de vida, foram alterados pela lógica engendrada pela ditadura militar que alterou as formas de sociabilidade no contexto familiar e cotidiano. As memórias dessas crianças sobre a infância e a partilha de informações ou diálogos com outras crianças eram amalgamadas de medo e vigília, sendo suas memórias deste tempo, silenciadas. Para se romper com o silêncio, é preciso uma escuta (Pollak, 1989) e isso só poderiam obter dos pais, militantes em perigo e também silenciados “*na clandestinidade as informações são fragmentadas, não há espaço para falar em intimidade*” (Sofia).

O simples fato de registrar as memórias por meio de fotografias colocava em risco a vida das militantes, o que contribuiu para um apagamento da memória de parte da vida dessas

mulheres e seus filhos, mais uma vez marcados pelo imperativo do esquecimento. Mariana contou com emoção que há pouco tempo encontrou monóculos que registravam momento da infância das filhas em São Paulo, quando viveram ali, na clandestinidade; momentos dos quais elas não se lembram. Mariana disse, que durante a clandestinidade escondeu e preservou tanto essas fotografias, que só agora, depois de 30 anos, ao mexer em uma caixa de documentos os reencontrou. Muito emocionada, comunicou com uma das filhas o que havia encontrado “[...] *quando eu falei pra elas que, eu tava aqui com as fotos da infância delas, eu falei: ‘Pois é... é do período que vocês não lembram nada!’... Ela falou: ‘É claro! Você massacrava na nossa cabeça que tinha que esquecer, esquecer, ninguém podia saber, a gente esqueceu mesmo!...’ E é Claro!... Aprenderam a esquecer, né?! Elas bloquearam mesmo a memória! As memórias delas começam [na adolescência].*

As militantes que viveram esse período relatam ter poucos registros fotográficos, da época o que prejudica a construção da história de vida e a própria identidade nesse contexto. Para Sá (2007), as fotografias são importantes elementos que ajudam a construir as memórias de um tempo, são um exemplo de que a memória não é interna ao indivíduo, são marcas de relações construídas socialmente em determinada ocasião, sendo as fotos uma forma exterior de guardar as memórias. Elas ajudam a remontar um contexto e conseqüentemente a identidade ligada àqueles acontecimentos, estabelecendo coerência entre o vivido e o marcado naquela película.

Para Sofia e seu filho a abertura dos arquivos do DOPS de São Paulo, em 1992, foi fundamental para a identidade do garoto, que só havia visto uma única vez uma fotografia do pai quando criança; com a recuperação dessas fotografias e documentos, pôde construir imagens e integrá-las às memórias herdadas sobre o pai, relatadas pela mãe e agora pela família paterna, a quem pôde por meio da comissão de familiares de mortos e desaparecidos, conhecer “*Ele tinha muito pouca representação do pai, porque... porque não tinha fotos né?! Se destruiu todas as fotos. (...) Então quando abriu os arquivos do DOPS ele encontrou um documento da CIA, do DOPS, que era o passaporte, do pai dele e com a foto, com o nome falso, mas deram... era ele, né? Então ele falou assim, é...: ‘É a primeira vez que eu vejo o meu pai como um adulto’. Porque a imagem que ele tinha era a do pai criança, né?! É, da vó dele... Porque a avó dele destruiu as fotos de adulto. Então... quer dizer é um negócio difícil de ser elaborado, de... é muito sofrido*” Diferentemente dos filhos de Mariana e Sofia, a filha Suely reconstruiu a memória em relação ao pai por meio de matérias jornalísticas e de um documento com fotos e relatos acerca da morte truculenta do pai, que foi encontrado por ela

de forma abrupta, em sua casa, durante sua adolescência, quando buscava informações sobre o pai. Apesar desta experiência ter sido chocante, foi a maneira possível de construir a memória em relação ao pai. Nesse sentido, relatos orais, e documentos da época, são elementos consideráveis para se remontar a memória de um período (Pollak, 1992; Sá, 2007)

No caso de Suely e Sofia que tiveram os companheiros afetivos mortos pelo regime militar, foi necessário construir com os filhos memórias sobre os pais, bem como Mariana, que junto com o companheiro, reconstruiu com as filhas os momentos relacionados à infância e adolescência. Pollak (1992), Bosi (1999) e Sá (2007) apontam que mesmo que não se tenha vivido determinado fato, a exposição a eles pode fazer com que o sujeito crie uma memória daquele tempo, como se dele tivesse vivido, assim, embora se lembrem pouco dos períodos de infância e adolescência, entre outras lembranças, essas crianças herdaram algumas memórias (Pollak, 1992) neste caso das mães que na socialização de seus filhos, tentaram estabelecer a possibilidade de identificação desse passado fracionado, mas tão forte.

Podemos dizer que na construção das memórias ocorre uma espécie de bricolagem, ou seja, uma composição de fatos, lembranças, sentimentos, representações, e que no caso dessas versões, construídas a partir da experiência de maternidade das mulheres militantes, pode ser uma contribuição para remontar também o cenário do período em relação a mudanças nos papéis e relações de gênero.

## **5.2 Socialização feminina: do idealizado a militância**

Meninos e meninas aprendem desde a infância como devem se comportar de acordo com seu sexo, o que de certa maneira delimita: papéis de gênero, isto é, prescrições acerca do que é próprio do masculino e ao feminino, (Negreiro & Féres-Carneiro, 2004); além da determinação de ocupações de lugares sociais característicos para homens e mulheres.

Segundo Berger e Luckmann (2012), não nascemos socializados, mas preparados para sociabilidade, sendo necessário passarmos por um processo de socialização primária e secundária, por meio das quais, aprendemos a viver em sociedade e passamos a ser inseridos no funcionamento do organismo social.

A socialização primária ocorre na família, primeiro espaço de trocas e experiências. Os pais são então figuras centrais na formação da criança e no processo de iniciação desta no

mundo. Eles tornam-se modelos e mediadores no aprendizado de regras e valores sociais e na preparação para a inserção futura em outras instituições sociais. O que é repassado na socialização primária possui uma carga afetiva significativa, tendo em vista que há uma identificação entre pais e filhos, no tocante a valores, orientações ligadas a comportamentos, ideais (Berger & Luckmann, 2012). Dificilmente o que é internalizado na socialização primária é abandonado, considerando que modificar essa matriz, altera os laços familiares e a própria identidade, por isso, há valores que se tornam inegociáveis.

Na socialização secundária, o sujeito, já emaranhado numa rede de valores e ideais é alçado para um universo mais amplo, o das instituições sociais além da família (Berger & Luckmann, 2012). É necessário aprender técnicas, códigos e comportamento; a emoção da socialização primária é revestida em racionalização. A entrada em outras instituições sociais possibilita a expansão dos horizontes e muitas vezes a obrigação de se rever determinados ensinamentos e valores. Ocorre então a experimentação, os desafios, o aprendizado de se viver o novo, o desconhecido. Pode incidir então um abalo entre antigos e novos valores, e a possibilidade do rompimento e da manutenção desses.

Considerando que nossas entrevistadas foram socializadas provavelmente por pais nascidos entre meados os anos de 1920, as referências seguidas e repassadas em relação a comportamentos femininos e masculinos, por exemplo, remetem-se não apenas a este período, mas aos ideais dos anos 1940/1950, nos quais elas nasceram e viveram sua infância. Os anos de 1940/50 apontado por autores como Bassanezi (2004), como os “Anos Dourados”, foi um dos momentos em que no Brasil, a educação das meninas especificamente, se enviesava para a preparação da mulher para o cuidado do espaço privado da casa, onde deveria desempenhar o papel de “rainha do lar” além de ser uma “boa mãe” (Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994; Bassanezi, 2004). Ainda que a partir dos anos de 1930 e nos anos seguintes, tenha ocorrido “uma abertura maior para ... escolarização... as diferenças permanecem muito grandes entre as expectativas da família em relação à vida escolar e profissional de seus ‘filhos homens’ e das meninas/moças” (Biasoli-Alves, 2000, p. 236).

Mariana, uma de nossas entrevistadas, relata sua percepção de como em sua casa meninos e meninas foram criados de formas diferentes, situando também os lugares sociais do pai e da mãe, enquanto homem e mulher “(...) *meu pai extremamente patriarcal e machista... Aquele patriarca... patriarcalismo que chegava a ser, religioso né?! Então evidentemente com a cabeça dele, a vida e o futuro de um homem de uma mulher deveria ser completamente diferente.*” A mãe de Mariana, por outro lado, era aquela que sempre mediou a relação dos filhos com o marido, principalmente durante a adolescência de Mariana, momento em que a

filha começou a enfrentar o pai e desafiar os valores ensinados “*Minha mãe só chorava, coitada! Ela intermediava, chorava, implorava pra ele, implorava pra mim... o papel dela era sempre esse! (...)A minha mãe ela ficava assim como uma bola, entre eu e meu pai, entendeu?! Ela ficava no meio, tentando convencer ele a ceder e pra mim, tentando me convencer a ceder, né?! E quando a briga tava feia, ela chorava, ela chorava muito*”. Nesse sentido, as mães, nesse contexto de família moderna, com lugares definidos, e ainda com valores patriarcais (Vaitsman, 1994), serviam de modelos femininos para as filhas, que aprenderiam primariamente com elas, como serem mães e esposas.

Silvia, criada também nos mesmos moldes de uma família tradicional, como a de Mariana, também relata ter sentido essa diferença no tratamento dado aos seus irmãos homens e as mulheres, que mais velhas que ela, logo se casaram. Ela era a filha mais nova de uma família de seis filhos (3 homens e 3 mulheres). Seus irmãos homens exerciam sobre ela grande controle “*tinha assim um controle que era uma camisa de força*” que se intensificou durante sua adolescência, momento em que o pai adoeceu e assim, os irmãos sentiram-se ainda mais responsáveis por ela. De acordo com Biasoli-Alves (2000), o controle e a vigília dos pais ou irmãos sobre as moças estavam ligada a preservação de sua “honra”, ou virgindade, já que era considerada como “frágil” (p. 236) e influenciável. Assim, deveriam cuidar dos valores da família para que suas irmãs fossem “...uma moça ... socialmente aceita” (p. 237), isto é, que seguisse os moldes e os valores tradicionais<sup>13</sup>. Os valores tradicionais ainda estavam ligados ao o modelo de família tradicional, dos anos de 1930, 1940, 1950, ainda que em meados dos anos de 1950 começasse a surgir a ideia de uma “família conjugal moderna e patriarcal” (Vaitsman, 1994, p. 59) na qual ainda os lugares dos homens e mulheres permaneciam hierarquicamente definidos. Mesmo que se esboçasse uma busca por igualdade a partir dos anos de 1960/1970, havia permanências, isto é, continuidades no seguimento dos valores (Vaitsman, 1994; Biasoli-Alves, 2000).

Silvia conta que se sentia sufocada diante de tantas pressões e prescrições sobre seu comportamento “*havia uma cobrança em cima de mim, por parte do meu irmão, sobretudo, de que eu não podia namorar, eu tinha hora pra chegar em casa, (...) Quando eu tinha que ir à biblioteca era controlado pelo relógio, então eu não podia ir ao cinema, não podia ir à*

---

<sup>13</sup> Em seu trabalho, Biasoli-Alves (2000) identifica os valores tradicionais transmitidos desde o fim do século XIX ao início do século XX (1930/40), que ainda continuaram presentes nos anos que se seguiram em algumas famílias, mesmo com um movimento juvenil de questionamento a partir dos anos de 1960, e mais maciçamente como o fortalecimento do movimento feminista no Brasil, a partir dos anos de 1970. Tais valores eram definidos a partir do gênero, sendo que enquanto alguns valores cabiam a meninos e meninas, haviam outros designados especificamente às mulheres a quem cabia a “‘submissão’, ‘Delicadeza no trato’, ‘Pureza’, ‘Capacidade de doação’, ‘Prendas domésticas’ e ‘Habilidades manuais’” (p. 234).

*praia, não podia usar vestido decotado.*” Essa não foi contudo uma experiência apenas de Silvia, já que as mulheres que viveram sua adolescência entre fins dos anos 1950 e de 1960 em diante, foram socializadas para a vivência no espaço íntimo e privado do lar, (Bassanezi, 2004; Rocha-Coutinho, 1994, Vaitsman, 1994), devendo ter comportamentos contidos; respeitando a autoridade masculina e agindo conforme o esperado para o modelo de mulher ainda vigente na época, pois o não cumprimento das normas e valores gerava para as moças, diversas ameaças ligadas ao afeto dirigido a elas, isto é, deixariam de ser amadas por seus entes; além da possibilidade do abandono da família, do sentimento de culpa ou de um castigo, inclusive divino (Biasoli-Alves, 2000; Carson, 1995; Bassanezi, 2004).

Biasoli-Alves (2000), aponta que a religião teve grande importância principalmente entre os anos de 1920/30/1940 no que concerne à manutenção desses valores tradicionais, acentuando as punições que poderiam advir da desobediência dos mesmos, criando assim uma ponte com a família no reforço da preservação dos valores. Silvia e Mariana se assemelham quanto à criação tradicional além dos aspectos religiosos; ambas eram de famílias que seguiam fervorosamente a religião católica, e foram ensinadas a seguir tais princípios, tendo inclusive estudado em colégios religiosos, exclusivos para moças, pois os pais, principalmente a mãe de Sílvia, via problemas em matricular a filha em “*escolas mistas*” onde meninos e meninas compartilhavam o mesmo espaço; comportamento reprovável para eles.

As duas desafiaram, de certa forma, os princípios religiosos tal como foram ensinadas, “*a religião do meu pai, cheeia de inferno, não me interessava*” (Mariana). O que se intensificou também na adolescência quando passaram questionar valores, muito influenciadas por leituras de livros não infanto-juvenis, europeus, e alguns feministas, o que contribuiu para aquisição de um capital cultural<sup>14</sup> diferente, mesmo que no caso de Silvia, escutar programas de rádio e ter a presença de políticos importantes como visita na casa de seus pais tenha sido algo que “*favoreceu a minha compreensão de que o mundo era grande e era diverso*”, contribuindo assim para sua formação sociopolítica posterior. “*O Deus que nos foi passado pela religião católica daquela época era um Deus muito severo, muito cruel. E depois eu ficava me questionando também : ‘pô, que situação chata, porque você comete o*

---

<sup>14</sup> Para Bourdieu (1998) as relações humanas se dão por meio de trocas e aquisições de capitais, assim o funcionamento da sociedade seria parecido com o funcionamento da economia, havendo diferença na distribuição, acumulação e acesso ao capital. Nesse texto, tratamos do capital cultural, isto é, a bagagem em termos de acesso a elementos culturais, com a literatura, artes em geral, seja esse acesso por meio da família ou da escola; e capital político, que seria o trânsito entre os assuntos políticos tanto em termos de participação, quanto de conhecimento sobre os acontecimentos políticos no mundo, partindo inclusive do acesso a teorias como as marxistas, por exemplo.

*pecado, vai lá, se confessa, fica legal, mas na semana seguinte acontece a mesma coisa, porque você volta a fazer as mesmas coisas que você fez.’. Então eu perguntava muito a lógica das coisas, a coerência... Eu acho que essas foram as duas vertentes que se combinaram e fizeram de mim uma pessoa questionadora e que procurava muito o sentido da existência, pra quê que a gente vive.” (Sílvia).*

Rocha-Coutinho (1994) afirma que as mulheres estiveram expostas a diferentes estratégias de controle, de seu corpo, de seu tempo, de seus desejos, tudo isso por meio de um poder naturalizado a partir dos papéis de gênero, exercido nas relações. Embora a quebra desse modelo feminino pudesse habitar o imaginário de algumas moças, como aponta Bassanezi (2004), não viria sem ônus familiares e sociais. “Tratava-se de um sistema em que a possibilidade de que menina/moça/mulher viesse a transgredir e sentisse o ‘gosto bom’ da liberdade era muito restrita” (Biasoli-Alves, 2000, p. 235). Por isso, o cumprimento dessas normas e valores, embora posteriormente contestados, eram preservados nas famílias.

Por meio do relato de Silvia é possível visualizarmos na relação entre mãe e filha, pessoas de gerações etárias diferentes, que embora tivessem espaço para tratar de outros assuntos, não contestavam o lugar da mulher, até porque a crítica a essas questões ganharia mais força a partir dos anos de 1970 com o crescimento das ideias feministas no Brasil (Sarti, 2004). “*Mamãe era uma mulher muito inteligente, eu tinha um diálogo com ela sempre muito legal, mas ela não conseguia dar conta da pressão dos homens da família sobre as possibilidades de corrupção da mulher.*”

Torna-se necessário afirmar aqui que a quebra de valores dessas mulheres, que durante sua trajetória tornaram-se militantes políticas, rompendo inclusive com modelos femininos impostos, não se deram puramente por convicção ideológica, mas pelas circunstâncias sociopolíticas as quais vivenciaram. Silvia e Mariana, nascidas no fim dos anos de 1940, foram socializadas para o casamento; ambas nascidas em cidades interioranas, os valores como a religião, a pureza, a inocência, foram ensinados como princípios para a vida. Entretanto, embora tenham sido criadas com tais valores, relatam ter sentido ainda no período entre a infância e a adolescência a necessidade de ir além do que estava demarcado para elas, o que podemos identificar a partir de Rocha-Coutinho (1994) como uma forma de desnaturalização do poder masculino e o exercício do poder feminino “tecido por trás dos panos”, ainda que elas não tivessem tal propósito ou convicção “*Eu achava que a família era um espaço muito pequeno, a cidade era um espaço muito pequeno, o colégio era um espaço muito pequeno, tinha muito mais pra conhecer e pra descobrir, e pra fazer do que isso! E eu não me conformava com os limites dos espaços que eu tinha... nem na família nem no colégio,*

*nem na cidade do interior (...) a minha vontade de expandir os espaços é uma coisa que eu sentia!*” (Mariana).

Silvia também relata ter tido um sentimento que percebemos ser similar ao sentido por Mariana, principalmente pelo contexto no qual se intensifica este desejo “*Eu queria sair de Vitória. A minha meta era ganhar o mundo. Eu queria conhecer o mundo, queria viver outras coisas*”(Silvia). Conforme análise do relato de nossas entrevistadas esse sentimento de uma necessidade de expansão vem balizado pelo desejo que sentiam em dar continuidade a seus estudos, o que nos sinaliza a percepção delas, de que o estudo seria o único caminho para que pudessem, de alguma forma, sair dos limites impostos. A referência ao estudo por parte das mulheres como um lócus alternativo a subjugação feminina, ainda se encontra presente na atualidade, como apontado por Ferraro (2010), ao analisar o aumento progressivo do número de mulheres que foram escolarizadas ao longo do séc. XX, e o quanto as estatísticas de escolarização feminina superaram as masculinas em alguns segmentos. No entanto, o autor salienta dimensões que se remetem, ainda hoje, aquelas apontadas por Silvia e Mariana em relação aos seus processos de escolarização no início dos anos de 1960.

Seria no mínimo precipitado tomar a vantagem estatística das mulheres em relação aos homens quanto à educação escolar como prova de superação e até de inversão de sinal na desigualdade social que, historicamente, tem marcado em desfavor das mulheres as relações de gênero (...). Tais observações vão na direção do que sustentava Mariano Enguita. (...) Segundo o autor, na fase de sua vida em que deve tomar decisões fundamentais sobre sua trajetória escolar, uma jovem depara-se com três cenários possíveis: a própria escola, o lar e o emprego. Na opinião de Enguita (1996), dentre essas três alternativas, a escola é “a mais igualitária e a que melhores resultados produzirá para sua autoestima”, porquanto “lar significa trabalho doméstico e subordinação, e emprego quer dizer salário baixo, qualificação escassa e discriminação, tanto mais quanto antes se incorpore a eles” (Ferraro, 2010, p. 521).

Ainda conforme situam Berger e Luckmann (2012), a socialização secundária, seria a preparação do indivíduo para o mundo do trabalho e para o estabelecimento de relações para além do mundo familiar, sendo propiciada pela inserção no ambiente escolar. Desse modo, muitos pais valorizavam o estudo, como demarcam Mariana e Silvia, que além de sentirem o desejo pessoal em dar prosseguimento a seus estudos, contavam com o incentivo da família, mesmo que o estudo fosse uma aguardo para o período do casamento, devendo ser adiado ou encerrado quando chegasse este momento (Biasoli-Alves, 2000). O estudo, era permitido em algumas famílias e para as meninas especialmente, estava ligado à formação do magistério, que não tinha vistas ao exercício da profissão, mas servia como ocupação até o período do casamento, além de distinguir as famílias de classe média (Trigo, 1994; Biasoli-Alves 2000),

já que o valor ao estudo apareceu como um dos grandes bens que os pais poderiam deixar aos filhos.

No caso de Mariana e Silvia, os pais valorizavam o estudo e se dedicavam inclusive financeiramente para manter os estudos dos filhos. A mãe de Silvia, por exemplo, mesmo com a falência dos negócios comerciais de seu marido, passou a costurar e abastecer o colégio de freiras em que fez questão de matricular a filha, mas que não podia arcar com o valor alto da mensalidade. *“E eu, no meu caso, agradeço à mamãe, que sempre defendeu esse meu direito [de estudar]” (Silvia).*

Biasoli-Alves (2000) também identificou em seus estudos este aspecto de valorização da escolarização das meninas, a partir dos anos de 1930 e os que se seguiram, momento histórico em que a abertura do ambiente escolar para as mulheres (fora do modelo de tutela em casa), torna-se um marco importante, pois, por meio da escolarização foi possível também a profissionalização de muitas delas (Biasoli-Alves, 2000).

Já que nas cidades do interior em que moravam a escolarização para meninas se reduzia ao ensino primário *“Só tinha primário pra mulher!...Tinha ginásio pra homem... E meu pai queria que a gente estudasse...” (Mariana)*, outras motivações como a vontade de expandir, se ligavam a este desejo, pois para darem continuidade ao estudo, saíam de suas cidades; o que gerou a ampliação de suas redes de contatos para além do contexto familiar, além de lhes permitirem, inclusive, a expansão dos espaços geográficos, já que Mariana, por exemplo, foi para uma cidade maior do que a que morava, e Silvia para a capital de seu estado, mesmo que elas ainda fossem adolescentes, esta foi uma experiência que lhes permitiu algo que poucas moças naquele período desfrutavam: um precoce processo de individuação e autonomia, pessoal e de gênero.

Sofia também precisou ir para a capital, Belo Horizonte, para entrar no ginásio e conseguir a garantia de um ensino de qualidade mesmo morando na região metropolitana de Belo Horizonte, que naquele período histórico estava geograficamente distante da capital do estado de Minas Gerais. Foi durante o tempo de deslocamento que tinha de sua casa a escola, que teve experiências especiais que também contribuíram para sua formação sociopolítica e ampliou sua visão do que acontecia no mundo, ainda que ela fosse filha de um militante e desfrutasse do debate político em casa. Por meio dessas idas e vindas no trem, Sofia e suas colegas criaram o *“jornal do trem”*, onde além de iniciarem discussões políticas, ainda com a idade de 13, 14 anos, discutiam outros assuntos de interesse social: *“entrava tudo, no jornal, entrava política, eventos... A gente ia e voltava de trem, então era assim, o trem também era uma extensão da casa, aonde você tinha amigos... Interessante que a minha infância,*

*adolescência foi com muito debate político, era o pós-guerra... então tinha brigas, assim, no trem, nas discussões... os fascistas, os anti-fascistas, sabe?! Tinha de tudo no trem (...)*". Barros (2004), identificou em seu estudo que ainda nos anos 2000 este aspecto de sair da "pequenez do mundinho" (p. 372) do lar, da comunidade e destas relações sociais, garantiu essa compreensão da amplitude do universo, neste caso, às moças de classe popular que saíram de seus bairros na periferia ou de suas cidades para ingressarem na universidade.

Deslocar-se dos subúrbios, das cidades vizinhas e de bairros distantes e dirigir-se ao *campus* ... representa para as jovens, bem mais que um trajeto. A área urbana se expande para essas jovens e essa expansão é dada pelo conhecimento de novos espaços físicos e sociais... As passagens por diferentes paisagens urbanas, que, até a entrada para o curso universitário eram desconhecidas ou pouco visitadas servem como uma metáfora para compreender esse momento de vida (Barros, 2004, p. 368).

Suely, filha de um casal de militantes, viveu desde seu nascimento entre a clandestinidade e semi-clandestinidade pôde também por meio de sua inscrição em uma escola para cursar o primário e parte do ginásio, desfrutar de novas formas de relação para além da que tinha com os pais, os irmãos e os filhos dos companheiros de militância de seus pais. Este foi um ponto importante para sua identidade, pois mesmo vivendo em uma situação diferente das demais crianças e adolescentes escolares, podia ali se sentir como igual, pois, naquele espaço, a vida era como a vida comum de uma criança *"Foi um período inclusive até interessante da infância da gente, porque meu pai não era bem clandestino era semi-clandestino, então a gente tinha inscrição na escola, e tudo mais."* (Suely)

Foi ainda na escola, quando cursavam o ginásio, o que chamamos hoje de ensino fundamental, que Sofia e Mariana, ingressaram no movimento estudantil, iniciando a entrada em grêmios estudantis, estando à frente de lutas a favor da melhoria do ensino; um marco para a entrada posterior na militância política, no caso de Mariana. *"E nós criamos o grêmio do Instituto de Educação, e... aquilo pra mim foi uma descoberta! eu fui, né, pra direção do grêmio e começamos a fazer manifestação...Então nossa primeira luta foi pelo direito à educação."* No caso de Sofia, fortaleceu sua formação sociopolítica, já iniciada em família, e inaugurou suas primeiras ações políticas *"Eu tinha doze anos (...) E a gente fazia, a gente fazia passeata dentro da escola, invés de fazer na rua...porque...a gente... no ginásio a gente era muito presa, entrava e só podia sair depois do fim da aula, né. Então a gente fazia passeata lá dentro, com cartaz, com num sei quê, protestava... E... bem, e aí, o cara... o diretor começou a dizer que a gente era comunista, que num sei quê, num sei quê... e aí a gente pensou o seguinte, 'nós temos que sair de dentro da escola' (...) Então eu procurei um*

*jornalzinho que tinha lá chamado ‘Binômio’, que era um jornal de mais de escracho, né?! E aí eu procurei o jornal, eu falei que a gente precisava denunciar, enfim, saiu no jornal e... aí... vamos dizer, ficamos com a fama daquela turminha que brigava, de comunista... tá certo?!”*(Sofia).

Vemos assim, que embora a socialização secundária tenha caráter formador, voltado para a inserção no mundo do trabalho, no caso de nossas entrevistadas teve o aspecto importante de uma socialização política, já que estavam vivendo um contexto pós segunda-guerra, e, sobretudo, foram amplamente influenciadas pela inserção nos movimentos contra a privatização do ensino, pela melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas, pela não adoção de livros didáticos a cada novo ano; como relata Sofia, que diante de tal questão criou “*a barraca do livro*” a fim de resistir e contestar a ideia de não reaproveitarem os livros.

Silvia, Sofia e Mariana, ainda meninas, ou moças, naquelas circunstâncias, tinham o hábito de ler e puderam desfrutar de um capital cultural diferenciado, tendo acesso a literaturas internacionais, filosóficas, marxistas, existencialistas e feministas.

Mariana e Silvia, advindas de famílias tradicionais, seguiram um histórico de rompimento com algumas normas impostas, inclusive esta do campo da leitura, pois os pais as limitavam a fazer determinados tipos de leitura “*Então, meu primeiro choque com meu pai, foi em relação à obediência e a atitude das moças em relação a leitura inclusive o quê que devia ler, o que uma moça, menina poderia ler ou não...né? E eu, arranjei estratégias passando por cima disso tudo, e li o que eu quis. (...) Com doze anos de idade tava lendo ‘O Amante de Lady Chatterley’, o...o... ‘O Fio da Navalha’ de Somerset Maugham e vai por aí afora... (...) Eu avançava em tudo que tinha pra ler. (...) com 16, 17 anos de idade, eu descobri o livro “Mulher objeto de cama e mesa”, o livrinho... li, devorei, vendo como é a questão é da... da dominação da mulher e da situação dela né, é submissa, etc etc, tudo proibido!*” (Mariana).

Silvia teve contato com a leitura de desde sua infância, mesmo que fossem restritas ao que os pais deixavam ou o que outras pessoas possibilitavam “*(...) porque lá em casa tinha poucos livros, os livros do papai eram fechados a chave e os livros da mamãe eram a Bíblia, um anuário que ela recebia do santuário de Aparecida, aquele anuário eu adorava, eu lia de trás pra frente, não sei quantas vezes eu li. Então eu adorava a minha professora, ela me, me abastecia de livros. E a... a filha do meu padrinho, que estudava em Vitória, e que vinha passar as férias em Santa Isabel que trazia as histórias em quadrinhos, os gibis. Então, para mim, as férias eram maravilhosas porque eu tinha aquelas historinhas em quadrinhos...*” Na adolescência relata que “*O meu contato com o mundo era através dos livros. Então isso eu*

*lembro, de que eu questionava muito.” O hábito pela leitura fortaleceu-se ainda mais, quando aos 16 anos começou a namorar um homem dez anos mais velho que ela, e introduzida por ele na vida política partidária e também a leituras mais densas, provocou certa decepção em sua mãe que considerava certas leituras inadequadas para filha, “Quando eu comecei a namorar com o (...) ele começou a me dar [o que a mamãe chamava de] literatura pagã, chamemos assim, eu deixei de acreditar em Deus... eu deixei... e eu conversava com a mamãe, conversava muito.(...) Eu estudava muito, lia muito filosofia, mas não tinha livros de Marx. A gente, para conseguir uma apostilazinha... Dos 16 a 18 anos eu lia Kunt nessa época, eu lia Shopenhauer, eu li um pedaço de Hegel, eu acho que não entendia muito não, mas eu fazia um esforço para entender. Eu li Espinosa, eu li os principais filósofos e a literatura, digamos, clássica francesa quase toda, os principais autores, a literatura russa...” (Silvia)*

Sofia, não relata ter tido problemas com o acesso a leitura “eu gostava muito de ler...” já que ela e Suely tiveram uma formação sociopolítica e cultural no âmbito privado. Sofia era filha de um pai militante, e Suely, de um casal de militantes. Nesse sentido, a socialização política de ambas se deu no universo da família, devido aos cenários políticos pelos quais passaram, já que as famílias também haviam sido perseguidas na Ditadura da Era Vargas, (1937-1945) e assim, num clima de clandestinidade e semi-clandestinidade estiveram envolvidas no campo político, mesmo que na via do campo privado. Dessa forma, compreendemos que Sofia e Suely não foram criadas num modelo tradicional como relata Sofia “Eu não era, eu não fui, eu não cresci uma menina presa nos moldes das famílias mineiras,né?! Eu não! Meu pai, era um cara muito liberal, muito... ainda mais pr’aquela cidade, pr’aquela época, E ele deixava a gente fazer as coisas, entende?! Eu andava de bicicleta... aí a gente fez time de vôlei na cidade, e aí as pessoas diziam que não podia... E... campo de várzea não é cercado nem nada, e a gente ficava de shortinho, jogando e as pessoas punham a mão [no rosto e diziam:] ‘É. Um horror! Como?!...’ (...) então meu pai era uma pessoa muito mal vista, por ser comunista. E, eu morava eu morava pertinho daquela igreja matriz. Então o padre toda vez que a gente ia rezar lá a Ave-Maria ou tinha qualquer coisa na igreja ele falava ‘não deixa os seus filhos... as suas filhas brincarem com as filhas do comunista...” Assim, diferentes das meninas e moças daquele contexto, Sofia e Suely, desde a infância aprenderam a viver nesse universo paralelo da vida na militância (Pietrocolla, 1996; Gianordoli-Nascimento et al, 2012).

O capital cultural e político advindo do acesso a este tipo de material, ainda hoje pouco explorado por jovens, e o contato com essas e outras leituras e debates políticos em casas e outros espaços, bem como, a inserção em grêmios estudantis - como primeira porta de

entrada para muitas mulheres na militância política - teve grande influência na formação sociopolítica dessas mulheres, modificando sua visão de mundo, o que compreendemos como elementos que favoreceram a entrada no mundo da política. Gianordoli-Nascimento et al (2012) também citam como o hábito da leitura e o acesso à determinadas literaturas influenciaram e contribuíram na formação cultural e sociopolítica das mulheres militantes por elas entrevistadas, o que podemos compreender como um elemento formador importante para essas mulheres que posteriormente entraram no mundo da política e se diferenciavam neste aspecto, desde cedo, das outras moças da mesma idade.

É importante ressaltar, contudo, que tanto neste estudo, como no trabalho feito por Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012) estamos tratando de uma maioria de mulheres de classe média, que podiam ter acesso a diferentes literaturas por meio da associação em clubes da cidade em que havia bibliotecas, além da possibilidade de acervo pessoal/familiar, ou do contato com colegas já universitários, e em seus próprios colégios, particulares, ou públicos de capitais. Essas moças foram socializadas com valores tradicionais, mas que começaram, a partir dessas influências literárias, de debates propiciados pelo ingresso no ambiente escolar, a serem diferentes das moças de sua época, que tinham acessos mais a livros religiosos, e que muitas vezes não davam continuidade aos estudos, e quando o faziam estavam ligados aos cursos de prendas domésticas, entre outros que visavam a educação para a convivência no lar e no casamento (Bassanezi, 2004).

Silvia, por exemplo, relata que atualmente faz a reflexão dessa percepção de ter sido alguém bem diferente das mulheres de seu tempo, principalmente por ter sido a primeira moça em Vitória (ES), a vestir um biquíni de duas peças e ter um comportamento diferente do esperado para as moças da época *“talvez a... a marca maior da minha figura tenha se associado a uma questão de ruptura comportamental de cânones sociais fortemente associada a uma ideologia política (...) A falta de liberdade, o controle das expressões, e tudo isso, mas tinha subjacente uma conduta muito mais revolucionária, muito mais que hoje em dia eu vejo que ainda... eu sou uma espécie de bicho raro, de ave rara. Mas na época não era nada claro pra mim isso.”*

Essa liberdade e autonomia sentida por Sílvia e Mariana, foram propiciadas em certo sentido pela possibilidade de seqüência dos estudos e posteriormente pela entrada na universidade, pois ao saírem das cidades do interior para estudar, e romperem com a tradição do estudo para a formação de magistério, a fim de aguardar o casamento, puderam ter um trajeto diferente de outras moças de famílias tradicionais.

A possibilidade do ingresso de mulheres na universidade inaugurou-se no Brasil apenas a partir de 1930 com a abertura de um único curso superior no qual as mulheres poderiam se matricular, indo além do curso normal para a formação de professoras, o magistério (Trigo, 1994). A abertura do primeiro curso de graduação para mulheres no Brasil, em 1930, na Universidade de São Paulo (USP), no curso de Filosofia, tem suma importância no que tange a mudança nos códigos de valores e de sociabilidade<sup>15</sup> das mulheres (Trigo, 1994). Embora o curso de filosofia estivesse ligado a um universo não atrelado à profissionalização, a abertura deste espaço público, para além do espaço privado do lar, propiciou uma quebra nas relações de gênero tradicionais, já que homens e mulheres passaram a compartilhar os mesmos espaços.

Tabak (1983) aponta a importância da instituição escolar, como um espaço para a participação política, contribuindo para a formação de sujeitos políticos, ainda que conforme ressalte Colling (1997), as mulheres tenham encontrado barreiras para se afirmarem como sujeitos políticos, já que a formação de sua identidade de gênero estaria associada ao âmbito privado, e não ao domínio público. Assim, a entrada na universidade marca também a possibilidade de autonomia das mulheres, que além de novas formas de sociabilidade passam a ocupar o mesmo lugar e discutir assuntos que antes só cabiam aos ocupantes do espaço público.

Trigo (1994) e Vaitsman (1994) analisam que nesse contexto, a escolarização superior possibilitou a abertura de espaços e quebra de valores. Para uma família tradicional como a de Mariana, a entrada na universidade significava mais uma forma de rompimento com o modelo clássico de feminilidade *“Terminei o [ginásio e magistério] e comuniquei a meu pai que eu ia fazer o vestibular, e meu pai deu um escândalo!!! Porque eu não tava trabalhando ainda!... Morava na casa dele ... ele disse que universidade não era lugar pra moça de família.”* Mesmo contra a vontade do pai que tinha a concepção de que o estudo para as filhas deveria se encerrar por ali, Mariana decidiu morar definitivamente na capital mineira, tendo que passar a trabalhar para pagar seus estudos, o que também foi outra forma de ruptura com o modelo, ligado a uma nova forma de ocupação do espaço público por mulheres, que era a entrada no mercado de trabalho com a consequente profissionalização (Rocha-Coutinho, 1994). Mariana entrou para o curso de Serviço Social na maior universidade privada de Belo Horizonte, e ali se tornou presidente do diretório acadêmico do curso, fortalecendo sua

---

<sup>15</sup> Ao nos referirmos ao conceito de sociabilidade, tomaremos a definição de Gurvitch (1941), citado por Trigo (1994), compreendendo sociabilidade como *“...práticas sociais que variam em função do movimento da vida social”* (p. 89), isto é, formas de relação e comportamentos que mudam conforme o estabelecimento de novas convivências e ocupação de diferentes espaços coletivos.

participação no movimento estudantil, além de entrar para um movimento político organizado, a Ação Popular (AP). Conforme Colling (1997) os movimentos estudantis foram a principal via de acesso das mulheres à vida política.

Silvia, também de família tradicional, já havia saído definitivamente de casa aos 16 anos, rompendo com muitos limites como o de morar sozinha e com amigas, fumar, namorar, tendo sido influenciada por seu primeiro namorado a cursar História. Na universidade ampliou ainda mais sua rede de amizades, e ainda ali naquele espaço, onde segundo Trigo (1994) as moças puderam conviver e se relacionar diretamente com os homens, discutindo assuntos comuns, Silvia se diferenciava das outras moças, pois, os padrões de comportamento das moças ainda advinham do modelo dos anos 1950/60, no qual a participação da mulher no espaço público era restrita, sendo que as mulheres deveriam sair em determinados horários, acompanhados por irmãos ou parentes. A exposição pública era um comportamento notadamente masculino. Com a ampliação de seu círculo de amigos por meio da participação de um grupo de teatro da universidade, Silvia passou a assumir outros padrões de sociabilidade, tanto por participar de grupos ligados a arte cinema, ampliando seu capital cultural, quanto em relação à ocupação de novos lugares, *“E aquele negócio: por pertencer a um grupinho onde a maioria era de homens...(...) Do grupo de teatro, ainda dava uma balançada, porque éramos 3 mulheres e acho que 5 ou 6 rapazes. Mas à exceção da [...], que às vezes saía conosco, as outras meninas eram mais recatadas, elas faziam teatro e tudo, mas não eram como eu, porque eu acompanhava os rapazes. A gente ia pro Mar e Terra<sup>16</sup> jantar, depois dos ensaios do teatro. Era tudo tão inocente, sabe, tão inocente, era um grupo nosso. E todos, de um modo ou de outro, estavam relacionados com artes: teatro, literatura, cinema. Então era um grupo muito bacana. Mas éramos o grupo dos comunistas.”*

Nota-se que a própria Silvia considera as outras participantes do grupo de teatro como “recatadas” porque o comportamento de sair com homens, e frequentar inclusive bares/restaurantes noturnos, era avaliado como “desviante”, não sendo esperado para mulheres. Gianordoli-Nascimento et al (2012), também relatam em seu trabalho a possibilidade encontrada pelas mulheres militantes entrevistadas, em poder assumir novas formas de sociabilidade, frequentando bares, saindo a noite com as amigas e amigos, coisas que antes nunca tiveram a possibilidade de fazer, encontrando neste tipo de grupo que desfrutava do mesmo ideal de liberdade, novos modos de existência e novas formas de ocupação dos espaços. Mesmo nos remetendo aos anos de 1960 em que as mudanças nos

---

<sup>16</sup> Restaurante a beira-mar em Vitória/ES.

padrões comportamentais e de gênero começam a se transformar, percebe-se a referência dos “antigos” valores, presentes ainda neste momento, já que segundo Biasoli-Alves (2000), embora a modernidade seja um período de transições e mudanças, neste processo não há apenas rupturas, mas continuidades dos modelos tradicionais, inclusive os relacionados ao lugar social da mulher. Ressalta-se ainda, a questão ligada à socialização primária e do contrabalanço entre os valores ensinados pelos pais, carregados de afetos e identificados, sendo até inegociáveis, e àqueles aprendidos em outros espaços.

Sofia, apesar de ter passado no vestibular para o curso de química na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), não pôde continuar morando na região metropolitana de Belo Horizonte, já que ela, o pai e a irmã estavam sendo perseguidos pela polícia devido à Inquéritos Policiais Militares (IPMs); o dela especificamente se relacionava ao fato de que mesmo antes de entrar na universidade, esteve envolvida no movimento estudantil, tendo relação com estudantes e professores da UFMG, por meio das aulas populares que participava na Faculdade de Filosofia “*me acusavam de organizar o movimento universitário na Faculdade de Filosofia. Eu nem era universitária!...(Risos).*” Saindo da cidade de forma clandestina, juntamente com sua família, conseguiu entrar para o curso de enfermagem na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Escola Ana Nery. Sofia apresenta um aspecto diferenciado em relação à Mariana e Silvia, porque sua entrada na universidade não estava atrelada a este acesso a novos espaços, expansão dos limites colocados pela família; como forma de contestar os valores e limites colocados, ligados ao casamento como próximo passo para vida. Sua entrada na universidade e especificamente neste curso se deu por causa de sua vida na militância política, “*(...) eu não tava a fim de estudar, eu tava a fim de aprender alguma coisa... Meu interesse era na militância.*” É exatamente na universidade que ela amplia sua rede de relações ligadas a militância e encontra ali, naquele espaço tão diverso, - mesmo que a escola fosse apenas para mulheres - meios para continuar sua atuação política, fortalecendo sua rede de contatos com outros militantes políticos. Foi em uma das estratégias utilizadas por Sofia para continuar a militância dentro da universidade com a parceria de outros militantes estudantes, que teve a possibilidade de discutir temas nunca antes conversados, principalmente por moças “*Outra coisa que eu criei foi o curso de oratória. Eu comecei “ai gente vocês são muito tímidas pra falar, num sei o quê, então vamos fazer um curso de oratória”. Aí eu chamei o pessoal do Direito, da Faculdade de Direito, o pessoal de esquerda, é claro (Risos)! Pra dar o curso. E era muito engraçado, porque era assim, é... se... eles escolhiam um... vamos dizer, um tema. Eu me lembro que foi a primeira vez que eu*

*debati o aborto, foi nesse curso.(...) Não dizia... não podia dizer que a gente tinha uma posição, tá certo?! E debatia tudo.”*

Apenas Suely não teve possibilidades de fazer um curso superior, devido à trajetória de militância de sua família e de sua militância própria, tendo tido que assumir outras responsabilidades que também a colocavam como diferente em relação às demais mulheres, sobretudo às de classe média, que poderiam se dedicar somente ao estudo “*Eu não fiz a universidade no Brasil... Não tive o tempo de fazer... Porque meu pai foi exilado muito, muito cedo, e nós fomos trabalhar muito cedo.*” As outras três entrevistadas, Mariana, Silvia e Sofia – duas provenientes de classe média - entraram para a universidade, nos anos de 1960. Sobre esta questão específica relacionada ao período, Vaitsman (1994) pontua que

A geração que entrou para as universidades a partir de meados dos anos 60 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernização brasileira e a transição para um novo período (p. 68).

A possibilidade de novas formas de sociabilidade e das relações entre os gêneros teve importância no que tange a possibilidade da construção de relações afetivas, já que neste contexto mais amplo, a relação com os iguais, ou seja, com aqueles que compartilhavam das mesmas ideologias, pensamentos, e até leituras, tinha peso significativo (Trigo, 1994). Este apontamento apresenta coerência com a trajetória de duas de nossas entrevistadas, e da maior parte de entrevistadas de Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012), que se uniram afetivamente a outros estudantes, líderes de diretórios de estudantes, com quem formaram uma parceira amorosa e política. Mariana, presidente do DA de serviço social, namorou e chegou a casar oficialmente com o presidente do diretório central dos estudantes da UFMG. Enquanto Silvia, já na pós-graduação, conheceu o líder do diretório de medicina da UFES, “*Ele já era líder de massa e eu era líder, digamos, cultural.*”

Compreender essa mudança nas formas de socialização e sociabilidade se torna relevante quando se percebe que neste momento histórico específico, configuram-se novas formas de conjugalidade, muito influenciadas pela ideia de “amor livre” acionadas pela relação de Sartre e Simone de Beauvoir, com cita Silvia, nossa entrevistada; além das transformações no ideal de virgindade dentro desses novos modelos conjugais, que passou também a ser amplamente criticado, já que estaria ligado a um comportamento pequeno-burguês (Vaitsman, 1994; Gianordoli-Nascimento, 2012). Todas essas mudanças e processos em relação à conjugalidade, virgindade e liberdade sexual se desenvolvem com maiores

elementos nos anos 1970, (Vaitsman, 1994, Sarti, 2004), com a discussão e fortalecimento das ideias feministas; mudanças que nos permitem compreender o panorama atual das relações de gênero e as novas configurações familiares e conjugais.

### **5.3 Maternidade e Militância: compreendendo tensões entre o individual e o coletivo**

A maternidade nem sempre se configurou como uma possibilidade de “escolha” para a mulher (Szapiro & Feres-Carneiro, 2002; Badinter, 1985; Rocha-Coutinho, 1994; Scavone, 2004). Carson (1995) destaca, a maternidade, ou o ser mãe como um dos pilares formadores da identidade feminina, nos ajudando a compreender que a partir desse aspecto, a realização da mulher enquanto sujeito, estaria na consumação de seu destino como mãe. Mas além dessa máxima, para a construção de sua identidade como mulher, ainda deveria negociar a maternidade com a vida de casada, considerando que a maternidade tradicional se dá no âmbito do casamento.

Propiciada pelo avanço da industrialização, a entrada de mulheres no mercado de trabalho foi progressiva, incluindo principalmente as mulheres de classes populares (Rocha-Coutinho, 1994). Entretanto, as mulheres, especialmente as de classe média, já eram socializadas para serem “boas mães”, pois só poderiam ser boas esposas se paralelamente atendessem conjugalmente a seus maridos (Szapiro & Feres-Carneiro 2002; Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994). Essa questão, porém, da presença da mulher com o exercício da dedicação no espaço privado do lar, foi sendo construída e reconstruída. Segundo Vaitsman (1994), com as transformações propiciadas pela divisão sexual do trabalho, houve uma redefinição na ocupação dos espaços públicos e privados, organizados hierarquicamente pela diferenciação entre os sexos.

Essa, entretanto, seria uma reviravolta na redefinição destes espaços, já que no século XIX, por exemplo, as mulheres, pelo menos as de classe popular, já estavam inseridas em atividades remuneradas ou na produção fabril, ou como lavadeiras, amas-de leite, não apenas ocupando o espaço público, mas no mercado de trabalho, mesmo que informal (Matos, 1995). Segundo Matos (1995), os ideais higienistas modificaram a relação entre espaço público e privado, acompanhados das transformações urbanas. “Os espaços públicos começam a

corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza” (p. 101).

No século XX, a modernização trouxe outros elementos modificadores na ocupação desses espaços; a ideia de amor romântico afluída nesse contexto fortaleceu as prescrições sobre os papéis femininos de mãe e esposa, devota ao lar e ao marido e filhos (Giddens, 1993; Rocha-Coutinho, 1994); a divisão sexual do trabalho e a redefinição da inserção no mercado de trabalho são marcas importantes na compreensão desses espaços. Segundo Vaitsman (1994), a partir dos anos de 1930 ocorreu uma redução no número de contratação de mulheres, reforçada pela força dos discursos “científico, jurídico, popular” (p. 56), acerca dos papéis e características próprias para homens e mulheres. “Neste primeiro momento da modernização brasileira, a dicotomia dos papéis familiares coadunava-se bem com o modo pelo qual a industrialização ia se organizando, sendo corroborada pela legislação que regulava o trabalho fora de casa.” (Vaitsman, 1994, p. 57).

A experiência das mulheres entrevistadas, envolvendo a participação no exercício político, associado ao aumento da escolarização e à profissionalização, introduz, na construção de suas identidades de gênero, a dimensão da participação pública. Dimensões sociais que atualmente se consolidam, principalmente, por meio do trabalho feminino, contribuindo para a ampliação da configuração da identidade da mulher, antes ligada apenas ao casamento e à maternidade. Embora ainda se mantenha uma hierarquia entre esses elementos, esta ampliação integra-se a visão de Carson (1995), na qual a identidade feminina se constitui por três pilares fundamentais:

1) A maternidade e o ser mãe. 2) O matrimônio ou a união e o ser esposa ou companheira. 3) O trabalho ou a profissão e o ser trabalhadora ou profissional. A identidade de gênero das mulheres em um tempo e em um espaço historicamente determinados é produto da articulação específica desses três eixos. (p. 209).

Segundo o autor, estes eixos conceituais não se tornam elementos estruturadores da identidade somente por meio da consolidação empírica. Atuam, então, como símbolos que se organizam, desenvolvem e adquirem relevância diferente ao longo da vida de cada mulher. Em função da maneira que a articulação entre eles se recompõe e se reacomoda, produz contínuas transformações a partir de pertenças grupais e sociais das mulheres

... e perdura do nascimento até a morte. .... Eles estão sempre presentes, porque são formas sociais que orientam a conduta, perfilam e valorizam as formas de atuação e, dessa maneira, participam da definição do que é ‘próprio’ do gênero feminino. Nesse sentido, eles participam como símbolos que descrevem e designam, organizam e acomodam, nomeiam e qualificam detalhadamente o que significa

ser mulher. .... Não há uma etapa na qual as mulheres finalizam o processo de consolidação da sua identidade de gênero. O que pode ser pensado através de etapas não é a resolução, mas as modificações que a identidade sofre em função das experiências que cada mulher vive, incorpora, valoriza, simboliza. (Carson, 1995, pp. 210-211).

Compreendemos, portanto, que a definição dos lugares sociais ocupados por homens e mulheres foi construída ao longo dos séculos, não sendo diferente em termos da construção social da maternidade ou do ideal de amor materno (Badinter, 1985; Trindade, 1998), ideia fortalecida pelos diversos discursos científicos e médicos-biológicos que designou à mulher a responsabilidade pela prole, por ser biologicamente preparada para gerar uma criança; sendo assim, o amor incondicional aos filhos estaria acoplado a esta condicionalidade (Hrdy, 2001; Badinter, 1985; Trindade, 1998; Scavone, 2004; Rocha-Coutinho, 2004).

Esses discursos sobre as características masculinas e femininas também foram utilizados para redefinição dos espaços públicos e privados, principalmente em relação a constituição da família conjugal “a natureza feminina [realizar-se-ia] como mãe e esposa devotada e a masculina como pai, responsável pela provisão material e moral da família” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 56). Tal discurso sobre a família, somado a reorganização da indústria moderna, contribuiu para a separação dos espaços; a mulher caberia o espaço privado, do lar, para o cuidado da casa, marido e filhos, e ao homem, o espaço público, para a garantia da provisão para a família. Assim, enquanto a mulher nasceria para a reprodução/procriação, assumindo seu lugar natural de mãe e esposa, o homem deveria aprender a ser provedor, e posteriormente a ser pai; desse modo, sua condição não se baseava no aparato biológico, mas no aprendizado dos papéis (Badinter, 1985; Trindade, 1998; Rocha-Coutinho, 1994).

As transformações e o clima de mudanças a partir dos anos de 1960 alterariam mais uma vez essa dinâmica, observando que assim como tiveram rupturas houve também continuidades tanto nos discursos construídos socialmente, quanto na legitimidade da definição desses lugares sociais. Entretanto, como vimos na discussão sobre a socialização feminina, incluindo a progressiva entrada das mulheres de classe média nas universidades, entendemos que nossas entrevistadas puderam transitar entre o espaço público e privado, vivenciando a alteração de circulação propiciada pela inserção na vida de militância política de oposição ao regime militar.

A partir de uma divisão didática proposta por Almeida e Weis (1997), é possível compreender como suas trajetórias foram afetadas por essas transformações. Os autores se referem à dinâmica de fechamento e abertura do espaço público e privado durante três períodos, dos quais destacaremos dois e discutiremos os impactos do cenário sócio-político na

vida cotidiana das entrevistadas: 1) o primeiro seria dos anos de 1964 a 1968, período de tempo entre o primeiro Ato Institucional até o Ato Institucional número 5 (AI- 5); 2) e o segundo que vai dos anos de 1969 a 1974, período em que se inicia o processo de abertura política que se consolida em 1979.

Conforme Almeida e Weis (1997), este primeiro período, até antes da promulgação do Ato-Institucional 5 (de 13 de dezembro de 1968) foi caracterizado por uma maior abertura do espaço público para manifestações diversas, movimento encabeçado não apenas pela juventude brasileira, mas pelos jovens do mundo, que durante os anos de 1960, por meio da arte, da política, do uso de drogas como forma de protesto, somados a rebeldia em relação aos códigos e ao ideal de liberdade, fizeram com que esse primeiro momento, fosse de tomada do espaço público (Ventura, 1988, Faria, 1997; Almeida & Weis, 1997).

Nesse período, as mulheres entrevistadas estavam entrando para a militância política organizada, onde todas elas conheceram seus companheiros afetivos, com quem posteriormente, tiveram filhos. Durante esta época, participavam e organizavam as manifestações nas ruas e nas universidades, estando presentes nas reuniões clandestinas durante as madrugadas, envolvendo-se em embates políticos e teóricos com homens, em ações de pichações e panfletagens noturnas, e já não estavam mais sobre a tutela dos pais.

As mulheres que entraram para a militância política estavam transviando-se do modelo de feminilidade estabelecido na época; por isso, algumas delas, como Mariana e Sofia, destacam que foram comparadas com homens e em algumas circunstâncias, tiveram que assumir uma postura masculinizada, o que facilitava serem aceitas nesse contexto: *“Isso era um escândalo! Os meninos meus colegas morriam de medo de mim, (risos) falavam que eles nunca casariam comigo, que eu era uma mulher muito esquisita! muito diferente! (...)... mas era o fato de que enfrentava polícia, era o fato de que eu ia nas reuniões clandestinas até de madrugada, era o fato de que eu fazia... tinha atitudes, ações, posturas, que na época era considerados atributos unicamente masculinos! Não eram atributos femininos! A mulher era pra ser mais tímida, a mulher era pra ser mais meiga, mais submissa, né, mais medrosa, certo. Características de capacidade de direção, coragem, não sei que, isso era masculino!...”* . Sofia relata ainda, como se sentia ameaçada enquanto mulher durante as madrugadas em que tinha que sair sozinha da moradia da universidade para panfletar ou fazer pichações, visto que mulheres nas ruas nesses horários estavam disponíveis a prostituição e expostas a violência. Embora os jovens contestassem os valores tradicionais, e a nova ordem instalada, a militante conta que em certa feita teve que se vestir como homem para dar continuidade às suas ações com outros dois colegas homens, que a criticaram: *“mas você não*

*é uma mulher emancipada?’’, [ela responde] ‘eu sou! Mas o mundo não é. E eu tô no mundo... tá certo?! Não adianta!. Vocês num são homens emancipados? Fala com a mãe de vocês que sua amiga vai ficar na sua casa com você até duas horas da manhã!...’*”.

Colling (1997), afirma que para assumirem um lugar dentro das organizações de esquerda, as mulheres precisaram negar sua condição feminina; não que tenham assumido um lugar masculino, mas “Por serem espaços fundamentalmente masculinos, as mulheres se impunham a negação de sua sexualidade, para conquistarem um lugar de igualdade ao lado dos homens .... Os homens militantes, em contrapartida, viam as companheiras militantes como mulheres assexuadas” (p. 117). Nesse sentido, esse olhar para as militantes como diferentes, se relacionava a comparação entre elas e o modelo de mulher da época.

A problematização acerca da ocupação do espaço público/político, tendo que assumir posturas não identificadas ao feminino, é uma leitura atual, construídas acerca do “ser mulher e ser militante.” (Gianordoli-Nascimento, Trindade & Santos, 2012). Enquanto puderam se organizar e militar nas ruas, as mulheres rompiam com a possibilidade da ocupação apenas do espaço privado, já que não se encaixavam nesse modelo, e ganhavam o espaço público e político dentro e fora das universidades. Vale enfatizar que no momento dos acontecimentos a tônica era contestar o regime. Somente a distância no tempo permitiu que no processo de construção da memória social sobre os acontecimentos, a questão de gênero ganhasse relevância, mostrando a importância de suas participações, articulando novos significados para suas experiências.

No segundo período contextual organizado por Almeida e Weis (1997), observa-se a permeabilidade ou imprecisão entre as fronteiras do público e privado, já que compreendem os anos depois da promulgação do AI-5 em diante - 1969 a 1974 – como um período que criou os sustentáculos para o início do processo de abertura política que se consolida apenas em 1979 com a criação da Lei da Anistia. Esse segundo período, principalmente os anos iniciais, se caracterizou por uma completa perda dos direitos civis. Cercearam-se direitos políticos e civis, além de intensificar a repressão aos que manifestassem oposição ao regime militar por meio de um intenso número de prisões, durante as quais foram institucionalizadas e especializadas as práticas de torturas, além de crescer o número de desaparecimentos e mortes de militantes políticos.

O espaço privado se tornou o único espaço social possível para o exercício político, já que a Esfera Pública<sup>17</sup> passa a ser alvo de censura e repressão destituindo o diálogo e a ação

---

<sup>17</sup> “La idea de la esfera pública en el sentido de Habermas (...) designa un escenario en las sociedades modernas en el cual la participación política se realiza por medio del diálogo. Es el espacio en el cual los ciudadanos

democrática. Houve um acirramento da repressão, e uma institucionalização da tortura (Coimbra, 2001a), colocando sob perigo de morte, prisão e desaparecimento as oposições, especialmente a oposição armada que insurgiu contra o regime militar. Estes foram anos em que a maior parte dos militantes viveu na clandestinidade total, exilaram-se, foram presos, mortos, torturados, desaparecidos e banidos do país.

Durante estes anos, as militantes entrevistadas já estavam unidas aos seus companheiros afetivos, sendo que apenas Mariana havia se casado oficialmente em cartório, já que esta foi uma pré-condição da família para a aceitação de sua entrada na vida clandestina. Almeida e Weis (1997) definem que nesta condição era preciso aprender a viver aparentando certa ‘normalidade’, no que tange os códigos e modelos sociais vigentes. Suely e seu companheiro afetivo, ao passarem a viver juntos, na mesma casa, usaram essa condição de “casal recém-casado” como fachada para os vizinhos da moradia onde residiam, já que essa casa era um ‘aparelho’ do partido onde aconteciam reuniões políticas, funcionava uma gráfica clandestina, e servia de esconderijo para outros militantes que estavam vivendo em total clandestinidade. Ela, grávida, frequentava esporadicamente a casa dos vizinhos para demonstrar que viviam uma vida “normal” como qualquer casal, mas sem se aprofundar nas relações, “ talvez o aspecto mais difícil da condição de clandestino, era construir um cenário de normalidade” (Almeida & Weis, 1997, p. 378). Assim, o exercício da política que esteve a ‘todo vapor’ nas ruas, nos movimentos sociais, nos sindicatos com as greves, nos debates públicos permeados pela imprensa, foram interiorizados e exercidos na vida privada. As casas, ou aparelhos, que serviam de moradia além de serem o lugar de se fazer e desenvolver ações políticas, eram também o único espaço de convivência e relação social/pessoal possível entre os militantes.

Esse segundo momento reforça a tese do espaço pessoal, como espaço político. A vida e trajetória das (os) militantes foram totalmente modificadas por essa condição sócio-política e pelas ambiguidades entre o que era permitido e o que era proibido (Almeida & Weis, 1997; Gianordoli-Nascimento et al, 2012). As organizações reforçavam as regras de segurança individual e coletiva, estabelecendo normas de conduta e comportamento na vida

---

piensan y examinan sus asuntos comunes y por lo tanto es un escenario interacción discursiva. Este escenario es conceptualmente distinto del estado; es un sitio para la producción y circulación de discursos que en principio pueden ser críticos del Estado. La esfera pública en el sentido de Habermas es también conceptualmente de la economía oficial; no es un escenario de relaciones de mercado pero uno de relaciones discursivas, un escenario para el debate y la deliberación y no para la compra y venta. Entonces este concepto de la esfera pública nos permite enfocar las distinciones entre aparatos del estado, mercados económicos y, asociaciones democráticas. Estas distinciones son centrales a la teoría democrática” (Fraser, 1992).

clandestina. Vivendo em pequenos grupos nos aparelhos ou em casas de simpatizantes que davam suporte social, a coletividade tornou-se a principal tônica da vida, já que a atitude não comedida de um, poderia colocar em risco a vida de todos, ocasionando prisões, derrocada das organizações e intensificação da tortura nos interrogatórios a fim de conseguirem informações sobre lideranças e existência das organizações.

Nossas quatro entrevistadas (Mariana, Sílvia, Sofia e Suely), tiveram a primeira gravidez nesta situação de clandestinidade. Todas neste período pós AI-5, nos duros e cinzentos “anos de chumbo”. Sílvia, por exemplo, se descobre grávida final de 1968 quando, ela e o companheiro passaram a ser intensamente perseguidos por serem importantes lideranças no estado do Espírito Santo e participarem de ações de guerrilha urbana (desapropriações em bancos; planejamento/execução de sequestros de diplomatas, e organização de grupos armados). Ela estava clandestina no Rio de Janeiro desde outubro de 1968. Seu companheiro afetivo se juntou a ela no início de dezembro após ser solto, dias antes da promulgação do AI-5. Sofreram intensa perseguição e estavam vulneráveis após a prisão do irmão do namorado de Silva, também do partido, com quem dividiam o aparelho no qual moravam. O casal se exilou em meados de 1969 após o parto, deixando a filha no Brasil.

Sofia e Suely também engravidaram na clandestinidade, Sofia no de 1972 e Suely ainda em 1970, ambas estavam vivendo no contexto de guerrilha rural (Sofia) e guerrilha urbana (Suely), o que as colocava numa situação de vulnerabilidade. Com poucos recursos essas mulheres se descobriram grávidas em pleno acirramento das forças repressivas do Estado. Para Mariana, Sílvia e Sofia descobrir-se grávida foi um “susto” e não uma “surpresa”, já que nenhuma delas concebia a possibilidade de ter um filho naquele contexto, mesmo que em meio à intensa paixão amorosa que relatam terem vivido com seus parceiros, que em alguma medida, idealizavam esse desejo.

Sílvia relata que seu companheiro afetivo já havia se referido à possibilidade de terem um filho, mas ela revidou, considerando este contexto perigoso; levando em conta também a falta de contato com os familiares e isolamento: *“ao mesmo tempo que a gente tava fazendo planificação para sair, para nos incorporarmos a algum foco rural, ele falava em ter filhos. Eu dizia: ‘[...] não tem sentido! Como é que nós vamos fazer uma vida de luta armada, de clandestinidade e ter filhos?’ ele dizia ‘a gente dá um jeito!’.* E foi uma loucura, uma loucura...” A situação de clandestinidade e perseguição na qual viviam era avaliada como condição não propícia para se ter um filho, configurando assim algum compartilhamento com o ideal social de preparação para a maternidade e paternidade, que em termos mais tradicionais, deveriam se dar dentro do casamento, apoiado no ideal de família burguesa,

nuclear, estruturada, em que homens e mulheres teriam papéis definidos (Rocha-Coutinho, 1994; Vaitsman, 1994). Embora esses casais rompessem com elementos que caracterizassem os modelos de tradicionais de casamento e lugares de gênero, viviam os conflitos permeados por essa conjugação de valores.

A partir desses relatos é possível considerar que a maternidade em nossa sociedade, tem pesos diferentes para homens e mulheres, já que a responsabilidade pelo cuidado com a criança além da preocupação com o seu futuro cabe à mulher, enquanto que ao homem cabe ser provedor, mantendo a família e ensinando valores morais (Trindade, 1998; Badinter, 1985; Rocha-Coutinho, 1994). Mariana, ao avaliar o significado da maternidade para homens e mulheres, considerou que numa situação de escolha entre ter que dar continuidade à militância, ou abandonar tudo para viver integralmente a maternidade, tem pesos diferentes na vida das mulheres, não apenas naquele contexto, mas no atual: “(...) *por causa de filho, quem abandonaria era a mulher... como sempre, é claro, mesmo hoje, não tá na ditadura, mas se você tem filho, por mais cabeça aberta que seja o teu marido, a... vamos dizer, a responsabilidade da criança é dez mil vezes mais sua do que dele! Entendeu? Vai afetar dez mil vezes mais a sua vida do que a dele... Então, ah... você tem que ter muito mais força e descobrir formas, muito mais do que os homens numa situação de ter filhos*”. Trindade (1998, 1999) ressalta que as representações sociais de maternidade e paternidade têm raízes nas concepções sobre papéis masculinos e femininos do século XVIII, que definiam o lugar da maternidade e certamente anulava a questão da paternidade. Essas “concepções arcaicas” têm uma função social de manter a diferença entre os sexos, principalmente a diferença biológica, fixando lugares próprios para homens e mulheres.

Sofia, hoje, com uma leitura acerca das questões de gênero, nas quais se engaja, reflete como a maternidade relacionada à conjugalidade, na condição de clandestinidade e guerrilha, teve dimensões diferentes para ela e para seu companheiro afetivo, estabelecendo conflitos no momento da descoberta da gravidez. É interessante notar que em um contexto de relações amorosas apoiada nos referenciais do “amor romântico”, a postura do parceiro amoroso em apoiar e desejar a gravidez pode ser interpretada pelas mulheres como atitudes que espelham romantismo e prova de amor. No entanto, para as nossas entrevistadas, que não partilhavam e nem viviam cotidianamente relações amorosas prescritas, o posicionamento dos companheiros afetivos não era interpretado por meio dessas representações românticas: “*Porque pra um homem é tranquilo ter um filho né? Quando ele descobriu que eu estava grávida até arranjou um nome para ele. Ele tem o nome que o pai escolheu (...). Agora, para ele era mais tranquilo, tipo: ‘não, você tem o filho, não é problema.’ Agora para mim,*

*eu ficava assim: ‘um filho vai me prender....’ Tanto que eu vim para cá, tive o filho e ele ficou lá, né?! [no Araguaia] Tá certo?! Pro o homem é mais fácil do que para a mulher... o filho não separa da gente com o cordão umbilical, ele dura mais tempo, né?! Então, eu... por isso que eu tinha essa... contradição! Ter o filho ou não ter o filho?! Entendeu?! Porque, isso me incomodava” .*

O conflito aparece na situação de militância justamente pelo fato colocado: “ou isto, ou aquilo”, ou tenho filhos, ou continuo minha vida de militância; ou uma coisa, ou outra. De acordo com Rocha-Coutinho (2009), nessas contradições as mulheres é quem são ensinadas a decidir, entre o trabalho, por exemplo, e a construção de uma carreira profissional, ou a pausa na vida para o momento da maternidade. É como se não se pudesse conjugar a maternidade a outras atividades. Conforme a construção social tradicional de maternidade, a mulher deve ter dedicação exclusiva ao(s) filho(s).

Considerando todos os aspectos que abrangem as situações de imposições sociais veladas e simbólicas que envolvem a contínua construção da identidade de gênero feminina, preferimos, analiticamente, considerar que as mulheres vivem uma ‘tomada de decisão conflituosa’ na qual se somam sentimentos de incompletude e culpa por terem decidido entre uma coisa ou outra, ou por considerarem as perdas que a sobrecarregaram na conjugação da maternidade e o ser esposa com a militância/carreira/trabalho.

Para os homens, isso não se faz como questão, até porque socialmente não são educados para exercer a paternidade. “Quase como uma decorrência natural dos modelos tradicionais de gênero, o homem adquiriu o privilégio da paternidade voluntária, enquanto a mulher se submete à maternidade obrigatória” (Trindade, 1999, p. 35). Tradicionalmente, eles podem estar apartados do exercício das práticas de cuidado com os filhos, porque sua função principal é a provisão (por meio do trabalho) e não a procriação e o cuidar, considerados atributos identitários femininos. Por outro lado, mesmo quando os exerce, o conflito pessoal/identitário não se instaura quando deixam os filhos para a realização de outras atividades. “Não existem sanções sociais para o homem quando se nega a ter filhos e nem mesmo quando não reconhecem um filho” (Trindade, 1999, p. 35).

Segundo Szapiro e Féres-Carneiro (2002), a modernidade, industrialização e a crescente inserção das mulheres no espaço público, associada ao advento das pílulas anticoncepcionais, e o avanço do feminismo pós anos 1970, favoreceu visões sobre o exercício materno possibilitando às mulheres novos elementos identitários que contribuíram – não sem tensões – para a autonomia no processo de decidir entre ter ou não o filho, incidindo

inclusive no uso de medicamentos, ervas e outros procedimentos para a realização do aborto (Szapiro & Féres-Carneiro, 2002; Scavone, 2004).

A decisão sobre ter ou não o filho, quando tê-lo, ou o número de filhos desejado, é, segundo Scavone (2004) uma marca do modelo moderno de maternidade. A autora apresenta dois modelos de maternidade que estão intrinsecamente ligados a mudança de posição da mulher na sociedade, sua saída do âmbito privado do lar e conseqüentemente do lugar único de mãe e esposa, ocupando o espaço público, o mercado de trabalho e assumindo outras tarefas.

O modelo tradicional de maternidade estaria ligado ao tamanho da prole (nos anos de 1930/40/50) ainda numerosa, sendo a principal função da mulher ser “boa mãe” e “boa esposa”. A nova mulher moderna, além de conjugar casamento, trabalho e maternidade, teria uma prole reduzida; com opções de ter ou não filhos; adiar a gravidez em detrimento da carreira; decidir quando e quantos ter, sendo este o novo modelo de maternidade. Contudo, a possibilidade de escolha no chamado modelo moderno de maternidade não é livre de conflitos e tensões, não sendo uma escolha completamente livre, por isso, definimos esse processo como uma decisão conflituosa, e não puramente como uma “escolha”.

É importante ressaltar, que como aponta Rocha-Coutinho (1994) e Vaistman (1996) as mães de classe baixa, em sua maior parte sempre tiveram que conjugar maternidade, trabalho e sobrevivência, sendo, na maioria das vezes, as principais mantenedoras do lar e família. Assim, nossa proposta é pensar em maternidades e não apenas em um modelo único, embora os elementos que compõem o modelo tradicional, exigindo dedicação exclusiva da mulher, indiquem a representação social do ser mãe em nossa sociedade, com apontado por Trindade (1999).

Suely assinala em seu relato que o modelo de maternidade apresentado pelo marido, que desejava muito ter filhos, coadunava-se com o padrão tradicional, articulado com aspectos culturais e familiares, já que ele vinha de uma família com muitos filhos. Ela, só tinha dois irmãos, e vinha de um modelo de família de militantes, que não guardava relação com o modelo tradicional de família “[Seu companheiro afetivo dizia:] *‘Agora a gente não pode pensar em ter outro filho, porque só pode ser esse filho... mas quando acabar tudo, quando a gente terminar a nossa tarefa... a gente vai... eu quero um outro filho! Eu sou mineiro! Eu quero muito filho! A gente vai ter muito filho, ter família grande, tem que ser grande!’* (pausa) *E... e era o sonho dele ter família grande (risos).*”

Das quatro militantes entrevistadas, Suely é a única que relata ter desejado e planejado ter um filho. As outras mulheres descobriam-se grávidas depois de alguns meses de gestação

(variando entre 2 e 4 meses), ela, por meio do exame, e do planejamento da gestação soube no início que estava grávida. “[A gravidez] *Foi querida, (...), a escolha de ter um filho naquelas circunstâncias num foi acidental, foi procurado, eu quis e ele quis também. É (pausa longa) e... fiquei grávida, foi uma felicidade muito grande pra gente, pra ele.*” A descoberta e comprovação das outras mulheres de que estavam grávidas, se deu baseada apenas pelo atraso menstrual, pois não tiveram possibilidades de fazer um exame que comprovasse a gravidez, significando também que não sabiam com segurança o tempo que tinham de gestação, como revela Mariana, que só soube que estava grávida de gêmeos e com sete meses de gestação, no momento em que foi atendida em um hospital em trabalho de parto prematuro.

Neste estudo, embora três das quatro entrevistadas tenham declarado que a primeira gravidez foi inesperada, (Mariana, Silvia e Sofia) duas delas (Mariana e Sofia) puderam já nesta conjuntura moderna, embora com restrição de direitos, escolher se dariam ou não continuidade a gestação, decidindo em ter os filhos, mesmo considerando os riscos que elas, os companheiros afetivos, os companheiros de militância e o bebê, corriam ao tomar tal decisão. Nesse momento, contudo, as escolhas não eram tão liberais ou individuais, no sentido de passarem somente pelo casal, como se possa pensar que aconteceria em uma situação de “normalidade” e não de “clandestinidade”, com restrição de acesso, direitos, e até comunicação. E tal contexto, as dimensões e decisões pessoais giravam em torno da decisão e condição coletiva do grupo, do coletivo de militantes, como podemos ver no relato das mulheres, que passaram por muitos conflitos sobre dar continuidade ou interromperem a gravidez, já que as organizações em que militavam deveriam ser informadas sobre a gravidez e consultadas sobre a possibilidade das mulheres manterem ou não a gestação, pois uma situação dessa colocava em fragilidade todo o grupo de militantes, levando em consideração que essas mulheres viviam na mais absoluta clandestinidade, com relações sociais restritas ao grupo, que mantinham laços afetivos intensos e conflituosos. A experiência delas se deu num contexto de coletividade efetiva, em que a própria organização considerava e avaliava os riscos que não apenas os militantes, mas as crianças sofreriam.

Como essas mulheres não haviam planejado ter um filho, a descoberta da gravidez no contexto de clandestinidade trouxe conflitos relacionados à continuidade ou interrupção da gravidez; o que nos permite pensar na relação com a visão de impossibilidade de conjugação entre a maternidade e a militância, ou seria uma coisa ou outra; como colocado no modelo de maternidade tradicional, onde a mulher seria “boa mãe” se devotasse a vida integralmente aos filhos (Badinter, 1985). Diante desse conflito, Mariana exemplifica seu posicionamento na segunda gravidez: “*na minha cabeça eu falei: ‘Mas eu ... eu quero um segundo. Filho único*

*vai ficar muito sozinho, eu quero, quero ser mãe outra vez!’. E acabei decidindo que ia ter, com o apoio do meu companheiro. E isso,... dessa escolha; uma coisa ou outra, e eu falei: ‘Eu quero as duas coisas!’. E eu me lembro que eu conversei com um companheiro que era da direção de AP ainda, antes de... do PCdoB, e ele falando comigo que, eu tinha que escolher: ou a luta, ou o filho. E aí eu falei com ele o seguinte: ‘Eu vou ter! Aqui eu vou ter. E eu quero lhe dizer uma coisa...’ – ele era companheiro de direção nacional de AP - ... ‘No dia, que eu falhar como revolucionária, no dia que eu deixar de cumprir minhas tarefas, ou que eu colocar a luta em risco, você tem o direito de falar alguma coisa. Mas enquanto eu não colocar ninguém em risco, não falhar, não deixar de cumprir, não abandonar a luta, você não tem o direito de falar nada! Porque é o meu filho, tá no meu corpo, e no meu corpo quem manda sou eu. E não é fácil essa escolha!... Isso foi um dirigente, companheiro de luta, que era meu dirigente. E eu o enfrentei mesmo, e aí o [meu companheiro afetivo] se colocou, perfeito: “Se você decidir interromper, eu tô com você! Se você decidir ter, eu tô com você, e nós vamos ter!” Aí eu comuniquei pra ele: “Vou ter!”... “Então, vamos ter!”*

Acredita-se que o posicionamento dela tenha relação com sua formação sociopolítica e às referências ligadas as questões feministas, presentes desde sua juventude. O companheiro afetivo também parece ter sido suporte para fortalecer sua decisão, já que como pai e cônjuge, participou da questão, mas em definir ou impor a condição. Além disso, a experiência de uma primeira gestação também neste contexto, que embora não tenha sido conforme o modelo tradicional, já acarretava a possibilidade de militar, ser mãe e sobreviver, mesmo que sob riscos e ameaças. Nas duas decisões, o marido acompanhou a decisão da companheira, embora em um primeiro momento também tenha pensado no aborto como uma saída. O aborto como prática não legalizada, ainda como hoje, acarretava questões morais, não só para os que sabiam da prática realizada pela mulher, como para ela própria, não sendo uma decisão sem conflitos e amalgamada de sentimentos confusos (Scavone, 2004).

Sofia também passou por esse conflito. Clandestina na guerrilha do Araguaia, já havia passado por tensões junto aos dirigentes da organização em função da sua união conjugal com um militante guerrilheiro. A descoberta da gravidez e a preparação para falar com a direção, trouxe muitos conflitos para ela, que internamente fazia a avaliação sobre sua trajetória e inserção política: *“quando foi o fim de agosto de setenta e dois eu tava grávida, né?! (...)* [como a direção do partido no Araguaia tinha perdido o contato com os militantes de outros estados] *então a direção achou que eu devia ir pra São Paulo, porque uma gravidez lá ia ser uma coisa muito difícil, no meio da guerrilha. Eu vinha pra cá, fazia o aborto ou tinha o filho e aí via as condições, e fazia o contato. (...)* Agora para mim, eu ficava assim: *‘Não, se*

*eu tiver o filho, eu fico presa, né, com o filho”.* (Pequena pausa) *Tá certo?! por isso que eu tinha essa... contradição! Ter o filho ou não ter o filho?! (...) eu tinha um objetivo na vida, tá certo. E não incluía maternidade naquele momento.”* Embora Sofia naquele momento conflituoso da descoberta da gravidez em meio ao projeto de militância, tenha feito avaliações sobre os riscos e sobre a possibilidade de dar ou não continuidade à gravidez, posteriormente, já no momento de nascimento da criança percebeu que a condição materna foi essencial para que não sucumbisse na prisão e para se manter resistente às investidas contra ela, já que passou a lutar pela própria sobrevivência, a fim de garantir também a sobrevivência do filho.

Além dos conflitos em ter que decidir, em debater com o grupo coletivamente uma questão que objetivamente seria pessoal, isto é, ligada ao casal, caso decidissem não terem o filho, teriam que lidar com a questão da culpa, relacionada à prática do aborto, que agrega uma questão moral, e talvez, posteriormente uma cobrança social, já que em nossa sociedade a maternidade é o destino da mulher, que só será plena dando a luz e dedicando-se aos seus filhos. Trindade e Enumo (2001) apontam em seus estudos que a mulher infértil, ou a que decide não ter filhos é vista socialmente como infeliz e solitária.

Embora falemos em escolha, decisões, nesse contexto essas mulheres não decidiam com a liberdade que pensamos, eram levadas por suas inserções e trajetórias na militância, vivendo numa situação-limite, e a partir do que era possível. Sobre isso, Silvia reflete: *“na verdade... as possibilidades de escolha que eu tive na vida, foram poucas.”*

A história de Silvia em relação à maternidade é marcada de atravessamentos políticos. Ter deixado a contragosto a primeira filha no Brasil quando se exilaram, por medida de segurança para o casal e a filha; depois, por ter perdido o segundo filho e ficar em dúvida se de fato a morte se deu por uma doença ocasional, ou se mantinha relações com algum tipo de perseguição, como pensou seu marido. Essas duas questões especificamente marcaram a vida de Silvia, confundindo-a sobre o que de fato era apenas do cunho pessoal/familiar, ou o que decorria de sua trajetória política. Na verdade, como discutimos, pessoal e político de fato se misturavam.

Mariana e Sofia nos permitem compreender essa experiência de tensão entre o individual e o coletivo. As duas, mesmo com as considerações da organização e no caso de Mariana, na primeira gravidez, ter tido a opinião do companheiro afetivo de que talvez a melhor saída fosse a interrupção da gravidez, decidiram em manter e conjugar maternidade e militância, embora tempos depois, já no processo de abertura do regime militar (1979-1985), tenham sentido como era difícil esta conciliação, observando inclusive o posicionamento dos demais militantes: *“A gente tinha de carregar elas muitas vezes, né, essas coisas, então é...”*

*muitas vezes iam com a gente nas reuniões e tudo e tinham outras... outras mães levavam os filhos também, ué, o que ia fazer com os meninos, né?! (...) E nós... as mães da clandestinidade (risos), (...)ao mesmo tempo, tinha que garantir a luta e ao mesmo tempo garantir minhas filhas.”* (Mariana). Sofia também relata como alguns companheiros homens reclamavam dela levar o filho para as reuniões, e de ter que adiar algumas tarefas quando ele estava doente. Diante disso ela também se posicionava garantindo que conseguiria articular maternidade e militância.

Contudo, a maternidade no contexto de clandestinidade, sobretudo a gestação nesse período de promulgação do AI-5 em diante, também acabou sendo utilizada como estratégia/fachada nas ações de alguns grupos de militância, como no caso de Sílvia, que não passou pela mesma experiência de Mariana e Sofia, quanto à tomada de decisão em continuar ou interromper<sup>18</sup>, mas atendeu a decisão do companheiro afetivo em poupá-la.

Três das entrevistadas (Mariana, Silvia e Suely) relatam ter percebido uma diminuição em suas tarefas nos partidos quando anunciaram a gravidez, pois além de nessa situação serem consideradas frágeis, estaria colocado mais uma vez a questão da tensão entre o individual e o coletivo: a exposição delas colocaria em risco todos os outros militantes do grupo a que estavam vinculados, os deixando em uma situação de vulnerabilidade. “(...) quando eu fiquei grávida, é... Se ponderou o fato de que eu não ia mais participar de nenhuma ação. Por que... porque eu não podia me expor. Eu estava responsável por uma outra vida. (...) porque você já com a militância por si mesmo já era um contexto de morte. Você participar de uma ação militar, que era uma ação militar armada, de qualquer maneira era. Era uma... era correr o risco direto do teu... da tua vida e da vida de quem está com você. Então você não pode expor uma criança, vamos dizer assim, um ser humano que está dentro de você.” (Suely).

Silvia diz ter percebido uma diminuição de suas tarefas no quadro dos partidos, sendo seu companheiro afetivo o mediador entre o que era discutido nas reuniões clandestinas e ela: “[ele vinha com] o pretexto de que eram tarefas muito perigosas”. Assim, com a gravidez avançada, condição que a colocava acima de qualquer suspeita já que a figura da mulher grávida, isto é, de uma futura mãe, não causava desconfiança e indicava fragilidade, fazia observações sobre a rotina de diplomatas em frente as casas; conseguia informações com

---

<sup>18</sup> Observa-se que Sílvia e Suely não passaram por este conflito dentro das organizações em discutir e decidir coletivamente uma decisão pessoal. Destaca-se, contudo, que ambas eram companheiras de importantes lideranças dentro da organização, e que talvez por estarem nesse lugar “diferenciado” em relação a Mariana e Sofia, por exemplo, não foram convocadas a decidir com o coletivo geral sobre a continuidade ou ruptura da gestação.

funcionários sobre os moradores; visitava companheiros presos levando e trazendo informações. Ações consideradas pelos companheiros militantes de menor risco imediato, mas fundamentais para o planejamento das ações armadas de guerrilha urbana, que envolviam fugas, troca de tiros, perseguições e risco eminente de morte.

Como bem ressalta Sofia, *“na clandestinidade (...) não há espaço para falar em intimidade, o tempo lá era muito limitado”*. Por isso, essas mulheres pouco puderam experimentar, por exemplo, as sensações ligadas a gravidez. A vivência do tempo neste contexto era diferenciada. Muitos fatos aconteciam em pouco tempo, com uma intensidade que não permitia definir por quanto tempo às situações ou as experiências durariam. *“Na vida clandestina, por definição, a instabilidade era a regra”* (Almeida & Weis, 1997, p. 381).

Suely é quem relata de forma mais explícita como ela e o companheiro afetivo tiveram poucos momentos a sós para experimentar as sensações ligadas à gravidez, pois essa vida na coletividade também inviabilizava momentos mais íntimos e a sós: *“eu não... eu não tenho recordação desse... dessa... dessa maternidade, dessa... até a minha prisão (...). Eu lembro com dificuldade de provar de... de... sentir a sensação da maternidade junto com o [meu companheiro] antes. Porque estava caindo companheiros e tudo mais, a gente não tinha tanto tempo pra... pra curtidão, pra curtir a gente... A cabeça da gente estava cheia de preocupação, de sofrimento porque outros companheiros estavam sendo presos e tudo mais, você não tinha grandes, assim, grandes... momentos de grandes amores, assim. Porque o momento era difícil, muito difícil mesmo.”*

Ressalta-se que três das entrevistadas (Silvia, Sofia e Suely) não puderam registrar em cartório o nascimento de seus filhos na época em que nasceram, já que a condição de clandestinos as impediram, bem como a seus companheiros de levarem documentos (tendo em vista que usavam documentos ilegais e codinomes), e de se apresentarem como pais para fazer o procedimento. As filhas de Mariana, por exemplo, vivendo a infância e adolescência com os pais, durante a clandestinidade, usavam sobrenomes falsos, a fim de serem protegidas também da perseguição política dos repressores aos pais. No período de abertura quando então puderam contar as verdadeiras origens e os verdadeiros sobrenomes que seriam então assumidos, perceberam o impacto desta situação-limite na vida das filhas *“(...) A coisa mais difícil, pra elas entenderem é que identidade é uma coisa, que cê tem o direito. Desde que se nasce, você tem uma identidade. Pra elas, identidade, é uma coisa que cê troca sempre que algum perigo te ameaça!... (...) a realidade que elas foram criadas foi essa! Então, foi um custo pra elas entenderem”*.

O filho de Sofia e filha de Suely puderam ter seu registro oficial de nascimento apenas na idade adulta, pois durante a época, Suely, por exemplo, foi impedida pelos agentes repressivos do Estado de registrar junto com seu companheiro amoroso, a própria filha, já que isso implicaria num esquema perigoso, pois ambos estavam presos. No caso de Sofia, registrar o filho em seu nome e no nome do companheiro seria uma forma de se entregar a polícia, tendo em vista que ela e ele estavam envolvidos na guerrilha do Araguaia.

Todas estas experiências, como a de estar grávida nestas condições, já demonstra ser diferente das experiências de outras mulheres que não estavam no espaço público e se devotaram em cumprir o papel de mãe, conforme foram socializadas, dedicando-se exclusivamente aos filhos, e vivenciando a maternidade plena e romanticamente como era idealizado pelo modelo. Essas militantes, entretanto, tiveram que conjugar a maternidade, enquanto elemento formador da identidade feminina, com a vida na militância, num contexto de perseguição e ameaça, na qual a vida pública passou a ser exercida de forma privada e clandestina, quando então passaram a viver de forma “paralela” a realidade (Pietrocolla, 1996; Gianordoli-Nascimento, 2012).

### 5.3.1. Nascendo nos porões da ditadura: “gerando vida em um contexto de morte”.

A maternidade é um tema ainda pouco estudado e trabalhado por pesquisadores que investigam a militância feminina durante a ditadura militar no Brasil (Gianorodoli-Nascimento et al, 2012; Ferreira, 1996; Colling, 1997; Merlino & Ojeda, 2010), e embora nesses estudos as autoras apontem alguns exemplos, especificamente sobre a questão da vivência da gravidez e do parto, não encontramos materiais que foquem ou explorem a experiência das militantes políticas. Esta questão, além de abordada no momento da entrevista tomou maior foco a partir da relevância percebida através da análise dos resultados, tendo em vista as diferentes experiências das militantes em relação à gravidez e ao parto em situação de clandestinidade, prisão, pós-soltura e exílio, o que trouxe um novo significado a experiência de maternidade das mulheres nesse contexto.

Devido à questão de segurança exigida entre os militantes, e por seus nomes e/ou de seus companheiros estarem compondo listas de procurados, o acesso a médicos e hospitais era restrito, pois estes eram lugares amplamente vigiados e inspecionados pelos militares à procura de registro e presença de militantes perseguidos. Dar entrada no quadro de registro de um hospital poderia colocar em risco a vida não apenas da militante grávida e do bebê, mas a dos outros companheiros de militância, já que com a intensificação da repressão e o aumento do número de prisões de companheiros de seu convívio, os militantes perdiam o controle sobre o nível de informações que a repressão poderia ter obtido sobre eles, incluindo as identidades falsas. Sendo assim, os partos também ocorrerem em ambientes e situações incomuns, cercados de sentimentos como o medo e iminência de morte, além do temor sobre o que poderia acontecer posteriormente com seus filhos. “A tensão, medo/culpa das mulheres irá aparecer constantemente no relato de seu contato com a repressão” (Colling, 1997, p. 78).

Scavone (2004) salienta que a gestação, o parto, e a amamentação, estão ligados aos fatores biológicos da maternidade, carregados, porém, de uma valorização social. Em relação à medicina contemporânea, a autora aponta que existe uma tendência “... em fazer da mulher grávida uma doente, sujeita aos cuidados médicos, predispondo-as a tratamento constantes, como pessoas com problemas de saúde...” (Scavone, 2004, p. 150).

Na época em que nossas entrevistadas estavam grávidas e foram parturientes, não havia como hoje, tantas ações voltadas para a saúde da mulher, inclusive para a saúde da gestante, sendo que a preocupação das militantes era em relação à sobrevivência do bebê diante de um regime autoritário que as perseguia. Suely, que passou parte de sua gravidez na

prisão e teve seu parto em um hospital militar, assim como Sofia, relata que durante a prisão o sentimento que mais as tomavam era o de medo ao darem a luz, não apenas por elas e seus filhos, mas pelas outras mulheres na mesma condição: *“cê imagina uma mãe gerenciar a prisão dela, a militância dela... E saber que de um momento pra outro podia acontecer da polícia levar os filhos lá na frente dela, para ser torturado, entendeu?!. Que esse é o maior drama duma mãe! É, ou você tá parindo um filho e ter medo que desapareçam com teu filho, ou então, esse negócio de você ver maltratar teu filho. Eu não digo nem torturar, maltratar! ... Que já maltratar tem um significado muito mais restrito, entendeu? Porque torturar seria o máximo da perversidade humana, e as crianças foram maltratadas e foram praticamente torturadas, quer dizer, tinha criança que apanhava, tinha criança que era humilhada.”*

Esses sentimentos fizeram deste, um momento de ambiguidade e conflitos para as mulheres, principalmente para Sofia e Suely, que foram presas com aproximadamente seis meses de gravidez e deram a luz em hospitais militares, num clima de tensão e pavor, que colocava em insegurança não só a elas, mas a seus filhos que estavam prestes a nascer: *“[na hora do parto] aí veio essa questão de novo, a contradição... eu queria ter meu filho, sabia que eu tinha que ter, mas falei assim: ‘A hora que me separar dele, vai ser pra sempre, os caras vão levar ele’. Então, isso me deu muita dor, porque eu tinha contração e eu fazia força pra sair e fazia força pra voltar, eu fazia tudo, entende?! E tinha consciência que eu tava fazendo tudo isso. Pra mim tava claro, o que me passava... ‘Olha cê tá separando do seu filho (...) aí eu fazia força pra voltar.’”*

A proteção favorecida pela situação de gravidez se relaciona nesse contexto a intensidade e às formas de torturas perpetradas contra elas, pois como eram militantes muito procuradas pela repressão, poderiam ser mortas ali, e o fato de estarem grávidas, apesar de não as livrarem das sevícias e da violência da tortura, as protegeu da morte, conforme elas mesmas consideram *“(...) a gravidez, ela te dá... de um lado, ela pode incomodar o torturador, porque limita ele, (...)porque a barriga ia crescendo muito, então acho que, nem nas mãos, nem nos pés eles num se animavam (...) você também é mais vulnerável... num é?! Eu acho que até hormonalmente a gravidez protege a gente, e eu acho que muita da tranquilidade que eu tive [decorreu disso.]”* (Sofia).

Parece ter havido por parte dos agentes da tortura, uma maneira diferenciada de torturá-las, observando a condição de gravidez e o risco maior de morte em tortura, que não era inicialmente a motivação do torturador (Chauí, 1987), o que de certa forma é contraditório de ser compreendido como proteção, já que sofreram tantas violências, mas ainda assim, conseguiram preservar as próprias vidas e a de seus filhos: *“Oh, torturavam, tá certo?!. Eles*

*só não faziam as mesmas torturas que faziam nas outras mulheres, tipo, choque elétrico na vagina e não sei o que... Mas choque elétrico nos pés e nas mãos eles davam. Era muito espancamento, principalmente com palmatória nas mãos e nas sola dos pés. E... no rosto, né?! Soco, tapa, murro na cabeça, sabe?!... E ameaça de morte, né?, eles ameaçavam de matar o bebê, ameaçavam de... de me matar, ameaçavam... E isso era o tempo todo, tá certo?! [tinha também] tortura do tipo... do isolamento... né?! Te levar pra uma sala de interrogatório não te interrogar e te deixava lá horas, sem comer e sem beber... tá certo?!(Sofia)*

Sofia e Suely, mesmo grávidas, sofreram dentro da prisão violências físicas, como espancamentos, além de terem que permanecer por longas horas em pé durante os interrogatórios, passando ainda por torturas psicológicas: *“faziam dez horas de interrogatório numa mulher grávida, não importa em que condições, (...) submetida naquela concentração (...) Isso por si mesmo já é um crime! E não podia sentar naquela hora e nem podia cair. Exercício de segurar a barriga, Isso que eles me diziam. (Pausa) E as veias me lastravam nas pernas... (Pausa) com as pancadas que eu recebia entre perna e costa e tudo mais! Não dá gente! Cinco, seis homens tratam uma mulher na prisão dessa maneira, grávida!”* (Suely).

Sofia ressalta ainda, que além das torturas psicológicas cometidas contra elas, os conflitos vividos na prisão em relação à luta pela sobrevivência dela e de seu filho, causavam uma situação de tensão, em que os próprios pensamentos as castigavam, o que nos permite compreender que a função da tortura de continuar torturando mesmo sem está sendo consumada por outros, cumpria seu papel. Nesse, sentido Chauí (1987) ao nos fazer refletir sobre “a experiência da tortura” (p.32), aborda que a consequência da experiência-limite criada pela tortura é a destruição do outro enquanto Sujeito, assim o torturador passa a estabelecer com o torturado uma relação intersubjetiva em que ele, enquanto agente, penetra sua ação no torturado. Daí os relatos trazerem sempre dimensões de resistência na qual o esforço principal era de se manter atento, pensante, articulando estratégias psicológicas.

Em outras palavras, a resistência é encarada como esforço gigantesco para não perder a lucidez, isto é, para não permitir que o torturador penetre na alma, no espírito do torturado. (...) isto é, não permitir que o torturado se aposse (...) de sua subjetividade, de sua humanidade (Chauí, 1987, p.34).

*“O tempo todo era esse negócio... [eu pensava] ‘ganhei um dia, já que hoje eles tiveram um contratempo, ganhei um dia! É... Quantos dias eu consigo ganhar? Não sei quantos, mas eu vou morrer...’ (...) Então você fica naquela, ‘mas será que meu filho vai... quê que ele vai achar dessa vida, ele não vai ter mãe... como vai ser...’ sabe? Tudo roda na*

*sua cabeça, tudo te tortura. É uma tortura o tempo todo. Quando você não está sendo torturado, essas idéias estão te torturando. E... e era um negócio assim, né... você passa a não ter... o seu futuro é o dia seguinte... 'será que eu vou viver amanhã?' Então a minha perspectiva era... o quê que eu faço para estar viva amanhã? O que que depende de mim? O que que não depende?"*

Compreende-se assim que a condição feminina – de ser mulher e militante – e a condição materna, isto é de estar grávida ou de ter tido um filho, foi uma das formas utilizadas pela repressão para torturar as mulheres e para fazê-las se sentirem culpadas por serem comunistas e estarem grávidas, o que poderia sinalizar que não seriam “boas mães”, pois fugiam do modelo de mãe e mulher da época, dedicada ao espaço privado e integralmente à maternidade. Moralmente também eram desvalorizadas por não serem mulheres casadas, e naquele contexto, embora em transformação, a maternidade deveria se dar dentro do casamento; assim as militantes eram vistas como mulheres de conduta imoral. “Para a repressão, a mulher militante será definida sempre como ‘puta comunista” (Colling, 1997, p. 84). Dessa forma, a tortura se institucionalizava no corpo, como forma de humilhá-las e constrangê-las, como se fosse uma estratégia “educativa” de mostrarem que mulheres, não deveriam estar naquele lugar.

Coimbra (2004), ao tratar a relação entre gênero e tortura, partindo do relato de sua própria experiência, revela e analisa o quanto a tortura perpetrada contra a mulher era severamente e especialmente machista “ (...) Inicialmente são os xingamentos, as palavras ofensivas e de baixo calão ditas agressivas e violentamente como forma de anular a pessoa, o ser humano, a mulher, a companheira e mãe” (p. 54). Portanto, revela uma dimensão de violência voltada contra o lugar social da mulher. Sem dúvida alguma, os relatos apresentados deflagram a misoginia perpetrada pelos homens, e não só pelos agentes torturadores. Essa dimensão pode ser percebida no que foi relatado por Mariana ao contar que o torturador observando cicatrizes recentes da cirurgia pós-parto tomou tal aspecto como ponto para humilhá-la e desmoralizá-la em sua condição de mãe e mulher, dizendo sarcasticamente que estava diante de uma autêntica “puta - que – pariu”. Tendo em vista a resistência de Mariana, frente às torturas físicas, sexuais e psicológicas, utilizaram a condição materna, especificamente a ameaça de tortura da filha, como estratégia para fazê-la sucumbir.

Não foram apenas as mulheres que estiveram presas grávidas que passaram por perigo e ameaça de vida, as mulheres que viveram na clandestinidade e no momento pós-soltura, também viveram experiências adversas em relação à maternidade nesse contexto.

Mariana foi presa após ter dado a luz às gêmeas, numa situação de clandestinidade, correndo também a ameaça de ser presa a qualquer momento. Entretanto, sua prisão se deu três meses após o parto, quando lutava pela sobrevivência de uma de suas filhas, já que a outra faleceu imediatamente após o parto, tendo sido ambas, pré-maturas. Ela e Sofia relatam que durante os interrogatórios, além de terem que ficar por longas horas em pé, ou sentadas, deveriam permanecer nuas. Nos trabalhos realizados pela Arquidiocese de São Paulo (1985), por Merlino e Ojeda (2010) e Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012), aparecem relatos de outras mulheres que passaram pela mesma situação, na qual a nudez foi utilizada como forma de desestabilizá-las psicologicamente, já que segundo Colling (1997) e Goldenberg (1997) ficar nu/nua tem pesos diferentes para homens e mulheres, principalmente na experiência de tortura, pois para os homens, não parece ter sido uma fato que se tornou questão, embora esse ponto não seja divulgado/revelado em seus discursos tendo em vista que pode colocar em xeque, sua masculinidade. Acredita-se que essa, talvez, tenha sido uma estratégia para torturar física e psicologicamente os homens, afetando-os em sua condição masculina e provocando suas identidades.

Na socialização feminina a mulher é ensinada a todo tempo a se manter ‘decentemente vestida’, tendo o estilo de roupa usado, um caráter moral, a depender de seu cumprimento e corte. Diante da situação de nudez, “A mulher se sente desestruturada, desprotegida, tentando se cobrir sem conseguir, enquanto o homem que é criado culturalmente para não ter vergonha do seu corpo, não se preocupa em se cobrir” (Goldenberg, 1997, p. 361).

O uso da condição feminina, utilizado para torturar tem, segundo Colling (1997), a função de mostrar a essas mulheres que eram desviantes do modelo; duplamente transgressoras (Goldenberg, 1997), porque estavam ocupando um lugar que não era próprio para elas – o mundo da política – e enfrentando e resistindo o regime opressor (Colling, 1997; Goldenberg, 1997; Ferreira, 1996). Sofia que ficou presa no DOI-CODI de Brasília, sendo a única mulher naquela ocasião no presídio, reflete sobre como se sentia em relação aos militares, e como eles se comportavam em relação a ela: “*Eu era do exército inimigo, vamos dizer, então eu era um soldado como eles, tá certo?!. E quando eles me viam como igual, ou como mulher grávida, eu acho que eles se sentiam assim, bem diminuídos, porque eles tinham tanto ódio, mais tanto ódio! A fala era de ódio, sabe?! Aliás, o que eles tinham, assim, de ódio de mulher era um negócio impressionante!*”. Goldenberg (1997) pontua que “... o fato de ser mulher acirrava nos torturadores uma raiva maior [o que despertava] reação de asco em seus torturadores [além] das acusações de desvio a que eram submetidas” (p. 362).

Se o fato de serem mulheres e estarem naquele contexto, já destoava do modelo esperado, colocando-as como “mulher desviante” (Colling, 1997, p. 80), a condição de maternidade ainda lhes impunha uma desaprovação maior, pois a imagem da mulher grávida, remetida a pureza, o cuidado, e como aponta Badinter (1985) e Colling (1997), a figura da “boa mãe” é comparada a de “santa”, à “Virgem Maria” (p. 223). O exemplo de uma fala de Suely nos permite pensar como essa disparidade entre o modelo de ser mulher/militante e mãe estava colocado quando precisou ser atendida por um médico, após ter tentado se matar, já que estava passando por tantos conflitos na prisão, o que se intensificou quando foi informada sobre morte de seu irmão *“O médico, me tirou a pressão, não sei o quê... e disse pra mim (pausa breve): ‘porque que a senhora foi se enfiar nessa?... Grávida de uma criança foi se enfiar nessa?!’ Como se fosse dizendo pra mim: ‘A senhora é uma irresponsável, a senhora foi fazer militância, pra depois se enfiar numa dessas.’”*

Por serem consideradas duplamente transgressoras, os agentes da repressão, e até mesmo médicos militares, consideravam que o nascimento ou a sobrevivência do filho daquelas mulheres - especificamente os filhos de Sofia e Suely, que estavam grávidas, prestes a dar a luz, e de Mariana, que havia tido uma criança - não valia a pena, porque nasceriam novos comunistas, o que nos parece, a partir da análise dos relatos, ter sido uma ameaça para eles, que deveriam exterminar com os comunistas e o comunismo. Assim, o que hoje assistimos em relação às classes subalternas, e a todos aqueles que para a sociedade são desviantes, também estaria colocada no contexto ditatorial, justificado pela ideia de “... limpeza social, aplaudida pelas elites e por muitos segmentos médios de nossa sociedade. Como no período da ditadura militar brasileira, também hoje, nesses tempos neoliberais, o ‘inimigo interno’ deve ser não somente calado, mas exterminado” (Coimbra, 2001b, p.5).

Sofia ficou 27 horas em trabalho de parto, tendo ido duas vezes para o hospital do exército, onde os médicos se negavam a atender uma comunista e fazer um parto de um filho de comunista, o que a fez passar por experiências ambíguas, pois esta situação a desestabilizou em algum momento, ao pensar que ela e o filho poderiam morrer, mas também a fortaleceu em seu desejo de ter aquela criança, já que durante a gestação na clandestinidade, após ter voltado da guerrilha, não sabia ao certo se o melhor a fazer era abortar ou dar continuidade a gravidez, tendo em vista o conflito que passava, pois temia o sofrimento dessa criança em ser *“filho de comunista”*, assim como ela. *“Esse era um médico torturador... eu falei assim: ‘mas meu filho não vai sobreviver’, ele falou assim: ‘ah, não tem importância é um comunista a menos!’ (...)* *Aí [veio] essa questão de novo, a contradição...(....) *Aí eu fazia**

*força pra ele nascer e tinha aquele negócio [eu pensava]: ‘não vai ser um comunista a menos, vai nascer! O que vai ser não importa, mas vai nascer..’”*

Mariana, mãe de uma menina de apenas três meses de nascida, também passou por momentos confusos na prisão em relação ao que os torturadores poderiam fazer com sua filha, já que a condição materna e feminina foram utilizadas como uma das formas mais cruéis de torturá-la. Mariana sofreu vexames sexuais, como o manejo de seu corpo, mesclada á torturas físicas, como espancamento e o uso de instrumentos de tortura como o pau-de-arara, chegando a ser estuprada, como nos relatou. Embora esta tenha sido uma situação de extrema violência, inclusive pela violação de seu corpo, o uso da condição materna para torturar foi na avaliação de Mariana, o que mais lhe afetou psicologicamente, quando pensou que iria enlouquecer caso os militares conseguissem pegar sua filha, temendo que torturassem a criança, como a prometiam, e de desaparecerem com ela, pois diziam que não a matariam, mas a entregariam para a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), mesma ameaça feita pelos torturadores à Sofia, antes de seu filho nascer. *“Eles ficavam me descrevendo, dizendo que eles tavam revistando a casa de todas as minhas colegas do serviço social, e que eles iam pegar minha menina. Ficavam me descrevendo as torturas que iam fazer com ela. Era um negócio terrível! Nossa senhora! Aquilo pra mim era muito mais pesado do que todas as torturas físicas, do que pau de arara, do que choque elétrico, do que estupro, do que tudo isso (...) Era eles ficarem descrevendo o que iam fazer, com minha filha na minha frente”.* (Mariana).

Para as mães, o nascimento dessas crianças representariam não apenas a resistência que tiveram em passar por torturas, por condições de saúde e alimentação precárias dentro das prisões, nos aparelhos clandestinos, e no exílio, como no caso de Silvia, que sofreu durante muitos anos de sua vida a dor de ter sido apartada da filha quando exilou-se no Uruguai, não podendo levar a criança por medida de segurança para ela, o companheiro e a filha. *“eu tive que terminar [deixando] porque ninguém me deu apoio. [uma companheira de militância] dizia: ‘é muito complicado, vocês vão sair com documentos falsos, uma viagem longa, por terra, você tá botando em risco a vida da sua filha’. Então tudo isso me fazia pensar...”*

As histórias de maternidade dessas militantes que tiveram seus filhos nos porões da ditadura (Almeida & Weis, 1997; Gianordoli-Nascimento et al, 2012), carregam no que se remete ao parto, aspectos que na atualidade, para nossa geração, podem ser inimagináveis. Sofia, como já dito, passou horas em trabalho de parto, sendo que sua bolsa de líquido amniótico rompeu ainda dentro da cela da prisão *“Lá tinha milhares de baratas, então elas ficaram assanhadíssimas com o líquido [amniótico], elas subiam na minha perna, querendo*

*entrar na minha xoxota [vagina]”. Depois de muito hesitarem em fazer o parto, realizado no Hospital de Guarnição do Exército de Brasília, ela teve um parto de tipo normal/vaginal, num ambiente totalmente carregado de tensões, o quarto estava cercado de militares “ficava lá o carinho com metralhadora”, e sentindo que ali, passava naquele momento, por minuciosas formas de tortura. Como tinha formação mesmo que incompleta na área da enfermagem, durante a guerrilha no Araguaia, ajudou várias camponesas a darem a luz. Assim percebeu que durante e após o parto, sofreu dores que com o procedimento anestésico poderiam ser poupadas; mas novamente outras contradições apareciam para ela, já que acreditava que sedada, poderiam levar o filho logo após o parto, sem que ela visse: “ele fez a sutura da episio, todinha sem nenhuma anestesia local. Eu sentia, a agulha entrando na minha vagina (ashsss), assim... sabe?! Ponto por ponto, aí eu comecei a chocar de dor. A entrar em estado de choque. Comecei a tremer, tremer, tremer, a pressão a cair”. Suely, também presa e levada para um hospital militar, esteve em um ambiente totalmente ameaçador; no seu quarto havia militares durante todo o tempo. Ela teve um parto de tipo cesariana, “Eu não consegui ter dilatação. Eu tive contração de parto, por quase vinte quatro horas, mas não conseguia ter...” Para ela, não ter tido um parto normal foi sua salvação, pois o que mais nos aparece, nesses relatos, é o medo que essas mulheres tinham de seus filhos não sobreviverem, ou de serem apartada de seus filhos e não os terem em seus braços. “Eu acho que o extinto animal, o extinto de sobrevivência é tão forte, que eu acho que eu... meu... a... minha própria natureza, me impediu que eu estivesse um parto normal. Então cesárea era como se fosse uma garantia a mais, uma garantia a mais, para me dar mais... mais sufoco, entendeu?! Porque se eu tivesse tido no parto normal, eu imediatamente poderia ter sido separada dela. Rapidamente, eu poderia ter sido separada dela. O meu medo, o medo que eu vivi dentro daquele hospital, foi o medo de me separar dela. Naquele momento, eu me dei conta que eu tinha... quer dizer assim, que eu corria risco com ela. Que ela corria risco, entendeu?! Então eu tinha um medo que essa menina nascesse. Eu fiz uns... uns dez dias, mais ou menos, de greve de fome lá dentro, não comia absolutamente, eu não tocava nada. Eu tinha medo que eles me dessem alguma coisa para abortar. Eu tinha algum medo que... entendeu?! Para antecipar o parto, entendeu? Pra me tirar à criança...”*

Segundo Lozano (2007), nas ditaduras dos anos de 1970, especialmente na Ditadura Militar Argentina, muitas mães que militaram nesse país, passaram por essa experiência conflituosa em relação à separação de seus filhos. O desaparecimento de crianças filhas de militantes presos se tornou uma das principais frentes de luta das “*abuelas*”, as mães de militantes, e avós dessas crianças, que se organizaram em um movimento de contestação pelo

desaparecimento e doação de crianças por meio do aparelho repressivo argentino, que culpava as próprias mães de serem subversivas e de não terem pensado em seus filhos. Essa luta das “Madres de la Plaza de Mayo” (p. 82) é um importante marco da luta feminina, já que essas mulheres resistiram a repressão ditatorial e denunciaram o sofrimento delas e de suas/seus filhas/filhos que além de serem presos, cruelmente torturados, foram apartados de seus filhos ainda na maternidade, ou no momento da prisão. Lozano (2007) relata que os desaparecimentos dos filhos das militantes aconteciam principalmente após o parto, sendo uma prática freqüente, engendrada pelos agentes da ditadura “*Las mujeres parieron en centros clandestinos de represión recibiendo una atención médica mínima y sus hijos le fueron arrebatados inmediatamente después del parto*” (Lozano, 2007, p. 77).

Embora essa seja uma prática sem registro conhecido ou revelado no Brasil, parece que ameaças e propostas existiram por parte de alguns militares. Mariana diz que sua irmã recebeu de um militar a proposta para que ela entregasse a filha de Mariana a ele, para que sua esposa que não poderia ter filhos a criasse. Sofia recebeu uma ameaça dessa natureza pelos mesmos motivos, por parte de um oficial militar ao conduzi-la para o parto, enfatizando que se nascesse “*um menino, branco e saudável*” ele o levaria para sua esposa. Foi esse mesmo militar que lhe deu um enxoval, verde, para o bebê e uma espécie de diário para que ela anotasse informações sobre a criança.

No exemplo de nossas entrevistadas, Sofia e Suely que tiveram seus filhos em situação de prisão, não foi possível passar por nenhum tipo de acompanhamento ou cuidado médico. Além do tratamento precário durante o momento do parto, durante a gravidez passaram por privações inclusive alimentares: “*a comida era pouca e ruim*” (Sofia). Ressalta-se que nenhuma dessas mulheres tiveram acompanhamento pré-natal e pós natal. Todas as quatro mulheres (duas em situação de clandestinidade – Mariana e Sílvia / e duas em situação de prisão – Sofia e Suely) relatam não ter tido nenhum tipo de acompanhamento pré-parto “*passsei a gravidez, na roça, onde eu não tinha um médico!...*” (Mariana). Suely, reconhecendo que a situação de prisão e violência vivida dentro da prisão a impediu de ter uma gravidez como de outras mulheres, ironiza a situação que passou grávida dentro do cárcere: “*Meu Pré-natal foi na Operação Bandeirantes.*” No momento do parto tiveram que vivenciar solitariamente a dor física e psicológica, com a pressão do ambiente e do temor de algo acontecesse aos seus filhos.

Segundo Scavone (2004) os fatores biológicos da gravidez estão atrelados a significados sociais. Nesse sentido, identificamos por meio dos relatos que o preparo pré e pós-parto têm importância psicológica e subjetiva para mãe e é culturalmente valorizado em

nossa sociedade, significando que mãe teve procedimentos de cuidados, dedicação e responsabilidade em relação à gestação, puerpério e a vida do bebê. Essas mulheres não puderam passar por tal experiência, se dedicar, por terem sido apartadas de seus filhos após o nascimento, como no caso de Sofia e Silvia.

Como já dissemos, a busca por uma consulta médica, ou o acesso a um hospital era avaliado como uma ação de risco, pois precisariam fazer fichas, apresentar documentos, e se expor em diferentes espaços públicos. Para as mulheres vivendo na clandestinidade, a procura por um profissional de saúde, ou por um hospital, poderia ser uma forma de entrega de si mesmas para a prisão, colocando em risco a vida de seus companheiros de militância, o que não as apartava da preocupação contínua sobre o bem estar e normalidade de seus bebês.

Tais aspectos foram enfatizados também por Gianordoli-Nascimento e colaboradoras (2012), quando uma das mulheres por elas entrevistadas relatou a importância e a responsabilidade que sentia, durante e após a prisão, sobre os possíveis impactos negativos no desenvolvimento do seu filho, em relação ao que ela vivenciou durante a gestação na prisão. A preocupação em realizar o pré-natal foi um suporte instrumental de grande relevância emocional para essa mulher, que depositou nos cuidados que poderia proporcionar ao bebê, ainda na gestação, a segurança de que estava sendo uma boa mãe e a sensação de compensação pelo sofrimento que, acredita ela, ambos viveram. Nesse sentido, a maternidade pós-soltura representou seu plano de vida e a motivação para retomar seus projetos pessoais de formação e carreira, pois precisava continuar vivendo por esse filho e precisava fazer isso sozinha. Dimensões estas também presentes na experiência das mulheres do nosso estudo.

Macedo, Proganti, Vargens, Santos e Silva (2005) a partir de uma abordagem humanizada de parto, ressaltam que os estudos nessa direção apontam para a importância de um ambiente equilibrado para os momentos que antecedem ao parto, já que o ambiente hospitalar em si, a saída do ambiente cotidiano, a falta de familiares, além do peso da construção sociocultural sobre a dor, influenciam não apenas na percepção das mulheres quanto ao desconforto sentido durante o parto, mas na própria dificuldade que esses aspectos causam a parturiente e ao bebê.

O relaxamento, a confiança, o repouso, a liberdade de se movimentar, o contato com pessoa amiga, o fato de estar ativa, descansada e alimentada, em ambiente acolhedor, confortável e o mais silencioso possível diminuem a percepção da dor (Macedo et al, 2005, p. 307).

Estas recomendações embora estejam ligadas ao desenvolvimento de estudos recentes sobre o parto humanizado e a influência do ambiente na percepção da dor de mulheres durante

o trabalho de parto, nos ajudam compreender o quanto a situação de prisão, além de todas as suas nuances ligadas à tortura, isolamento e má alimentação, também influenciaram de forma negativa o momento do parto não apenas de Sofia e Suely que estiveram presas, mas de Silvia que viveu isso na clandestinidade e no exílio, distanciada de qualquer suporte social e emocional. O clima de medo, insegurança e perseguição assolou Mariana e Silvia, que tiveram suas filhas na clandestinidade, momento pós-soltura e no exílio, em condições muito diferentes do que hoje aparece como desejável para que as mulheres tenham filhos, já que ninguém espera ter uma metralhadora empunhada para si, em nenhum momento, quanto mais na hora de parir. Talvez esses fatores tenham influenciado no número de horas que essas mulheres ficaram em trabalho de parto, além da pouca dilatação, que fizeram com que Suely precisasse ser submetida a uma cesariana, e Silvia tivesse um parto normal complicado, auxiliado por fórceps<sup>19</sup>: “(...) *eu tava com, com problemas de contração, então tive um parto muito demorado. Inclusive me machucou muito, porque o médico sentou na minha barriga. O parto foi induzido, com a ajuda de fórceps.*”

Outro fator ressaltado pela literatura de cunho médico versa sobre a importância do aleitamento materno, não apenas nas primeiras horas de vida, sendo essencial para a prevenção de doenças e para fortalecer o contato da mãe com o bebê, mas nos momentos posteriores da vida da criança (Boccoline et al, 2011). Sofia conta que ao pedir para ver o filho foi repreendida pelo médico que disse estar ocupado com o procedimento cirúrgico: “*Ele nasceu às duas da manhã, foram me mostrar de tarde. Falaram assim: ‘não pode amamentar não, porque é vinte e quatro horas em jejum, ele está tomando soro... soro é muito bom!... não deixaram eu amamentar...*” Sofia e o filho permaneceram no hospital por 52 dias, onde o filho foi alimentado a base de soro, além de ter sido sedado com tranquilizantes porque chorava muito: “*Meu filho nesses cinquenta e dois dias passou por isso tudo! Muita tortura, em muito pouco tempo em uma criança muito pequena! Eu sei que com esse negócio, por exemplo, de eles tirarem ele de mim, diziam que era pra levar para a FEBEM e depois me devolviam. Meu filho com um mês estava pesando dois quilos e setecentas, meu filho nasceu com três quilos cento e cinquenta!...*” . Suely e Silvia também relatam ter tido dificuldade para amamentar, embora tenham visto suas filhas assim que nasceram não tendo sido afastadas das crianças imediatamente. No entanto, Silvia ao ir para o exílio deixou a filha no Brasil com dois meses de idade entrando em profunda depressão no exílio por não suportar viver apartada de seu bebê, e posteriormente do reconhecimento e

---

<sup>19</sup> Instrumento obstétrico que auxilia no parto vaginal/normal (Mamede, Mamede & Dotto, 2007).

exercício da maternidade, chegando a ser internada em clínica psiquiátrica e a tentar suicídio em mais de uma ocasião.

É importante considerar também que Sofia e Suely, por exemplo, foram separadas forçadamente de seus companheiros afetivos, impedidos de acompanhar esse momento, não podendo, ao menos, conhecer pessoalmente os filhos, já que estavam presos e posteriormente foram mortos pela repressão. Esses fatores acarretaram novas dimensões à vida dessas mulheres, tanto em relação aos filhos quanto em relação a sua vida conjugal e amorosa ao se tornarem viúvas, e continuarem lutando até os dias atuais em prol dos mortos e desaparecidos pela ditadura.

Nessas condições, as redes de solidariedade se fizeram importantes antes, durante, e depois da prisão, já que elas, distante de seus familiares precisaram do suporte de seus amigos militantes e de outras pessoas que se arriscavam ao se disponibilizarem a ajudar. Almeida e Weis (1997) ressaltam que nas situações de clandestinidade e prisão, “... as mínimas manifestações de solidariedade tinham enorme significado para quem recebia” (p. 392), já que neste contexto de solidão, a relação com o outro igual que reconhece pontos de identificações enquanto ser humano (Souza, 2004) tem suma importância, no sentido de tornar uma experiência de medo, abandono, terror, em algo minimamente suportável.

No momento anterior ao parto, ainda no período de gestação, Silvia e Mariana, por exemplo, precisaram contar com o apoio de seus companheiros de militância, pois nunca haviam feito uma consulta médica e estavam prestes a ganhar seus filhos. Até hoje elas se referem de forma agradecida e sensibilizada, a arriscada solidariedade de médicos e /ou profissionais da saúde, parceiros ou conhecidos pessoais de militantes das organizações políticas clandestinas, que as auxiliaram na realização do parto em condições precárias e de risco, dando suporte para que suas crianças pudessem nascer amparadas por um aparato médico e de saúde, o que garantiu a elas proteção e sobrevivência, delas e de seus filhos.

Mariana e Suely relatam também ter recebido ajuda de outras mulheres militantes que doaram um enxoval para suas crianças. Os companheiros do partido foram “... *procurar companheiros que tivessem tido, neném, colegas, ex-colegas minhas, pra pedir roupinha de criança*” (Mariana). Suely, mesmo na prisão experimentou a solidariedade de suas amigas militantes que lhe enviaram de um presídio no Rio de Janeiro, um enxoval: “*ela não tinha enxoval. Depois chegou um enxoval do Rio de Janeiro, dado por uma mãe de uma companheira que estava presa, mandou para o presídio Tiradentes, do presídio Tiradentes foi dado para mim. Que era o enxoval para essa criança que ia nascer, que todo mundo sabia que não tinha roupa, que tava pelada*”. Já Sofia, que não se permitia dormir com medo de

que seu filho fosse sequestrado, recebeu a solidariedade de um soldado que fazia a vigília em seu quarto, se oferecendo para vigiar o filho dela enquanto ela dormia, o que teve um imenso valor, percebendo que ali *“tinham tipos humanos diferentes.”*

Os laços de solidariedade também no período pós-parto foram muito importantes durante a infância das crianças, quando as militantes e seus companheiros precisavam se ausentar para atividades políticas ou de trabalho remunerado: *“Tinha sempre vizinhas que a gente tratava pra ficar com as meninas quando a gente saia. Um povo muito legal, muito bom, muito solidário. A gente falava que era pra trabalhar. Então, muitas vezes era, mas muitas vezes era para o trabalho clandestino político... Mas tinha gente muito boa que ficava com as meninas. Elas foram criadas sempre com gente boa cuidando delas, né? Eu tive muita sorte!”* (Mariana). Observa-se que foram outras mulheres que auxiliaram as militantes no cuidado com seus filhos.

Sofia e Suely no momento de pós-soltura, ao tentarem reconstruir suas vidas, conciliando maternidade e trabalho, puderam contar com a ajuda de suas mães: *“Aí eu fui pra casa dos meus pais (...) fui morar lá com as crianças, então eu dividia a tarefa da minha mãe, eu assumia uma parte, ela dividia comigo, o cuidado das crianças...”* (Sofia). Além do próprio filho, Sofia ainda cuidava de seus dois sobrinhos, pois sua irmã e cunhados estavam presos. Suely, ainda que por pouco tempo, pode contar com o auxílio da mãe no cuidado de sua filha, quando exilada encontrou com a mãe no Chile e quando posteriormente se reencontraram na Itália.

Em relação ao terceiro filho, Silvia, ainda no exílio e depois de volta ao Brasil, contou com o auxílio da mãe de seu companheiro. Mariana contou com a ajuda de sua irmã e cunhado que cuidaram de sua primeira filha enquanto esteve presa, e de vizinhos para cuidar das duas filhas durante a clandestinidade, após sua prisão. Mariana, como gesto de gratidão por tudo que os parentes haviam feito para a primeira filha e por ela própria, diz que o nome da segunda filha de Mariana foi uma homenagem: *“Eu decidi que, se fosse menino, ia [ter o nome do meu cunhado] e se fosse menina ia [ter o nome da minha irmã]. E independente do significado reais dos nomes, significaria "muito obrigada por terem salvado a [Maria]”.*

O ato de agradecer e de homenagear colocando nas crianças que iam nascer, o nome de alguém especial, estava ligado à gratidão pela solidariedade prestada por aqueles que serviram de suporte, e que auxiliaram ou tiveram algum significado especial para as mulheres e seus companheiros. Este é um fator interessante, que apareceu nos quatro casos de nossas entrevistadas. No caso de Mariana, como citado acima, Sofia conta que o próprio companheiro afetivo, ao saber da gravidez, escolheu o nome de um guerrilheiro que era

companheiro de ambos, na guerrilha do Araguaia e que havia morrido em uma ação. O nome da filha de Suely também foi escolhido pelo pai da criança, que morreu sem ter conhecido a filha, que recebeu a forma feminina de seu nome. Sílvia, em sua terceira gravidez vivendo no exílio no México, homenageou o médico obstetra que lhe deu suporte e segurança, sentimentos experienciados pela primeira vez após as perdas que sofreu em relação aos filhos anteriores: *“Eu coloquei o nome nele de [...] porque era o nome do meu ginecologista-obstetra. Ele me dava uma segurança. Eu tava muito grilada...e tinha a história [da morte do meu segundo filho]... então tinha todos aqueles traumas”*.

Sofia e Suely que durante a gestação e no período pré e pós parto estiveram presas, puderam contar nesses hospitais com a ajuda de mulheres, que não sabiam ao certo se eram enfermeiras ou militares, mas que as auxiliaram naquele momento em que estavam sozinhas naqueles hospitais com seus filhos, isso as fez sentir naquele contexto ameaçador, o que de certa forma *“...amenizava um pouco a tremenda sensação de terror, solidão e desamparo”* (Almeida & Weis, 1997, p. 392). Suely, esperando o momento do parto, sentia muito medo que o antecipassem, por isso não aceitava medicamentos e em algum momento nem alimentação, assim como Sofia que relata ter tido os mesmos sentimentos e comportamentos no hospital do exército em que estava. Diante dessa angústia, Suely experimentou algo que naquele contexto de prisão e torturas obviamente não havia sentido, uma identificação de gênero que fez toda a diferença naquele momento: *“veio uma moça que... o que ela fosse exatamente eu não sei, mas certamente não era uma policial, e se fosse, ela era... ela tinha uma sensibilidade maior. Então, ela era uma mulher... ela entrou assim. Então ela... me dizimou em minha condição [de medo] e... foi... compartilhando comigo... me deu uma certa sensação de ser um pouco protegida por um ser humano similar a mim, entendeu?! Quer dizer... Que fosse próximo de mim, que os outros eram distantes.”*

No trabalho realizado por Bonomo, Trindade e Coutinho (2008), podemos observar que essa relação entre mulheres, principalmente em relação à situação de gravidez, as aproxima em sua identidade mãe, como se as mulheres pudessem compartilhar e compreender essa condição feminina, por serem mulheres, o que de certa forma, se liga também a ideia de mito do amor materno (Badinter, 1985), no aspecto do instinto materno. Esta, porém, foi para Suely uma experiência marcante e diferente de tudo que tinha vivido ali, permitindo que se sentisse um ser humano, como a outra, que por se aproximar, e posteriormente ser um canal para que o companheiro afetivo de Suely soubesse na prisão, que a filha havia nascido.

Sofia também relata que imediatamente no momento pós-parto pode contar com o auxílio de uma faxineira do hospital, que lhe ajudou a sentir menos dor, causada pela violência sofrida no procedimento cirúrgico pós-parto.

Contar com o auxílio de outras pessoas que nem sempre eram militantes, mas se simpatizavam com a causa, inclusive médicos, padres, profissionais, e até mesmo soldados (Almeida & Weis, 1997), teve grande relevância na vida dessas mulheres que lembram e sentem-se imensamente gratas pela ajuda dessas pessoas: *“eu sou vitoriosa e realizada pessoalmente, entendeu? pela amizade, pela solidariedade, que eu descobri no povo do Brasil afora, entende?! Uma coisa incrível! Desconhecidos!... Que nos receberam em situações de solidariedade, e o que nos demos de solidariedade também, é uma coisa, eu falava: ‘Gente, o povo é muito bom! O povo é muito sofrido, mas é muito bom! Este povo merece que a gente lute!’”*.

Podemos compreender assim que essas histórias não são apenas de dores e dissabores. Além da importância desses laços de solidariedade, para a identidade dessas mulheres, ao analisar as narrativas das entrevistadas passamos a compreender o sentido que elas deram para a maternidade, elemento constituinte da identidade feminina (Carson, 1995), mesmo que estas sejam experiências que aconteceram em situações adversas. O que a experiência dessas mulheres nos permite entender é que mesmo em um contexto de morte, puderam gerar vida: *“(...) quando tava tendo meu filho eu falei assim, ‘que coisa, né? Aqui, nesse lugar de morte surge a vida!’ E ninguém fica preso eternamente, meu filho tava no útero... sabe?! Eu acho que a hora que a gente sai do útero, a gente fala ‘liberdade!’ E você quer andar, você quer ver, você quer a liberdade... Eu acho que a liberdade é o sentimento do ser vivo! A vida exige liberdade” (Sofia).*

Silvia, por exemplo, foi apartada da primeira filha; vivenciou a morte do segundo filho e na quarta gravidez, decidiu sozinha abortar, experienciado um período de grande desordem e tensão no momento pós-exílio, em que estava tentando reorganizar sua vida. Ela reflete que se não tivesse sido mãe pela terceira vez, não teria conseguido suportar a todos esses conflitos relacionados à maternidade e militância: *“(...) eu tinha um sentimento de responsabilidade, chamemos assim, com respeito [ao meu terceiro filho]. Inclusive eu acho que se não tivesse tido [ele], eu não sei o que teria sido, porque ele me manteve conectada minimamente à vida.”*

Compreendemos assim, que a experiência da maternidade nesses contextos, fortaleceu estas militantes no que se refere ao desejo de viver para lutar hoje, não apenas pelo país, mas

em prol de seus filhos que sobreviveram e de tantos outros filhos e mães que não puderam, junto com elas, contar suas histórias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho nessa dimensão, ao revelar diferentes nuances de experiências tão desconhecidas e profundas em seu significado e relação com a realidade, jamais poderiam ser analisadas em sua totalidade. O recorte do tema “maternidade” nos permitiu compreender como as mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil conjugaram militância política e experiência materna em um contexto de exceção e transformação nos códigos de valores.

Ao entrar e participar ativamente no mundo da política, essas mulheres romperam com a limitação da atuação da mulher apenas no espaço privado. Numa atmosfera de abertura desses espaços, modificaram também as concepções de conjugalidade e maternidade assumindo novos modelos de ser mulher e mãe. Contudo, entendemos que apesar de mudanças, houve também continuidades em certos aspectos no que tange ao seguimento de valores tradicionais, mesmo que fossem criticados, já que, antigas e novas concepções coexistem e mantêm relações entre si. Entender que essas transformações influenciaram as concepções e a possibilidade da ocupação das mulheres em diferentes espaços sociais foi sobremodo relevante, nos fazendo sentir herdeiras dessa história; da história da mulher no Brasil, percebendo que só é possível compreendermos o presente em relação ao passado.

Nesse sentido, as narrativas aqui construídas remontam o passado, articulado ao presente dessas mulheres, que reorganizaram sua trajetória a partir do foco da maternidade, elencando elementos considerados relevantes, e que as permitiram, de certa maneira, remontar memórias, resignificar experiências e se remeter as suas experiências passadas. Esse retorno, portanto, foi possível pelo distanciamento produzido pelo tempo e pelas diversas construções que elas já fizeram na tentativa de construir e reconstruir suas experiências de militância.

Assim, o que apresentamos são versões construídas a partir de elementos da trajetória, interconectadas com nossa análise dessas experiências. Elas, contudo não fecham a possibilidade de novos aspectos serem encontrados e elucidados, tendo em vista as batalhas no campo da memória.

Consideramos importante ter focado as experiências de maternidade nesse contexto, uma vez que este é um tema pouco explorado nos trabalhos sobre militância feminina no contexto da ditadura militar no Brasil. Se há a perspectiva de que exista uma memória oficial sobre este período, trazer a tona essas experiências de alguma maneira faz tencionar a

existência de outras versões e não apenas de uma única e verdadeira forma de compreender este passado, ainda tão desconhecido, principalmente pelas novas gerações.

Ao finalizar este trabalho concluímos que o tema investigado ofereceu ainda mais questões do que as que inicialmente nos propomos investigar. Por ser pouco investigado, e fazer parte da história de nosso país, nos instiga a querer saber mais e entender as relações com o contexto atual.

Dessa maneira, entendemos que este estudo não encerra nem esgota o tema aqui abordado, tendo em vista que estas são experiências tão desconhecidas e profundas em seu significado e relação com a realidade. Mais do que discutir o sentido das realidades vividas, desnuda-se sentimentos, tensões, e falas que revelam aspectos da vida, talvez pouco compartilhados, mas que permeiam a história do nosso país.

Sendo assim, esta temática merece novos olhares, que talvez encontrem outros e novos aspectos não revelados, ou trabalhados por nós e que complementem ou tragam outras perspectivas acerca do tema, fomentando novas reflexões. Nesse sentido, sugerimos que os estudos seguintes possam focar a questão específica das novas formas de conjugalidade no contexto da militância durante a ditadura militar; a importância das redes de solidariedade nas situações de clandestinidade, exílio e pós-soltura; sobre o impacto da trajetória de militância na vida dos filhos de militantes; sobre os caminhos e descaminhos na construção da carreira profissional das mulheres militantes no momento de reconstrução de suas vidas pós-soltura; a paternidade e a impossibilidade de seu exercício devido à condição de militância masculina; sobre a dinâmica geracional entre novos e velhos militantes na conservação e transformação de antigos valores, entre outros aspectos.

Enfim, compreendemos que estas mulheres romperam com seus vínculos familiares e assumiram riscos sociais ao: engravidarem solteiras; serem presas e torturadas grávidas; sofrerem abortos; terem seus partos durante a prisão, clandestinidade, exílio e pós-soltura sem assistência médica pré e pós-parto; serem apartadas de seus bebês sem amamentá-los e sob a ameaça de não mais poderem tê-los nos braços. Tais situações-limites exigiram capacidades de resistência e superação frente ao adverso; conjugando maternidade, conjugalidade, viuvez, e sobrevivência em um amálgama pouco experienciado pelas mulheres de classe média daquele período histórico. Compreender essas experiências neste contexto de transformações torna-se também uma contribuição para o campo de estudos entorno dos aspectos psicossociais da memória, ao possibilitar a construção de uma memória histórica do período.

## 7 REFERÊNCIAS

- Abreu, A. A. (1997). Quando eles eram jovens revolucionários: os guerrilheiros das décadas de 60/70 no Brasil. Em H. Viana (Org.), *Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais* (pp.181-205). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Abreu, M.L.G. (2009). O Feminismo do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. In M. L. Q. Moraes. (Org). *Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política*. (pp. 47-89, Coleção Idéias 7). Campinas/SP: UNICAMP.
- Almeida, M. H. T & Weis, L. (1997). Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: F. A. Novais. (Coord.). L. M. Schwarcz. (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (Vol. 4, pp. 320-408). São Paulo: Companhia das Letras.
- Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil: nunca mais* (8a ed.). Petrópolis/RJ: Vozes.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (W. Dutra, trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, M. M. L. (2004). Do “mundinho” fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa. *Caderno CRH*, Salvador, 17(42), 365- 373.
- Bassanezi, C. (2004). Mulheres dos Anos Dourados. In M.D. Priori. (Org). *História das Mulheres no Brasil* (7a ed., pp. 607-639). São Paulo: Contexto.
- Bassanezi Pinsky, C. (2012a). A era dos modelos rígidos. In C. Bassanezi Pinsky & J.M Pedro (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 469-512). São Paulo: Contexto. a
- Bassanezi Pinsky, C. (2012b). A era dos modelos flexíveis. In C. Bassanezi Pinsky & J.M Pedro (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 513-543). São Paulo: Contexto.
- Berger, P. & Luckmann, T. A sociedade com realidade subjetiva. (2012). In P. Berger & T. Luckmann. *A construção social da realidade* (F. S. Fernandes, trad.). (34a ed., pp.167-189). Petrópolis: Vozes.
- Biasoli-Alves, Z. M. M. (2000). Continuidades e Rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília/DF, 16(3), 233-239.
- Boccoline, C.S et all. (2011). Fatores associados à amamentação nas primeiras horas de vida. *Revista Saúde Pública [online]*, São Paulo, 41(1), 69-78. Recuperado em outubro de 2012 de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102011000100008&script=sci_arttext)
- Bonomo, M., Trindade, Z. A., Souza, L., & Coutinho, S. M. S. (2008) Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. *Psicologia*, 22(1). Recuperado em

05 de agosto de 2012, de  
[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-20492008000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492008000100007&lng=pt&nrm=iso).

- Bosi, E. (1999) *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (7a ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1998). *Capital cultural, escuela y espacio social* (I. Jimenez, trad.) (2a ed.). Mexico: Siglo XXI Editores.
- Branca, E. (1987). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes.
- Bullington, J. & Karlsson, G. (1984). Introduction to phenomenological psychological research. *Scandinavian Journal of Psychology*, 25, 51-63.
- Cabral, J. P. C. (2007, dezembro). Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros –1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Estudos Ibero-Americanos PUCRS*, 33(2), 156-171.
- Caldana, R. A.(1998) A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, 6(2) ago. 1998. Recuperado em 11 de janeiro de 2013, de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1998000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1998000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 jan. 2013.
- Camino, L; Ismael, E. (2004). A psicologia social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. In L. Souza; Z. A Trindade. (Orgs). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 43-56). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carneiro, S. (1994) Identidade Feminina. In H. I. B Saffioti & M. Muñoz-Vargas. (Orgs). *Mulher brasileira é assim* (pp. 187-193). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Carson, A.C. (1995). Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, s/n(4), 187-218.
- Carvalho, L.M. (1998). *Mulheres que foram a luta armada*. São Paulo: Globo.
- Catela, L. S. (2001). *Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina* (R. Goldenzweig, P. Farías & R. Britto, trads.). São Paulo: Hucitec.
- Chauí, M. (1987). A tortura como impossibilidade da política. In E. Branca. (Org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: depoimentos e debates* (pp.28-37). Petrópolis: Vozes.
- Coimbra, C. M. B. (2001a). Tortura Ontem e Hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 6(2), 11-19, Recuperado em 10 de julho, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a03.pdf>.

- Coimbra, C. B. M. (2001b). *A Denúncia de Tortura da Perspectiva da Pessoa Afetada*. Recuperado em 10 de julho de 2012, de <<http://www.slab.uff.br/textos/texto43.pdf>>.
- Coimbra, C.(2004). Gênero, militância, tortura. In M. P. R.; Jaeger, F.Pires; N. S. Azambuja (Orgs). *Violência, gênero e políticas públicas*. (pp. 45-61). Porto Alegre: EDPUCRS.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- D'Alessio, M. M. (1998). Intervenções da memória na histografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, 17, 269-280.
- Del Priore, M. Da modinha à revolução sexual. (2006). In M. Del Priore. *História do Amor no Brasil* (pp.231-269). São Paulo: Contexto.
- Diniz, D. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. In C. Bassanezi Pinsky & J.M Pedro (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 313-332). São Paulo: Contexto.
- Faria, L. (1997). *Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Fraser, N. (1992). Repensando la esfera publica: una contribucion a la critica de la democracia actualmente existente. Recuperado em 11 de junho de 2013, de <http://doctoradosociales.com.ar/wp-content/uploads/2013/04/REPENSANDO-LA-ESFERA-PUBLICA.pdf>
- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Casamento e família: do social à clínica* (pp.67-80). Rio de Janeiro: Nau.
- Ferraro, A. R.(2010/ maio/ago.). Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 36(2), 505-526.
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Flick, U. (2004). Entrevistas semi-estruturadas. In u. Flick, *Uma introdução à pesquisa qualitativa* (pp.89-108). (S. Netz, trad.). Porto Alegre: Bookman.
- Geertz, C. (1989). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In C. Geertz. *A interpretação das culturas* (pp. 13-41). Rio de Janeiro: LTC.
- Gianordoli-Nascimento, I. F. (2006). *Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.
- Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z. A. & Santos, M.F.S. (2007). Mulheres militantes contra a ditadura: a representação social de “mulher militante” para mulheres que participaram de organizações de esquerda entre 1969-1971. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais.

Trabalho recuperado em 13 de agosto de 2011 de [http://www.vjirs.com.br/completos/VJIRS\\_0336\\_0360.PDF](http://www.vjirs.com.br/completos/VJIRS_0336_0360.PDF)

- Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z. A.; Santos, M. F. S. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. (M. Lopes, trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Goldenberg, M. (1997). Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*, Florianópolis/SC 5(2), 349-363.
- Gomes, W. B. (1997). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. *Psicologia USP*, São Paulo, 8(2), 305-336. Recuperado em 31 de agosto de 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65641997000200015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65641997000200015&script=sci_arttext)
- Gonçalves, V. (2011). *Eduardo Leite Bacuri*. São Paulo: Plena Editorial.
- Gondar, J. (2000). Lembrar e esquecer: desejo de memória. In I. T. M Costa; J. Gondar (Orgs.). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Gurvicht, G. (1941). *Las formas de la sociabilidad. Ensayos de sociología*. Buenos Aires: Editorial Losada.
- Hrdy, S.B. (2001). *Mãe Natureza: uma visão feminina da evolução – Maternidade filhos e seleção natural*. (Álvaro Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Campus.
- Joffily, O. R. (2005). *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lozano, F. G. (2007). Mujer y dictadura. In C.S Wolff; M. Fáveri & T.R.O. Ramos (Orgs.). *Leituras em Rede: gênero e preconceito* (pp.77-93). Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Machado, M.N.M. (2002). *Entrevista de Pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/ Arte Editora.
- Macedo, P.O. et all. (2005). Percepção da dor pela mulher no pré-parto: a influência do ambiente. *Revista de Enfermagem da UERJ*, Rio de Janeiro, 13, 306-312. Recuperado em 24 de janeiro de 2013 de <http://www.facenf.uerj.br/v13n3/v13n3a03.pdf>
- Mamede, F. V; Mamede M. V & Dotto, L.M.G. (2007). Reflexões sobre deambulação e posição materna no trabalho de parto e parto. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, 11(2), 331-336. Recuperado em 24 de janeiro de 2013 de <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n2/v11n2a23.pdf>
- Matos, M. I. S. (1995). Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas(1890-1930). *Cadernos Pagu*, Campinas/SP, (4), 97-115.

- May, T. (2004). Entrevistas: métodos e processos. In T. M., *Pesquisa Social: questões, métodos e processos* (pp. 145-172). (C.A.S. Netto Soares, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Merlino, T. & Ojeda, I. (Orgs.). (2010). *Luta, substantivo feminino: histórias de mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos.
- Motta, A. B. (2004). Gênero, idade e gerações. *Caderno CRH*, Salvador, 17 (42). pp.349-355.
- Motta, A. B. (2005). Viúvas: o mistério da ausência. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, Porto Alegre, 7, 7-24.
- Minayo, M.C.S. (Org). (2010). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (29a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Negreiros, T. C. G. M.; Féres-Carneiro, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, Rio de Janeiro, 4(1), 34-47. Recuperado em 13 de janeiro de 2013 de <http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%203.pdf>
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. (Y. A. Khoury, trad.). *Projeto História*, São Paulo, 10, 7-28.
- Pateman, C. (1993). Fazendo contratos. In C. Pateman. *O contrato sexual* (M. Avancini, trad., pp. 15-37). São Paulo: Paz e Terra.
- Pedro, J. M. (2003). A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 23(45), 239-260.
- Perrot, M. (2005). Práticas da memória feminina. In M. Perrot. *As mulheres ou os silêncios da história* (V. Ribeiro, trad.). (pp.33-43). Bauru: Edusc.
- Pietrocolla, L. G. (1996). Anos 60/70: do sonho revolucionário ao amargo retorno. *Tempo Social*, 8(2), 119-145.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), 3-15.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(1), pp. 200-212. Recuperado em 12 de abril de 2011 de <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>
- Ridenti, M.S. (1990). As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. São Paulo, USP, 2(2), 113-128.
- Rocha-Coutinho, M<sup>a</sup>, L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.

- Rocha-Coutinho, M<sup>a</sup>, L. (2009). De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família?. In T. Féres-Carneiro. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp.219-235). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rollemborg, D.; Quadrat, S. V. (Orgs.). (2010). Apresentação. In D. Rollemborg & S. V. Quadrat. *Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX* (pp. 11-31). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- Romanelli, G. (1998). A entrevista antropológica: troca e alteridade. In G.Romanelli & Z. Biasoli-Alves (Orgs). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa* (p. 119-133). Ribeirão Preto: Legis Summa.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295.
- Sá, C. P. (2009). A memória histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus*, 14, 91-100.
- Saffioti, H.I.B (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. (Coleção Brasil Urgente). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sánchez, G. (2009). *Guerras, memorias e historia*. Colombia: La Carreta Histórica Editores.
- Santos, Boaventura de Sousa. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71. Recuperado em 26 de junho de 2011 de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007).
- Sarti, C. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, 12(2), 35-50.
- Scavone, L. (2004). *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Editora UNESP.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, 2(20), 71-99.
- Seixas, I. (2002). A vida clandestina. In B. Kushnir. *Perfis Cruzados: trajetórias e militância política no Brasil* (pp. 57-71). Rio de Janeiro: Imago.
- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp.57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza São Bento, P.A.S & Santos, R.S. (2006, dezembro). Realização da episiotomia nos dias atuais à luz da produção científica: uma revisão. *Escola Ana Nery Revista de Enfermagem*, 10(3), 552-559. Recuperado em 03 de janeiro de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/ean/v10n3/v10n3a27.pdf>

- Szapiro, A.M & Feres-Carneiro, T. (2002). Construção do Feminismo Pós Anos Sessenta: o caso da maternidade como produção independente. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 179-188.
- Tabak, F. (1983). *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Torres, A. (2004). Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. *Caderno CRH*, Salvador, 17(42), 405-429.
- Trigo, M. H.B. (1994). A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In C. Bruschini & B. Sorj (Orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil* (p. 89-110). São Paulo: Marco Zero e Fundação Carlos Chagas.
- Trindade, Z.A (1998). Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII. In L. de Souza, M.F.Q de Freitas, M. M. P Rodrigues. (Orgs). *Psicologia: reflexões (im) pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trindade, Z. A. (1999). Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. *Interfaces*, 2(1), 33-40.
- Trindade, Z.A; Enumo, S. R. F. (2001). Representações Sociais de infertilidade feminina entre mulheres casadas e solteiras. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2(2), 5-26. Recuperado em 07 de novembro de 2011, de [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-00862001000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-00862001000200001&script=sci_arttext)
- Trindade, Z.A; Menandro, M.C.S & Gianordoli-Nascimento, I.F. (2007). Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In M.M.P Rodrigues & P.R.M Menandro. (Orgs). *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia* (pp. 71-92). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/GM Gráfica Editora.
- Triviños, A. N. S. (2008). Pesquisa Qualitativa. In A.N.S Triviños, *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação* (pp.116-170). São Paulo: Atlas. (Trabalho original publicado em 1987).
- Queirós, A.A. (2001). *Investigação qualitativa – A fenomenologia na investigação: características do método fenomenológico aplicado a investigação*. Recuperado em 07 de abril de 2013, de <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HozQrHNWUXkJ:www.anaqueiros.com/app/download/5806900662/INVESTIGA%25C3%2587%25C3%2583O%2BQUALITATIVA%2B%2BFenomenologia.pdf%3Ft%3D1378390732+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=>
- Vaitsman, J.(1994). *Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Veloso, F.G.C; Gianordoli-Nascimento, I.F; Ferreira, P.R (2010). A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In *Fazendo o*

*Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*, 9 (pp.1-8). Florianópolis: Anais eletrônicos do Fazendo o Gênero 9. Recuperado em 13 de agosto de 2011 de [http://www.fazendoogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901\\_ARQUIVO\\_TrabalhoCompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf](http://www.fazendoogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf)

Ventura, Z. (1988). *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Wolff, C.S (2010). O gênero da esquerda em tempos de Ditadura. In J.M. Pedro & C.S. Wolff. *Gênero, feminismos e Ditaduras no Cone Sul* (pp. 138-155). Florianópolis: Editora Mulheres.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Departamento de Psicologia

Av. Antônio Carlos, 6627 – Cidade Universitária  
Cep 31270-910 Belo Horizonte – MG  
Telefone: (0xx) 31 3409-5027 - Telefax: (0xx) 31 3409-5022  
Home –page: www.fafich.ufmg.br/psi - E-mail: psi@fafich.ufmg.br

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezada Sra.,

Você esta sendo convidada para participar da pesquisa “*“Ou isto ou aquilo”*: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985), investigação que faz parte do Projeto de Pesquisa: “*Identidade e memória dos “anos de chumbo”*: a trajetória de militantes e familiares de presos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar em Belo Horizonte, Recife, Brasília e Vitória”.

A presente pesquisa tem como objetivo, compreender como se deu a vivência da maternidade para mulheres que militaram no período da Ditadura Militar no Brasil ou que foram companheiras de militantes, e na época estiveram grávidas. Para isso, vamos fazer perguntas sobre esse período a diversas mulheres que passaram pela experiência da maternidade no período do Regime Militar no Brasil, com o intuito de resgatar e contribuir para que a memória social das mulheres que militaram, nesse período histórico, seja (re)produzida e reconhecida. Você, nesse momento está convidada a participar dessa pesquisa. Sua participação é totalmente voluntária e não será remunerada. A entrevista poderá ser gravada, de acordo com o seu consentimento ou, então, ela será registrada por escrito. Todas as informações geradas nessas entrevistas (gravações, registros e transcrições) ficarão armazenadas no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da pesquisadora, Jaíza Pollyanna Dias da Cruz e da professora orientadora responsável por essa pesquisa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Somente os resultados do conjunto das entrevistadas, sem a identificação pessoal de nenhuma delas, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e as participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora e professora responsável, na UFMG, ou com o COEP- Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG .

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

Nome da participante: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em participar voluntariamente da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa intitulada “Ou Isto ou Aquilo: implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram no período da Ditadura Militar no Brasil”, estudo que faz parte do Projeto de Pesquisa: “Identidade e memória dos “anos de chumbo”: a trajetória de militantes e familiares de presos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar em Belo Horizonte, Recife, Brasília e Vitória”.

Ass.: \_\_\_\_\_  
Participante

Ass.: \_\_\_\_\_  
Jaíza Pollyanna Dias da Cruz  
Pesquisadora Responsável

Ass.: \_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento  
Professora Orientadora Responsável

**Jaíza Pollyanna Dias da Cruz**, pesquisadora responsável. Rua G, nº 87A, Luxemburgo, Santa Luzia, MG. CEP: 33171-018 . Telefone para contato: (31) 8625-9570 ou (31) 3634-3223.  
E-mail: jaizapollyanna@yahoo.com.br

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (31) 3409-6278. E-mail: fgian@uol.com.br

**Obs.:** Se tiver dificuldade em encontrar a responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:

**COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (31) 3409-4592.

## APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada Individual

### **PARTE 1**

#### **1 Identificação da entrevistada – dados atuais:**

idade, data de nascimento, estado civil, profissão (atuante ou não), escolaridade, classe social à qual acredita pertencer, religião (praticante ou não), número de filhos (sexo e data de nascimento/falecimento), local onde reside.

### **PARTE 2**

#### **2. Identificação da entrevistada na época da militância:**

idade; estado civil; escolaridade (grau, curso, período; escola ou universidade em que estudava); naturalidade; local de moradia; religião (praticante ou não); grupo de militância ao qual pertencia; profissão dos pais; escolaridade dos pais; classe sócio- econômica à qual acreditava pertencer, período de gestação (mês que engravidou e do parto ), caso tenha acontecido aborto (data e motivo).

#### **3. Período de Militância: trajetória e experiências**

3.1 Vida familiar na infância/juventude

3.2 Motivação e causas que levaram ao ingresso na militância.

3.3 Trajetória individual e coletiva na militância: ser mulher e ser militante (quais as funções, cargos; ações; atividades exercidas, havia diferença na participação masculina e feminina. comparar participação feminina e masculina na política e militância daquele período e na política e relações atuais)

3.4 Clandestinidade, prisão, tortura e vida carcerária (relato da experiência, avaliar consequências da participação na militância, bem como das punições decorrentes da participação)

3.5 Ideologias e filosofias que sustentavam as práticas e a vida.

#### **4. Maternidade e Militância**

4.1 Ser militante e ser mãe (tinha filhos antes do período. Se engravidou durante o período, como foi o período de gravidez e articulação desse período com a militância, como foi a descoberta da gravidez, implicações com a vida familiar e com o companheiro, etc...)

4.2 Gestação durante a militância (como aconteceu a gravidez, relação com o parceiro e familiares durante a gestação, caso tenha sido presa, com quem a criança ficou durante o

período de prisão. Em caso de clandestinidade, saber se os (as) filhos (as) permaneceram juntos a ela, o pai ou companheiro, caso não, com quem ficaram e porque motivo ficaram. Caso tenha ocorrido aborto, como foi esta experiência, referências ao parto e suas condições etc...)

4.3 Relação entre ela e os (as) outros (as) militantes (como foi a relação com os homens companheiros de militância/partido ao saber que estava grávida, relação com as mulheres companheiras militantes.

4.4 Prisão, Tortura e Maternidade (caso tenham sido presas e torturadas, como foi a relação dos torturadores para com elas, havia diferenças em relação às mulheres não grávidas, experiência da gestação neste período, reflexos disso na maternidade e relação com o filho, companheiros, família ampla, referência a maternidade depois da prisão, modelo de maternidade que seguiu, dificuldades e conflitos pessoais e sociais, relação com a vida profissional, sentidos dado a maternidade etc...).

## **5 Reflexos da Trajetória na vida atual**

5.1 Significado e reflexos da militância em inserções nos grupos sociais: família, amigos, religião, relações conjugais- na época da militância e atualmente.

5.2 Ser mulher, naquele período, ser mulher hoje (houve influências da trajetória na construção de uma identidade feminina, diferenças entre ser mulher hoje e no período da militância).

5.3 Faz diferenciação entre ser mãe e estar na militância e a maternidade das mulheres que não militaram (quais são as diferenças, semelhanças, pontos positivos, negativos. Faria diferente hoje.)

5.4 Relação entre ela o (s) filho (s) atualmente (eles sabem da história, se lembram, conversam sobre isso, como é a relação mãe/pai/companheiro e filho atualmente).

## ANEXOS

**ANEXO 1** – Carta digitada por Gonçalves (2011), a partir da carta original enviada por Bacuri, companheiro afetivo da entrevistada Sofia.

"São Paulo, 07/10/70

[ ]

*Não vejo a hora de encontrá-la, mas isto só acontecerá depois de a criança nascer.*

*Quando no Rio, lhe mandei um bilhete, mas não recebi resposta. Após aquele bilhete ainda passei por maus pedaços, mas aqui na O.B. estou sendo bem tratado, fiquei sabendo que você também o foi.*

*Já melhorei muito em relação à última vez que nos vimos, os inchaços desapareceram. Estive um pouco preocupado se o nenê nasceria no Brasil ou não, minha vontade é que nasça em Minas.*

*Já pensou que mineiro?*

*Não esqueça minha confiança ainda está na luta constante por afirmação e dignidade. Só podemos esperar melhores dias.*

*Continuo o mesmo pequeno-burguês e acreditando sempre mais no amor.*

*Não sei quando me tornarei um revolucionário. Moralmente estou preparado para o que vier.*

*Para ele(a) que vem*

*Quando seus dentes nascerem*

*O grito do povo ouvirá*

*Se o clamor for de paz*

*Na adolescência constituída*

*Se o clamor for de guerra*

*Seus gritos serão ouvidos*

*E com o povo continuará*

*Até a paz alcançar*

[ ]